

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Rodrigo de Freitas Espinoza**

**RIVALIDADE ENTRE OS POLOS:  
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA**

SÃO CARLOS  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Rodrigo de Freitas Espinoza**

**RIVALIDADE ENTRE OS POLOS:  
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Carlos como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Financiamentos: FAPESP e CAPES

SÃO CARLOS  
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E776r Espinoza, Rodrigo de Freitas  
Rivalidade entre os polos : a construção discursiva do Conselho Mundial da Água / Rodrigo de Freitas Espinoza. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
239 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Governança das águas. 2. Sociedade e recursos hídricos. 3. Decolonialidade e meio ambiente. 4. Conselho Mundial da Água. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

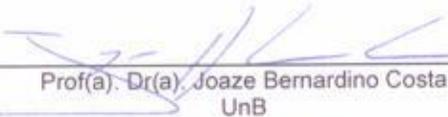
---

Folha de Aprovação

---

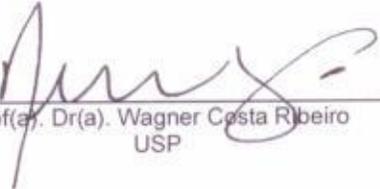
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de tese de doutorado do(a) candidato(a) Rodrigo de Freitas Espinoza, realizada em 07/07/2016:

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Rodrigo Constante Martins  
UFSCar

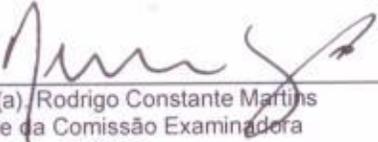
  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Joaze Bernardino Costa  
UnB

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Samira Feldman Marzochi  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Wagner Costa Ribeiro  
USP

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Prof(a) Dr(a) Wagner Costa Ribeiro e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do(a) aluno(a) Rodrigo de Freitas Espinoza.

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a). Dr(a). Rodrigo Constante Martins  
Presidente da Comissão Examinadora  
UFSCar

## AGRADECIMENTOS

Há quatro anos, estávamos eu e a tese dando os primeiros passos em direção a um longo caminho, repleto de bons encontros que contribuíram decisivamente para a sua confecção. Sou profundamente grato às diversas mulheres e homens que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho. Destes muitos, alguns puderam acompanhar este trabalho mais de perto.

Agradeço ao meu professor e orientador Rodrigo Constante Martins por sua orientação comprometida e por servir como uma referência valiosa do fazer sociológico. Serei sempre grato por essa parceria de oito anos, que se encerra formalmente com este trabalho, mas que seguirá, certamente, por outros caminhos. Agradeço aos professores Fabio José Bechara Sanchez e Valter Roberto Silvério por suas críticas e aconselhamentos durante a fase de qualificação. Aos integrantes do grupo de pesquisa RURAS, agradeço pelas conversas e conselhos que foram de grande ajuda em muitas etapas. Agradeço também ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP<sup>1</sup>) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por acreditarem neste trabalho.

Meus agradecimentos ao professor Ramón Grosfoguel que me acolheu durante os doze meses para a realização do doutorado sanduíche na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Suas aulas foram fundamentais para o aprofundamento nos estudos do referencial decolonial. À professora Carolyn Merchant, agradeço por sua receptividade carinhosa para conversarmos sobre este trabalho.

Minha família seria um capítulo à parte nesta tese, pois foram eles, meu pai, Leonel del Transito Espinoza Molina, minha mãe, Dalva Tereza de Freitas Espinoza e meu irmão mais velho, Diego de Freitas Espinoza que, com um imenso amor, carinho e doses colossais de paciência, me apoiaram em todas as empreitadas de minha vida, de maneira honesta e incondicional.

---

<sup>1</sup> N° do processo 2012/03669-6

Gratidão à minha sobrinha Gabriela e meus sobrinhos Paco, Murilo e Rafael. Estes quatro foram decisivos para recarregar as energias nas horas difíceis. Agradeço aos meus sogros, Cleusa e Ronaldo, e aos meus cunhados, Carol, Calebe e Alessandra, por todo apoio, amor, carinho e pela compreensão por nossas ausências e visitas apressadas.

De todas as pessoas que contribuíram para esse trabalho devo agradecer uma delas em especial, minha companheira e meu amor, Gladys Salgado. Se o fardo esteve, por vezes pesado, foi você quem esteve sempre ao meu lado. Minha mais profunda gratidão pelo apoio, pela paciência, pelas diversas contribuições e auxílios durante todo esse período. Gratidão por compartilhar sua vida comigo, me dando a chance de estar ao lado de uma mulher extraordinária.

*“Rival: sujeito que possui, juntamente com outro,  
a posse das águas de um rio.”*  
*(Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2009)*

## RESUMO

Este trabalho visa caracterizar a produção discursiva do Conselho Mundial da Água, entidade criada em 1996 com o objetivo de abrigar, de maneira ampla, o debate internacional sobre a água. Para tal tarefa, realizaremos, a partir do plano do discurso e do contexto sócio-histórico, uma análise das conferências sobre Meio Ambiente e sobre a água, bem como dos documentos e relatórios publicados pelo Conselho dedicados ao tema. Portanto, como procedimentos metodológicos foram adotados a pesquisa documental, revisão bibliográfica e realização de entrevistas semi-estruturadas. Em nível conceitual a pesquisa estará sustentada pelo referencial pós-colonial e decolonial. Sob esta perspectiva crítica proposta, o objetivo geral foi analisar os possíveis impactos da colonialidade na produção discursiva sobre a questão ambiental, em especial nas argumentações construídas pelo Conselho. A pesquisa é orientada pela seguinte hipótese: os contornos que caracterizam as fronteiras da questão ambiental estão orientados por uma lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, promovendo assim, um enclausuramento do tema em uma estrutura discriminatória e hierarquizada do mundo.

**Palavras-chave:** governança das águas, sociedade e recursos hídricos, decolonialidade e meio ambiente, Conselho Mundial da Água.

## ABSTRACT

This work aims to characterize the discursive production of the World Water Council, an entity created in 1996 in order to set a platform for the international debate on water. For this task, we will build, from the discourse plan and the socio-historical context, an analysis of the Environment Conferences and Water Conference as well as the documents and reports published by the Council devoted to the subject. Therefore, the methodological procedures adopted are documentary research, literature review and semi-structured interviews. In conceptual level, this research is supported by the post-colonial and decolonial framework. From this perspective, we have as main objective to analyze the possible impacts of colonialism in the discursive production on the environmental issue, especially in arguments built by the Council. We will be guided by the following hypothesis: the contours that characterize the boundaries of environmental issues are guided by a logic of coloniality of being, knowing and power, thus promoting a theme of entrapment in a discriminatory and hierarchical structure of the world.

**Keywords:** water governance, society and water resources, decolonial and environment, World Water Council.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

Figura 1 - Principais marcos sobre a questão ambiental de 1962 a 2012.....	80
Figura 2 - Escassez física de água em 2013.....	95
Figura 3 - Principais encontros sobre a água em escala global de 1977 a 2015 ....	98
Figura 4 - Suez Environment pelo mundo.....	118
Figura 5 - Países onde a CIDA atua.....	119
Figura 6 - Fóruns realizados pelo Conselho Mundial da Água .....	142
Figura 7 - Países com representantes na Conferência Ministerial do III Fórum Mundial da Água .....	146
Figura 8 - Países com representantes na Conferência Ministerial do IV Fórum Mundial da Água.....	149
Figura 9 – Separação entre evento principal e sociedade civil no mapa do V Fórum Mundial da Água.....	171

### Quadros

Quadro 1 - Presidentes do Conselho Mundial da Água .....	120
Quadro 2 - O direito à água: marcos fundamentais em direção ao seu Reconhecimento.....	137-138
Quadro 3 - Perfil dos entrevistados do Grupo 1 .....	158
Quadro 4 - Perfil dos entrevistados do Grupo 2.....	169

## LISTA DE ABREVIações

ANA – Agência Nacional de Águas  
BM – Banco Mundial  
CIDA – *Canadian International Development Agency*  
CSD – *Commission on Sustainable Development (United Nations)*  
DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica  
FAO – *Food and Agriculture Organization*  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GWP – *Global Water Partnership*  
ICWE - *International Conference on Water and the Environment*  
IWRA – *International Water Resources Association*  
JPOI – *Johannesburg Plan of Implementation*  
MIT – *Massachusetts Institute of Technology*  
NIEO – *Declaration on the Establishment of a New International Economic Order*  
ODM – Objetivo do Milênio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPP – Parceria Público-Privada  
SEM – *Société des Eaux de Marseille*  
SEMAPA – *Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado*  
UNCED – *United Nations Conference on Environment and Development*  
UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*  
UNDP – *United Nations Development Programme*  
UNEP – *United Nations Environment Programme*  
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*  
UNGA – *United Nations General Assembly*  
UNSGAB – *United Nations Secretariat-Generals Advisor Board on Water and Sanitation*  
USP – Universidade de São Paulo  
WWAP – *World Water Assessment Programme*  
WWF – *World Wild Fund for Nature*

## SUMÁRIO

CAMINHOS DA TESE.....	10
INTRODUÇÃO.....	15
1 NATUREZA, SUJEITO E SOCIEDADE: REPRESENTAÇÕES DE UM DISCURSO.....	21
1.1 A ciência moderna e o controle da natureza.....	22
1.2 O sujeito moderno e o Outro: a periferia do ocidente como construção da modernidade.....	39
1.3 A construção da racionalidade na modernidade.....	52
2 O AFLORAMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL: CONCILIANDO A AMBIÇÃO DO NORTE E DO SUL GLOBAIS.....	63
2.1 Economia, ciência e emergência da questão ambiental.....	67
2.2 As grandes conferências sobre a questão ambiental.....	73
2.3 A questão da água no cenário internacional.....	94
3 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA.....	113
3.1 O Conselho Mundial da Água.....	114
3.1.1 Visão do Conselho sobre a Água.....	121
3.1.2 O Conselho como porta-voz da água: relatórios de atividades.....	128
3.2 Os Fóruns Mundiais da Água .....	141
3.3 Os Fóruns Mundiais da Água como espaços (i) legítimos.....	155
4 QUESTÃO AMBIENTAL COLONIZADA.....	179
4.1 A objetividade na questão ambiental como expressão de colonialidade.....	185
4.2 Colonialidade do poder, ser e saber.....	195
4.3 O Sul e o Norte do desenvolvimento sustentável.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	226
REFERÊNCIAS .....	230

## CAMINHOS DA TESE

Este trabalho começou a tomar forma logo após a conclusão da dissertação de mestrado, realizada pela orientação do Professor Dr. Rodrigo Constante Martins, e intitulada “*Do discurso sobre natureza a natureza do discurso: o caso do parlamento das águas*”. Nesta pesquisa, buscou-se investigar o debate sócio-técnico, envolvendo a sociedade civil e membros do estado no Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré, uma instância de gestão descentralizada das águas. Levantamos a hipótese de que este cenário de gestão participativa está envolto por uma dimensão de violência simbólica que prestigia um tipo de saber específico. Este processo excluiria do debate, portanto, agentes que não dominam uma forma determinada de conhecimento, ou seja, o domínio das formas de nomenclatura econômica e científica da questão ambiental pelos grupos caracteriza uma das bases de distinção social no interior das instâncias de governança.

Dessa forma o esforço em compreender a consolidação da temática ambiental ao longo das últimas décadas foi um processo fundamental para levar a cabo a investigação sociológica que pretendíamos desenvolver. A necessidade de se compreender o debate demandou uma pesquisa sobre as grandes conferências sobre Meio Ambiente, iniciadas em 1972, Estocolmo, bem como os encontros dedicados a água, que se inicia com a conferência de *Mar Del Plata* em 1977. O estudo sobre tais questões provocou algumas reflexões que levaram ao primeiro esboço da presente pesquisa.

O início da confecção da tese de doutorado carregou uma proposição de que a distribuição desigual da água no globo traria aos espaços de debate internacionais uma dinâmica de disputa direta sobre este recurso e esse processo poderia ser observado claramente a partir de discursos coesos e de dimensões nacionais. Logo, a expectativa era de que o trabalho e mérito da pesquisa estariam em agrupar os discursos nacionais em grandes blocos e relacioná-los com o referencial decolonial demonstrando quais seriam as consequências dessas disputas nos debates internacionais.

Sob esta proposição, a ideia inicial foi verificar como o desenvolvimento da questão ambiental e a temática da água estariam sendo construídos a partir de

uma hierarquização Norte/Sul global e, para isso, procuramos identificar e agrupar o posicionamento dos países nos Fóruns Mundiais da Água, eventos organizados pelo Conselho Mundial da Água. Assim, esperávamos encontrar convergências discursivas entre os países, o que permitiria agrupá-los em grandes blocos e, então, lançar mão do referencial buscando desenvolver uma análise sobre o cenário global.

Entretanto, além da impossibilidade prática para a realização desse procedimento de pesquisa, já que a participação de cada um dos países não está configurada em grupos coesos e fechados, logo percebemos que as formas de hierarquização e classificação do mundo transcendem em muitos sentidos, a dimensão dos Estados Nacionais, em especial ao nos dedicarmos à temática ambiental e da água.

A limitação do primeiro caminho escolhido para a pesquisa foi mostrando-se evidente. Contudo, ao invés de refutar a possibilidade da utilização do referencial adotado, esta mesma impossibilidade deflagrou evidências de um cenário mais complexo, onde a hierarquização era expressa por um processo de enclausuramento do debate em esferas específicas do saber que sustentavam sua legitimidade através de discursos aparentemente neutros, mas que eram construídos pela negação da legitimidade do Outro. Ou seja, os contornos dados para o debate revelavam as categorias de sujeitos, dinâmicas sociais e concepções de natureza sujeitadas a uma perspectiva particular prestigiada no debate.

Foi então, com o aprofundamento das leituras dos referenciais pós-colonial e decolonial, que se pôde perceber as diversas formas de funcionalidade que a colonialidade do saber e do poder assumem enquanto mecanismos de classificação e hierarquização do mundo. À medida que nos aprofundamos na análise do objeto, ficou mais claro que a rivalidade não dizia respeito, exclusivamente, às fronteiras geográficas, mas também às fronteiras do pensamento e de modelos que classificam o mundo. Logo, este fenômeno poderia se materializar de diversas formas no espaço social.

Dessa sorte, a confecção do projeto de doutorado, prosseguiu com a utilização dos referenciais teóricos propostos, agora com uma maior profundidade. Esse processo acabou por revelar alguns fenômenos significativos sobre o desenvolvimento das narrativas ambientais. O primeiro deles é que os grandes marcos dos debates sobre a questão ambiental coincidiam com momentos de rearranjos da ordem internacional, ou seja, quando observado o contexto histórico,

foi possível perceber que este tema sempre esteve atrelado a momentos de transição da ordem global. A temática emerge em um contexto de crise do petróleo e uma clara distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em grande parte pela polarização entre os blocos capitalistas e comunistas, que relegaram as demais partes do globo o papel de tabuleiro do jogo dando origem à denominação de Terceiro Mundo.

O segundo grande marco, em 1992, corresponde ao período da queda da União Soviética e da consolidação dos debates orientados para o mercado como regulador das relações entre sociedade e natureza, instrumentalizando ainda mais a associação entre a questão ambiental e os discursos com verniz da despolitização. Esse é o cenário em que nasce o Conselho Mundial da Água. Sob esse aspecto, a convergência entre o referencial teórico utilizado e o objeto da pesquisa se mostrou relevante, pois o discurso encontrado nos documentos recorre constantemente à mecanismos que o caracterizem como universal e neutro.

Essa associação confere ao tema uma forte associação a narrativas globais de ordenamento e hierarquização do mundo. Neste sentido, o debate sobre a sociedade e a natureza se expressa como uma disputa sobre a nomeação e classificação do mundo. As grandes narrativas que caracterizam a questão ambiental transformaram-se no primeiro passo em direção ao nosso objeto, a saber, a produção discursiva construída pelo Conselho Mundial da Água.

Diante do exposto, o objetivo geral que passa a orientar a presente tese consiste em analisar os possíveis impactos da colonialidade na produção discursiva sobre a questão ambiental, em especial nas argumentações construídas pelo Conselho Mundial da Água. Para o cumprimento de tal objetivo, a construção da tese está fundamentada em três procedimentos metodológicos principais. O primeiro deles consistiu em uma ampla revisão bibliográfica, tendo como objetivo principal a identificação das linhas centrais de argumentos encontradas na corrente pós-colonial e decolonial. Essa etapa foi fundamental para a construção da argumentação exposta e sua contribuição poderá ser observada ao longo do trabalho.

O segundo procedimento metodológico foi, certamente, o que demandou o maior esforço da pesquisa. Trata-se da pesquisa documental. O resultado desse trabalho culminou na confecção do segundo e do terceiro capítulos

da tese. Tomando como referência a disposição destes capítulos podemos distinguir a pesquisa documental em quatro categorias principais, são elas:

- a) Relatórios e documentos referentes às conferências sobre Meio Ambiente. Esta etapa consistiu na análise dos materiais que foram publicados em razão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e também relatórios que influenciaram sobremaneira o debate sobre a temática ambiental a partir da segunda metade do século XX.
- b) Relatórios e documentos referentes às conferências dedicadas à água, tais como *Mar Del Plata* e Dublin.
- c) Relatórios e documentos sobre o Conselho Mundial da Água. Esse conjunto de materiais refere-se aos relatórios de atividades publicados pelo Conselho e documentos temáticos, onde a entidade expressa sua perspectiva em relação à água.
- d) Relatórios e documentos sobre os Fóruns Mundiais da Água. Esse último grupo de documentos, também publicados pelo Conselho, é composto pelos relatórios finais dos Fóruns Mundiais da Água, bem como as declarações ministeriais divulgadas em cada um dos eventos.

Além da ampla investigação sobre os documentos supracitados, a realização de entrevistas semi-estruturadas configurou-se como o terceiro procedimento metodológico da pesquisa. Nesta etapa procuramos selecionar os informantes a partir da sua *densidade informacional* (Patton, 2002) concernente aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, foram selecionados indivíduos sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, utilizando as informações coletadas como instrumento para a construção de uma análise mais completa do objeto investigado.

Tomando como base as informações coletadas durante as entrevistas, a investigação ganhou elementos essenciais para a compreensão da dinâmica de produção discursiva do próprio Conselho Mundial da Água.

Nosso objetivo até aqui foi apresentar algumas ponderações importantes sobre os caminhos traçados na confecção dessa tese. Além das

ferramentas metodológicas apresentadas, consideramos relevante expor aqui, os desafios que se apresentaram e contribuíram para que a tese tomasse sua forma final.

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi palco da inserção da questão ambiental nos debates internacionais. A institucionalização do debate se deu, especialmente, a partir da publicação de relatórios científicos que apontavam para o esgotamento da capacidade do planeta em absorver a demanda crescente por recursos naturais. A constituição desse cenário trouxe características próprias para o debate acerca da problemática ambiental que podem ser observadas de forma recorrente nos discursos dedicados ao tema. Três delas nos parecem centrais.

A primeira caracterização é de que este seria um fenômeno natural e inevitável, ou seja, os diagnósticos científicos que tiveram grande impacto para a consolidação da temática foram construídos sem considerar, de maneira significativa, qualquer dimensão social, tratando a relação entre sociedade e natureza como um grande desafio global para superação dos limites dados pelo planeta ao processo de emancipação e desenvolvimento da sociedade moderna.

A segunda refere-se a sua dimensão técnica. Sob este aspecto, a questão ambiental passa a ser privada de suas características políticas, interessadas e conflituosas, relegando o tema a uma esfera particular autorregada e autolegitimada. Isto é, nada fora da esfera goza de privilégios para por em xeque esta dinâmica que se retroalimenta sem desvios externos.

A terceira caracterização diz respeito à inserção da temática ambiental a partir da gramática econômica. O que se observa a partir da década de 1970 é um processo gradual de transcrição da questão ambiental para a esfera do arcabouço econômico, em especial a teoria marginalista que forneceu bases teóricas para a criação de instrumentos reguladores de políticas ambientais.

É notável como estas três características orientam o debate sobre a relação da sociedade e a natureza, e, ainda que ao longo das décadas seja possível observar algumas transformações nos discursos, a questão ambiental continua a se apresentar como uma aporia moderna que se intensifica a despeito do avanço tecnológico e da consolidação de políticas de regulações ambientais.

A consolidação deste debate particularmente orientado deflagrou uma primeira grande tensão na conferência de Estocolmo. A polarização entre os que

defendiam o crescimento “zero” e os que demandavam o direito ao crescimento caracterizou uma fronteira entre o Norte e o Sul<sup>2</sup> globais, revelando, assim o caráter político intrínseco da problemática ambiental. As narrativas que se seguem nas décadas seguintes procuraram um caminho conciliatório para esta tensão, conduzindo, assim, a construção do conceito de desenvolvimento sustentável que, por sua vez, propaga a ideia de um desenvolvimento econômico com equidade social e proteção ambiental.

O impacto da incorporação da temática ambiental promove um afloramento também no debate sobre a gestão de águas em escala global. A três características centrais que citamos anteriormente assumem um papel de protagonismo nos desdobramentos que se relacionam com essa temática a partir da década de 1970. Essas características foram acompanhadas, ainda, pelo avanço na criação de espaços mais democráticos e descentralizados dedicados à gestão das águas, o que confere a esse tema uma complexidade palpável, pois se trata de um elemento essencial à vida no planeta e também a quase todas as atividades humanas. A literatura sobre a temática da água tem consagrado a ideia de que a crise da superexploração dos recursos hídricos não se restringe ao plano técnico ou aos limites físicos do planeta. Seria, essencialmente, uma crise de dimensão social e política.

Nesse trabalho, procuramos construir uma proposição original sobre a problemática ambiental, em especial, sobre os discursos produzidos que se relacionam com a água. Caminharemos pelo plano do discurso e do contexto sócio-histórico para fundamentar a seguinte hipótese: os contornos que caracterizam as fronteiras da questão ambiental estão orientados por uma lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, promovendo assim, um enclausuramento do tema em uma estrutura discriminatória e hierarquizada do mundo.

A verificação desta hipótese estará fundamentada por dois referenciais principais, a saber, o referencial pós-colonial e a corrente decolonial. Sustentado por esta base teórica, procuramos compreender de que forma a questão ambiental foi sendo incorporada no campo das decisões políticas a partir da década de 1970 e

---

<sup>2</sup> A distinção entre norte e sul global será uma polaridade bastante utilizada durante esta tese. No entanto, como esperamos demonstrar, esta classificação refere-se, sobretudo, à uma distinção metafórica que transcende a descrição geográfica ou política de regiões.

como esse processo reflete as estruturas hierarquizadas que compõem as narrativas sobre a modernidade.

Assim, buscamos investigar como a questão ambiental, a partir da temática da água, se relaciona com a construção de polaridades, tais como países desenvolvidos/subdesenvolvidos, Norte/Sul, capitalismo/pré-capitalismo, já que este foi um fenômeno que acompanhou a investigação documental, em especial quando nos dedicávamos à pesquisa de documentos e referências internacionais sobre a gestão de recursos naturais. Como destacaremos ao longo deste trabalho, a relação entre Norte/Sul e a emergência da questão ambiental pôde ser identificada desde de Estocolmo (1972) até o reconhecimento do direito a água pelas Nações Unidas em 2010.

A fala de Emmanuel Poilane, diretor da fundação *France Libertés*, destacada por Eduardo Febbro em reportagem do periódico Carta Maior<sup>3</sup>, a respeito da declaração da água como um direito humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010, é reveladora sobre a necessidade de aprofundar a questão proposta neste trabalho. Poilane aponta que dos 193 países que integram a ONU somente trinta inscreveram este direito em suas constituições, sendo todos eles países do Sul global.

Essa pesquisa tratou de investigar, portanto, se a produção de conhecimento técnico-científico sobre a temática ambiental e, em especial, sobre a água estão ancorados em uma construção discursiva que corrobora para uma dinâmica de hierarquização de saberes sobre o tema que responde a uma polarização entre Norte/Sul globais.

Adotando o referencial supracitado procuramos desenvolver uma compreensão sobre discursos presentes nos debates internacionais enquanto um potencial conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos diferentes, obedecem a uma mesma ordem de funcionamento. Esta última consolida, por sua vez, uma norma reguladora que estabelece a organização do real por meio da produção dos saberes e das verdades compartilhadas discriminando outras formas de saber que não são orientadas por esta ordem. Procuraremos demonstrar que o conhecimento se constitui como causa e efeito de seu tempo, e como tal reflete as estruturas sociais em que está inserido.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Guerra-da-agua-e-silenciosa-mas-ja-esta-em-curso/3/24780>>. Acesso em: jan. 2014.

Buscaremos analisar a emergência das formações discursivas sobre as questões ambientais como um processo que, inevitavelmente, condiciona as percepções e práticas das relações sociais, instaurando-se como um jogo de interesses entre diferentes grupos sociais pela apropriação e pelo monopólio das construções de verdades sobre o saber ambiental. A problemática ambiental desnuda um contexto de crise sobre o entendimento do mundo, desencadeando uma luta sobre novas formas de apropriação dos recursos naturais.

As polarizações encontradas no percurso dos debates sobre meio ambiente parecem obedecer a uma narrativa eurocentrada que pode exercer uma funcionalidade explicativa de mundo atuando como uma categoria classificatória de sociedade e ordenando as estruturas do pensamento e da produção de conhecimento.

Este sistema classificatório consolida-se também como uma chave comparativa, diferenciando as sociedades de acordo com um modelo específico. O exemplo desta noção, como identificado ao longo da pesquisa, é a ideia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como o grupo de países emergentes. É a partir deste modelo comparativo que se constitui e se explica a diferença entre estes grupos.

A ampliação das instâncias multilaterais de discussão nas últimas décadas apresenta-se como um grande desafio para as negociações em escala internacional. Neste sentido, convém analisar como a dinâmica da produção de conhecimento e as deliberações presentes nas arenas internacionais estariam sendo construídas frente a essas narrativas eurocentradas.

A partir da perspectiva pós-colonial, é possível ancorar a pesquisa em uma discussão relevante sobre as construções discursivas nos espaços destinados ao debate internacional sobre água. Pretende-se investigar se esta polaridade *Ocidente e resto do mundo* (HALL,1996) constituem-se como um elemento de legitimação que se pode observar no âmbito das decisões políticas sobre a água.

Os estudos de autores e autoras que trabalham com uma perspectiva pós-colonial, bem como com a corrente decolonial, se mostraram, ao longo desta pesquisa, um referencial importante para a compreensão da questão ambiental e, sobretudo, da forma como a gestão das águas está inserida em um projeto de racionalização e de uma instrumentalização técnica e econômica que promove, a

princípio, uma aporia central da questão ambiental entre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza.

No contexto das conferências dedicadas à questão ambiental e à água, esta pesquisa pretende construir uma investigação crítica sobre a produção discursiva que fundamenta e legitima as ações políticas sobre a água. A pesquisa se concentrará em desenvolver uma análise sobre a ordem discursiva que caracteriza um quadro crítico da exploração deste recurso natural e possíveis contribuições das ciências sociais para compreender esta questão.

Concentraremos nossa investigação na criação e na dinâmica do Conselho Mundial da Água, bem como nos Fóruns Mundiais da Água organizados por esta entidade. Estes encontros internacionais são considerados um dos principais eventos sobre o tema no mundo. O Conselho pode ser considerado uma das maiores instâncias de debate, com alcance global, dedicada à água e a participação neste espaço congrega empresas privadas, instâncias de governo e sociedade civil organizada.

Embora esta entidade não possua nenhum poder deliberativo sobre a gestão das águas, atuando principalmente como um catalisador dos debates institucionalizados, é possível identificar uma agenda própria sobre a temática da água, como procuraremos abordar ao longo da pesquisa. Para a realização de tal tarefa iremos analisar os relatórios publicados pelo Conselho que podem ser categorizados por três grupos, a saber: relatórios temáticos; relatórios de atividades da entidade e relatórios dedicados aos debates realizados nos Fóruns Mundiais da Água. A partir dessa investigação documental, iniciada nos documentos publicados sobre as conferências sobre meio ambiente e que se seguirá até os documentos do Conselho Mundial da Água, iremos orientar nossa análise guiados pelo o objetivo geral desta tese, que está caracterizado pela análise dos possíveis impactos da colonialidade na produção discursiva sobre a questão ambiental, em especial nas argumentações construídas pelo Conselho Mundial da Água.

Assim, para o desenvolvimento das proposições apresentadas, estruturamos a tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo iremos abordar as questões centrais que fundamentaram a perspectiva adotada para abordar a moderna questão ambiental. Dessa forma, utilizando parte do referencial proposto, iremos analisar como as dimensões de sujeito, sociedade e natureza são construídas historicamente ao longo da emergência da modernidade. A constituição

do pensamento científico e a expansão da Europa sobre a América serão eixos explicativos fundamentais para compreendermos quais são os processos sócio-históricos que sustentam uma concepção específica de mundo que vivenciamos na contemporaneidade. Discutiremos assim as concepções de sociedade, natureza e sujeito, procurando demonstrar a importância da desnaturalização dos conceitos para se entender como ideias universais operam como uma narrativa classificatória de dominação.

No segundo capítulo, apresentaremos uma extensa pesquisa documental sobre os principais encontros que caracterizaram o debate sobre a questão ambiental e sobre a água nos últimos quarenta anos. Esta pesquisa revelou uma relação profunda entre a temática ambiental e as polarizações classificatórias tratadas pelo referencial teórico. Daremos especial atenção à temática da água, descrevendo os principais marcos que caracterizaram o debate. A construção discursiva sobre a crise, bem como as soluções apresentadas para se enfrentar esta problemática refletem, como poderemos observar, concepções específicas permeadas por uma disputa sobre a construção discursiva que irá ordenar não só o debate como também a complexa dinâmica global sobre a gestão dos recursos hídricos.

Em seguida, no terceiro capítulo, nos concentraremos no objeto central da pesquisa, apresentando uma descrição e análise do Conselho Mundial da Água, bem como dos Fóruns Mundiais da Água. Esta arena internacional que busca concentrar os diversos sujeitos interessados sobre o tema revela-se como um objeto importante para a compreensão da produção discursiva sobre a crise da água, pois evidencia as forças interessadas na posse e na legitimidade sobre este discurso. Para tanto, serão expostas as análises dos documentos publicados pelo Conselho que oferecem um quadro significativo de sua agenda e de seus mecanismos para uma produção discursiva aparentemente neutra e despolitizada. As entrevistas semi-estruturadas também serão expostas nesta etapa, complementando a análise sobre o objeto da investigação.

No quarto capítulo destacaremos as principais questões levantadas a partir do referencial utilizado e suas contribuições a respeito da temática ambiental, da água e, em especial, da construção discursiva realizada pelo Conselho Mundial da Água.

## 1

**NATUREZA, SUJEITO E SOCIEDADE: REPRESENTAÇÕES DE UM DISCURSO**

Os mecanismos lançados com o objetivo de mitigar os danos ambientais e consolidar o paradigma de desenvolvimento sustentável que testemunhamos hoje são resultados da consolidação de uma perspectiva específica de relação entre sociedade e natureza. Começamos nossa investigação procurando identificar alguns pontos centrais do pensamento ocidental que sustentam a perspectiva hegemônica contemporânea sobre meio ambiente.

Não é possível compreender o debate global sobre a temática ambiental se não escavarmos os processos históricos que fundamentam a perspectiva hegemônica na contemporaneidade. Desse modo, partimos de dois pressupostos principais. O primeiro é de que o discurso científico assume um papel fundamental na descrição e nos diagnósticos da temática ambiental. O segundo pressuposto consiste na especificidade deste mesmo discurso, que não é universal como se pretende. Ele é específico e sua trajetória histórica contribui para compreendermos a ordenação e o controle sobre a natureza como um processo fluido de disputa que converge para processos de colonialidades do saber, como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho.

A afirmação destes dois pressupostos nos leva à confecção deste primeiro capítulo. Temos por objetivo demonstrar, em primeiro lugar, que a revolução científica europeia, que ocorreu a partir do século XVI, permite que a ideia de universalidade encontrada no método científico seja também utilizada como uma ferramenta de poder, além de uma possibilidade de compreender e ordenar um

mundo que se sobressai a todas as particularidades do tempo e espaço da história humana. O conhecimento científico nestes moldes configura-se, portanto, como um caminho de verdade absoluta e, por isso mesmo, assume um papel fundamental para sustentar discursivamente o processo extremamente violento da colonização europeia. Não buscamos, aqui, fazer uma crítica à intencionalidade da ação da revolução científica, mas sim procurar entender o seu papel no processo de justificação da ação.

Desta forma, este capítulo será dividido em três sessões que terão como objetivo, fundamentar a argumentação que será realizada durante todo o trabalho. Construiremos uma análise sobre o grande impacto da revolução científica dos séculos XVI e XVII e sua profunda alteração da projeção da sociedade sobre a natureza. A perspectiva da investigação científica e a construção de um método que compreende e ordena a natureza foram determinantes para a consolidação do paradigma da modernidade.

Em seguida, voltaremos nossa atenção à expansão europeia, em especial o descobrimento do continente americano, e como esse fenômeno caracterizou a particularidade da perspectiva moderna como paradigma de compreensão do mundo. Este processo se constitui, como demonstraremos, por uma dicotomia importante que se dá na dimensão do sujeito, trata-se da polaridade colonizador/colonizado. Buscaremos compreender de que forma essa dicotomia sustenta as hierarquizações e classificações específicas que dão contornos à imagem do sujeito.

Como terceiro ponto deste capítulo, lançaremos mão de um referencial teórico que se dedica à construção de uma perspectiva crítica sobre a modernidade, procurando compreender de que forma suas características centrais dinamizam as narrativas globais contemporâneas.

### **1.1 A ciência moderna e o controle da natureza**

A ideia de natureza contém, como destaca Williams (2011, p. 89), “uma quantidade extraordinária de história humana”. Nesse sentido, observar como a sociedade se relaciona e se distingue da natureza é também compreender as

concepções de sujeito e de sociedade. Williams (2011) afirma que em relação à ideia de natureza, o que importa não é o seu significado mais adequado, mas sim a história e a complexidade de seus significados. Para compreendermos a questão contemporânea da crise ambiental faz-se necessário entendermos que a capacidade e o desejo de intervir na natureza, tão comuns na concepção que vivenciamos hoje, pressupõem, em primeiro lugar, a separação da sociedade e da natureza.

A análise realizada por esse autor nos proporciona um primeiro passo fundamental: conferir história à ideia de natureza. A passagem entre as duas primeiras grandes concepções sobre a natureza, descrita por Williams (2011), é pertinente para o exercício de retomada conceitual que nos propomos aqui.

As primeiras concepções de natureza parecem estar associadas, segundo este autor, a um sentido físico que parecia conter as leis essenciais e, portanto, imutáveis da natureza. Dessa forma, a complexidade do mundo poderia ser entendida a partir da organização da multiplicidade das coisas em um único princípio: a natureza. A segunda concepção exposta por este autor se refere ao contexto ocidental ortodoxo medieval, em que Deus era o ser absoluto, mas a natureza era sua ministra e deputada. Essa segunda ideia de natureza é contexto para o nascimento da investigação científica moderna e foi tema de debate sobre como o conhecimento e a investigação científica deveriam abordar esta entidade.

A passagem entre estas duas concepções pode ser compreendida pela passagem - e aqui tomaremos liberdade para realizar uma grande generalização - entre a concepção grega da natureza e a emergência do iluminismo. Embora este período mereça uma reflexão muito mais profunda do que iremos realizar aqui, podemos, sucintamente, identificar pontos centrais dessa transição que contribuem para a argumentação central que nos propomos neste capítulo.

Na Idade Média houve um processo gradual de consolidação da metafísica aristotélica como principal referencial nos trabalhos filosóficos europeus. A dimensão ontológica proposta por Aristóteles permeava grande parte do debate filosófico. Esse paradigma compreendia que todas as substâncias seriam compostas por matéria, forma e princípio ativo. Essa última característica seria responsável pelo comportamento e pelas relações causais entre as formas. Assim, as mudanças que dinamizam o mundo físico seriam mudanças das formas das substâncias, o que daria novas potencialidades às matérias (SKIRRY, 2010).

Na releitura católica o conceito de *physis* (natureza), descrito por Aristóteles, passa a ser compreendido como criação divina que, possuindo uma origem racional, poderia ser compreendida pelo humano, ou seja, essa interpretação concilia as concepções da filosofia grega e cristã dando origem à ideia de que o universo é a criação racional de Deus (SKIRRY, 2010). A discussão que se segue a essa corrente do pensamento medieval é de que o homem dotado de razão teria, então, o poder de ordenar o mundo. Essa discussão entende que as transformações no universo não eram resultados pelas substâncias compostas de formais essências na matéria, mas sim do contato entre as matérias que possuem propriedades geométricas e de movimento. O choque e a interação dessas matérias seriam responsáveis pelo movimento e pelo devir do universo. Trata-se do que se conhece pelo nome de ‘abordagem mecânica’ da natureza ou filosofia mecânica.

A visão iluminista da natureza se fundamenta em oposição à visão aristotélica. Copérnico (1473-1543), Telesio (1508-1588) e Bruno (1548-1600) tinham como argumentação central a ideia de que o mundo natural não se comportava como um grande organismo vivo e, assim, seria incapaz de ordenar seus próprios movimentos racionalmente. Neste sentido, acreditava-se que o movimento é imposto por uma força exterior ao mundo físico e este sim poderia ser compreendido através da elaboração das leis da natureza. A natureza, portanto, não seria um organismo, mas sim uma máquina. Um arranjo de partes que interagem entre si. E o propósito de tal interação só poderia ser entendido por uma mente racional fora de si (COLLINGWOOD, 1945).

Os pensadores iluministas, como os gregos, viram na ordem de um mundo natural uma expressão de inteligência. Contudo, o ponto de distinção entre eles reside no fato de que para os gregos essa inteligência era propriedade da natureza, enquanto que para os pensadores iluministas esta inteligência estava fora e caracterizava-se por algo diferente do mundo natural. Esta distinção é a chave para compreendermos os caminhos que sustentam a narrativa moderna. Pois a inteligência, a razão ou a força que dá sentido ao mundo estaria, a partir da visão iluminista, fora do mundo natural (SKIRRY, 2010).

A abordagem mecânica tem em Descartes (1973) um de seus maiores representantes. A concepção desse filósofo transformou radicalmente a percepção sobre a natureza. A interpretação matemática dos fenômenos naturais constitui uma

nova concepção de leis interpretativas sobre o mundo natural, a partir do princípio de conservação do movimento. Sua filosofia, sustentada a partir da matemática, formulou um novo método de conceber as leis da natureza a partir do princípio de conservação do movimento. Neste sentido, a filosofia cartesiana substitui a ontologia aristotélica, já que na concepção aristotélica os elementos que compõem a natureza eram explicados por suas qualidades essenciais, passando agora a serem concebidos exclusivamente por seus atributos quantificáveis, ou seja, a natureza passa a ser interpretada como sendo constituída por matéria e movimento.

Descartes (1973) se concentra em compreender o mundo a partir do que considera sua característica primordial, a dimensão espacial tridimensional, ou seja, a partir das propriedades de comprimento, largura e profundidade da matéria. Essa interpretação passa a compreender a natureza como um espaço tridimensional constituído por quantidades diferentes de matéria e não mais de qualidades diferentes de matéria.

A filosofia cartesiana apresenta uma concepção do mundo como uma máquina, enquanto a filosofia aristotélica concebia o mundo como um organismo – *organón* –, que pressupunha uma indissociabilidade entre matéria e forma. A complexidade das relações causais, bem como a noção de causa final - proposta por Aristóteles - é abandonada por Descartes. A causa final aristotélica consiste em atingir a plenitude da forma (propriedades essenciais sem as quais uma coisa deixa de ser o que ela é) e representa, portanto, uma finalidade para os seres da natureza, o que também foi chamado de teleologia.

A causa eficiente (mais simplista), ou seja, o conjunto de ações e processos através dos quais algo surgiu, passa a ser a mais valorizada na abordagem cartesiana, sendo reformulada como causa mecânica. Nesta última, compreende-se que todos os corpos materiais só mudam seus estados quando uma causa externa age sobre eles. Portanto, não há movimento ou transformação, pensado a partir de uma causa interna.

A separação entre o mundo natural e a inteligência ou razão, também é verificada no conceito de psique cartesiana, que passa agora a ser tratada como mente ou alma. Aristóteles entendia a psique como princípio da vida e Descartes defendia que a alma está essencialmente ligada ao pensamento. O chamado dualismo ontológico cartesiano diz respeito à separação proposta pelo filósofo entre

mente e corpo, que seriam feitos de coisas diferentes, ou seja, teriam naturezas distintas. O corpo é extensão e, portanto, seria regido pelas regras da matéria, admitindo apenas a causa mecânica.

O corpo humano, segundo o pensamento cartesiano, seria uma estátua ou máquina de terra, perfeita, criada por Deus, ser perfeito. Já a mente, segundo o filósofo, admite a existência de uma causa final. A concepção cartesiana do humano é caracterizada pela dualidade entre mente e corpo que estaria, portanto, parcialmente submetido às regras mecânicas. Os comportamentos não vinculados à noção de pensamento são atribuídos ao corpo. Dessa forma, todos os movimentos que não são atribuídos à alma, são atribuídos à máquina (SKIRRY, 2010).

Descartes (2010) destacou que era necessário primeiro encontrar a natureza mais fundamental que compõe o ser humano que, segundo o filósofo, é o pensamento. Para tanto, desenvolveu o método da dúvida ou dúvida metódica, que consiste em colocar em dúvida todas as crenças e visões da realidade que se possa encontrar. Não se deve considerar como verdadeiro nada além daquilo que se mostre à mente, de modo tão claro e distinto, que seja impossível duvidar. São objetos da dúvida os fundamentos ou princípios sobre os quais se baseiam as crenças, que são definidas como sendo de dois tipos: as *crenças baseadas nas sensações* e as *crenças baseadas no raciocínio matemático* (SKIRRY, 2010).

Independente do tipo, todas as crenças devem ser colocadas em dúvida. Entretanto, as dúvidas se referem ao conteúdo verdadeiro ou falso daquilo que é conhecido. Dessa maneira, a dúvida não pode pôr em dúvida o ser que conhece que está duvidando. Deste raciocínio surge a expressão: 'Penso, logo existo'. Este, para Descartes (2010), é o primeiro e mais certo pensamento que não pode ser duvidado, pois se caracterizaria como uma contradição supor que não existe o sujeito que pensa no momento em que pensa. Duvidar requer, portanto, um sujeito ou ator, e disso não se pode duvidar.

O dualismo ontológico cartesiano faz uma distinção entre qualidades da mente e do corpo. De acordo com Descartes (2010), o corpo é extenso e não pensante, porque é assim que ele é percebido pela coisa pensante (sujeito). Por trás da noção de extensão está a ideia de algo que ocupa lugar no espaço, portanto, extensão é matéria. Em contrapartida, a mente seria a coisa pensante e não extensa (imaterial). Dessa forma, Descartes (2010) conclui que o sujeito do conhecimento,

ou ser pensante, existe de forma indubitável e sua natureza é o pensamento.

O pensamento cartesiano pressupõe, portanto, um sujeito dotado de razão e desprendido de qualquer particularidade ou contexto social. Essa exigência para se alcançar o conhecimento científico pressupõe também uma impossibilidade de diálogo com qualquer outra forma de saber e de conhecimento que não obedeça ao mesmo método. Como descreve Castro-Gómez (2005), trata-se do *punto cero*, ou ponto zero, de observação capaz de garantir a objetividade da produção do conhecimento científico. O método proposto por Descartes procura converter a Ciência em um conhecimento absoluto que desvenda as leis que regem o universo.

Essa perspectiva científica sustenta duas imagens centrais para caracterizarmos a modernidade: o sujeito racional moderno e a natureza, inerte e quantificável. Estas duas abstrações universais são rapidamente preenchidas pela dinâmica de poder do contexto sócio-histórico. A despeito da vontade de Descartes, seu método passa a sustentar diversas formas de relação de dominação. A tarefa de sujeito racional, digno de se colocar no ponto zero para produzir o conhecimento, foi ocupada pelo mais específico dos sujeitos: o homem, branco e europeu. As categorias opostas a esse sujeito específico foram classificadas, a partir dessa perspectiva, mais próximas da natureza do que da razão.

Temos, portanto, dois elementos que merecem nossa atenção. O primeiro deles se refere a quem é esse sujeito autorizado para ocupar esse papel de ordenação e domínio sobre o mundo, ou seja, qual é o sujeito que ocupa o lugar do ponto zero. O segundo aspecto diz respeito às consequências dessa perspectiva na forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Atentar-nos-emos, neste momento, no primeiro ponto.

Essa mudança radical trazida pela perspectiva científica também proporciona consequências diretas na relação entre a sociedade e a natureza. A ideia de natureza assume um papel importante da narrativa, caracterizada como uma desordem caótica que deveria ser controlada. Como aponta Merchant (1980), as referências deste embate estavam diretamente associadas às imagens do homem e da mulher. O feminino carregava os signos da fertilidade, mas também do descontrole. Cabia ao homem, e seus signos de ordem e razão, o exercício do poder, do controle e do ordenamento.

Não por acaso, é no início da idade moderna europeia que testemunhamos a condenação e execução de milhares de mulheres consideradas bruxas. É comum associar a caça às bruxas ao período medieval, mas foi durante o início da idade moderna que este fenômeno se intensificou (MERCHANT, 1980). Estabelece-se aqui um paralelo importante para nossa argumentação. A violência institucionalizada contra milhares de mulheres, neste período, referia-se também ao conhecimento que elas carregavam, queimavam-se os corpos assim como os saberes que identificavam estas mulheres como inimigas da razão e da ordem científica que se iniciava na Europa (GROSFOGUEL, 2013).

A argumentação de Merchant (1980) contribui sobremaneira ao que pretendemos expor nesta etapa do trabalho. A análise realizada pela autora sobre a retórica de Francis Bacon (1561-1626) traz contribuições importantes para compreendermos o processo de transição entre o fim do período feudal e o início do período do capitalismo mercantil e do surgimento do Estado-Nação. Embora Merchant (1980) não se dedique a falar da relação intrínseca deste período com a colonização das Américas, sua obra elenca elementos importantes para pensarmos como a projeção da sociedade determina a compreensão da natureza.

A revolução científica deste período assume um papel importante para a sustentação do sistema de produção capitalista, pois é por meio de seu constructo que o paradigma moderno vai determinar as formas de gerência da natureza e emancipação da sociedade. A obra de Merchant (1980) recebeu críticas por aqueles que acreditavam ser injusta a associação do pai da ciência moderna à violência contra a natureza e contra a mulher. Entretanto, a autora pondera que Bacon defendia a investigação científica para desvendar o funcionamento do mundo. Sem nos deter neste embate, nos apoiamos na argumentação de Merchant (1980) para compreendermos como o afloramento do pensamento científico nos séculos XVI e XVII é fundamental para a compreensão da questão ambiental e do curso da noção de natureza ao longo do tempo.

Já demonstramos anteriormente que a ideia de natureza compreendida como uma máquina promove alguns distanciamentos, como por exemplo, sociedade/natureza e mente/corpo. Esses distanciamentos tiveram, como veremos a seguir, funções específicas para a classificação hierárquica entre indivíduos, sociedades e culturas. No texto de Merchant (1980), no entanto, é possível

complementar esse quadro sobre a formação do pensamento moderno através de mais dois elementos. O primeiro deles é a conexão histórica entre o domínio da natureza e o domínio das mulheres, ambos fundamentados pelas distinções binárias que citamos anteriormente. O segundo elemento diz respeito à forma de dominação.

Em posse da razão e de um dever moral e civilizatório, emerge um método exploratório e experimental sobre a natureza que, como descreve Merchant (1980), relaciona-se diretamente com a violência da dominação do homem sobre a mulher e sobre a natureza.

A autora procura examinar os valores associados às imagens das mulheres e da natureza e como estes elementos se relacionam com a formação do mundo moderno e suas implicações para a sociedade contemporânea. Merchant (1980) defende a necessidade do reexame histórico da formação do pensamento científico, pois acredita que a concepção mecanicista do mundo promoveu uma dominação e uma violência específica sobre as mulheres e a natureza. O esforço central de seu trabalho consiste, portanto, em uma ampla síntese das mudanças históricas e sociais associadas à revolução científica.

Merchant (1980) descreve a transição para o mundo moderno como uma passagem entre a visão de um mundo orgânico, natural e feminino para uma cosmologia mecanicista em que a matéria passa a ser considerada inerte. Embora esta visão pré-moderna possa ser considerada simplista, reconhece que esse período possui uma grande diversidade cultural que se fragmenta em diversas concepções. Esse resgate serve, no entanto, para apontar que diversos sistemas antigos de conhecimento consolidaram uma regulação do comportamento humano em relação à terra.

Um exemplo que ilustra uma dessas percepções pré-modernas é descrito pela autora. Na referida passagem, ela descreve um caso em que o historiador romano Plínio advertia ao Senado sobre os perigos da atividade mineradora, afirmando que esta seria responsável por terremotos provocados pela indignação da natureza. Esse procedimento intrusivo também teria contribuído para corromper os homens, contribuindo para os roubos, assassinatos, etc. As concepções orgânicas enfatizavam, segundo Merchant (1980), inter-relações ao invés de hierarquia e domínio.

Neste ponto Merchant (1980) se concentra na análise do pensamento de Francis Bacon. O filósofo acreditava que a religião e a ciência eram pilares centrais para trazer progresso à humanidade. O aspecto experimentais da Ciência ganha força neste período, valorizando a ideia de crescimento das riquezas materiais e inovações tecnológicas inerentes ao início do capitalismo. O paradigma mecanicista de Descartes e o programa de intervenção na natureza de Bacon corroboram com a ideia de remover o espírito da natureza e do corpo humano.

A autora sustentou que as filosofias mecanicistas da natureza, facilmente associadas à hierarquia e ao poder social, acabaram por orientar a gestão de ambos: natureza e sociedade (MERCHANT, 1980). Segundo a autora, este programa de controle sobre a natureza apresenta-se como herança contemporânea através de ideias utilitárias de gerenciamento da natureza.

Natureza é uma ideia que reflete as projeções das relações e as estruturas sociais. O que podemos observar com a consolidação do projeto de modernidade eurocentrado é que estes diversos significados foram sendo enclausurados por uma concepção específica de natureza que se encaixa em um modelo determinado de desenvolvimento e controle.

Nos séculos XVI e XVII temos importantes processos convergentes para entendermos como a emergência do pensamento científico e da nova ordem econômica moderna se relacionam com a expansão europeia para o continente americano. Entendemos que a concepção de natureza está diretamente ligada com o tipo de sociedade em que vivemos, ou seja, trata-se de uma projeção do pensamento, e este deve ser contextualizado.

A estrutura do sujeito moderno se fundamenta centralmente na argumentação cartesiana e é determinante para dar uma característica universal ao conhecimento científico. Dussel (1994) se dedica a uma revisão do pensamento cartesiano para compreender as consequências de uma produção de conhecimento que se nega a revelar sua contextualização histórica no espaço-tempo. O primeiro ponto de contextualização está sustentado, aqui, no trabalho ecofeminista de Merchant (1980). Entretanto, Dussel (2008) descreve outros elementos centrais para caracterizarmos o sujeito moderno. Iniciamos essa caracterização com o que segue:

Essa máquina pura não vai expressar a sua cor de pele ou raça (evidentemente Descartes pensa a partir da raça branca), nem obviamente seu sexo (igualmente pensa apenas a partir do sexo masculino), e é a de um europeu (não caracteriza nem se refere a um corpo colonial, de um índio, um escravo africano ou asiático). A indeterminação quantitativa de toda *qualidade* será, igualmente, o começo de todas as abstrações ilusórias do "ponto zero" da subjetividade filosófica moderna e da constituição do corpo como uma mercadoria quantificável pelo preço (como ocorre no sistema de escravatura ou de salário no capitalismo) (DUSSEL, 2008, p. 165)<sup>4</sup>.

As categorias abstratas formuladas por Descartes em 1636 estariam, segundo Dussel (1994), fundamentadas no que o autor vai denominar de *ego conquiro*. Desse modo, as formulações universais do pensamento cartesiano não devem, segundo essa perspectiva, ser compreendidas sem sua contextualização histórica. O universalismo moderno consolida-se, dessa maneira, como subjetivo. E a construção do sujeito racional moderno se sustenta a partir das distinções entre os sujeitos.

A conquista da América é ponto central na análise de Dussel (1977, 1994, 2005) não só para compreendermos a emergência da modernidade, mas também para caracterizar o sujeito moderno. A conquista da América, segundo o autor, foi um processo militar, prático e violento que inclui dialeticamente o Outro como o mesmo. A distinção e a alteridade são, a princípio, negadas e o Outro é compreendido como submisso e inferior. Sua classificação de inferioridade é incorporada pela totalidade do pensamento moderno e o Outro é relegado à dimensão de coisa, instrumento, máquina humana incapaz de gerar conhecimento (Dussel, 1994).

A subjetividade do conquistador foi caracterizando uma ordem hierarquizada dos sujeitos. Segundo o autor, o conquistador é o primeiro sujeito moderno ativo, prático, que impõe sua individualidade ao Outro sobre a prerrogativa civilizatória. Temos, portanto, a partir do referencial de Merchant (1980) e Dussel (1977, 1994, 2005), uma breve contextualização que confere características

---

<sup>4</sup> Esa pura máquina no advertirá su color de piel ni de raza (evidentemente Descartes sólo piensa desde la raza blanca), ni obviamente su sexo (igualmente piensa sólo desde el sexo masculino), y es la de un europeo (no dibuja ni se refiere a un cuerpo colonial, de un indio, de un esclavo africano o de un asiático). La indeterminación cuantitativa de toda *cualidad* será igualmente el comienzo de todas las abstracciones ilusorias del «punto cero» de la moderna subjetividad filosófica y de la constitución del cuerpo como mercancía cuantificable con un precio (como acontece en el sistema de la esclavitud o del salario en el capitalismo) (DUSSEL, 2008, p. 165).

específicas para o sujeito moderno. Seguimos agora com referenciais que contribuem para compreender as consequências desse paradigma moderno na produção do conhecimento e intervenção na natureza.

O pensamento cartesiano configura-se em um elemento central do que Toulmin (1992) vai denominar como mudança de mentalidade do pensamento. É com a revolução científica que ocorre entre os séculos XVII e XVIII que a atenção passa a se voltar para o conhecimento prático e para as experiências da dinâmica social. Quatro grandes transformações são destacadas por Toulmin (1992), como características principais dessa nova perspectiva do pensamento, a saber:

a) *Da retórica para a escrita.* Depois de 1630 a tradição da filosofia moderna europeia passou a se concentrar exclusivamente na análise de documentos escritos. Estes, por sua vez, seriam construídos através da linguagem matemática e compreendidos apenas pelos especialistas.

b) *Do particular para o universal.* A resolução jurídica e moral baseada em casos particulares dá lugar a uma concepção universal que serve de referência para todos os casos.

c) *Do local para o geral.* A produção de conhecimento sustentada por casos localizados deu lugar a uma produção discursiva baseada em axiomas abstratos que eram considerados mais puros e menos sujeitos a erro.

d) *O tempo e espaço desconsiderado.* A concepção moderna de produção científica desconsiderava absolutamente o contexto espaço-temporal onde o conhecimento estava sendo produzido.

Como conclui Toulmin (1992, p. 35) a respeito dessas quatro características:

Procedimentos para lidar com tipos específicos de problemas, ou classes limitadas de casos, nunca foram uma preocupação central da filosofia moderna, em vez disso, ela tem se concentrado em métodos abstratos, atemporais, produzindo soluções gerais para problemas universais. Assim, a partir de 1630, o foco das investigações

filosóficas ignorou o particular, o concreto, o temporal e os detalhes locais das atividades da vida cotidiana: em vez disso, transferiu-se para um plano superior, estratosférico, em que natureza e ética estão em conformidade com as teorias universais, atemporais, abstratas e gerais<sup>5</sup>.

O quadro descrito pelo autor diz respeito ao mesmo processo analisado por Adorno e Horkheimer (1985). Os autores da Escola de Frankfurt vão denominar esse processo como esclarecimento, compreendendo-o em um sentido amplo do progresso, que busca livrar a sociedade do medo promovendo o sujeito esclarecido à posição de senhor que domina a natureza. O impacto desse programa consolida uma intensificação da exploração dos trabalhadores e da natureza pela técnica, pelo método consolidado e pela ciência experimental. A análise de Adorno e Horkheimer (1985) mostra que o mais importante no método não é a satisfação de encontrar a verdade, mas sim ir de encontro com o procedimento eficaz. Neste sentido, é aqui também que se encontra a dimensão moral e ética do discurso científico, pois através do procedimento eficaz seria possível melhorar a vida humana.

Os autores da escola de Frankfurt estabelecem uma crítica profunda à consolidação desse pensamento e o denominam de “esclarecimento”. Para estes autores, o “esclarecimento” é constituído por uma série de fenômenos modernos, em que se destaca, sobretudo, o processo de *racionalização*, que rompe com a tradição e faz com que os hábitos de vida modernos sejam guiados pela lógica do cálculo e da previsibilidade.

A ciência pautada na razão instrumental propõe, como ressaltam os autores, a *desmitologização do mundo* - que leva o homem moderno a deixar de lado suas crenças antigas, apostando exclusivamente nas crenças baseadas na razão - e a *matematização do conhecimento* - que considera como conhecimento válido apenas aquilo que é comprovado e testado segundo a lógica racional da ciência moderna.

---

<sup>5</sup> Procedures for handling specific types of problems, or limited classes of cases, have never been a central concern of modern philosophy rather, it has concentrate on abstract, timeless methods of deriving general solutions to universal problems. Thus, from 1630 on, the focus of philosophical inquiries has ignored the particular, concrete, timely and local details of everyday human affairs: instead, it has shifted to a higher, stratospheripc plane, on which nature and ethics conform to abstract timeless, general, and universal theories (TOULMIN, 1992, p. 35).

Em um sentido amplo, Adorno e Horkheimer (1985) apontam que o progresso do conhecimento proposto pelo “esclarecimento” visa livrar a sociedade do medo e da sujeição ao mundo que não controla, oferecendo aos homens o cargo de senhores que controlam e ordenam o mundo. Trata-se, portanto, do *saber como aparato de dominação*, já que a posse do domínio racional proporciona também a prática de dominação política e econômica sobre o mundo. O poder e o conhecimento convergem para um elemento único na modernidade. A consequência desse processo, como destacam os autores, é a *alienação do indivíduo*, que está sujeito à técnica racional como verdade.

Esse processo confere uma aparência positiva à sociedade capitalista, intrinsecamente ligado ao progresso e à emancipação da humanidade através do seu meio de produção e exposição do seu estilo de vida. Isso se dá a partir da exacerbação da técnica que se consolida por meio dos métodos burocráticos e tecnicistas, baseados na racionalidade, no cálculo e na disciplina. A narrativa moderna se sustenta conferindo a esse processo a característica de meio mais correto para o desenvolvimento das diretrizes modernas.

Importante salientar que a “razão” criticada por Adorno e Horkheimer (1985) é a chamada *Razão Instrumental*, pautada exclusivamente na técnica, que se consolida como consequência direta da racionalidade do “esclarecimento”. A lógica proposta pela razão técnica é quantificadora e universal, e como veremos ao longo desse trabalho se funde ao desenvolvimento da sociedade capitalista moderna e a um sujeito racional moderno específico, se disseminando por todas as esferas da modernidade.

Para Adorno e Horkheimer (1985) o efeito desse fenômeno é o desenvolvimento da lógica instrumentalizada e imediatista que promove o fim do pensamento e a desvalorização da filosofia. A razão técnica utiliza o conhecimento matemático como um constructo, que mantém o pensamento aprisionado em suas fronteiras.

Esse processo leva os autores a concluir que o “esclarecimento” torna-se totalitário, já que estabelece um processo de relações sociais predeterminadas e de forma burocratizada. O sujeito moderno, fruto do “esclarecimento”, segundo Adorno e Horkheimer (1985), é aquele que equivocadamente se considera livre, pois toda e qualquer forma de particularismo ou

dogma sucumbe diante do diagnóstico racional e da mentalidade insistente em busca de verdades. Logo, a razão instrumental tem como objetivo final o desencantamento do mundo. E com esse desencantamento esvaem todos os costumes e tradições, fé e religiosidade, vivências e experiências de vida que não são adequáveis aos moldes racionais de observação e classificação. Como destacam os autores:

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este, conhecemos na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para-ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação. Essa identidade constitui a unidade da natureza (ADORNO; HOKHEIMER, 1985, p.7).

Tomando a contextualização histórica sobre a ideia de natureza como ponto de partida, adotamos o pressuposto de que a forma como a relação entre sociedade e natureza se estabelece é determinada pelo contexto sócio-histórico e, portanto, essas concepções cristalizam relações específicas de poder e dominação que caracterizam determinado contexto. Desse modo, as ferramentas teóricas deixadas pela perspectiva marxista são fundamentais para resgatar a dimensão histórica dos processos produtivos e, conseqüentemente, da relação trabalho e natureza.

A exploração e o domínio da natureza são elementos fundadores das ideias que forjaram a ciência moderna e o sistema capitalista. Adorno e Horkheimer (1985) partem desse ponto para fundamentar suas análises. Neste sentido, a passagem a seguir assenta o diagnóstico central realizado pelos autores a respeito das conseqüências da consolidação da razão instrumentalista:

(...) o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza

a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da retificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 14-15).

Considerado por muitos, como um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt, Habermas (1968) descreve que a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem para um único sistema. Os interesses sociais continuam a direcionar o progresso técnico e científico, contudo, o processo inverso também se mostra verdadeiro. A sociedade também se reprograma para que o desenvolvimento técnico-científico não seja interrompido e que, por sua vez, responda ao crescimento econômico e a sua expansão constante.

Cria-se assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso científico. A legalidade imanente de tal progresso parece produzir as coações materiais pelas quais se deve pautar uma política que se submete às necessidades funcionais (HABERMAS, 1968, p. 73).

Embora Marx não tenha se dedicado com grande fôlego aos processos de degradação da natureza como consequência de um sistema de produção de valor excedente, seu referencial teórico mostra-se importante para a reflexão sobre a questão ambiental atual, já que a instrumentalização econômica dos recursos naturais, tal qual observamos no cenário atual, ignoram a característica sócio-histórica da produção, como destaca Leff (1986, p. 333) sobre o marxismo:

O marxismo não desenvolveu uma teoria da produção que incorporasse a base ecológica e o potencial ambiental no desenvolvimento das forças produtivas e que os articulasse com as relações sociais de produção fundamentadas nos princípios da gestão participativa dos recursos naturais. Neste sentido, as propostas de desenvolvimento sustentável estão se ajustando à

doutrina neoliberal, ao invés de construir uma nova teoria da produção e da implementação de práticas produtivas orientadas pelos princípios da racionalidade ambiental<sup>6</sup>

A perspectiva universalista da modernidade encobre a particularidade desse modelo de relação entre sociedade e natureza. Neste sentido, buscamos destacar com essa contextualização que as relações sociais capitalistas trazem consequências particulares e não universais. A transformação da natureza pela ação da sociedade é uma característica que pode ser considerada geral, no entanto, a forma como a crise ambiental se desenvolve é específica em sua forma, amplitude e ritmo, como destaca Foladori (2001). O autor aponta ainda, que a produção capitalista implica em características exclusivas, sobretudo com relação ao seu princípio de produção ilimitada, que trouxe como consequência a sobrecapacidade do planeta (FOLADORI, 2001).

O autor conclui, dessa forma, que é preciso observar que este fenômeno não se refere a uma característica natural da espécie humana. É, sobretudo, uma característica necessária para dar funcionalidade a um modelo específico de organização econômica. Afirma em sua conclusão que são “as relações sociais entre os seres humanos que condicionam qualquer tipo de relações ecológicas” (FOLADORI, 2001, p. 125). A ecologia humana, para ser consequente, deve se converter em ecologia política.

Os recursos naturais, o trabalho, os meios de produção e as mercadorias revelam-se na perspectiva marxista como efeitos do processo de produção e reprodução do capital (LEFF, 1986). Nesse sentido, faz-se necessária a observação entre o choque da introdução da lógica capitalista e as dinâmicas pré-capitalistas, não objetivando uma construção nostálgica e idealizada das formas tradicionais, mas examinando claramente como a construção simbólica da vida pode ser compreendida a partir da caracterização sócio-histórica da relação entre sociedade e natureza e, conseqüentemente, do sistema produtivo e do trabalho.

---

<sup>6</sup> El marxismo no ha elaborado una teoría de la producción que incorpore las bases ecológicas y el potencial ambiental en el desarrollo de las fuerzas productivas y que las articule con relaciones sociales de producción fundadas en los principios de una gestión participativa de los recursos naturales. Por su parte, las propuestas del desarrollo sustentable se están ajustando a la doctrina neoliberal, antes que a la construcción de una nueva teoría de la producción y a la instrumentación de prácticas productivas guiadas por los principios de racionalidad ambiental (LEFF 1986, p. 333).

Soma-se a esse processo a consolidação de uma perspectiva evolucionista da compreensão da natureza e, portanto, da sociedade. A evidência da evolução, como destaca Williams (2011) é a peça estrutural para a concepção de natureza contemporânea, pois confere a ela não só uma constituição, mas uma história. O processo de personificação da natureza como uma entidade abstrata é retomada no momento atual como uma criadora seletiva, dotada de uma força ordenadora e interventora que seleciona os mais aptos.

A internalização da razão na própria concepção de natureza proporciona uma convergência com o contexto social, o que ajuda a compreender as construções discursivas que podem ser observadas ainda hoje no debate sobre a questão ambiental. A teoria malthusiana, bem como a competição e a eficiência, são elementos que constituem a teoria evolucionista e, surpreendentemente, também encontram uma forte ressonância nos discursos sobre a questão ambiental, em especial sobre os diagnósticos que procuram revelar as causas que levam à crise e à degradação da natureza, como demonstraremos a seguir.

A racionalização sobre a relação entre sociedade e natureza pressupõe também uma abstração específica sobre a concepção do sujeito que irá intervir na natureza. Nesse processo, como destaca Williams (2011), projetamos na natureza nossas próprias atividades e suas consequências. Fracionamos o ambiente de acordo com a divisão do nosso conhecimento e com o nosso modelo de produção, sendo esse segundo elemento um processo central que determina a relação da sociedade com a natureza. A compreensão unidimensional dessa relação exclui as relações sociais que sustentam a sociedade. A atenção que Williams (2011) dedica à ideia de natureza configura-se um prelúdio para as questões centrais deste trabalho, como descreve o próprio autor, “estamos, talvez, começando a visualizar ideias diferentes e sentimentos diversos, e precisamos encontrá-los se quisermos conhecer a natureza como variada e variável, como as condições mutáveis de um mundo humano” (WILLIAMS, 2011, p. 114).

## 1.2 O sujeito moderno e o Outro: a periferia do Ocidente como construção da modernidade

Como apontamos no tópico anterior, 1492 é considerado pela corrente decolonial latino americana como o marco do nascimento da modernidade. Diferentemente das marcações exclusivamente europeias, que são amplamente aceitas como marcos históricos do período moderno, a revisão sócio-histórica proposta por esta rede de pensadores e pensadoras abre a possibilidade de pensarmos o choque de civilização que se inicia em 1492. Este grande marco inauguraria a consolidação de um paradigma hegemônico no qual a Europa é alçada ao papel de protagonista da história humana, justamente pelo estabelecimento de uma relação exploratória com a sua primeira grande periferia, o continente americano.

A conquista das Américas trouxe, além de um impacto violento e profundo à população ameríndia, formas de organização do sistema produtivo que influenciaram a dimensão política e social, consolidando uma ordem colonial determinante para as transformações, inclusive no continente europeu. Como veremos durante a argumentação desse texto, o legado ou herança deste processo de colonialismo ainda é vivenciado intensamente, não mais como um regime formal de domínio sobre o território, mas como uma hierarquização incorporada às instituições.

Pretendemos, em um primeiro momento, nos referenciar em um breve apanhado de trabalhos (STERN, 2006; FLORESCANO, 2006; MORALES, 2006; GORENDER, 2006; URBANO, 2006; MILHOU, 2006; BLACKBURN, 2006)<sup>7</sup> que se dedicaram a revisitar a conquista da América para demonstrar, sobretudo, que o impacto da chegada dos europeus no continente americano alcançou todas as dimensões sociais da população indígena. A revisão histórica da conquista das Américas é certamente um tema amplo e não pode ser compreendido como um processo homogêneo.

---

<sup>7</sup> Estes trabalhos foram apresentados no Simpósio intitulado, 1492 e a população indígena da América, realizado no Equador em janeiro de 1992.

É o que propõe Stern (2006) em seu trabalho ao destacar as implicações políticas da colonização como experiência que é incorporada nas formas de organização social na América contemporânea. Esta obra é especialmente relevante para nossa investigação, pois destaca que a conquista das Américas não pode ser compreendida como um processo homogêneo, já que se trata de uma quantidade enorme de transformações históricas, políticas e sociais.

Nesse sentido, a conquista da América coloca à prova a capacidade moderna de conciliar a pluralidade de culturas humanas através do conceito único de humanidade. Segundo o autor, os conquistadores trouxeram três utopias ou marcos junto ao processo de conquista, a saber: a utopia de riqueza, a evangelização cristã e a preeminência social. As duas primeiras, como aponta Stern (2006), são amplamente conhecidas e debatidas no campo da História, no entanto, a noção de preeminência social é um elemento importante desenvolvido pelo autor e que contribui para os propósitos da argumentação deste trabalho.

Segundo o autor, este senso de superioridade social alçou o conquistador a uma posição de mando e autoridade sobre os seres humanos subordinados e a missão do conquistador europeu conferia a ela uma conduta particular de atitudes e comportamentos que se revelava em uma dominação interpessoal só realizável no continente americano.

Florescano (2006) se dedica ao impacto transformador nas construções de memórias dos indígenas da América Central. A violência e o impacto do domínio espanhol deixaram consequências profundas na estrutura política dos povos maias e astecas, conduzindo a concepção histórica desses povos de uma perspectiva cíclica para uma tradição linear evolutiva da tradição europeia. A partir do caso estudado, este autor afirma que o primeiro efeito da conquista sobre a memória indígena foi a destruição do sistema estatal. Esse processo teve profundos impactos na forma como os povos indígenas da América Central organizavam suas memórias coletivas e ordenavam o presente. Desse modo, o que se observou foi uma repressão de todas as formas de expressão e articulação das memórias dos conquistados. A destruição das instituições indígenas promoveu, segundo o autor, a desagregação das principais unidades políticas indígenas, corroborando assim para uma perspectiva a-histórica dos povos indígenas por parte das narrativas europeias.

O trabalho de Morales (2006) se debruça no estudo das consequências da colonização sobre a população indígena do Caribe. A região caribenha, como destaca o autor, foi cenário dos primeiros choques sangrentos com os europeus. Entretanto, o encontro entre espanhóis e indígenas não foi unidirecional, sendo também marcado por forças de contra aculturação (MORALES, 2006). As particularidades da colonização caribenha trazem ao arquipélago consequências particulares ao seu processo histórico. Este autor destaca alguns pontos centrais a esse respeito. Sua localização geopolítica foi alvo de disputa de diversos estados, como Inglaterra, França e Estados Unidos.

Gorender (2006) se dedica a demonstrar as diferenças entre os processos de colonização espanhola e portuguesa. A escravização generalizada da população indígena foi uma das marcas da colonização do território brasileiro. O despovoamento e a fuga para o interior do território promoveram uma colonização específica, deixando uma herança significativa pós-abolição. O capitalismo brasileiro se desenvolveu diretamente ligado à escravidão. Isso teve, como descreve o autor, consequências diretas nos processos de assimilação do racismo como categoria chave da dinâmica contemporânea no mundo do trabalho no Brasil, relegando à população negra o lugar de reserva de força de trabalho.

A dimensão religiosa deste processo é investigada por Urbano (2006) e Milhou (2006), demonstrando que a política de evangelização no México foi fortemente influenciada pelo tribunal da Santa Inquisição, caracterizado por uma prática violenta de censura e destruição das práticas religiosas indígenas. Essa política de evangelização não impediu, no entanto, que diversos fenômenos de sincretismo tomassem forma. O exemplo mais ilustre deste processo é o caso da Virgem de Guadalupe. Urbano (2006) e Milhou (2006) descrevem dois momentos distintos, no primeiro é possível identificar uma tentativa de compreensão da racionalidade religiosa dos povos indígenas, mas em seguida testemunha-se uma violenta perseguição às religiões ameríndias categorizadas como expressões demoníacas.

Estes trabalhos brevemente abordados servem como uma importante revisitação da história da colonização americana. Os domínios português e espanhol sobre as populações indígenas deixaram como herança o que a corrente decolonial propõe como um sistema classificatório hierárquico sobre a humanidade, e esta

herança pode ser observada, como iremos demonstrar, nas construções discursivas que se pretendem universais e modernas no debate sobre a problemática ambiental.

Estudos que se dedicaram a compreender este legado colonial também nos ajudam a entender as implicações históricas que constituíram a América Latina. O choque e a dominação europeia sobre a América podem ser identificados em várias dimensões sociais.

Blackburn (2006), por exemplo, se concentra em demonstrar como a escravidão colonial foi determinante para a acumulação primitiva do capitalismo industrial que aflorou no continente europeu. Dessa maneira, não foram apenas a exploração e a exportação de matérias-primas que possibilitaram a acumulação, mas também a exploração humana em larga escala que propiciou dimensões colossais à acumulação adquirida no período.

A seleção de trabalhos que percorremos até agora tem por objetivo demonstrar, ainda que de maneira breve, a complexidade da tarefa para se compreender o processo de expansão europeia no continente americano. Poderíamos realizar este apanhado com estudos sobre a colonização do continente africano ou asiático e certamente nos encontraríamos na mesma encruzilhada das diversas particularidades.

Ainda assim, a proposta de compreender as narrativas globais sobre a questão ambiental e, sobretudo, a temática da água exige desta investigação um esforço em tentar compreender como o avanço do discurso moderno é construído a partir de seus pares de oposição, relegados ao papel de elemento negativo ou de ausência de emancipação e progresso. Estas dicotomias operam tanto na dimensão do sujeito como na de sociedade. Dessa forma, daremos atenção a estas duas dimensões a partir de trabalhos importantes dedicados a essas esferas. Começemos pela dimensão do sujeito que se expressa na emergência da modernidade através da dicotomia colonizador/colonizado.

Memmi (2003) se dedica a essa reflexão ao tentar compreender como as identidades entre colonizador e colonizado assumem uma funcionalidade de categorias abstratas, que orientam os valores culturais e determinam uma classificação hierárquica entre estes dois sujeitos. O colonizador é o sujeito que se

desloca para as colônias com a expectativa de realizar seus anseios de lucro e ascensão social que não podem ser contemplados na metrópole.

Desenvolve-se, assim, uma relação de valorização ambivalente entre a metrópole e a colônia, mas não aos nativos da colônia. Essa constituição específica de sujeito lhe concede características particulares que, como descreve o autor, convergem à ambição pelo lucro, à posição privilegiada nas instituições coloniais e, sobretudo, à autoconcepção de superioridade, expressa como racismo, que confere a este sujeito um direito legítimo de explorar e submeter o colonizado aos seus desejos de autorrealização. Isso não significa, para o autor, que todo colonizador vai orientar seu comportamento caracterizando-se como colonialista, no entanto, é essa dinâmica que dará funcionamento ao sistema colonial. Como destaca Memmi (2003, p. 89).

Um colonialista é, afinal, apenas um colonizador que concorda em ser um colonizador. Ao tornar sua posição explícita, ele procura legitimar a colonização. Esta é uma atitude mais lógica, materialmente mais coerente do que a dança atormentada do colonizador que recusa tomar tal posição e continua a viver em uma colônia. O colonizador que aceita seu papel tenta, em vão, ajustar sua vida a sua ideologia. O colonizador que se recusa, tenta em vão ajustar a sua ideologia a sua vida, unificando e justificando sua conduta. Em suma, ser um colonialista é a vocação natural de um colonizador<sup>8</sup>.

O colonizado, por sua vez, é descrito como um tipo indignado com sua situação de opressão, mas também, em diversos aspectos, admirador da cultura do colonizador. Essa dualidade permite a incorporação do estigma de inferior, preguiçoso e sujo, relegando ao colonizado um lugar onde o ódio à metrópole e a si mesmo consolide uma aporia em relação a sua própria existência.

Fanon (1968) também se debruça sobre o processo colonial para compreender como ele propiciou a sedimentação do domínio de um grupo de determinadas nações sobre outras, tendo como argumento central a desumanização

---

<sup>8</sup> A colonialist is, after all, only a colonizer who agrees to be a colonizer. By making his position explicit, he seeks to legitimize colonization. This is a more logical attitude, materially more coherent than the tormented dance of the colonizer who refuses and continues to live in a colony. The colonizer who accepts his role tries in vain to adjust his life to his ideology. The colonizer who refuses, tries in vain to adjust his ideology to his life, thereby unifying and justifying his conduct. On the whole, to be a colonialist is the natural vocation of a colonizer (MEMMI, 2003, p. 89).

dos colonizados baseada na raça. O autor afirma, dessa maneira, que a ideologia de raça é central para se entender as formas específicas de dominação que caracterizam o processo colonial. É a diferenciação do sujeito a essência desse processo histórico. A linha que separa o colonizador do colonizado sustenta a dinâmica de poder de dominação e organiza as formas de exploração da terra e da produção econômica, pois aqueles que governam e ordenam a colônia são sujeitos distintos dos nativos. Logo, essa fronteira demarca, sobretudo, o limite do humano sobre a perspectiva do colonizador.

Todas as dimensões sociais do mundo dos colonizados passam a ser rejeitadas como não humanas, ou seja, qualquer expressividade que tenha origem no povo colonizado é considerada desumana. A construção dessa dicotomia rejeita a humanidade dos dominados caracterizando-os como animais. A exclusividade do pensamento e da razão se manifesta violentamente sobre os não brancos. Para Fanon (1968), a superação e a ruptura dessa ordem não se realizam conciliadoramente, pois não se estabelece nenhum princípio de igualdade que proporcione essa conciliação. Não é na inferioridade que reside a distinção, mas sim na negação, na ausência completa, por isso o autor a descreve como desumanização do colonizado.

A dicotomia que caracteriza o colonizador e o colonizado é uma dimensão central para a compreensão do percurso histórico moderno. Afirmamos também que a ideia de natureza carrega, necessariamente, uma ideia de sujeito e de sociedade. Dessa maneira, nos dedicaremos um pouco mais em alguns estudos que se concentraram em compreender as mudanças que o modelo capitalista de produção ocasionou em algumas colônias, como é o caso da Bolívia, Colômbia e Argélia.

Esse choque de diferentes formas de organizar a produção e a vida social foi observado em dois contextos distintos por Taussig (2010). Através das representações que o diabo assume para os trabalhadores na Bolívia e na Colômbia, o autor demonstra o impacto da introdução da racionalidade produtivista em um contexto que anteriormente estabelecia uma relação diferente com a terra.

As minas de estanho da Bolívia e os canaviais da Colômbia foram alvos de uma profunda transformação da relação entre trabalho e natureza, reconfigurando, assim, as condições de vida dos trabalhadores rurais e do espaço

social. O diabo configura-se nesse cenário como a representação da perda de identidade e da separação entre os indivíduos e a natureza: vender a alma ao diabo em troca da riqueza passa a ser uma explicação simbólica das novas configurações do mundo do trabalho.

O autor descreve que o diabo, ou 'tio' como também era chamado pelos mineradores, é representado como o detentor das minas e do estanho. Seu espírito pode assumir a forma de uma aparição: um gringo loiro com chapéu de vaqueiro, muito parecido com os administradores brancos das minas (TAUSSIG, 2010). Como revela esse estudo, a vida camponesa boliviana é repleta de espíritos, mas apenas no caso do espírito das minas de estanho observa-se a incorporação do mal. Assim, a dualidade entre o bem e o mal passa a compor o modo de vida camponês a partir da incorporação das práticas capitalistas encontradas na exploração do estanho.

No caso colombiano duas práticas são destacadas pelo autor como formulações críticas sobre a consolidação do modo de produção capitalista na vida dos trabalhadores. A primeira seria o pacto com o diabo para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, seus ganhos. Nesta prática, acredita-se que o dinheiro ganho é estéril e por esta razão não se pode comprar terras ou animais, pois estas não gerariam frutos. Este dinheiro deve ser gasto em artigos de luxo e de consumo imediato, já que se caracteriza por um enriquecimento que não teve origem na relação com a natureza.

A segunda prática destacada, também reveladora do choque entre civilizações, é o batismo do dinheiro. Ao batizar seu afilhado, o padrinho leva em sua mão a nota de um peso e quando o padre batiza a criança estará batizando, na verdade, a nota de dinheiro. Segundo a crença, a nota sempre voltará ao padrinho trazendo mais dinheiro com ela. A criança, no entanto, ficará sem ser batizada estando sujeita a não ter sua alma salva.

A produção de valor passa a ser o fim em si mesmo e o diabo representa o choque entre estas duas dinâmicas de mundo, assumindo diferentes formas dependendo do lugar onde é construído. Assim, colonos e colonizados alocam o diabo no encontro com a alteridade. O conceito de fetichismo da mercadoria assume uma importância analítica significativa na construção argumentativa de Taussig (2010). O autor observa que o fetichismo da mercadoria é

personificado na figura do diabo, estabelecendo uma explicação simbólica entre os modos pré-capitalista e capitalista de realizar as condições objetivas de vida.

O diabo, como observa Taussig (2010), caracteriza-se como uma figura mediadora do conflito entre os modos pré-capitalista e capitalista, assumindo uma função que denuncia o esvaziamento do valor do trabalhador e da natureza consolidado pela produção de mercadorias que passam a ser a fonte do valor. Desse modo, este choque civilizatório revela que o contexto histórico modela a percepção e a experiência que temos do mundo.

O avanço do sistema capitalista nas regiões pesquisadas por Taussig (2010) demonstra como as ferramentas conceituais são modeladas por esta consciência ocidental e trazem como consequência uma limitação na produção epistemológica. Como destaca Taussig (2010, p. 30), “as abstrações que venhamos a criar a partir de qualquer fenômeno concreto refletem necessariamente essas relações alienadas”.

A análise das relações sociais econômicas do trabalhador rural no sistema pré-capitalista e capitalista feita por Bourdieu (1979) também se revela uma fonte importante para compreendermos o confronto paradigmático entre o sistema capitalista contemporâneo e a dinâmica camponesa. O funcionamento do sistema econômico está diretamente ligado à existência dos agentes que nele estão inseridos. Não há existência material, como também não há existência simbólica e entendimento do mundo, que não esteja diretamente ligada ao sistema econômico produtivo. Sobre esse processo, Bourdieu (1979) destaca especialmente como a relação dos indivíduos com o tempo se altera drasticamente de acordo com as estruturas econômicas que estão postas.

A racionalização econômica advinda com a consolidação do capitalismo transforma os dispositivos da relação com o mundo. A calculabilidade e a previsibilidade tornam-se essenciais para dinamizar o funcionamento do sistema econômico capitalista, que consiste em aperfeiçoar a exploração e a dominação sobre todos os elementos da produção, sejam eles a natureza ou os trabalhadores. Esse processo é estranho à produção pré-capitalista que não tenha a dimensão do futuro como um campo do possível, do palpável.

No sistema pré-capitalista as despesas eram baseadas pela produção precedente e não pela que estava por vir. A prioridade era suprir as necessidades presentes e não investir na safra seguinte. É dessa forma que surgem as reservas especiais de alimentos considerados de melhor qualidade, como o trigo e a azeitona, entre outros. Esses alimentos de melhor qualidade eram consumidos e não guardados para compor a próxima plantação. Além disso, essa reserva era utilizada como alimento integrador entre as famílias que compunham o grupo social desse ambiente rural, sendo oferecida a parentes e amigos que compunham seu grupo de relações.

Bourdieu (1979) coloca também que a relação monetária introduzida com as práticas capitalistas individualiza o cálculo das despesas da família ou de um grupo, ou seja, as despesas que antes eram calculadas na totalidade agora se individualizam, já que o salário representa o trabalho de cada um. Essa individualização é contrária às normas éticas e ao sentimento de honra que constituíam a forma como esses trabalhadores se relacionavam com a terra e entre si. Os investimentos não obedeciam à lógica do cálculo econômico racional e sim a mecanismos para garantir a manutenção das relações sociais e do suprimento das necessidades para a sobrevivência do núcleo familiar.

O dinheiro exige também saber manejar símbolos e conhecer as regras jurídicas. O crédito, o parcelamento, todos esses mecanismos comuns ao sistema monetário, estabelecem uma nova categoria de tempo para o trabalhador rural. Antes o futuro não pertencia aos trabalhadores, agora os gastos presentes devem ser calculados juntamente com dívidas já adquiridas para o futuro.

O que podemos apreender das análises sobre modos de produção pré-capitalistas? A questão central dessas referências é a de que a introdução de um sistema de produção de valores excedentes não foi um processo pacífico e sem resistência. As mudanças no mundo do trabalho alteraram as condições dos trabalhadores e da natureza, trazendo como consequências condições degradantes e violentas, que podem ser observadas no modelo atual que caracteriza a relação entre a sociedade e a natureza.

Nesse sentido, procuramos ressaltar que o modo como a produção se organiza altera a sociabilidade e as dimensões objetivas de reprodução social. Dessa maneira, reforçamos a ideia de que a natureza e o trabalho não são

categorias subjugadas à produção, mas, ao contrário, elementos fundamentais para qualquer processo de produção.

As pesquisas de Taussig (2010) e Bourdieu (1979) suscitam outra questão importante para os desdobramentos deste trabalho. Ambos dedicam-se a uma análise interpretativa de um contexto de colonialidade, onde as formas de produção capitalistas se chocaram com dinâmicas sociais distintas. Consequentemente, a relação com a natureza e a própria dinâmica social sofreram um impacto profundo e transformador.

No caso de Bourdieu, temos uma particularidade: os trabalhos supracitados foram resultado de um conjunto de pesquisas etnográficas realizadas pelo autor na Argélia, em um processo de luta pela independência da então colônia francesa, entre os anos de 1958 e 1961. Esse período foi significativo e fez com que Bourdieu (1979) compreendesse o colonialismo, sobretudo como um choque de civilizações.

Já o trabalho de Taussig (2010) na década de 1970 sobre a Colômbia e a Bolívia proporcionou, segundo o próprio autor, a compreensão sobre o que a corrente marxista denomina de consciência e que, para além dos reflexos do sistema de produção, caracterizava-se como a “força definidora da realidade e das possibilidades de mudá-la” (TAUSSIG, 2010, p. 12). Este autor reconhece ainda o surgimento dos estudos culturais na década seguinte.

Leff (2006) afirma que essa crise civilizatória é fruto da hegemonia totalizadora da ciência e do processo de globalização da economia, que trouxeram consequências sérias para a relação entre a sociedade e a natureza. Houve uma perda de sentido da existência, gerada pelo pensamento racional ao negar outras formas de saber. De forma análoga ao que pudemos observar nos trabalhos de Taussig (2010) e Bourdieu (1979), em relação ao choque das diferentes lógicas de organização da produção, Leff (2004) descreve esse processo a partir do conceito de outridade, que se refere ao encontro com o Outro que não partilha do mesmo discurso filosófico.

Esse choque entre civilizações é descrito por Quijano (2006) como o elemento central que constitui a modernidade: a incorporação de uma diversidade de histórias culturais em uma única concepção de mundo, a europeia. Esse

processo de articulação de experiências, recursos e produtos culturais, em um único sistema de capitalismo global, configurou-se em uma violência que consolidou a hegemonia europeia ou ocidental. Essa nova ordem global também pressupôs um controle da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento.

O autor afirma ainda que esse processo levou a cabo, em primeiro lugar, a expropriação dos produtos e recursos dessa diversidade em prol do desenvolvimento do capitalismo central, bem como trouxe como consequência a repressão às formas e produções de conhecimento dos colonizados. O processo seguinte foi o de forçar o aprendizado dos colonizados à cultura dos dominadores, para estabelecer uma funcionalidade ao processo de dominação (QUIJANO, 2006).

A dominação da Europa Ocidental, bem como a consolidação do etnocentrismo, se justifica discursivamente pela classificação do mundo pós-descoberta da América. Essa associação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal levou a uma hierarquização, com base na ideia da raça, da ordem e da classificação do mundo, que não só hierarquizava as raças, como também reescrevia a história dos dominados e da produção do conhecimento, como descreve Quijano (2005, p. 232):

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou melhor dizendo, a Europa Ocidental e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico-mítico científico, irracional-racional, tradicional-moderno. (...) Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo.

Esse processo caracteriza o projeto positivista moderno, ancorado na racionalidade econômica e no conhecimento técnico-científico, que acaba por consolidar uma unidade discursiva homogênea que negligencia outras formas de racionalidade que não operam pelos mesmos princípios epistemológicos da ciência.

Nesse cenário, a adoção da teoria neoclássica não permite que o sistema de produção seja reorganizado. Os aparatos neoclássicos que instrumentalizam a relação entre a sociedade e os recursos só se encontram com a natureza quando esta se impõe à dinâmica de produção, assumindo, portanto, um papel de externalidade. Dessa forma, a dimensão como categoria central para a realização da sociedade e da vida é furtada da natureza. Escapa-se desse arcabouço a possibilidade de considerar a representação da natureza como elemento central para se realizar as condições objetivas de vida.

Leff (2004) parte da problemática ambiental para identificar um dos sintomas do que vai chamar de crise de civilização. Os dois fatores que o autor identifica só podem ser compreendidos a partir da retomada da perspectiva marxista. São eles: a coisificação do ser e a superexploração da natureza.

A racionalidade econômica e científica, caracterizada como pilar de sustentação do projeto positivista da modernidade, tem reduzido a natureza à ideia de recursos naturais, deixando de considerá-la como uma fonte de riqueza para além de sua utilização material e imediata. A crise ambiental é, sobretudo, uma crise de compreensão de mundo que se agrava principalmente pelo alto grau de intervenção da racionalidade moderna sobre a natureza.

A incorporação das questões ambientais, segundo Leff (1986), demanda uma reestruturação mais profunda e, por isso, dever-se-ia pensar em uma nova racionalidade produtiva que buscasse a articulação equilibrada entre os processos ecológicos, técnico-científicos e culturais que promovessem um desenvolvimento econômico compatível com a capacidade de renovação da natureza. A contraposição que Leff (1986) procura desenvolver entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental consolida-se como uma análise significativa sobre o projeto positivista da modernidade e os saberes alternativos a esse modelo hegemônico. Há, portanto, segundo o autor, um efeito de saturação latente dos processos de racionalização na modernidade.

A produção do conhecimento humano acompanha suas práticas em relação à natureza e também suas desigualdades e hierarquizações sociais.

O desenvolvimento das forças capitalistas, bem como o processo de globalização que podemos testemunhar, desnuda a incapacidade da sociedade global em reverter processos que são anunciados pela própria fonte de saber legítimo da sociedade moderna como um contexto insustentável. Em ajuste a essa incongruência, o que podemos observar é um grande esforço na construção de um conhecimento de acomodação das incongruências produzidas pela própria fonte de conhecimento.

A água, nesse sentido, configura-se como um elemento ímpar para entendermos o processo que estamos chamando de acomodação. As transformações nos modelos de gestão das águas correspondem à busca pela eficiência de seu uso e pela racionalização da relação entre sociedade e natureza, apostando que a sustentabilidade dessa equação será garantida pelo mesmo processo que reforça a expansão das forças produtivas e, conseqüentemente, o esgotamento da energia da natureza que garante a manutenção da sociedade.

Essa aporia revela-se de formas distintas e pode ser identificada de maneira transversal nos trabalhos de autores que serviram de referência para a argumentação desenvolvida em nossa investigação. Leff (2006) desenvolve a ideia de racionalidade ambiental, que perpassa necessariamente pela pluralidade e pela desconstrução do conhecimento unidimensional. A ecologia dos saberes é, segundo o autor, o caminho para se equilibrar a relação entre sociedade e natureza. A acomodação da questão ambiental a uma lógica instrumentalizada que busca um equilíbrio no mercado, mas ignora questões socioculturais e ambientais que desconstroem a expectativa de sustentabilidade do modelo.

A concepção de natureza revela, portanto, a própria constituição da sociedade que a observa, ou seja, não é possível separar a natureza da sociedade ou do sujeito, pois essa se transforma à medida que se modifica também a sociedade. O afloramento da moderna questão ambiental, a partir das décadas de 1960/70 revela, dessa forma, a constituição mais profunda da sociedade que está integrada a ela. Como veremos a seguir, a produção discursiva sobre a crise ambiental é também um universo sobre as forças sociais que disputam o ordenamento e a classificação do mundo.

### 1.3 A construção da racionalidade na modernidade

Dussel (1994) identificou dois momentos distintos que se relacionam com a modernidade, o primeiro deles se consolidou durante os séculos XVI e XVII. Esta primeira emergência de um processo moderno foi acompanhada pela ideia do sujeito moderno conquistador, logo o *ego conquiro*. A conquista e o domínio dos territórios não europeus se desenharam como um grande projeto civilizatório que reafirmava a superioridade europeia sobre o mundo, sustentado, como aponta este autor, pelo discurso do conquistador como sendo o sujeito representante desta superioridade.

A imagem do sujeito racional presente na obra de Descartes é, segundo Dussel (1994), consequência dessa primeira modernidade conquistadora. No entanto, o que se observa é que a segunda modernidade (*ego cogito*) se autorrepresentou ideologicamente como a única modernidade, não mais associada à invasão europeia, e sim a um processo de centralidade administrativa da Europa sobre o restante do mundo, já no século XVII. É só então nesse período que podemos observar o surgimento da burguesia e da formação do modo da produção capitalista (Dussel, 1994). Em outro trabalho o autor complementa essa ideia:

A modernidade não é um fenômeno que pode ser considerado um sistema independente europeu, mas sim, um fenômeno em que a Europa é concebida como centro. Esta hipótese sutil transforma por completo o conceito de modernidade, sua origem, desenvolvimento, crise contemporânea e, conseqüentemente, o conteúdo da modernidade tardia ou pós-modernidade. Além disso, gostaria de apresentar uma tese que qualifica a anterior: a centralidade da Europa no sistema-mundo não é fruto de uma superioridade interna, acumulada durante o período medieval europeu, sobre e contra as outras culturas. Trata-se, ao contrário, de um efeito fundamental do descobrimento, conquista, colonização e integração (subordinação) da Ameríndia. (...) Por conseguinte, a administração da centralidade do sistema-mundo permitirá à Europa transformar-se em algo como a “consciência reflexiva” (filosofia moderna) da história mundial (DUSSEL, 1999: 148-149)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> La modernidad no es un fenómeno que pueda predicarse de Europa considerada como un sistema independiente, sino de una Europa concebida como centro. Esta sencilla hipótesis transforma por completo el concepto de modernidad, su origen, desarrollo y crisis contemporánea, y por consiguiente, también el contenido de la modernidad tardía o posmodernidad. De manera adicional quisiera presentar una tesis que califica la anterior: la centralidad de Europa en el sistema-mundo no es fruto de una superioridad interna acumulada durante el medio europeo sobre y en contra de las

Para Dussel (1994) o desenvolvimento da modernidade proporciona o horizonte emancipador importante que não deve ser esquecido. Contudo, o esforço do autor concentra-se em revelar o mito da modernidade que assume uma funcionalidade que justifica a violência e a supressão do Outro. É sobre essa perspectiva que Dussel (1994) disserta sobre o *encobrimento do Outro* e como esse efeito é também constitutivo do mundo moderno.

A associação da figura do conquistador com o sujeito moderno de Descartes procura revelar o hiato de 150 anos da narrativa moderna que contribui para entendermos o protagonismo europeu, não mais como uma qualidade inerte e endêmica do continente e de sua sociedade, mas como uma cadeia de eventos que se caracterizaram pelo domínio e expansão europeia sobre o mundo, que se inicia, sobretudo, na conquista da América.

A ordem mundial global é reflexo dessa dominação e, portanto, o autor demonstra que a hierarquização do mundo que experimentamos no mundo contemporâneo é anterior à narrativa moderna que procura justificá-la como uma superioridade dos centros econômicos. O Outro é negado de sua identidade cultural histórica e passa a ser transcrito exclusivamente como o lugar da falta. É aqui que se encontra a principal justificativa da violência moderna.

A dominação exercida sobre o Outro se justifica como forma de emancipação, um dever moral de civilizar e desenvolver o Outro. É, portanto, uma justificativa que isenta o sujeito moderno de sua ação violenta, pois a culpa recai sobre o Outro, o único responsável por seu próprio processo de vitimização. O domínio e a subjugação passam a ser entendidos como um custo necessário à modernização. A ideia de emancipação da modernidade encobre, de acordo com este autor, um mito eurocêntrico que será transcrito mais tarde como falácia desenvolvimentista. Em suas palavras:

A modernidade, em seu núcleo racional, é a emancipação da humanidade do estado de imaturidade cultural e civilizatória. Porém, enquanto mito, no horizonte mundial, sacrifica homens e mulheres do

---

otras culturas. Se trata, en cambio, de un efecto fundamental del simple hecho del descubrimiento, conquista, colonización e integración (subsunción) de Amerindia. (...) Por consiguiente, la administración de la centralidad del sistema-mundo lo que permitirá a Europa transformarse en algo así como la "conciencia reflexiva" (la filosofía moderna) de la historia mundial. (DUSSEL, 1999: 148-149).

mundo colonial periférico (os índios foram os primeiros a sofrer), como vítimas exploradas, cuja vitimização é encoberta sob o argumento do sacrifício ou custo de modernização. Este mito irracional é o horizonte que se deve transcender como ato de libertação (racional, como desconstrução do mito; prático-político, como ação que supere o capitalismo e a modernidade em um tipo transmoderno de civilização ecológica, de democracia popular e justiça econômica) (DUSSEL, 1994, p.147)<sup>10</sup>.

O autor aponta que a modernidade caminha, dessa maneira, sob dois eixos centrais indissociáveis. O primeiro deles é o seu sentido positivo e conceitual, que se configura como emancipação racional que proporciona uma saída do estágio de imaturidade humana através da intervenção racional sobre o mundo.

Neste mesmo curso se consolida também seu conteúdo negativo de práxis violenta que encobre toda a alteridade justificada pelo primeiro eixo. É, portanto, o custo do processo civilizatório. Como destaca Dussel (1994), o mito se conserva a partir de alguns fenômenos, a saber: o processo civilizatório se dá a partir de uma ideologia eurocêntrica; a superioridade demanda o desenvolvimento, ainda que forçado, dos mais primitivos como uma exigência moral; a trajetória desse desenvolvimento é unilateral, tendo a Europa como referência final; a oposição desse processo é necessariamente reprimida por constituir um obstáculo à modernização. As vítimas do processo civilizatório são interpretadas como um ato ritual de sacrifício e a culpa recai sobre o não moderno (DUSSEL, 1994).

Wallerstein (2001), assim como Dussel (1994), também se utiliza da noção de mito para compreender como a modernidade se orienta balizada por uma referência específica de progresso. Uma das grandes mudanças na narrativa histórica moderna foi justamente romper com a perspectiva cíclica, substituindo-a por uma noção centrada na ideia de progresso.

Como pondera o autor, o conto central da modernidade estava plenamente consolidado já no século XIX, e no mundo contemporâneo está tão

---

<sup>10</sup> La Modernidad, en su núcleo racional, es emancipación de la humanidad del estado de imadurez cultural, civilizatoria. Pero como mito, en el horizonte mundial, inmoló a los hombres y mujeres del mundo periférico, colonial (que los amerindios fueron los primeros en sufrir), como víctimas explotadas, cuya victimación es encubierta con el argumento del sacrificio o costo de la modernización. Este mito irracional es el horizonte que debe trascender el acto de liberación (racional, como deconstructivo del mito; práctico-político, como acción que supera el capitalismo y la modernidad en un tipo transmoderno de civilización ecológica, de democracia popular y de justicia económica) (DUSSEL, 1994, p.147).

imerso na percepção social global que se encontra desprendido de sua dimensão sócio-histórica. Como destaca Wallerstein (2001), trata-se de um conto bastante simples:

Era uma vez uma Europa feudal. Vivia na "Idade das Trevas". A maioria das pessoas eram camponesas. A maioria dos camponeses eram governados por senhores que eram donos de muitas terras. Por alguns processos (como e exatamente quando ainda é um assunto controverso), a classe média surgiu, principalmente nos burgos. Novas ideias surgiram (um renascimento), a produção econômica se expandiu, ciência e tecnologia floresceram. Em última instância, este processo acabou provocando uma "revolução industrial". Junto à esta grande mudança econômica houve uma mudança política. A burguesia derrubou a aristocracia, de uma forma ou de outra, e no processo expandiu a esfera da liberdade. Todas estas alterações foram simultâneas. No entanto, elas não aconteceram simultaneamente em todos os lugares. Alguns países alcançaram o progresso antes de outros. O candidato favorito a pioneiro desse processo tem sido a Grã-Bretanha, como era de se esperar no contexto em que este mito evoluiu sob a égide da hegemonia britânica na economia-mundo. Outros países eram mais "atrasados" ou menos desenvolvidos. Porém, dado o otimismo básico deste conto, não havia razão para o desespero, uma vez que os povos atrasados poderiam (e deveriam) imitar os progressistas à frente e, assim, saborear os mesmos frutos do progresso (WALLERSTEIN, 2001, p. 52-53)<sup>11</sup>.

A crítica inaugural sobre o mito da modernidade desenvolvido por este autor serve como ponto de partida para a construção de uma perspectiva alternativa sobre o desenvolvimento da modernidade, denominada sistema-mundo moderno. O ponto de partida do sistema-mundo de Wallerstein (2001) está no século XVI, composto por partes da Europa e pelo continente americano. Dessa relação, se estabelece o cenário de emergência do sistema-mundo capitalista para todo o globo.

---

<sup>11</sup> Once upon a time, Europe was feudal. It lived in the "Dark Ages". Most people were peasants. Most peasants were ruled over by lords Who owned much land. By some process (how and exactly when is still a subject of controversy), middle strata emerged, primarily the urban burghers. New ideas emerged (a renaissance), economic production was expanded, science and technology flourished. Ultimately, this brought about an "industrial revolution". Along with this great economic change went a political one. The bourgeoisie overthrew the aristocracy in one way or another and in the process expanded the sphere of freedom. All this changes went together. However, they did not happen simultaneously everywhere. Some countries achieved progress before others. The favorite candidate for the front-runner has long been Great Britain, as is natural in the context of a myth evolved under the aegis of British hegemony in the world-economy. Other countries were more "backward" or less developed. But, given basic optimism of this take, there was no need for despair, since the backward people could (and should) imitate the forward progressive ones and thereby taste too of the same fruits of progress (WALLERSTEIN, 2001, p. 52-53).

A característica central apontada pelo autor é que só quando a economia se globaliza inicia-se o sistema capitalista, pois é nesse momento que o sistema passa a ser orientado prioritariamente pela acumulação ilimitada de capital. Ou seja, é só com a constituição do sistema-mundo que se consolida uma estrutura na qual todas as ações não motivadas para a acumulação ilimitada de capital são suprimidas até que estejam fora da dinâmica do sistema (WALLERSTEIN, 2001).

Esta perspectiva de sistema-mundo parte do pressuposto de que a chave explicativa para a compreensão do capitalismo moderno encontra-se justamente na análise da dinâmica desse sistema global. Esse ponto de partida colabora para entendermos a constituição das periferias como parte integrante do sistema e não como locais pouco menos modernos. O mesmo pode ser inferido aos mecanismos estruturais de desigualdade e dominação, tais como o racismo ou sexismo, pois são estruturas que são constitutivas da alocação do trabalho, poder e privilégio dentro do sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 2001).

Como ressalva o autor, tais mecanismos estruturais de desigualdade parecem implicar exclusão, mas operam, sobretudo, como um sistema de inclusão em categorias sociais inferiores que compõem o sistema. Essas diferenciações, que o autor vai denominar como antiuniversais, são justificadas por uma narrativa moderna que as naturaliza, constituindo assim diferenciações que não estariam sujeitas à possibilidade de transformação.

Em suma, Wallerstein (2001) pontua que o sistema-mundo capitalista é a estrutura sobre a qual o universalismo e as categorias antiuniversais coexistem, simultaneamente, e conferem funcionalidade à dinâmica de centro-periferia do mundo contemporâneo.

A racionalidade que se desenvolve no Ocidente também é objeto de investigação caracterizada em Santos (1995). O autor busca compreender a modernidade como fruto da revolução científica dos séculos XVI e XVII. A partir deste período, o modelo científico se desenvolve ao longo dos séculos seguintes alcançando suas pretensões de paradigma hegemônico e global, rejeitando qualquer forma de conhecimento que não respeitasse suas determinações racionais. Nesse sentido, o modelo cartesiano exemplifica de maneira significativa essa característica intrínseca à ciência de se reconhecer como a única metodologia capaz de alcançar a

verdade através da razão. Esta confiança residia na metodologia científica como o único caminho para se chegar à razão mais pura e, portanto, à verdade.

Para Santos (1995), o projeto da modernidade é iniciado antes do desenvolvimento do capitalismo. A mudança se inicia quando a racionalidade científica passa a ser incorporada pelo Estado, reconfigurando as organizações sociais. Seu desenvolvimento ao longo do tempo demonstra que seu surgimento não está diretamente associado ao desenvolvimento da produção capitalista, embora, na medida em que estes dois elementos se consolidam, convergem a uma mesma trajetória transformadora, isto é, são elementos distintos, mas ambos constituem o trajeto histórico da modernidade.

Para compreender melhor este processo, Santos (1995), em sua obra “Pela mão de Alice”, investiga o desenvolvimento capitalista e o divide em três períodos: capitalismo liberal, que cobre todo o século XIX; capitalismo organizado, que se inicia no final do século XIX e avança até as primeiras décadas do século seguinte e o capitalismo desorganizado, que começa na década de 1960 e se estende até hoje.

A obra de Santos (1995) é uma reflexão importante sobre a racionalidade do Ocidente porque aponta os limites do paradigma epistemológico da modernidade. Sua proposta é a de construir uma nova forma de entender a vida e as relações sociais, bem como recriar a relação entre a Ciência e o senso comum, proporcionando um senso comum mais criativo e reflexivo ao seu cotidiano.

Este autor propõe, sobretudo, abdicar o isolamento do sujeito em relação ao objeto e, por isso, essa obra citada neste trabalho abre caminho para sua discussão sobre o *conhecimento prudente para uma vida decente*.

Para compreender as implicações desse fenômeno, tomaremos por referência a análise realizada por Santos (1995) sobre o que chamou de “projeto sociocultural da modernidade”. A análise proposta contribui para interpretarmos de que forma as desigualdades e exclusões presentes no mundo contemporâneo são justificadas a partir de um discurso no qual a emancipação é possível através do desenvolvimento econômico e do avanço do conhecimento técnico-científico.

A igualdade, a liberdade e a cidadania passam a se constituir como princípios emancipatórios modernos (SANTOS, 1999). A exclusão e a desigualdade,

nesse contexto, passam a ser justificadas como exceções de um processo social que tende a superá-las. Nesse processo, a racionalidade cognitivo-instrumental destaca-se ao longo do desenvolvimento capitalista como instrumento emancipatório que tem uma correspondência específica na esfera regulatória descrita por Santos (1999): o princípio do mercado. Não só porque nele se condensam as ideias individualistas e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da Ciência e da técnica, mas também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva.

Santos (1999) observa que o velho racismo da superioridade da raça alia-se, à medida que a consolidação da modernidade avança, ao novo racismo da superioridade da raça tecnológica. Essas desigualdades, ao contrário de serem atenuadas pelas perspectivas emancipatórias do discurso moderno, são, de fato, sedimentadas e passam a fazer parte da constituição naturalizada da desigualdade. A investigação do autor revela a necessidade da elaboração de uma crítica ao paradigma dominante porque compreendem que esse modelo não é universal e apresenta limites que podem ser identificados quando se analisa sua origem e desenvolvimento sócio-histórico.

Como poderemos observar na investigação sobre as arenas de debate sobre a questão ambiental em escala global, as construções discursivas que sustentam os processos de desigualdade e exclusão na modernidade, tal como descrito por Santos (1999), podem ser identificadas ainda na emergência da questão ambiental e nas possíveis soluções apresentadas pelas perspectivas de sustentabilidade.

O modelo de racionalidade que caracteriza a ciência moderna teve seu início a partir do grande levante da ciência nos séculos XVI e XVII e, à medida que os séculos se passaram, sua consolidação se deu por todas as áreas do conhecimento, incluindo, no século XIX, as Ciências Sociais.

Segundo Santos (1999), somente no século XIX é que se pode identificar um paradigma dominante que nasce no Ocidente. A consolidação dessa nova forma do pensamento, que se caracteriza por esta razão explicativa de mundo absoluta, está vinculada à modernidade e também ao modo de produção capitalista. A racionalidade transformou as instituições e as formas de organização social, consolidando-se como hegemônica no pensamento ocidental e reconhecida

socialmente como um saber legítimo. A modernidade como se conhece no Ocidente teria sido forjada, portanto, sobre um pensamento hegemônico inteiramente voltado para a racionalidade. Este paradigma dominante passou a orientar as ações dos indivíduos, que se caracterizavam cada vez mais por serem preestabelecidas para determinados fins.

A racionalidade econômica e o conhecimento técnico-científico apresentam-se como determinantes para a dinâmica social e assumem uma importância ainda maior na modernidade, a partir das Revoluções Francesa e Industrial. Sobretudo com relação à forma como foram absorvidos pelos Estados Modernos e pelo sistema de produção capitalista, que encontrou na ciência uma poderosa aliada para a otimização da produção e para o desenvolvimento constante de novos produtos para o consumo.

Em parte, esse processo é consolidado por uma confiança coletiva no conhecimento técnico-científico e na racionalidade econômica enquanto elementos que orientam qualquer forma de gestão. A legitimidade desse paradigma epistemológico já está tão enraizada que a abertura para uma gestão mais democrática é um processo que não tem ameaçado sua legitimidade e sua dinâmica hegemônica de funcionamento. É, portanto, um paradigma legitimado por muitos, incluindo aqueles que socialmente não dominam e não produzem diretamente essa forma de conhecimento.

O fenômeno do choque de civilização que destacamos anteriormente tem como consequência a consolidação de uma forma específica de se pensar o mundo e, conseqüentemente, a natureza. Essa nova forma do pensamento caracteriza-se por uma razão explicativa e absoluta de mundo e está diretamente vinculada à modernidade e também ao modo de produção capitalista. A racionalidade transformou as instituições e as formas de organização social, passando a se caracterizar de forma hegemônica no pensamento ocidental e a ser reconhecido socialmente como um saber legítimo.

O modelo global de racionalidade científica, que toma forma à medida que o desenvolvimento do capitalismo se amplia, perpassa por várias áreas do conhecimento humano e por isso admite uma variedade interna que se constitui em vários campos do saber. Esse paradigma epistemológico distingue-se e defende-se estabelecendo fronteiras entre si e o senso comum, ou ainda, entre si e qualquer

outra forma de conhecimento que não esteja submetida aos seus critérios racionais. É, portanto, um modelo totalitário porque não reconhece nenhuma outra racionalidade além daquela que caracteriza seus princípios epistemológicos e sua metodologia. A polaridade entre sociedades pré-capitalistas e capitalistas participa do surgimento desse processo, conferindo ao sistema global uma hierarquização e um ordenamento sobre o mundo.

A crise do *projeto de modernidade*, apontada por Santos (1995), também é um tema abordado por Leff (1986, 2004, 2006) em boa parte de seus trabalhos. No entanto, este autor parte da problemática ambiental para identificar um dos sintomas do que vai chamar de crise de civilização. Crise esta que é caracterizada por dois fatores principais: a coisificação do ser e a superexploração da natureza. Esses fatores são consequências diretas do desenvolvimento hegemônico da ciência e da economia capitalista. Seu caráter expansivo e acumulativo levou ao princípio de escassez, que funda esta economia trazendo como consequência um processo de degradação global dos recursos naturais (LEFF, 2006).

Assim como Santos (1995, 1999), Leff (2004, 2006) afirma que esta crise civilizatória é fruto da hegemonia totalizadora da ciência e do processo de globalização da economia, que trouxeram consequências sérias para a relação entre a sociedade e a natureza. Houve uma perda de sentido da existência gerada pelo pensamento racional ao negar outras formas de saber, ocasionando uma unidade discursiva homogênea que negligencia outras formas de racionalidade que não operam pelos mesmos princípios epistemológicos da ciência.

Ao longo dos últimos quase 30 anos, Leff (1986, 2004, 2006) tem desenvolvido uma análise crítica do modelo moderno global pautado na racionalidade econômica e, em contraposição a este processo, identifica a necessidade de uma nova corrente de pensamento que possa superar as consequências desse paradigma hegemônico. Leff (2004) define esta nova corrente de *racionalidade ambiental*. Esta perspectiva surge, então, do questionamento da hiper-economização do mundo e da hegemonia da ciência no pensamento moderno.

Esse processo totalizador da ciência, bem como a unificação do mercado, dá a essa crise uma dimensão global sem precedentes. A realidade global se altera drasticamente de acordo com o avanço técnico-científico, levando ao

esgotamento dos recursos naturais. Inevitavelmente, a degradação ambiental emerge, neste processo, como um dos principais desafios a serem superados pelo mundo contemporâneo.

A tese central de Leff (2006) é a de que as sociedades modernas são essencialmente predatórias, pois não conseguem estabelecer sua dinâmica de produção aos ciclos ecológicos da natureza. Neste ponto Leff (2006) busca compreender a racionalidade econômica que orienta a relação entre a sociedade e a natureza e, embora apresente um argumento com fortes raízes marxistas, sua obra procura desenvolver uma compreensão sobre a *racionalidade ambiental*. Esta última se fundamentaria em um elemento central: a necessidade de construção de uma tecnologia voltada para a convergência dos ciclos ecológicos, o que não consiste na mesma gramática de desenvolvimento tecnológico de alto investimento ou da lógica de mercado. Ao contrário, este elemento visaria, sobretudo, o estabelecimento de relações simbióticas com o meio em que a sociedade está inserida. Esse processo demandaria um sistema de produção voltado para a satisfação de necessidades básicas humanas.

Em suma, Leff (2006) se contrapõe fortemente à intensificação da lógica mercantil como base central para o desenvolvimento. Esta oposição se torna ainda mais forte quando o autor confronta as perspectivas que se sustentam no mercado para encontrar saídas para a crise ecológica.

A proposta de racionalidade ambiental descrita por Leff (2006) demanda, necessariamente, uma revisão profunda na forma como a sociedade moderna se apropria da natureza. Essa revisão só poderia ser realizada a partir da democracia participativa e da inserção de novos saberes nas arenas de tomadas de decisão. Ao afirmar essa posição o autor está, sobretudo, revelando a importância do aspecto cultural, a começar pela inserção das cosmovisões e culturas que estabelecem uma relação distinta com a natureza. Dessa forma, Leff (2006) propõe uma inversão na escala de prioridade das arenas de decisão, partindo do mais local para depois chegar às instâncias globais.

A questão ambiental se apresenta, para este autor, como uma das marcas do que ele denomina como *efeito do conhecimento sobre o mundo*. A racionalidade econômica e científica, caracterizada como pilar de sustentação do projeto positivista da modernidade, tem reduzido a natureza à ideia de recursos

naturais, deixando de considerá-la como uma fonte de riqueza para além de sua utilização material e imediata. A crise ambiental é, sobretudo, uma crise de compreensão de mundo que se agrava principalmente pelo alto grau de intervenção da racionalidade moderna sobre a natureza.

Assim como Santos (1995) aponta a *hipercientifização* e a *hipermercantilização* do mundo, Leff (2006) também destaca que a racionalidade econômica e o conhecimento científico formam os pilares de sustentação do pensamento ocidental moderno. A ação social regida por estes dois fatores é legitimada e se encontra dispersa pelas mais variadas instituições.

\* \* \*

Neste capítulo procuramos descrever alguns dos processos históricos que deram contornos específicos para a ideia de natureza, sujeito e sociedade na concepção moderna de mundo. Para isso, foi necessário um exercício de retomada da narrativa histórica moderna para romper com conceitos já cristalizados nos debates contemporâneos. Como poderemos observar os discursos dominantes presentes nos debates sobre a questão ambiental também operam como uma narrativa de poder, que classifica e ordena o mundo através de representações hierarquizadas sobre os sujeitos e os diversos saberes.

Recorremos, nesta primeira parte, à realização da fundamentação teórica que irá acompanhar o restante do trabalho, apresentando problematizações consideradas fundamentais para o entendimento das próximas etapas que se seguem. Podemos caracterizar este primeiro capítulo como uma apresentação dos alicerces do argumento da tese e a seguir, contextualizaremos o cenário empírico em que está inserido nosso objeto.

## 2

**O AFLORAMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL: CONCILIANDO A AMBIÇÃO DO NORTE E DO SUL GLOBAIS**

No capítulo anterior procuramos demonstrar que a emergência da modernidade deve ser entendida como um fenômeno histórico que pode ser contextualizado. Seu avanço ao longo do tempo e os impactos de sua consolidação global são observáveis em diversas dimensões e caracterizam uma relação hierárquica entre os países do globo.

A revolução científica, que tem início no século XVI, provocou um impacto sem precedentes na transformação material da sociedade global e seu prestígio acabou por legitimar também as consequências violentas e destrutivas que acompanharam esse processo. Essa reconstituição da narrativa moderna possibilitou identificar alguns processos de afastamento ou distinção entre o sujeito moderno e suas polaridades de negação que cumprem a função de classificação do não sujeito e do não moderno.

A direção traçada para o avanço da modernidade demandou o afastamento da sociedade e da natureza, transformando o mundo natural em objeto passível da intervenção racional do sujeito. E tão ou mais importante, lança o homem europeu como o ápice da conduta moral e civilizatória, consolidando um sistema classificatório de domínio no qual os Outros, não brancos e não europeus, encontram-se no limbo entre o civilizado e a barbárie, o tradicional e o moderno, a sociedade e a natureza.

Nesse capítulo investigaremos a construção do binarismo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, presente nos documentos de algumas das principais conferências e relatórios sobre a questão ambiental, procurando compreender de que forma esse se relaciona com os diversos pontos de análise que apresentamos anteriormente.

Essa polaridade pôde ser identificada durante a realização de uma pesquisa documental sobre os principais encontros dedicados à questão ambiental. Assim como as demais dicotomias que foram descritas no capítulo anterior, países desenvolvidos e em desenvolvimento partem de um pressuposto evolucionista que aloca as nações em uma linha de progresso, desconsiderando, assim, que a constituição desses dois grupos faz parte de um mesmo processo histórico. Dividimos a apresentação dessa pesquisa documental em duas etapas: primeiro nos concentraremos no debate internacional dedicado à questão ambiental e, em seguida, descreveremos os caminhos percorridos pela temática das águas ao longo das últimas décadas.

Neste capítulo procuramos compreender de que forma esta construção discursiva tem um impacto profundo no debate internacional sobre a questão ambiental e como esse discurso se revela com mais intensidade quanto maior for o esforço para caracterizá-lo como universal e globalizante.

Na segunda metade do século XX temos um contexto onde discursos que tratavam de dimensões globais passam a ter uma relevância significativa em virtude das reconfigurações da ordem internacional pós-guerra e pela última grande onda de independência nos continentes africano e asiático. Neste sentido, a gramática discursiva que recorre ao universal é novamente utilizada como ferramenta moral para o progresso e para a recuperação econômica.

A grande pauta no debate internacional concentrou-se nos caminhos para o desenvolvimento. Neste período, as ferramentas discursivas convergiram para o já prestigiado conhecimento científico e para o arcabouço econômico, duas fontes de conhecimento que deram um caráter neutro e virtuoso para o jogo de interesses que envolviam o cenário global.

Não podemos deixar de mencionar que a emergência da questão ambiental nasce em um momento em que o modelo keynesiano de *welfare state* estava perdendo força nos países ricos e o modelo neoclássico ganhava força com a crise econômica dos anos 1970.

É a ideia de desenvolvimento que rege grande parte do debate político na segunda metade do século XX e mais uma vez recorre-se à figura do sujeito moderno como porta-voz do processo necessário de civilização. Escobar (1995)

analisa esta imagem no discurso de posse do presidente estadunidense Truman em 1949. O discurso, que ficou conhecido como *Four points*, é estruturado em uma polarização, que serviu como mecanismo de classificação moral entre o mundo democrático e o comunismo. Truman (1949) discorre sobre o grande plano de desenvolvimento para o “mundo livre”.

Seus quatro pontos podem ser resumidos em: apoio contínuo à Organização das Nações Unidas (ONU) para fortalecer a instituição internacional; continuação do programa de reconstrução econômica mundial no pós-guerra; consolidação e apoio às nações livres contra a ameaça comunista e estabelecimento de um programa para a consolidação dos avanços científicos e do progresso industrial para melhorar as condições dos países subdesenvolvidos.

Este discurso apresenta características importantes a serem mencionadas e que interessam a este trabalho. A primeira delas é a quem se dirige este discurso. Não se trata de uma fala à nação que o elegeu exclusivamente, mas, sobretudo ao mundo. Truman (1949) se dirige aos países comunistas, à Europa e aos países subdesenvolvidos e, ao fazê-lo, desnuda uma narrativa que organiza e classifica as nações pelo globo e mais uma vez determina os protagonistas do processo civilizatório. São eles os sujeitos que possuem e produzem o conhecimento legítimo e que ordenam o cenário econômico mundial. Destacamos a seguir o quarto ponto do discurso:

Quarto, devemos embarcar em um novo e ousado programa para fazer com que os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial estejam disponíveis para a melhoria e crescimento das áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas à miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas da doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas.

Os Estados Unidos são preeminente entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas os nossos recursos de conhecimentos técnicos estão em constante crescimento e são inesgotáveis.

Eu acredito que devemos colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nossa bagagem de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos fomentar o

investimento de capital em áreas que necessitam de desenvolvimento (TRUMAN, 1949)<sup>12</sup>.

Assim como Truman (1949) se preocupa em se distinguir do comunismo, também se preocupa em marcar uma diferença neste novo período: "O velho imperialismo-exploração para o lucro estrangeiro não tem lugar em nossos planos. O que prevemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de democracia de trato justo "(Truman, 1949)<sup>13</sup>.

A ideia sustentada aqui é a de que a humanidade estava para atravessar um novo período. Os desafios da prosperidade e crescimento para todos pareciam ser um interesse comum e que poderia guiar as alianças globais. O que se testemunhou de fato foi o longo período da chamada Guerra Fria. Essa própria denominação já revela as expressões da colonialidade, já que não considera as diversas guerras travadas nos países periféricos, nem tampouco os regimes totalitários financiados pelos dois eixos como consequências violentas e diretas de uma polarização que subjugou boa parte do globo à sua dinâmica de poder.

A superação da pobreza e a retomada do progresso no período pós Segunda Guerra Mundial teve um papel importante para a construção do discurso sobre o desenvolvimento. Esse contexto proporcionou o estabelecimento de um conjunto de orientações consolidadas por esse discurso hegemônico que progressivamente transforma e interfere nas dimensões sociais, econômicas e culturais dos países classificados como terceiro mundo (ESCOBAR, 1995). O discurso de Truman (1949) pode ser considerado a imagem inaugural dessa perspectiva de desenvolvimento e ordenação do novo cenário mundial.

---

<sup>12</sup> Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. (TRUMAN, 1949)

<sup>13</sup> "The old imperialism-exploitation for foreign profit has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing" (TRUMAN, 1949).

Neste cenário nasce a questão ambiental moderna. E surge como um adjetivo à concepção de desenvolvimento. O discurso do então presidente dos Estados Unidos aconteceu apenas quatro anos depois da criação oficial da ONU, quando a narrativa de rearranjo global estava justamente sendo construída. Só trinta e cinco anos depois da criação desta entidade realiza-se a primeira conferência global para tratar da questão ambiental, mas antes disso é possível identificar marcos importantes para compreendermos o seu contexto.

## **2.1 Economia, ciência e emergência da questão ambiental**

Na segunda metade do século XX, como aponta Lago (2006), a literatura dedicada às questões ambientais teve seu primeiro grande afloramento em obras como *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, *This Endangered Planet* (1971) e *Blueprint for Survival* (publicado em janeiro de 1972 pela revista inglesa *The Ecologist*) de Richard Falk, e *The Tragedy of Commons* (1968) de Garret Hardin.

Casos de acidentes ecológicos começaram a ganhar mais atenção, como por exemplo, a intoxicação por mercúrio de pescadores e suas famílias em Minamata, no Japão, entre as décadas de 1950 a 1970 e que ganhou repercussão mundial com as fotos de W. Eugene Smith.

Em 1967, da mesma forma, o naufrágio do petroleiro “Torrey Canyon” que causou graves danos às costas inglesas e francesas teve grande impacto na opinião pública, elevando a atenção sobre a questão ambiental (LAGO, 2006).

A efervescência das manifestações de contracultura entre as décadas de 1960 e 1970, sobretudo nos países do Norte, foi essencial para inserir a questão ambiental no debate político. O epicentro do movimento ambientalista é, portanto, essencialmente das classes médias das sociedades mais ricas. O conhecimento científico foi fundamental para a construção da problemática ambiental. *Silent Spring*, por exemplo, conseguiu demonstrar a associação do uso de agrotóxicos e a diminuição da população de aves, o que mais tarde influenciou o banimento do pesticida DDT nas produções agrícolas.

No entanto, isto trouxe como consequência também algumas reflexões e argumentos bastante particulares. Um exemplo disso foi o impacto da obra supracitada *Blueprint for Survival*, de 1972. De maneira sucinta podemos descrever seu argumento central como um planejamento que predicava o controle populacional para que a população mundial não ultrapassasse os 3,5 bilhões de pessoas. Era sugerido também um controle severo de imigração (LAGO, 2006).

Neste sentido, a década de 1970 representa um marco para a emergência de uma perspectiva ambiental, consolidando um campo multidisciplinar dedicado a essa questão. A incorporação dessa temática na esfera política passa a ser protagonizada principalmente pela ONU a partir da conferência de Estocolmo, tendo como foco a questão do desenvolvimento.

A incorporação dos temas ligados ao desenvolvimento e à natureza pelas instâncias de governo é acompanhada de uma discussão sobre o próprio caráter da temática ambiental.

Para Viola e Leis (1992), esse processo foi descrito como uma passagem do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável, processo este que certamente converge para a questão ambiental nas mesas de decisões. Segundo a visão multissetorial de Viola e Leis (1992), o movimento ambientalista seria transclassista, o que resultaria em um compartilhamento comum de visão de mundo entre os diversos segmentos da sociedade. Sobre esse contexto, Crespo (1995, *apud* ACSELRAD, 2012, p. 41) chega a afirmar que “o nosso conflito principal está se dando entre o homem e a natureza e não entre os homens”. Esse caráter de desafio global para a humanidade insere o debate ambiental em uma dimensão universal e, novamente, é possível observar a utilização de recursos que apagam as divergências e conflitos inerentes ao campo social.

A posição defendida por Viola e Leis (1992) pode ser criticada pela perspectiva que buscamos desenvolver neste trabalho. Essa visão multissetorial seria, portanto, um movimento histórico e não social. Tal interpretação certamente promove um esvaziamento do conteúdo político das questões ambientais, caracterizando uma ideia de universalidade para a questão.

O discurso que sustenta a ideia de que a questão ambiental não possui tensões ou conflitos sociais apoia-se em uma perspectiva universalista que mascara as disputas presentes no debate. Acselrad (2012) identifica algumas visões que compartilham a ideia de multissetorialismo supraclassista descrito por Viola e Leis (1992), a saber: o ecologismo de resultados e o projeto problemático de unificação de sujeitos em torno de uma só consciência ambiental.

Um exemplo dessa segunda visão é a de Hector Leis (1994, *apud* ACSELRAD, 2012), que considera que o ambientalismo brasileiro deve abandonar o utopismo e adotar posições mais moderadas e convergentes à social democracia e ao social-liberalismo para facilitar a aliança entre vários setores. Terceira visão: o multissetorialismo seria o responsável pela perda de radicalidade do movimento ambientalista (ALEXANDRE, 2000; LOUREIRO, 2000, *apud* ACSELRAD, 2012).

No entanto, este trabalho desenvolverá uma perspectiva crítica com relação à ideia de que o movimento ambiental seria, sobretudo, um movimento histórico, desprovido de tensões de interesse de grupos, classes ou nações. Acselrad (2012) dedica-se a esta crítica ao considerar a concepção multissetorialista de caráter universal:

O pressuposto visível desta perspectiva é a remissão a um meio ambiente único, ao qual corresponderia uma consciência ambiental também única, relativa a um mundo material fetichizado e reduzido a quantidades de matéria e energia, um meio ambiente do qual não se evidenciarão as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de sua significação. As estratégias associadas a este tipo de diagnóstico – consensualista - tendem, por certo, a esvaziar o próprio conteúdo político do debate que envolve a definição das problemáticas do meio ambiente. O debate assim configurado tende, conseqüentemente, a ser substituído pela simples busca dos indicadores técnico-científicos mais apropriados a evidenciar a crise ambiental e a conquistar adesão pública a seu enfrentamento (ACSELRAD, 2012, p. 40).

Essa perspectiva aloca o conflito e as tensões sobre a questão ambiental como processos já superados e, ao adotar esse pressuposto, consolida-se uma ideia específica sobre a natureza e, conseqüentemente, sobre a relação da sociedade com a natureza.

Podemos considerar que a Conferência de Estocolmo em 1972 foi o primeiro grande marco para o debate sobre a questão ambiental em escala global. No entanto, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, não é possível compreender este debate sem antes contextualizarmos sua emergência. Foi também na década de 1970 que se observou a emergência do paradigma neoclássico que, ao longo das décadas seguintes, teve grande influência no cenário político internacional.

É possível perceber que os grandes marcos do debate sobre meio ambiente estão, ao longo da história, associados diretamente a momentos de reconfiguração global de ordem econômica. Isto sugere um movimento orbital do tema em relação às questões consideradas mais centrais para a política internacional. Esse processo reforça a hipótese deste trabalho de que a temática ambiental é capturada como um recurso de legitimidade discursiva, promovendo um processo de enclausuramento que não favorece a construção de um debate mais complexo sobre a construção social do meio ambiente.

A emergência da problemática ambiental na década de 1970 está associada também à emergência de uma perspectiva específica da teoria econômica, denominada marginalismo ou economia neoclássica, que tem como uma de suas derivações a Economia Ambiental (MARTINS, 2004). Nesta perspectiva, as concepções de Marx sobre os processos históricos da produção são desprezadas, adotando-se a chamada teoria da utilidade marginal. Esta última desconsidera a perspectiva histórica das relações sociais e apoia-se em um constructo matemático, através do equacionamento da *Lei de Oferta e Demanda*, para compreender a dinâmica social. Essa lei pressupõe, em linhas gerais e sem grandes variações, que existe uma relação inversamente proporcional entre a oferta de determinada mercadoria e sua procura, determinando assim o valor do bem econômico. O valor, ao contrário do que observa Marx, se dá pela relação dos bens econômicos com o mercado (MARTINS, 2004).

O termo neoliberalismo foi cunhado em 1938 por Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek e nasceu em oposição às políticas de *welfare state*, que segundo estes promovia uma centralidade do Estado, podendo inclusive levar ao totalitarismo. Em *The Road to Serfdom* (2005), Hayek afirma que a repressão ao individualismo levaria necessariamente ao controle totalitário estatal. O termo

neoliberalismo é, de fato, muito amplo e não pode ser descrito a partir de um único grupo de intelectuais. Porém, é possível traçar, brevemente, algumas premissas centrais dessa corrente de pensamento que certamente influenciou toda a trajetória do debate ambiental desde a primeira conferência de 1972.

Como revela Martins (2004), ao longo das últimas décadas o *approach* neoclássico passa a ser referência, utilizado como instrumento das políticas ambientais para interpretar as relações entre a economia e a natureza. A concepção de ativos, ou recursos naturais, é incorporada na equação como externalidade do sistema econômico.

A noção de utilidade do bem é determinada, desta forma, pelo comportamento dos agentes econômicos. Trata-se, portanto, de uma teoria que se fundamenta no aspecto psicológico da racionalidade econômica (MARTINS, 2004). A relação com o mercado, e não mais a quantidade de trabalho, é o que determina o valor do bem, o que implica dizer que há a transferência de valor da esfera da produção para a esfera do consumo (MARTINS, 2004). A corrente utilitarista talvez seja a vertente que esteve mais presente no debate sobre a questão ambiental e por duas razões principais, a saber: a primeira delas é o seu caráter estritamente científico. Fundamentada pelo pensamento matemático, esta teoria se sustenta por um modelo abstrato de representação da realidade que se concentra na ideia de fluxo circular do mercado. A força motriz deste modelo é a eficiência. O mercado, foco central da análise, seria formado por dois grupos principais, os produtores de bens e os consumidores. A eficiência é o termo retirado do conceito de *optimum* de Pareto, desenvolvida por Vilfredo Pareto (1984).

A segunda razão refere-se à instrumentalização econômica. A teoria marginalista defende que pelos mecanismos do mercado é possível alcançar a maximização do bem-estar. Esta crença é sustentada pelo *optimum* de Pareto, por considerar que os recursos e os gastos dos indivíduos ou de grupos são alocados de tal forma que nenhuma outra realocação promoveria uma melhor situação possível para todos os envolvidos. Esta é uma aposta que não considera, no entanto, que o processo de satisfação de um indivíduo ou grupo possa estar diretamente ligado à inferiorização do Outro.

O contexto histórico supracitado relaciona-se com a crise global do petróleo e a necessidade de se pensar modelos que reorganizem a economia global.

Neste cenário consolida-se o discurso da valorização dos mercados livres. Esta reestruturação do sistema econômico está intimamente ligada à influência do pensamento dos economistas Milton Friedman e Friedrich Hayek, que encontraram sua maior expressão na consolidação deste pensamento na Escola de Chicago. De maneira breve, o eixo central desta perspectiva estava assentado na ideia de que uma maior liberdade do mercado e uma menor interferência dos Estados poderia promover uma dinâmica salutar de autorregulação do mercado.

Em conformidade com a ideia do *optimum* de Pareto, esta autocorreção é vista como inerente ao mercado. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela forte influência deste pensamento econômico, em especial com os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos, Margaret Thatcher na Inglaterra e Helmut Kohl na Alemanha. Chegaria ao Brasil com força na década de 1990, com grandes programas de privatizações e financiamentos para o desenvolvimento de grandes instituições internacionais, que praticavam este modelo de desenvolvimento econômico, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Convém destacar que o modelo neoclássico, a partir da década de 1970, passa a ter um poder de influência significativa na realidade política global. E em relação à temática ambiental, podemos observá-la nos cerne da argumentação sobre como solucionar a crise já diagnosticada.

A influência deste modelo no cenário global teve um profundo impacto na gestão regulatória em relação aos recursos naturais. Joseph Stiglitz (2001) foi um crítico do modelo neoclássico, em especial por considerar que este modelo não leva em consideração as assimetrias de informação dos agentes que participam do mercado. E neste sentido Stiglitz (2001) considera que a incorporação das externalidades não funciona quando consideramos tal assimetria. Esta postura crítica de Stiglitz vai levá-lo a participar da elaboração do *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Trata-se de um esforço para a elaboração de um indicador mais complexo sobre o desenvolvimento, que não se restringiria ao mecanismo de precificação das coisas como forma de regulação do uso.

O desenvolvimento da teoria marginalista se consolida e caminha conjuntamente com o debate da questão ambiental e torna-se uma corrente forte que procura solucionar o fenômeno de escassez de recurso, mesmo este sendo um

elemento que inviabiliza a afirmação de Pareto de que o indivíduo busca maximizar sua satisfação sem prejudicar terceiros. O conceito de eficiência de Pareto encontra seu ponto de equilíbrio quando a satisfação de um indivíduo não piora a situação de terceiros. Esta ideia é central para as políticas neoclássicas e influencia decisivamente o argumento de eficiência do uso dos recursos naturais.

## **2.2 As grandes conferências sobre a questão ambiental**

A produção de relatórios sobre meio ambiente e desenvolvimento tem uma trajetória vasta e relativamente complexa. Diversas instituições, não só a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, se dedicaram a realizar grandes esforços na produção de trabalhos sobre o tema. Entre estes estão os trabalhos da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, do Clube de Roma, da Fundação Bariloche, da Comissão Brandt, assim como as publicações do Worldwatch Institute e Gaia-Atlas (VIOLA; LEIS, 1991).

Segundo Viola e Leis (1991), estas diversas publicações têm em comum a afirmação da necessidade crescente de cooperação internacional e, portanto, afirmam a importância do debate sobre uma nova ordem internacional que incorpore a questão ambiental na agenda. A crítica dos autores é a de que a tendência é reduzir o debate a uma questão de eficiência tecnológica e de gestão política dos recursos, negligenciando o caráter central da crise ambiental, qual seja: a crise como produto do desenvolvimento. Em outras palavras, ela dá funcionamento para a dinâmica vigente. A investigação realizada no trabalho destes autores converge com o argumento que buscamos apresentar: não basta adjetivar ambientalmente o desenvolvimento, pois a reestruturação precisa ser substantiva.

Como destacamos anteriormente, o período da emergência da problemática ambiental foi marcado também por uma escalada desenvolvimentista que trouxe à tona a preocupação da comunidade internacional com a degradação ambiental. No ano de 1972 a ONU promoveu a primeira conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo<sup>14</sup>, mesmo ano em que Dennis Meadows et al. (1972), do

---

<sup>14</sup> Para a preparação da Conferência de Estocolmo foi estabelecido um Comitê preparatório integrado por 27 representantes nomeados pelos Governos dos seguintes países: Argentina, Brasil, Canadá,

Clube de Roma, publicaram um estudo impactante sobre os limites do crescimento. O Clube de Roma começou suas atividades no ano de 1968, liderado pelo industrial italiano e então presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurélio Peccei, e patrocinado por grandes empresas automotivas, como FIAT e Volkswagen.

A maior parte dos membros desse grupo era composta por grandes empresários e as pesquisas desenvolvidas tinham o apoio financeiro da Fundação Volkswagen, FIAT, Fundação Ford, da Royal Dutch Shell, Fundação Rockefeller, etc. Maurice Strong foi uma das principais figuras relacionadas à propagação do conceito de desenvolvimento sustentável e mais tarde tornou-se secretário Geral da ONU para assuntos relacionados ao Meio Ambiente, além de ser um dos membros do Clube de Roma.

O estudo do Clube de Roma era claramente orientado por uma perspectiva neomalthusiana. E a catástrofe está alocada no futuro, sem considerar a situação de miséria e pobreza que se encontrava, na época, dois terços da população global (HERRERA et al., 2004). Não havia saída, segundo esse estudo, para a superação da pobreza nos países do Sul. A única solução proposta era o controle populacional. A perspectiva construída nesse relatório não coloca em questão os modelos de produção, nem tão pouco o modelo de consumo dos países ricos como elementos a serem analisados. Os limites do crescimento eram físicos, atestados por uma metodologia científica, e a saída só poderia ser a redução do crescimento e da população.

Foi concluído que, mantidos os níveis de industrialização, degradação ambiental e crescimento populacional, chegaríamos ao limite de crescimento em no máximo 100 anos. Esse texto, obviamente, suscitou o debate entre os países chamados desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Caso o segundo grupo buscase desenvolver-se e industrializar-se na mesma medida que o primeiro grupo, teríamos um sério risco de colapso global de recursos. Essa questão pode ser encontrada no próprio relatório *The Limits to Growth*, do Clube de Roma.

---

Chipre, Cingapura, Costa Rica, EUA, França, Gana, Guiné, Índia, Irã, Itália, Iugoslávia, Jamaica, Japão, Ilhas Maurício, México, Nigéria, Países Baixos, Reino Unido, República Árabe Unida, Suécia, Tchecoslováquia, Togo, União Soviética e Zâmbia. Segundo Lago (2006), devido às previsões pessimistas como descritas pelo Clube de Roma e sua utilização política, os países em desenvolvimento adotaram uma postura crítica aos rumos planejados para a conferência.

Um dos mitos mais amplamente aceitos em nossa sociedade atual é a promessa de que a continuação dos nossos padrões atuais de crescimento levará à igualdade humana. Temos demonstrado em várias partes deste livro que os padrões atuais de crescimento populacional e de capital estão, na verdade, aumentando o fosso entre os ricos e os pobres a nível mundial, e que o reestabelecimento de uma tentativa contínua de crescer de acordo com o padrão atual será ser um colapso desastroso. O maior impedimento possível a uma distribuição mais equitativa dos recursos mundiais é o crescimento da população. Parece ser uma observação universal, lamentável, mas compreensível, que, como o número de pessoas sobre as quais um recurso fixo deve ser distribuído aumenta, a igualdade de distribuição diminui. A partilha equitativa torna-se o suicídio social, se a quantidade média disponível por pessoa não é suficiente para manter a vida (MEADOWS et al., 1972, p. 178)<sup>15</sup>.

As projeções pessimistas e catastróficas que deram o tom do relatório basearam-se em um modelo elaborado pelo professor Jay Forrester, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que pôde ser desenvolvido graças a um avançado computador pertencente ao instituto de pesquisa estadunidense. Este documento foi utilizado no embate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em Estocolmo, em 1972.

O relatório aponta que os padrões de crescimento econômico não estavam levando a uma maior distribuição de renda. Esse debate permanece presente ao longo das décadas, como poderemos observar. No entanto, o crescimento populacional é destacado como um dos principais problemas a serem enfrentados. Segundo o relatório, à medida que a população cresce e os recursos disponíveis permanecem constantes, estamos caminhando para um cenário de catástrofe global. Essas conclusões serviram de ferramentas para acirrar a disputa pela posse dos discursos que apontariam as causas da crise ambiental global entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

---

<sup>15</sup> One of the most commonly accepted myths in our present society is the promise that a continuation of our present patterns of growth will lead to human equality. We have demonstrated in various parts of this book that present patterns of population and capital growth are actually increasing the gap between the rich and the poor on a worldwide basis, and that the ultimate resettle of a continued attempt to grow according to the present pattern will be a disastrous collapse. The greatest possible impediment to more equal distribution of the world's resources is population growth. It seems to be a universal observation, regrettable but understandable, that, as the number of people over whom a fixed resource must be distributed increases, the equality of distribution decreases. Equal sharing becomes social suicide if the average amount available per person is not enough to maintain life (MEADOWS et al., 1972, p. 178).

Os informes que descreviam a crise ambiental estavam concentrados em grupos de cientistas predominantemente dos países ricos. O caráter científico destes relatórios não impediu, no entanto, que os prognósticos fossem orientados por uma classificação e ordenação de mundo que converge profundamente com o paradigma da modernidade que procuramos analisar desde o período da expansão europeia. Mesmo com a pretensão de neutralidade, a herança do colonialismo que se expressa em colonialidade é evidente na produção discursiva científica. A herança se revela quando o modo de vida e o modelo de produção não são questionados, quando se determina que os limites são de ordem física e não social, mas, sobretudo, quando não se reconhece a miséria de dois terços da população mundial, na época da produção do próprio relatório, como desafio a ser superado.

O Relatório do Clube de Roma, *The Limits of Growth*, é largamente conhecido e citado pela literatura dedicada ao debate ambiental. No entanto, é raro encontrar no debate citações referentes ao relatório realizado pela fundação Bariloche e sob a direção de Amílcar O. Herrera, intitulado *¿Catástrofe o Nueva Sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano*.

Este relatório, mais conhecido como *Modelo Mundial Latinoamericano*, foi realizado justamente em resposta ao *The Limits to Growth* e foi publicado, por Herrera et al. (2004), originalmente em 1977. Possivelmente este tenha sido o único esforço desse tipo partido do Sul global. Embora também centrado em uma mesma metodologia de análise da problemática ambiental, esse estudo trouxe pontos importantes para o debate e distintos das conclusões do documento do Clube de Roma. Segundo este relatório, os limites do desenvolvimento não estavam na escassez dos recursos, mas no comportamento das elites econômicas e na produção constante de injustiças sociais.

Segundo Enrique Oteiza (2004), em análise adicionada à segunda edição do relatório Modelo Mundial Latinoamericano, as principais diferenças do relatório latinoamericano para os demais foram a sua não orientação para a previsão das tendências de desenvolvimento à época e sua predisposição em demonstrar possibilidades de satisfação das necessidades básicas dentro do limite físico dos recursos globais. As conclusões levaram à afirmação categórica da necessidade de criação de modelos alternativos de desenvolvimento. A catástrofe estava, portanto, no modo hegemônico de progresso e crescimento moderno e não na escassez

planetária de recursos. O posicionamento crítico do grupo latinoamericano aponta essa assimetria:

As soluções propostas em alguns dos círculos mais influentes dos países desenvolvidos podem ser resumidas em poucas palavras: o principal problema é o crescimento rápido da população, especialmente nos países em desenvolvimento; conter esse crescimento é a condição indispensável para evitar a catástrofe; o controle da poluição, o uso racional dos recursos etc., são apenas medidas complementares. A característica básica desta posição é não por em dúvida os valores fundamentais da sociedade atual. A atitude dos autores deste modelo é radicalmente diferente: argumenta-se que os problemas mais importantes enfrentados pelo mundo moderno não são físicos, mas sim sociopolíticos e são baseados na distribuição desigual de poder tanto na esfera internacional quanto dentro dos países, em todo o mundo. O resultado é uma sociedade opressiva e alienante, fundamentada em grande parte na exploração. A deterioração do ambiente físico não é uma consequência inevitável do progresso humano, mas sim o resultado de uma organização social enraizada em valores, em grande parte destrutivos (HERRERA et al., 2004, p. 33-34)<sup>16</sup>.

O esforço do relatório realizado no Sul também esteve concentrado em revelar que as conclusões do Clube de Roma carregavam um conjunto de crenças e premissas teóricas que determinavam a percepção da realidade. Essa cosmologia, segundo Gallopín (2004), em texto acrescido à reedição do relatório Modelo Mundial Latinoamericano, limitava a capacidade de criação de um imaginário alternativo de futuro global. A produção científica se revela dessa forma como uma ferramenta de tomada de decisão que não escapa do seu contexto social de produção. Enquanto no relatório latinoamericano esse posicionamento político era explícito, nos relatórios dos países ricos a dimensão política era negada por meio de sua sustentação científica que se pretendia neutra e objetiva.

---

<sup>16</sup> Las soluciones que se proponen en algunos de los círculos más influyentes de los países desarrollados pueden sintetizarse en pocas palabras: el problema principal es el rápido crecimiento de la población, sobre todo en los países subdesarrollados; contenerlo es la condición indispensable para evitar la catástrofe; el control de la contaminación, el uso racional de los recursos, etc., son sólo medidas complementarias. La característica básica de esta posición es que no pone en duda los valores centrales de la sociedad actual. La actitud de los autores de este modelo es radicalmente diferente: se sostiene que los problemas más importantes que afronta el mundo moderno no son físicos sino sociopolíticos, y están basados en la desigual distribución del poder tanto internacional como dentro de los países, en todo el mundo. El resultado es una sociedad opresiva y alienante, asentada en gran parte en la explotación. El deterioro del medio físico no es una consecuencia inevitable del progreso humano, sino el resultado de una organización social cimentada en valores en gran parte destructivos (HERRERA et al., 2004, p. 33-34).

A crítica dirigida ao relatório do Clube de Roma pode ser compreendida nesse trecho do Modelo Mundial Latinoamericano:

Qualquer previsão a longo prazo sobre o desenvolvimento da humanidade é orientada por uma visão de mundo que é baseada em um sistema de valores e em uma ideologia concreta. Supor que a estrutura atual do mundo e o sistema de valores que a sustenta podem ser projetados inalterados para o futuro não é uma visão "objetiva" da realidade, pois implica também uma tomada de posições ideológicas. Portanto, a diferenciação entre modelos de projeção e modelos normativos a longo prazo é essencialmente falaciosa. O modelo apresentado aqui é explicitamente normativo; não procura prever o que vai acontecer com a humanidade se as tendências atuais continuarem, mas sim indicar um caminho para alcançar o objetivo final de um mundo livre de atraso e da pobreza (HERRERA et al., 2004, p. 33)<sup>17</sup>.

Sobre este contexto, a questão ambiental ganha força no debate internacional emergindo do campo da externalidade e configurando-se como um limite do desenvolvimento capitalista. Os elementos que compõem a anunciação dessa crise, a partir da segunda metade do século XX, podem ser compreendidos pela conjunção da ciência moderna e da racionalidade econômica. A caracterização dos limites físicos do planeta e da finitude dos recursos disponíveis foi abordada a partir do avanço do progresso técnico e científico que possibilitaram a elaboração de relatórios científicos capazes de descrever prognósticos sobre a relação sociedade e natureza. Sobre a perspectiva do desenvolvimento econômico, a segunda metade do século XX foi marcada por um debate intenso sobre a emancipação dos países em desenvolvimento, muitos com sua independência recém-conquistada.

Nesse cenário, a constituição da temática ambiental emerge de um contexto de rivalidade e de reordenação da ordem global entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Dessa forma, nesta seção, a descrição dos principais marcos sobre a questão ambiental será apresentada

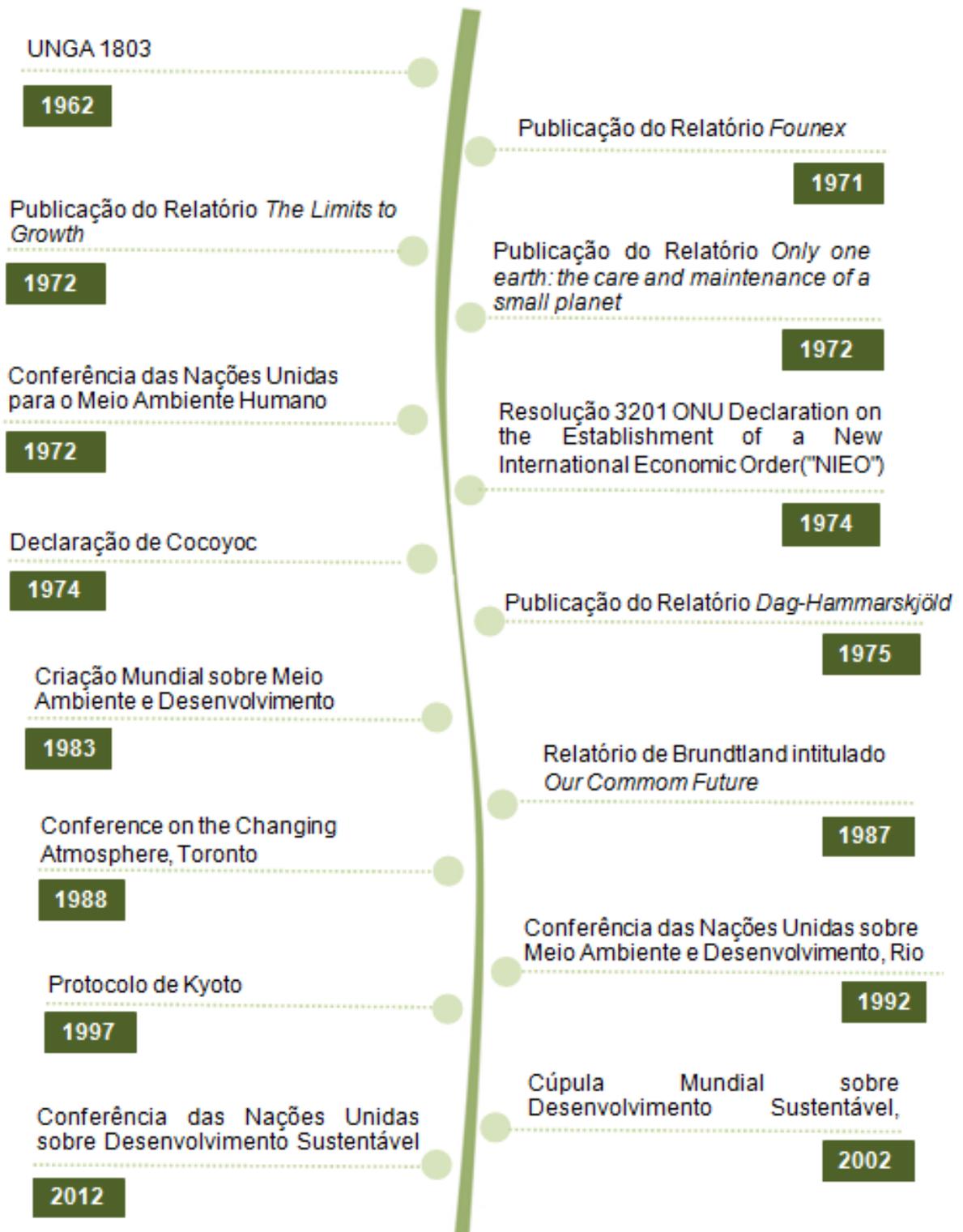
---

<sup>17</sup> Cualquier pronóstico de largo plazo sobre el desarrollo de la humanidad se funda en una visión del mundo basada en un sistema de valores y en una ideología concreta. Suponer que la estructura del mundo actual y el sistema de valores que la sustenta pueden ser proyectados sin cambios hacia el futuro no es una visión "objetiva" de la realidad, sino que implica también una toma de posición ideológica. Por eso, la diferencia que suele establecerse entre modelos proyectivos y los normativos a largo plazo es esencialmente falaz. El modelo que aquí se presenta es explícitamente normativo; no se ocupa de predecir que ocurrirá si continúan las tendencias actuales de la humanidad, sino de señalar una manera de alcanzar la meta final de un mundo liberado del atraso y la miseria (HERRERA et al., 2004, p. 33).

procurando compreender de que forma as divergências e conflitos presentes nas arenas de debate correspondem ao paradigma explicativo entre o Ocidente e o resto do mundo, conforme os empreendimentos analíticos de estudos dedicados à relação de subalternidade e produção de discurso.

Sobre este cenário, destacaremos os principais relatórios e conferências que influenciaram significativamente a forma como a temática ambiental vem sendo significada ao longo das últimas décadas em escala global. Destacamos a seguir, na Figura 1, alguns dos principais eventos que descrevem a trajetória do debate internacional sobre a questão ambiental e a utilização dos recursos naturais.

**Figura 1 - Principais marcos sobre a questão ambiental, de 1962 a 2012.**



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa documental.

Outro relatório não menos impactante, e que também foi causa de tensão em 1972, foi a publicação de “*Only one earth: the care and maintenance of a small planet*”, organizada por Bárbara Ward e René Dubos (1972). Assim como o relatório do Clube de Roma, este também adotou uma perspectiva neomalthusiana para descrever a crise ambiental, o que provocou uma forte crítica dos países em desenvolvimento por identificarem nesse discurso um processo de subordinação internacional, que procurava consolidar uma nova ordem de hierarquização entre os países.

A construção desse relatório foi uma tentativa de conciliar os debates entre os países desenvolvidos, que propunham a defesa do meio ambiente como ponto central para a conferência, e os países em desenvolvimento, que se posicionavam a favor da centralidade da superação da pobreza como tema. Esse embate levou a ONU a delegar à comissão técnica a elaboração de uma saída para esse impasse, levando à realização desse relatório. Segundo Lago (2006) as conclusões desse relatório consolidaram-se como um primeiro passo para se entender a questão ambiental como a tríade entre a esfera social, o meio ambiente e a economia.

Essa resistência observada em 1972 revela como a produção dos enunciados sobre a problemática ambiental estava envolta em uma dinâmica específica de produção do conhecimento. Como aponta Foucault (2008), a verdade não é a expressão discursiva da natureza das coisas, mas o conjunto de procedimentos regrados para a produção, a distribuição e a circulação de enunciados, aos quais se atribuem efeitos específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros. O regime de produção de verdade é institucionalizado basicamente pela ciência, que se apresenta como detentora dos enunciados verdadeiros.

Os grupos fechados de intelectuais, amparados por avanços tecnológicos dos países desenvolvidos, foram capazes de caracterizar um futuro catastrófico para a humanidade, reacendendo a utilização da teoria malthusiana. No entanto, a produção sobre as verdades diagnósticas que descrevem a crise ambiental revela-se também uma ordenação específica do mundo, aflorando uma rivalidade que converge para a polarização investigada por Hall (1996). Além do campo das ideias, a concepção de Ocidente analisada pelo autor e caracterizada

aqui pelos países desenvolvidos permite que os indivíduos se expressem de uma maneira específica sobre as coisas. Em suma, a ideia que classifica e ordena o mundo também determina a produção do conhecimento. Segundo Hall (1996), esse processo torna-se duplo. Configura-se como um elemento de organização do sistema de poder global e também organiza o conceito e a maneira de se pensar o mundo.

Esse período, no qual o debate sobre a questão ambiental emerge, também foi alvo da atenção de Leff (1995). Este autor destaca que a crise ambiental estava sendo eclipsada pela rivalidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento:

A centralidade do conflito social subjacente à crise ambiental tem sido ofuscada pelo esforço conciliatório internacional entre países ricos e pobres. Ao mesmo tempo, tem sido difícil a operacionalizar os princípios do ecodesenvolvimento. Insuficiências em fundamentos teóricos, ideológicos, e praxeológicos do ecodesenvolvimento, bem como a ambivalência de suas propostas em para ajustar a racionalidade produtiva dominante ou promover mudanças sociais, tem confundido o movimento ambiental e desmobilizado ações mais efetivas (LEFF, 1995, p. 116)<sup>18</sup>.

Leff (1995) identifica uma insuficiência teórica, ideológica e praxiológica para que a ideia de ecodesenvolvimento leve a ações práticas. Essa afirmação corrobora com a argumentação que buscamos consolidar neste trabalho. No entanto, a pesquisa documental realizada sobre as conferências e relatórios dedicados à problemática ambiental tem demonstrado que o acirramento das tensões entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento desnuda que a construção discursiva sobre a questão ambiental assume suas características contemporâneas a partir de um processo de ordenação do mundo. Portanto, é parte integradora da polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

---

<sup>18</sup> The basic social conflict underlying the environmental crisis has been overshadowed by the will for international concertation between rich and poor countries. At the same time, it has been difficult to operationalize the principles of ecodesvelopment. Insufficiencies in theoretical, ideological, and praxeological foundations of ecodesvelopment and the ambivalence of its proposals toward adjusting prevalent productive rationality or promoting social change, have confused the environmental movement and demobilized more effective actions (LEFF, 1995, p. 116).

A pesquisa tem demonstrado que foi a tentativa de conciliação e, sobretudo, de ordenação das aspirações dos países do Norte e do Sul que deu origem à concepção de desenvolvimento sustentável, debate que ao longo das últimas quatro décadas têm caracterizado as discussões sobre o meio ambiente.

A tensão entre os chamados países ricos e pobres com relação à questão ambiental convergia para a discussão sobre soberania e plenos direitos de exploração dos recursos naturais. Vale destacar que no início da década de 1960 muitos países que conquistaram suas independências ainda tinham seus recursos naturais, em especial reservas minerais, sob o controle de seus antigos colonizadores. A questão ambiental nasce nesse contexto severo de tensão entre os países do Norte e do Sul e, portanto, também no contexto de colonialidade.

Em 1962, a Assembleia Geral da ONU (UNGA<sup>19</sup>) lança a Resolução 1803, *Permanent Sovereignty Over Natural Resources*, que ilustra o contexto recente dos processos de independência que demandavam uma reordenação no cenário das relações internacionais, "O direito dos povos e das nações à soberania permanente sobre suas riquezas e recursos naturais no interesse do seu desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo" (UNGA, 1962, p. 1)<sup>20</sup>.

Quatro anos mais tarde, a Assembleia Geral da ONU publica a Resolução 3281, intitulada *The Charter of Economic Rights and Duties of States* (UNGA, 1974b) e a Resolução 3201, *Declaration on the Establishment of a New International Economic Order* (UNGA, 1974a), estabelecendo uma nova ordem internacional. Ambas as resoluções reafirmam UNGA 1803 com relação ao direito dos Estados em nacionalizarem seus recursos naturais. A resolução UNGA 3201 continua a ser referência nos debates entre os países do Norte e do Sul na atualidade. O primeiro parágrafo da declaração já aponta o contexto específico em que a questão ambiental passa a fazer parte das discussões internacionais, como podemos observar:

---

<sup>19</sup> United Nations General Assembly (UNGA).

<sup>20</sup>"The right of peoples and nations to permanent sovereignty over their natural wealth and resources in the interest of their national development and of the wellbeing of the people of the State concerned" (UNGA, 1962, p. 1).

1. As maiores e mais significativas realizações, durante as últimas décadas, tem sido a independência da dominação colonial e estrangeira de um grande número de povos e nações que permitiu que estes se tornem membros da comunidade de povos livres. O progresso tecnológico também tem sido feito em todas as esferas das atividades econômicas nas últimas três décadas, proporcionando, assim, um potencial sólido para melhorar o bem-estar de todos os povos. Contudo, os vestígios remanescentes de dominação estrangeira e colonial, a ocupação estrangeira, a discriminação racial, o *apartheid* e neocolonialismo em todas as suas formas continuam a ser um dos maiores obstáculos para a plena emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento e todos os povos envolvidos. Os benefícios do progresso tecnológico não são partilhados equitativamente por todos os membros da comunidade internacional. Os países em desenvolvimento, que constituem 70 por cento da população mundial, respondem por apenas 30 por cento da renda mundial. Já foi provado ser impossível alcançar um desenvolvimento uniforme e equilibrado da comunidade internacional sob a ordem econômica internacional existente. A diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento continua a aumentar em um sistema que foi criado numa época em que a maioria dos países em desenvolvimento sequer existia como estados independentes e que perpetua a desigualdade (UNGA, 1974a, p. 1)<sup>21</sup>.

Um dos princípios dessa resolução destaca a importância de se estabelecer assistência aos países em desenvolvimento que sofrem algum tipo de dominação ou subordinação e que é necessário garantir o direito de soberania e controle dos recursos naturais.

Outros textos lançados pela ONU podem ser destacados aqui como relevantes para compreendermos o cenário que caracteriza a relação entre Norte e Sul no começo da década de 1970. São eles o *Founex Report*, de 1971, a Declaração de Estocolmo, de 1972 e a Declaração de Cocoyoc, de 1974.

---

<sup>21</sup> 1. The greatest and most significant achievement during the last decades has been the independence from colonial and alien domination of a large number of peoples and nations which has enabled them to become members of the community of free peoples. Technological progress has also been made in all spheres of economic activities in the last three decades, thus providing a solid potential for improving the well-being of all peoples. However, the remaining vestiges of alien and colonial domination, foreign occupation, racial discrimination, apartheid and neo-colonialism in all its forms continue to be among the greatest obstacles to the full emancipation and progress of the developing countries and all the peoples involved. The benefits of technological progress are not shared equitably by all members of the international community. The developing countries, which constitute 70 per cent of the world's population, account for only 30 per cent of the world's income. It has proved impossible to achieve an even and balanced development of the international community under the existing international economic order. The gap between the developed and the developing countries continues to widen in a system which was established at a time when most of the developing countries did not even exist as independent States and which perpetuates inequality (UNGA, 1974a, p. 1).

A Declaração de Cocoyoc (UNEP<sup>22</sup>, 1974) afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, processos que combinados agravavam o cenário de degradação nos países do Sul. Os países industrializados, por sua vez, também contribuíam para o contexto de crise com altos índices de consumo. Destaca-se aqui, pela primeira vez, que não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo; senão um limite máximo. O Relatório Dag-Hammarskjöld completa o de Cocoyoc e aprofunda a ideia de ecodesenvolvimento, adotando princípios que mais tarde seriam plenamente conhecidos com a ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável, que propagava a ideia de desenvolvimento harmonioso com a natureza. Entretanto, como destaca Leff (1995), esses relatórios não esclareceram como alcançar uma equidade social ou como a diversidade cultural poderia ser incorporada nesse processo.

A pesquisa sobre as principais conferências que tratam da questão ambiental tem demonstrado que as relações hierarquizadas entre o Norte e o Sul ainda podem ser observadas na contemporaneidade. Mignolo (2010, p. 12) descreve como a colonialidade do poder se manifesta na modernidade:

A matriz colonial de poder é, assim, uma estrutura complexa de níveis entrelaçados: o controle da economia; o controle da autoridade; o controle da natureza e dos recursos naturais; o controle de gênero e sexualidade; controle da subjetividade e do conhecimento<sup>23</sup>.

O autor dedica grande importância à dimensão epistemológica como um elemento fundamental da colonialidade do saber. O controle sobre a natureza e os recursos naturais também participam dessa dinâmica hierarquizada da geopolítica global. Sobre essa chave de pensamento buscaremos analisar a construção discursiva da questão ambiental, em especial, a governança das águas. Essa concepção crítica da constituição moderna contribui para a compreensão do debate sobre a questão ambiental.

---

<sup>22</sup> United Nations Environment Programme (UNEP)

<sup>23</sup> La matriz colonial de poder es entonces una estructura compleja de niveles entrelazados: control de la economía; control de la autoridad; control de la naturaleza y de los recursos naturales; control del género y la sexualidad; control de la subjetividad y del conocimiento (MIGNOLO, 2010, p. 12).

Ao contrário dos relatórios anteriores supracitados, o relatório de Brundtland, intitulado *Our Common Future* (UNITED NATIONS, 1987), teve alcance e aceitação maiores. Sua publicação foi um esforço para a construção da ideia de desenvolvimento sustentável, conciliando, a princípio, os interesses dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento. O relatório foi apresentado na Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED<sup>24</sup>), presidida por Gro Harlem Brundtland, então Primeira Ministra da Noruega, e Mansour Khalid. Além de uma maior aceitação e alcance, o referido relatório contou com uma participação muito mais ampla. Foi resultado do trabalho de quatro anos de uma equipe que se reuniu para formar a UNCED. Esse relatório pode ser considerado, portanto, o maior esforço para conciliar a questão ambiental e o desenvolvimento econômico (LAGO, 2006).

Não por acaso este foi o principal relatório para a consolidação da noção de Desenvolvimento Sustentável. O conceito, no entanto, descreve uma linha genérica de ações que, como se observou ao longo das décadas, tem servido a qualquer tipo de interesse econômico ou político, constituindo-se como uma ferramenta discursiva aos moldes do discurso de progresso e emancipação humana que analisamos sobre a modernidade.

Assim como o termo lançado por Castro-Gómez (2005) de ponto zero, a investigação sobre a questão ambiental deve compreendê-la como um espaço em disputa. O ponto zero do desenvolvimento sustentável parece cada vez mais estar ocupado por um sujeito e um discurso específicos. Chegaremos a isso na discussão sobre *Economia Verde* mais adiante.

*Our Common Future* (UNITED NATIONS, 1987) diferencia-se dos demais relatórios por considerar que o crescimento econômico seria um processo necessário para a superação da pobreza dos países em desenvolvimento. Essa ideia foi bem aceita pela comunidade internacional.

42. Em segundo lugar, os estresses ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico estão ligados uns aos outros. Assim, as políticas agrícolas podem estar na origem da degradação da terra, da água e das florestas. Políticas energéticas estão associadas com o efeito estufa global, com a acidificação e com o desmatamento para

---

<sup>24</sup> United Nations Conference on Environment and Development (UNCED).

uso de lenha em muitas nações em desenvolvimento. Estes estresses ambientais ameaçam o desenvolvimento econômico. Portanto, a economia e a ecologia devem ser completamente integradas nos processos de tomada de decisões e de desenvolvimento de legislações, não apenas para proteger o ambiente, mas também para proteger e promover o desenvolvimento. Economia não é apenas sobre a produção de riqueza e a ecologia não é apenas sobre a proteção da natureza; ambas são igualmente relevantes para melhorar as condições da humanidade (UNITED NATIONS, 1987, p.32)<sup>25</sup>.

O relatório desenvolve uma crítica sobre os efeitos do liberalismo, que vem ganhando força no cenário global, e afirma que a superação das desigualdades sociais é peça central para a questão ambiental, mas seu diagnóstico não dimensiona claramente as assimetrias de responsabilidades ao apontar que:

A pobreza é uma das principais causas e efeitos dos problemas ambientais globais. Por isso, é inútil tentar lidar com os problemas ambientais, sem uma perspectiva mais ampla que englobe os fatores subjacentes à pobreza no mundo e à desigualdade internacional (UNITED NATIONS, 1987, p.12)<sup>26</sup>.

Nos documentos apresentados é possível observar uma busca pela ordenação nas relações entre Norte e Sul, em especial sobre o uso e exploração dos recursos naturais. A associação da questão ambiental às enunciações científicas e econômicas produzidas por pequenos grupos de especialistas constroem um cenário sobre o tema que desautoriza o pronunciamento dos leigos. A solução para a crise ambiental parece estar cada vez mais associada ao aprofundamento da racionalidade econômica e ao desenvolvimento do conhecimento técnico-científico.

---

<sup>25</sup> 42. Second, environmental stresses and patterns of economic development are linked one to another. Thus agricultural policies may lie at the root of land, water, and forest degradation. Energy policies are associated with the global greenhouse effect, with acidification, and with deforestation for fuel wood in many developing nations. These stresses all threaten economic development. Thus economics and ecology must be completely integrated in decision making and lawmaking processes not just to protect the environment, but also to protect and promote development. Economy is not just about the production of wealth, and ecology is not just about the protection of nature; they are both equally relevant for improving the lot of humankind (UNITED NATIONS, 1987, p.32).

<sup>26</sup> Poverty is a major cause and effect of global environmental problems. It is therefore futile to attempt to deal with environmental problems without a broader perspective that encompasses the factors underlying world poverty and international inequality (UNITED NATIONS, 1987, p.12).

Como afirmamos anteriormente, segundo Martins (2008), um dos fatores que contribuem para a consolidação da temática ambiental é sua associação com a racionalidade econômica e com o conhecimento técnico-científico. Esse processo promoveu uma conveniente similaridade dessa questão com as variáveis econômicas que já compunham as mesas de decisões políticas.

À medida que a questão ambiental passa a ser incorporada pelas instâncias de governo, ela adquire uma nova forma de desenvolvimento e organização. Contudo, a forma como a questão ambiental foi sendo incorporada no campo das decisões políticas é passível de interpretações críticas, principalmente com relação aos limites dos princípios econômicos neoclássicos como forma de norteamento para as políticas socioambientais (MARTINS, 2004; LEFF, 2006).

Ao mesmo tempo, foi o avanço científico e os padrões argumentativos do pensamento racional que propiciaram o levante da questão ambiental há quatro décadas. Foram as pesquisas científicas que comprovaram que o modo de produção capitalista estava sobrecarregando os recursos naturais e, novamente, foi com o apelo à racionalidade que essa questão passou a ser relevada pela sociedade e provocou transformações importantes na política internacional.

As condições que determinam as formas de desenvolvimento passam a modelar as instrumentalizações econômicas e tecnológicas que já participam da constituição social. Nesse sentido, o relatório de Brundtland consolida a ideia da questão ambiental como uma variável a ser considerada sem alterar os padrões vigentes de crescimento.

32. O crescimento deve ser reavivado nos países em desenvolvimento porque é onde as ligações entre o crescimento econômico, redução da pobreza e as condições ambientais operam mais diretamente. No entanto, os países em desenvolvimento são parte de uma economia mundial interdependente; suas perspectivas também dependem dos níveis e padrões de crescimento em países industrializados. As perspectivas de médio prazo para os países industrializados são de crescimento de 3-4 por cento, o mínimo que as instituições financeiras internacionais consideram necessário caso esses países desempenhem um papel na expansão da economia mundial. Essas taxas de crescimento poderão ser ambientalmente sustentáveis se os países industrializados continuarem com as recentes mudanças nas características de seu crescimento, a partir

de atividades intensivas e com melhorias na sua eficiência no uso de materiais e de energia (UNITED NATIONS, 1987 , p. 41)<sup>27</sup>.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável assume seus contornos ao longo das últimas décadas. Nesse período, consolida-se uma expressiva literatura a respeito do novo paradigma de desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento foi o encontro internacional que consolidou no debate a noção de Desenvolvimento Sustentável lançada pelo relatório de Brundtland. Os números da conferência demonstram sua grande dimensão.

Segundo Lago (2006), o evento reuniu delegações de 172 países, com a participação de 108 Chefes de Estado. Mais de 10.000 jornalistas foram credenciados para acompanhar a conferência, que também contou com representantes de 1.400 organizações não governamentais. No Fórum Global, evento organizado paralelamente, houve a presença de representantes de mais de 7.000 ONGs.

A disposição para o debate sobre a questão ambiental foi inteiramente influenciada pelo contexto histórico da época. O fim da União Soviética estimulou debates sobre quais seriam as bases para o arranjo de uma nova ordem internacional. No entanto, a década de 1990, período entre as conferências do Rio e de Johannesburgo, foi considerada frustrante justamente pela lentidão da transição das discussões teóricas para as práticas, o que levaria ao desenvolvimento mais limpo.

Em 2012, ao ser entrevistado pelo jornalista Eduardo Febbro<sup>28</sup> sobre a questão ambiental e os desafios para a ideia de desenvolvimento sustentável, o

---

<sup>27</sup> 32. Growth must be revived in developing countries because that is where the links between economic growth, the alleviation of poverty, and environmental conditions operate most directly. Yet developing countries are part of an interdependent world economy; their prospects also depend on the levels and patterns of growth in industrialized nations. The medium-term prospects for industrial countries are for growth of 3-4 per cent, the minimum that international financial institutions consider necessary if these countries are going to play a part in expanding the world economy. Such growth rates could be environmentally sustainable if industrialized nations can continue the recent shifts in the content of their growth towards less material - and energy - intensive activities and the improvement of their efficiency in using materials and energy (UNITED NATIONS, 1987, p. 41).

<sup>28</sup> Publicação intitulada *Em busca de um civismo planetário*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Rio-20-Em-busca-de-um-civismo-planetario/3/25191>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

coordenador executivo da Rio+20, Brice Lalonde, destacou o que em sua opinião são os principais desafios para um crescimento sustentável em escala global.

Os negociadores pensam em seus países, defendem seus interesses nacionais. Mas em todo esse processo não há um piloto para o planeta. Isso é o que me dá medo. Algum dia será preciso inventar algo para que nos ocupemos daquilo que temos em comum, ou seja, a atmosfera, os oceanos e até o próprio conhecimento. Há muitos, muitos temas que estão mais além da esfera dos interesses nacionais e que o sistema internacional atual não consegue tratar (CARTA MAIOR, 2012).

Quando perguntado sobre quais seriam os principais temas da cúpula e se existiriam frentes antagônicas com relação à economia verde e a luta contra a pobreza Lalonde destaca:

Ah... Não há dois campos nítidos ou afirmados. Dependendo do tema, há maiorias, minorias e oposições. Mas há uma primeira divisão clássica entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A isto se agrega agora um terceiro ator, que são os países emergentes. Por exemplo, as pequenas cidades africanas não defendem os mesmos interesses que os grandes países como a China defendem. No que diz respeito à economia verde, há vários países que não são nem um pouco entusiastas. Não gostam da expressão, preferindo desenvolvimento sustentável. Em suma, muitos países querem evitar que a economia verde se transforme em uma forma de levantar obstáculos ao comércio internacional ou que estabeleça novas condições para a ajuda ao desenvolvimento. Associado a isso está o tema da governabilidade, mas esse ponto não traz demasiados problemas. Eu diria que a divisão mais clara está entre os partidários do desenvolvimento e os que afirmam que não pode se continuar assim, que é preciso salvar o planeta. Estamos em busca de uma fórmula que concilie o desenvolvimento e o meio ambiente. Esta é a discussão mais importante e mais difícil de resolver porque está em jogo o meio ambiente mundial e a possibilidade de chegar a um ponto sem retorno. A discussão envolve também aqueles que dizem que o prioritário é a luta contra a pobreza, ou seja, o crescimento econômico, e que não é possível seguir acumulando tantas desigualdades. Este campo argumenta que a questão do planeta tem que ser o passo seguinte. (CARTA MAIOR, 2012).

O debate contemporâneo sobre a questão ambiental parece ainda estar pautado pela polarização entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A reconfiguração do cenário global com o crescimento dos países

emergentes não desconstrói essa classificação do mundo como forma de pensamento.

No caso da Conferência Rio+20, podemos observar o fenômeno significativo sobre as construções discursivas dedicadas à temática ambiental. A ideia de Desenvolvimento Sustentável passa a ser substituída pela de *Economia Verde*. Embora esse termo tenha surgido já na Conferência de 1992, ganhou força apenas após o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de 2011. O objetivo dessa substituição pode ser entendido pelo esvaziamento de sentido da noção de Desenvolvimento Sustentável. Esse novo conceito consolida-se praticamente como um consenso na mais recente conferência sobre Meio Ambiente, por possibilitar uma nova construção discursiva capaz de justificar os arranjos pautados pela racionalidade econômica.

Para Abramovay (2012) a noção de Economia Verde como um modelo de combate à pobreza tem um equívoco fundamental, dado que pressupõe um mundo em que o desafio está, tão somente, a produzir mais e de forma mais eficiente. Esse modelo não lida com o desafio sobre a gerência dos excessos e como esta se relaciona diretamente com o cenário de desigualdade colossal que testemunhamos na contemporaneidade.

Como destaca o autor, as sociedades modernas ainda não conseguiram consolidar uma transformação em direção a sistemas generalizados orientados para a sustentabilidade. O desafio encontra-se fundamentalmente nesse ponto. Para Abramovay (2012), é imperativo que a humanidade transforme a ciência, o conhecimento e a informação em bens comuns e que tratem a convergência do sistema econômico e os limites dos ecossistemas como pedra fundamental de sua dinâmica.

As resoluções descritas no *zero-draft* da Rio+20 não assinalam, de acordo com o autor, para nenhuma transformação estrutural ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, revelando a gravidade da situação. Os avanços tecnológicos, conforme afirma o autor, embora indispensáveis, não são capazes de alinhar crescimento ilimitado a um mundo finito. A ecoeficiência já existe e faz parte da dinâmica de produção atual, mas isso não confere à sociedade moderna uma sustentabilidade (ABRAMOVAY, 2012).

Ainda sobre os resultados da Rio+20, Cavalcanti (2012) afirma que o crescimento econômico é uma referência que não tem nenhum diálogo como unidade de medida sustentável, ou seja, o tamanho da economia deve estar vinculado a uma dimensão de tempo. Essa problematização não aparece nos resultados finais das discussões da conferência. A incongruência entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável é a contradição não resolvida, como afirma Cavalcanti (2012). A ausência do enfrentamento para a resolução dessa aporia revela, segundo o autor, como essa noção de sustentabilidade no debate contemporâneo é completamente vazia, caracterizando-se exclusivamente como uma ferramenta discursiva.

Nesse sentido, a visão de Cavalcanti (2012) é acertada, pois como dissertar sobre sustentabilidade associada a um modelo que tem como finalidade um progresso material ilimitado? Na perspectiva do autor, as narrativas contemporâneas partem do pressuposto de que nenhuma atividade econômica alteraria a realidade biofísica do ecossistema. A universalidade do discurso revela sua funcionalidade nesse processo por ele apontado.

Almeida (2012) também procura investigar a noção de *Economia Verde* lançada na conferência. No plano teórico, como destaca o autor, o conceito analisado não apresenta elementos novos ao debate sobre meio ambiente. Concentra-se exclusivamente como uma proposta de instrumentalizar o desenvolvimento econômico de maneira sustentável.

Este modelo de instrumentalização alinha-se essencialmente às abordagens da economia neoclássica e isso se mostra de maneira explícita pela utilização de referências dessa corrente em publicações do PNUMA. Nesse sentido, a noção de Economia Verde está muito mais próxima da corrente utilitarista do que da perspectiva da economia ecológica. (ALMEIDA, 2012).

O que observamos com as análises desses autores é que os resultados mais recentes do debate ambiental nas grandes conferências caminham para uma intensificação de um *approach* econômico utilitarista como mecanismo para superar a crise ambiental. O avanço tecnológico e o crescimento econômico continuam sendo pilares de uma argumentação que procura incessantemente se apresentar como eixo emancipatório desconsiderando o segundo eixo moderno que buscamos demonstrar ao longo desse trabalho (DUSSEL, 1994).

Desse modo, é possível destacar que a questão ambiental se relaciona com a construção discursiva sobre a polaridade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A questão da finitude dos recursos naturais aparece como um desafio à conciliação das ambições nacionais ao longo do globo. A produção discursiva que consolida a ideia de desenvolvimento sustentável relaciona-se diretamente com a necessidade, destacada ao longo dessas conferências, de uma transferência de conhecimento e tecnologia para que os países pobres sejam capacitados para desenvolver um crescimento limpo.

Como veremos no capítulo seguinte, essa argumentação continua compondo o debate sobre a gestão das águas e está associada também à necessidade de aporte financeiro para sanar os problemas de acesso à água, bem como de saneamento básico para as populações marginalizadas dos países em desenvolvimento.

Como podemos perceber, a questão ambiental está vinculada ao desenvolvimento, ou como obstáculo ou como elemento a ser incorporado ao crescimento econômico. Nesse sentido, o combate à pobreza parece não ser convergente com a preservação da natureza, questão que na opinião de uma parcela do debate, seria uma etapa posterior. Embora a entrevista seja de 2012, essa discussão é muito semelhante ao surgimento da questão ambiental em escala global, em Estocolmo, no ano de 1972.

Ao longo da primeira etapa deste capítulo, procuramos demonstrar que a questão ambiental parece estar diretamente relacionada com uma construção específica de modelo de sociedade. Apesar da grande representatividade encontrada nas conferências sobre o tema, o avanço do debate parece ser orientado de forma unidirecional. Ao analisarmos a agenda do Conselho Mundial da Água poderemos observar que alguns elementos do discurso sobre a sustentabilidade consolidam-se no debate e demonstram a relevância da perspectiva sociológica como contribuição para a problemática ambiental.

### 2.3 A questão da água no cenário internacional

Nessa seção apresentaremos uma análise das principais conferências internacionais cujos recursos hídricos foram contemplados como parte do debate, identificando também as discussões e recomendações que levaram ao surgimento do Conselho Mundial da Água, em 1996. Questões como a maior participação nas instâncias de decisão, a valoração econômica da água e a caracterização da crise da água, tal qual poderemos observar nos materiais produzidos pelo Conselho, são resultado de debates anteriores a sua criação e, também por isso, são elementos significativos para se compreender o debate atual sobre as águas.

Os discursos apoiados na racionalidade econômica e no conhecimento técnico-científico ganham legitimidade e também se constituem em uma fonte universalizante. A crise da água e, conseqüentemente, suas formas de gestão passam a compor um debate fundamental do qual participam agentes interessados em ter a posse do conhecimento legítimo sobre as águas.

Os relatórios *Global Environment Outlook 2000* e *Global Environment Outlook 3*, publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, demonstram que a falta de água será um grave problema em 2025 (RIBEIRO, 2010). Em 2006, um novo relatório sobre as condições da água realizado por agências da ONU, sob o título *Water: a shared responsibility* (UNESCO<sup>29</sup> e WWAP<sup>30</sup>, 2006), aprofundou a investigação sobre o tema corroborando com a constatação de um quadro de escassez profunda em um futuro próximo (RIBEIRO, 2010).

Em 2003, o documento publicado pela UNESCO e WWAP intitulado *Water for People, Water for Life* apontou que dentre os 30 primeiros países com disponibilidade hídrica (de 180 analisados) apenas Canadá, Noruega e Nova Zelândia são considerados de renda elevada (RIBEIRO, 2008). A Figura 2, desenvolvida pelo *International Water Management Institute* destaca os principais pontos de escassez física e econômica da água no globo.

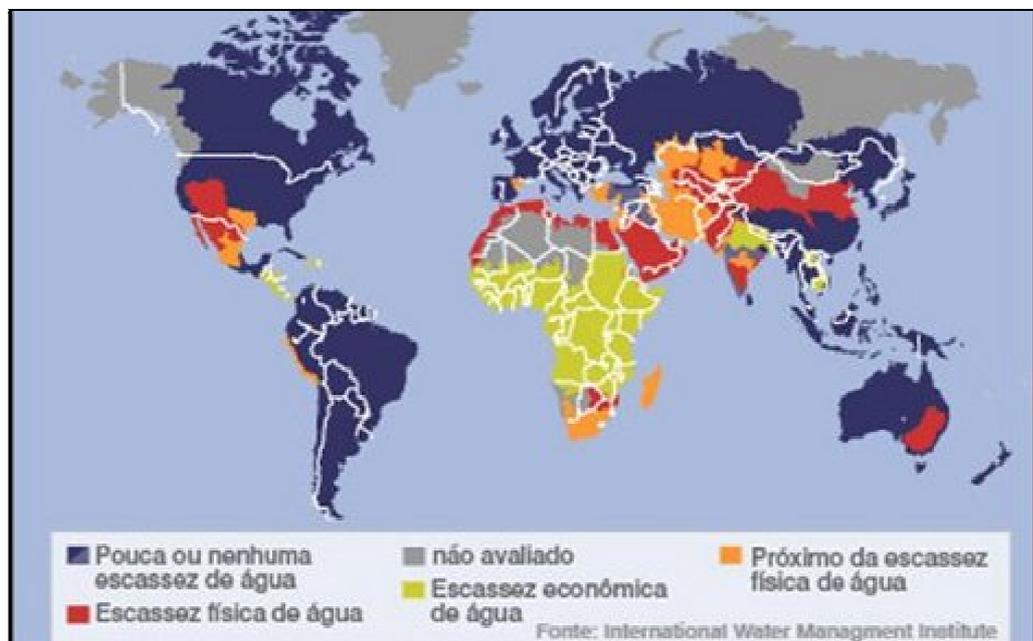
---

<sup>29</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

<sup>30</sup> World Water Assessment Programme (WWAP).

A escassez física, segundo o instituto, ocorre quando os recursos hídricos não satisfazem as demandas da população. Por esta razão, embora haja uma tendência em associar a escassez física a regiões áridas, o mapa destaca um fenômeno significativo de escassez física criado artificialmente pela grande demanda por água. Já a escassez econômica refere-se à deficiência de investimento em infraestrutura e desigualdade na distribuição da água. Cruzando estas duas variáveis temos o cenário que se segue:

**Figura 2 – Escassez física de água em 2013.**



Fonte: International Water Management Institute. Disponível em: <<http://www.iwmi.cgiar.org/>>. Acesso em: mar.2014

O projeto de incorporação da governança da água em uma dinâmica determinada pela racionalidade econômica aplicada às decisões de políticas públicas configura-se, a partir do posicionamento teórico que adotamos nesta pesquisa, como um processo passível de críticas e deve, portanto, ser foco de análise sociológica.

As agências internacionais dedicadas ao tema da gestão dos recursos hídricos possuem uma história fragmentada ao longo do tempo. Centenas de acordos e encontros internacionais entre governos e também organizações não

governamentais já se dedicaram a esse tema, no entanto, foram poucas as deliberações que desempenharam um papel significativo no cenário global para a gestão dos recursos hídricos.

As discussões acerca da água ganharam força no debate internacional na década de 1990, depois do pouquíssimo avanço observado ao longo da década de 1980, denominada pela ONU como a década da água. Questões fundamentais como a ampliação do acesso à água potável e saneamento básico avançaram de forma tímida, frustrando os planos de metas propostos pela ONU no começo da década da água. A necessidade de uma organização voltada para a temática da água já havia sido desenhada na Conferência de *Mar Del Plata*, mas só após o baixo avanço da década de 1980, com o auxílio do Banco Mundial e de alguns governos nacionais, entre eles França, Holanda e Canadá, foi criado o Conselho Mundial da Água.

Essa organização tem a tarefa de desenvolver uma visão global sobre a água para trazer a atenção para a questão e contribuir para o afloramento de uma política mundial da água. Esse debate seria construído através da realização dos Fóruns Mundiais da Água, iniciativa que tem reunido um número cada vez maior de participantes em escala global (PETRELLA, 2004).

O debate sobre a governança das águas pode ser acompanhado ao longo de algumas conferências supracitadas, mas percorre também um caminho paralelo que levou a cabo a constituição do Conselho Mundial da Água. Dessa forma, apresentamos, tal como na seção anterior, os principais marcos que caracterizaram o debate sobre a gestão das águas na Figura 3.

**Figura 3 – Principais encontros sobre a água em escala global, de 1977 a 2015.**



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa documental.

Embora a Conferência de Estocolmo, de 1972, não tenha se dedicado de forma proeminente à questão das águas, o debate esteve presente e fez parte das recomendações finais elaboradas no encontro. As recomendações da referida conferência que se dedicam à questão da água (51-55) lançam alguns dos esboços que podem ser identificados nos debates atuais sobre a gestão e governança das águas, quase cinquenta anos depois de sua realização.

A necessidade da racionalização do uso, bem como a criação de um grupo de especialistas capazes de oferecer orientação aos países sobre a temática, são preocupações que constituem parte das recomendações. Um dos grandes desafios no debate sobre a questão ambiental foi conciliar os diversos interesses nacionais para uma agenda global sobre o tema. A recomendação 53 descreve a ideia de um Conselho Mundial da Água, muito embora a ideia se diferencie do Conselho Mundial da Água tal como foi desenhado na sua fundação em 1996, já que os desenhos das atribuições não são completamente convergentes com o conteúdo da recomendação de 1972:

#### Recomendação 53

Recomenda-se que o Secretário-Geral tome medidas para garantir que o sistema das Nações Unidas esteja preparado para fornecer assistência técnica e financeira aos governos, quando solicitado, nas diferentes funções de gestão de recursos hídricos: (a) Estudos e inventários; (b) Administração e políticas de recursos hídricos, incluindo: (i) Estabelecimento de quadros institucionais; (ii) estruturas econômicas de gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos; (iii) direito e legislação de recursos hídricos; (c) Técnicas de planejamento e gestão, incluindo: (i) Atribuição de padrões de qualidade da água; (ii) Aplicação de tecnologia apropriada; (iii) Uso mais eficiente e reutilização de abastecimento de suplementos limitados de água; (d) Estudos básicos e pesquisas aplicadas; (e) Transferência de conhecimento existente; (f) Apoio contínuo ao programa da Década Hidrológico Internacional.

#### Recomendação 54

Recomenda-se ao Secretário-Geral tomar medidas para estabelecer uma lista de peritos que estariam disponíveis para ajudar governos, quando solicitado, para antecipar e avaliar os efeitos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento relativos à água. Os governos têm a oportunidade de consultar as equipes de peritos, elaboradas a partir desta lista, nos primeiros estágios de planejamento do projeto. Guias de orientações poderiam ser preparados para ajudar na revisão e escolhas de alternativas (UNITED NATIONS, 1972, p.18)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Recommendation 53

As recomendações publicadas em Estocolmo (UNITED NATIONS, 1972) convergem para uma perspectiva de que dois elementos são cruciais para a gestão das águas: um aporte financeiro e um corpo técnico-científico capaz de divulgar e implantar uma gestão especializada para o uso dos recursos hídricos. Termos como *avaliações padronizadas* ou *implementação de tecnologia apropriada* demonstram que as soluções para a gestão dos recursos hídricos pressupõem a adoção e a intensificação de um modelo técnico.

A Conferência de *Mar Del Plata* foi um marco importante para alçar a questão da água em escala internacional. Foram duas semanas (de 14 a 25 de março de 1977) inteiramente dedicadas a temas ligados à água, e que tiveram como resultado a elaboração de um plano de ação detalhado que incluía diversas recomendações. Foi a partir dessa conferência que se observou um processo significativo de avaliações sobre as condições dos recursos hídricos no planeta, trazendo especial atenção para um cenário crítico que passava a ser descrito com mais dedicação.

Em *Mar Del Plata* foi proclamado também o período de 1981 a 1990 como a Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento. Essa proclamação foi endossada pelas Nações Unidas e reunia um conjunto de metas para acelerar o acesso à água potável e aos serviços de saneamento básico pelo mundo.

O debate realizado nessa primeira conferência, no entanto, não se desprende do modelo hierarquizado sobre o mundo, como temos demonstrado

---

It is recommended that the Secretary-General take steps to ensure that the United Nations system is prepared to provide technical and financial assistance to Governments when requested in the different functions of water resources management: (a) Surveys and inventories; (b) Water resources administration and policies, including: (i) The establishment of institutional frameworks; (ii) Economic structures of water resources management and development; (iii) Water resources law and legislation; (c) Planning and management techniques, including: (i) The assignment of water quality standards; (ii) The implementation of appropriate technology; (iii) More efficient use and re-use of limited water supplies; (d) Basic and applied studies and research; (e) Transfer of existing knowledge; (f) Continuing support of the programme of the International Hydrological Decade.  
Recommendation 54

It is recommended that the Secretary-General take steps to establish a roster of experts who would be available to assist Governments, upon request, to anticipate and evaluate the environmental effects of major water development projects. Governments would have the opportunity of consulting teams of experts drawn from this roster, in the first stages of project planning. Guidelines could be prepared to assist in the review and choices of alternatives (UNITED NATIONS, 1972, p.18).

durante nossa argumentação. Este trecho exemplifica como o avanço científico passa a ser incorporado por uma lógica classificatória do mundo.

52. O debate refletiu a ampla gama de experiência das nações, sejam elas áridas ou úmidas, desenvolvidas ou em desenvolvimento, no setor da água. Ele também refletiu diversos níveis de desenvolvimento e sofisticação na gestão da água e demonstrou como o grau de desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos foi muitas vezes um indicador do grau de desenvolvimento socioeconômico e bem-estar da sociedades (UNITED NATIONS, 1977, p. 103)<sup>32</sup>.

A forma de compreensão racionalizada da água, como um recurso hídrico que participa do sistema de produção como uma externalidade, leva não só a incorporação do conhecimento técnico-científico para o modelo de gestão, como também associa a gramática econômica a essa compreensão.

Na pesquisa realizada sobre os documentos foi possível encontrar uma das primeiras referências cuja política de preços sobre o uso da água para aumentar a eficiência de seu uso aparece em um documento de grande escala. No documento final da Conferência de *Mar Del Plata*, no tópico sobre os usos na agricultura, há a perspectiva de que a valoração econômica proporcionaria um uso racionalizado da água, como podemos observar: "h) adotar políticas de preços adequadas com o objetivo de incentivar o uso eficiente de água e o modo de financiamento de operações e manutenções relativas ao tema devem levar em conta os objetivos sociais" (UNITED NATIONS, 1977, p.18)<sup>33</sup>.

A construção discursiva que envolve a temática da água identifica que o avanço tecnológico e racional é um caminho para se solucionar os prognósticos pessimistas realizados na época. A instrumentalização econômica, bem como a consolidação de uma racionalidade específica, é apresentada como a única solução possível de superação das desigualdades.

---

<sup>32</sup> 52. The debate reflected the wide range of experience of nations, whether arid or humid, developed or developing, in the water sector. It also reflected varying levels of development and sophistication in water management and demonstrated how the degree of water resource development was often an indicator of the degree of over-all socio-economic development and well-being in a society (UNITED NATIONS, 1977, p. 103).

<sup>33</sup> "h) adopt appropriate pricing policies with a view to encouraging efficient water use and finance operation and maintenance with due regard to social objectives" (UNITED NATIONS, 1977, p.18).

Era esperado que a Conferência da Água fornecesse sua contribuição específica para uma nova ordem econômica internacional. Neste contexto sobre os recursos hídricos no mundo, sua utilização racional seria de importância vital.

A posição expressa na Conferência foi de especial importância para os países em desenvolvimento, já que suas populações dependem principalmente da terra para subsistência, e eles não poderiam intensificar a produção agrícola sem superar problemas endêmicos, como a pobre distribuição de água, a falta de drenagem adequada e/ou irrigação, a falta de abastecimento de água potável, bem como a falta de recursos financeiros, dados estatísticos adequados e corpo técnico (UNITED NATIONS, 1977, p.104)<sup>34</sup>.

Na mesma medida, a Conferência de *Mar del Plata* aponta para a difícil tarefa de codificação da natureza em valores monetários, em especial com relação às suas significações subjetivas, culturais e estéticas. No entanto, reafirma que esse cálculo de monetarização de significações subjetivas sobre a água deve ser considerado em avaliações ambientais e projetos de desenvolvimento.

(n) Reconhecer que, embora os valores monetários sejam muitas vezes difíceis de atribuir aos benefícios da água como um recurso recreativo, cultural, estético e científico, isso não torna os benefícios menos reais e substanciais, e devem ser levados em consideração na avaliação ambiental de projetos de desenvolvimento (UNITED NATIONS, 1977, p.26)<sup>35</sup>.

Essa interpretação sobre a subjetividade da água deixa claro como um modelo instrumentalizado pelos aparatos econômicos é incapaz de se desvencilhar de suas próprias amarras. Nesse relatório, a participação é apontada como um elemento importante para a escolha entre planos alternativos e políticas públicas. Essa possibilidade é parte da discussão que pretendemos levantar com este

---

<sup>34</sup> It was both hoped and expected that the Water Conference would make its own specific contribution towards a new international economic order. In this context the world's water resources and their rational utilization would be of vital significance.

The view was also expressed that the Conference was of special importance for the developing countries since their populations depended primarily on the land for subsistence, and they could not intensify agricultural production without overcoming endemic problems such as poor water distribution, lack of proper drainage and/or irrigation, shortage of potable water supplies, and the lack of financial resources, proper statistical data and technical personnel UNITED NATIONS, 1977, p.104).

<sup>35</sup> (n) Recognize that while monetary values are often difficult to assign to the benefits of water as a recreational, cultural, aesthetic and scientific resource, the benefits are none the less real and substantial, and should be taken into consideration in the environmental assessment of development projects (UNITED NATIONS, 1977, p.26).

trabalho: em que medida é possível integrar as deliberações sobre a gestão da água a formas de saberes alternativos?

51. Os países devem fazer esforços necessários para adotar medidas para a obtenção de uma participação efetiva no processo de planejamento e tomada de decisões envolvendo usuários e autoridades públicas. Tal participação pode, construtivamente, influenciar a escolha entre os planos e políticas alternativas. Se necessário, a legislação deve prever essa participação como parte integrante do processo de planejamento, programação, execução e avaliação.

55. (a) Os países devem desenvolver dispositivos legislativos adequados, programas educativos e atividades participativas que visem aumentar a consciência pública e estimular a participação do público, bem como enfatizar o valor da água e o perigo relativo a sua escassez ou abuso; (b) Os países, empregando tais medidas e técnicas, devem documentar e partilhar suas experiências; (c) Todos os esforços devem ser feitos para convencer o público de que a participação é um componente integral do processo de tomada de decisão e deve haver um fluxo bidirecional contínuo de informações; (d) No campo do abastecimento e saneamento de água, a ênfase nas comunidades deve ser dada à situação e ao papel das mulheres (UNITED NATIONS, 1977, p.35)<sup>36</sup>.

Embora exista uma grande preocupação com a ampliação da participação e com a criação de espaços participativos, a perspectiva sociológica permite apontar que existe uma hierarquização de saberes e uma subalternização de grupos que não dominam os elementos prestigiados nas arenas de debate sobre a água.

A governança da água propagada nos documentos analisados pressupõe um enclausuramento, reduzindo a compreensão da água como recurso para a sociedade. Os documentos analisados tendem a tratar a água exclusivamente como um recurso, instrumentalizando a relação com a água como

---

<sup>36</sup> 51. Countries should make necessary efforts to adopt measures for obtaining effective participation in the planning and decision-making process involving users and public authorities. Such participation can constructively influence the choice between alternative plans and policies. If necessary, legislation should provide for such participation as an integral part of the planning, programming, implementation and evaluation process.

55. (a) Countries should develop adequate legislative provisions, educational programmes and participatory activities that will increase public awareness and encourage public participation, as well as emphasize the value of water and the danger of its relative scarcity or abuse; (b) Countries employing such measures and techniques should document and share their experience; (c) Every effort should be made to convince the public that participation is an integral component in the decision-making process, and there should be a continuous two-way flow of information; (d) In the field of community water supply and sanitation special emphasis should be given to the situation and the role of women (UNITED NATIONS, 1977, p.35).

uma externalidade do sistema de produção e desenvolvimento da sociedade. Essa percepção também carrega uma série de conceitos tomados como universais, mas que são específicos de uma consciência e sentido sobre a água. Castro (2007) dedica-se a essa questão ao problematizar os pressupostos de uma universalização de conceitos como governança, sociedade civil e cidadania.

Estas considerações são ainda mais relevantes quando se aborda a situação não-ocidental e, em particular, os países em desenvolvimento, dado que noções como "governança", "sociedade civil" ou "cidadania" surgiram a partir da experiência histórica específica da Europa Ocidental e dos EUA e sua referência empírica pode ser completamente ausente em outras sociedades. Por exemplo, vamos nos concentrar por um momento sobre a noção de governança como uma "parceria" que, como discutido anteriormente, pressupõe uma associação equilibrada, simétrica, entre "Estado", "mercado" e "sociedade civil". Na prática, essa noção não tem correlato empírico em muitos países, que se caracterizam por um setor público frágil, com capacidade baixa ou nula de regulação e aplicação da lei e onde a ideia de "sociedade civil" é muitas vezes limitada a uma pequena elite local, dado que a maior parte da sociedade não pode se dar ao luxo de participar de forma significativa da vida social e política ou tomar parte no processo de tomada de decisão. Infelizmente, esta é a situação em um grande número de países que estão entre os mais afetados pela "crise da água" e onde a necessidade da "boa governança da água" é, portanto, mais urgente. (CASTRO, 2007, p. 7)<sup>37</sup>.

A ênfase na participação e na criação de espaços e políticas que os consolidem configura-se como uma agenda que pode ser observada nas diversas conferências que pesquisamos sobre a questão ambiental e sobre a água. A importância da participação das mulheres começa a ser colocada a partir das conferências da década de 1970. A partir dos anos 1990 e 2000, ganha força a ideia de empoderamento. Contudo, como apontaremos mais adiante, a participação das

---

<sup>37</sup>These considerations are even more relevant when we address the situation of non-western and, particularly, developing countries, given that notions such as "governance", "civil society" or "citizenship" emerged from the specific historical experience of Western Europe and the US and their empirical reference may be completely absent in other societies. For instance, let us focus for a moment on the notion of governance as a "partnership" which, as discussed earlier, presupposes a balanced, symmetrical association between "the state", the "market", and "civil society". In practice, this notion has no empirical correlate in many countries, which are characterized by a frail public sector with low or null capacity for regulation and law enforcement, and where "civil society" is often limited to a small local elite, given that the bulk of society cannot afford to participate meaningfully in the social and political life or take part in the decision making process. Unfortunately, this is the situation in a large number of countries that are among the worst affected by the "water crisis" and where the need for "good water governance" is consequently more urgent (CASTRO, 2007, p. 7).

mulheres na governança das águas, assim como de outros sujeitos marginalizados das arenas de debate, se dá de forma incipiente e tutelada pela mesma estrutura discursiva que promoveu sua marginalização.

A perspectiva técnica para tratar a questão ambiental pode ser observada nos tópicos 57 e 58 do documento final de *Mar Del Plata*. Juntamente com este processo, apresenta-se também a ideia de transferência de conhecimento e assistência técnica dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

57. O conceito e o conteúdo da tecnologia apropriada relativa ao desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos devem ser observados no contexto de cada situação socioeconômica particular e seus recursos disponíveis. Os países em desenvolvimento precisam construir capacidade tecnológica nos âmbitos nacional e regional. Deve ser dada prioridade a tecnologias de baixo custo de capital, bem como a utilização de matérias-primas e recursos locais, levando em conta os fatores ambientais. Os países desenvolvidos devem acelerar o processo de transferência de experiência e *know-how*, assistência técnica e treinamento aos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos devem incentivar e melhorar as condições para a transferência de informações e *know-how*. Há também uma necessidade de transferência de tecnologia entre os próprios países em desenvolvimento.

58. Neste contexto, as seguintes considerações são pertinentes: (a) Os resultados dos programas de investigação não podem ser fáceis e imediatamente transformados em tecnologias aplicáveis; uma fase de transição de experimentação e adaptação é, muitas vezes, necessária para desenvolver as tecnologias necessárias; (b) Tecnologias importadas para a gestão dos recursos hídricos podem exigir - como uma fase intermediária na transferência de tecnologia - um estudo mais aprofundado e experiência acerca da idoneidade de sua adaptação aos recursos disponíveis e às condições socioculturais, econômicas e ambientais prevalentes; (c) A escassez de água, muitas vezes, tem uma influência decisiva no desenvolvimento de tecnologia apropriada. Ela pode exigir, em alguns casos, uma mudança das práticas tradicionais para tecnologias relativamente complexas; (d) A auto-suficiência tornou-se um objetivo em muitos países em desenvolvimento. Esforços devem ser feitos para promover o conhecimento indígena e desenvolver tecnologias apropriadas que utilizem a experiência e os recursos locais. Esses esforços requerem apoio institucional e financeiro (UNITED NATIONS, 1977, p. 35)<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> 57. The concept and content of appropriate technology related to water-resource development and management should be perceived in the context of each particular socio-economic situation and its available resources. Developing countries need to build up technological capability at the national and regional levels. Priority should be given to technologies of low capital cost, and the use of local raw materials and resources taking environmental factors into account. Developed countries should accelerate the process of transfer of experience and know-how, technical assistance and training to developing countries. The developed countries should encourage and improve the conditions for the

A polarização entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos contribui para organizar o discurso sobre a crise da água: a solução está no Norte e o problema no Sul. Nos documentos investigados é possível observar a importância crucial dada ao conhecimento e aparato tecnológico para a gestão da água. No entanto, ao destacar a dificuldade de transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento por carência de material e conhecimento técnico recomendado, o discurso evidencia como a hierarquização e classificação da ordem global qualifica um polo e desqualifica outro.

Considerável atenção foi dada por representantes tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento para a importância da tecnologia no desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. No entanto, alguns deles reconheceram que as tecnologias sofisticadas nem sempre foram facilmente transferidas ou necessariamente apropriadas para atender as necessidades dos países em desenvolvimento, onde a maior utilização de materiais locais, de *know-how* técnico e de trabalho em si é recomendado. Muitos representantes enfatizaram que apenas a introdução de tecnologias mais avançadas poderia acelerar o progresso social e promover o bem-estar social desses países. Observou-se também que, nas transações comerciais que regem a transferência de tecnologia, os países desenvolvidos devem ajustar-se às necessidades dos países em desenvolvimento. Também é considerado importante encontrar um equilíbrio adequado entre as tecnologias de capital e trabalho intensivos com a necessidade de reduzir o desemprego e subemprego, particularmente de mão-obra não qualificada. Neste contexto, reconheceu-se que a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, como um complemento para o programa de assistência técnica bilateral e multilateral existente, oferece um potencial inexplorado considerável e que os critérios para a escolha da tecnologia demanda uma avaliação cuidadosa (UNITED NATIONS, 1977, p.104)<sup>39</sup>.

---

transfer of information and know-how. There is also a need for transfer of technology among the developing countries themselves.

58. In this context, the following considerations are pertinent: (a) Results of research programmes may not be readily and immediately transformed into applicable technologies; a transitional phase of experiment and adaptation is often needed to evolve the required technologies; (b) Imported technologies for the management of water resources may require - as an intermediate phase in the transfer of technology - further study and experiment concerning the suitability of their adaptation to available resources and prevalent socio-cultural, economic and environmental conditions. (c) Water scarcity will often have a decisive influence on the development of appropriate technology. It may require in some cases a shift from traditional to relatively complex technologies; (d) Self-reliance has become an objective in many developing countries. Efforts should be made to promote indigenous abilities and to develop appropriate technologies that use to the full local experience and resources. These efforts require institutional and financial support (UNITED NATIONS, 1977, p. 35).

<sup>39</sup> Considerable attention was paid by representatives of both developed and developing countries to the importance of technology in water resources development and management. However, some of them recognized that sophisticated technologies were not always easily transferred to, nor were they necessarily appropriate for meeting the needs of developing countries where a greater reliance on

Em 1980, na Assembleia das Nações Unidas, foi declarada a década Internacional da Água Potável e do Saneamento, propondo um conjunto de metas a serem realizadas para confrontar os diversos problemas nesta área, encontrados por todo o mundo. O decênio internacional do fornecimento de água potável foi avaliado em setembro de 1990, em uma Conferência em Nova Déli (UNDP<sup>40</sup>, 1990).

Apesar de alguns avanços, a avaliação geral dessa década constatou que pouco se concretizou na questão de fornecimento de água potável e serviços de saneamento básico nas regiões mais carentes do globo. A dificuldade de avanços na ampliação de acesso à água e serviços de saneamento básico foi atribuída, em parte, ao crescimento populacional e ao avanço industrial:

No início dos anos de 1990, os governos enfrentam desafios formidáveis. O crescimento da população continua em ritmo acelerado. A infra-estrutura em muitas cidades está sobrecarregada. A poluição descontrolada está colocando maior pressão sobre o ambiente (UNDP, 1990, p. 3)<sup>41</sup>.

Já em 1992, foi realizada a Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente (ICWE<sup>42</sup>, 1992), organizada pela ONU em Dublin, Irlanda. Essa conferência configura-se como um marco importante para a valoração econômica da água. Nela foram criados quatro princípios relacionados à água, que a reconheçam como um recurso finito e essencial à vida. Seu gerenciamento deveria ser caracterizado pela participação dos usuários em todos os níveis, bem como dos planejadores e legisladores. De acordo com o terceiro princípio, as mulheres têm um papel fundamental na provisão e gestão das águas. Por último, no quarto princípio, é

---

local materials, technical know-how and labour recommended itself. Many representatives emphasized that only the introduction of more advanced technologies could speed up the social progress and promote the social well-being of those countries. It was also observed that, in the business transactions governing the transfer of technology, the developed countries should adjust themselves to the needs of the developing countries. It was also important to strike a suitable balance between labour-intensive and capital-intensive technologies, while emphasizing the need to reduce unemployment and underemployment, particularly that of unskilled labour. In this context, it was acknowledged that technical co-operation among developing countries, as a supplement to the existing bilateral and multilateral technical assistance programme, offered considerable untapped potential and that criteria for choice of technology required careful consideration (UNITED NATIONS, 1977, p.104).

<sup>40</sup> United Nations Development Programme.

<sup>41</sup> Entering the 1990s, governments face formidable challenges. Population growth continues apace. Infrastructure in many cities is stretched to the breaking point. Uncontrolled pollution is putting greater stress on the living environment (UNDP, 1990, p. 3).

<sup>42</sup> International Conference on Water and the Environment.

reconhecido que a água tem um valor econômico e este deve ser considerado para se evitar o seu desperdício.

Princípio Nº 4 - A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico. No contexto deste princípio, é vital reconhecer inicialmente o direito básico de todos os seres humanos do acesso ao abastecimento e saneamento a custos razoáveis. O erro no passado de não reconhecer o valor econômico da água tem levado ao desperdício e usos deste recurso de forma destrutiva ao meio ambiente. O gerenciamento da água como bem de valor econômico é um meio importante para atingir o uso eficiente e equitativo e o incentivo à conservação e proteção dos recursos hídricos (ICWE, 1992, p. 4)<sup>43</sup>.

Esses documentos e, sobretudo, essa dinâmica de construção e de enunciação da questão ambiental, foram referência para toda a discussão da década de 1990, que pode ser considerada um momento histórico importante para a consolidação da temática ambiental como um tema global. Com relação à água, a Agenda 21 (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995), lançada na Rio-92, dedica toda uma seção ao tema. Destacamos aqui algumas partes relevantes para compreendermos a percepção sobre a água e a forma de gestão propagada pelo documento.

(g) Promover planos de uso racional da água por meio de conscientização pública, programas educacionais e imposição de tarifas sobre o consumo de água e outros instrumentos econômicos (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 270).

18.15 Em conformidade com o reconhecimento da água como um bem social e econômico, as várias opções disponíveis para cobrar tarifas dos usuários de água (inclusive grupos domésticos, urbanos, industriais e agrícolas) precisam ser melhor avaliadas e testadas na prática. Exige-se um desenvolvimento maior de instrumentos econômicos que levem em consideração os custos de oportunidade e as circunstâncias ambientais. Em situações rurais e urbanas, devem-se realizar estudos de campo sobre a disposição dos usuários de pagar (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS

---

<sup>43</sup> Principle Nº 4 - Water has an economic value in all its competing uses and should be recognized as an economic good: Within this principle, it is vital to recognize first the basic right of all human beings to have access to clean water and sanitation at an affordable price. Past failure to recognize the economic value of water has led to wasteful and environmentally damaging uses of the resource. Managing water as an economic good is an important way of achieving efficient and equitable use, and of encouraging conservation and protection of water resources (ICWE, 1992, p. 4)

SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995, p. 272).

O que podemos observar ao longo das últimas décadas sobre o debate sobre as águas é que, embora seja um elemento vital, não escapa de um processo de mercantilização, assim como outros elementos naturais que se integram às formas capitalistas de organização social.

A ampliação de serviços básicos de saneamento e de acesso à água está associada a uma transformação dos marginalizados em sujeitos capacitados, racionalizados e com renda para participarem do universo que instrumentaliza a relação da sociedade com a natureza. Embora seja possível identificar nos discursos uma defesa por uma maior participação nos espaços de decisão sobre a água e ampliação de acesso a ela, essa construção discursiva não propõe que o modelo que organiza esta dinâmica seja alterado.

O modelo da Agenda 21 se refere, essencialmente, ao descrito em Dublin. Essa perspectiva ganha mais força ao longo da década de 1990 com a formação da Global Water Partnership (GWP), em 1996. Segundo a descrição da própria organização, a GWP foi criada para estabelecer uma rede internacional composta por diversas instituições ligadas ao gerenciamento dos recursos hídricos. Essa rede é composta por instituições governamentais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, agências da ONU, bancos multilaterais ligados à agenda de desenvolvimento, bem como empresas privadas ligadas à água. A principal agenda dessa organização se refere ao estabelecimento do Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.

Sobre essa agenda, a organização publica nos anos de 1998 e 1999 dois relatórios importantes para consolidar essa perspectiva. O primeiro é o relatório *Water as a Social and Economic Good: How to Put the Principle into Practice* (ROGERS; BHATIA; HUBER, 1998). Os quatro pontos conclusivos apontados nesse relatório revelam que o caminho desenhado para a utilização sustentável da água se relaciona exclusivamente com a gramática da perspectiva neoclássica. Tal perspectiva credita ao mercado o papel central para a racionalização do uso e aprimoramento tecnológico, levando, conseqüentemente, à sustentabilidade. Seguem abaixo os pontos de conclusão do relatório:

Em primeiro lugar, é importante estimar o Custo Total da água utilizada em um determinado setor e isto deve incluir o Custo de Oportunidade da água, bem como as externalidades ambientais. O Custo Total deve apresentar o contexto para a fixação dos preços da água, taxas de efluentes e incentivos para controle de poluição. Em segundo lugar, na estimativa do valor da água, é fundamental refletir sobre os objetivos sociais de redução da pobreza e segurança alimentar, além de incorporar os benefícios líquidos de fluxos de retorno e usos de não-irrigação da água. Em terceiro lugar, as considerações acima devem ser levadas em conta ao definir as tarifas de água para os usuários domésticos e para a irrigação. Por fim, o aumento das tarifas de água, a cobrança de taxas de efluentes e o incentivo de mercados de água podem desempenhar um papel significativo na melhoria da eficiência econômica e sustentabilidade ambiental do uso da água (ROGERS; BHATIA; HUBER, 1998, p. 31)<sup>44</sup>.

O mercado progressivamente se transforma em uma esfera capaz de promover uma melhor relação entre a sociedade e os recursos hídricos. Nesse sentido, o diagnóstico do cenário de crise hídrica se constitui como um elemento fundamental para sustentar essa narrativa, como podemos observar no relatório intitulado *The Dublin Principles for Water as Reflected in a Comparative Assessment of Institutional and Legal Arrangements for Integrated Water Resources Management*, lançado pela *Global Water Partnership* em 1999.

A comercialização de direitos sobre a água tem chamado mais atenção como uma alternativa útil e economicamente eficiente para a melhoria da distribuição de água. Com a diminuição da oferta em relação à demanda, mercados se tornam não só uma alternativa eficiente, mas também uma solução necessária para os problemas de escassez de água (SOLANES; GONZALEZ-VILARREAL, 1999, p. 34)<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> First, it is important to estimate the Full Cost of water used in a particular sector and this should include the Opportunity Cost of water as well as the Environmental Externalities. The Full Cost should present the context for setting water prices, effluent charges, and incentives for pollution control. Second, in estimating the value of water, it is critical to reflect societal objectives of poverty alleviation and food security, and incorporate the net benefits from return flows and non-irrigation uses of water. Third, the above considerations should be taken into account while setting water tariffs for domestic users and for irrigation. Finally, raising water tariffs, levying effluent charges and encouraging water markets can play significant roles in improving economic efficiency and environmental sustainability of water use (ROGERS; BHATIA; HUBER, 1998, p. 31).

<sup>45</sup> Marketing of water rights is being paid increased attention as a useful and economically efficient alternative for the improvement of water allocations. As supplies diminish relative to demand markets become not only an efficient alternative, but also a necessary solution to problems of water scarcity (SOLANES; GONZALEZ-VILARREAL, 1999, p. 34).

As declarações encontradas nos documentos da conferência Rio+20 consolidam esse modelo como a perspectiva central para se alcançar o desenvolvimento sustentável, demonstrando que esta já experimenta um prestígio de aparente consenso no cenário internacional.

120. Reafirmamos os compromissos assumidos no Plano de Johannesburgo e na Declaração do Milênio, quais sejam: reduzir pela metade, até 2015 a proporção de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico e elaborar planos integrados de gestão e de uso eficaz dos recursos hídricos, assegurando o uso sustentável da água. Comprometemo-nos a fazer com que o acesso à água potável e ao saneamento básico a custo acessível torne-se progressivamente uma realidade para todos, condição necessária para erradicar a pobreza, proteger a saúde humana e melhorar significativamente a implementação da gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, conforme apropriado. Neste sentido, reiteramos estes compromissos, nomeadamente para os países em desenvolvimento através da mobilização de recursos de todas as fontes, capacitação e transferência de tecnologia. (UNITED NATIONS, 2012, p. 24)<sup>46</sup>.

Os debates realizados sobre a temática das águas não divergem, substancialmente, dos argumentos encontrados nas grandes conferências sobre meio ambiente. No entanto, a questão da água se insere no debate a partir de características específicas.

Por se tratar de um elemento de necessidade básica e por estar presente em quase todas as atividades humanas, a água, bem como suas narrativas, passa a absorver, de maneira bastante significativa, as ideias de universal que investigamos neste trabalho. Nesse sentido, é possível observar uma narrativa que utiliza constantemente imagens que despolitizam o debate como, por exemplo, a noção de desafio da humanidade ou problema que afeta a todos, etc.

---

<sup>46</sup> 120. We reaffirm the commitments made in the Johannesburg Plan of Implementation and the Millennium Declaration regarding halving by 2015 the proportion of people without access to safe drinking water and basic sanitation and the development of integrated water resource management and water efficiency plans, ensuring sustainable water use. We commit to the progressive realization of access to safe and affordable drinking water and basic sanitation for all, as necessary for poverty eradication, the empowerment of women and to protect human health, and to significantly improve the implementation of integrated water resource management at all levels as appropriate. In this regard, we reiterate the commitments to support these efforts, in particular for developing countries, through the mobilization of resources from all sources, capacity-building and technology transfer (UNITED NATIONS, 2012, p. 24).

Logo, todas as ferramentas discursivas que descrevem a modernidade como um caminho emancipatório ganha força no cenário sobre os recursos hídricos.

\* \* \*

A análise realizada ao longo deste segundo capítulo corrobora com a hipótese levantada como ponto de partida desta tese, qual seja: os contornos que caracterizam as fronteiras da questão ambiental estão orientados por uma lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, promovendo assim, um enclausuramento do tema em uma estrutura discriminatória e hierarquizada do mundo. Os documentos analisados nesta seção permitiram observar que a questão ambiental nasce em um forte contexto de classificação hierarquizada do mundo, especialmente em virtude da reestruturação global que se seguiu com o fim da Segunda Guerra Mundial.

O Norte e o Sul globais são categorias recorrentes que passam a fundamentar o debate sobre o desenvolvimento, o progresso e sua relação com a degradação ambiental. Tivemos neste período uma consolidação dos diagnósticos que irão pautar o debate sobre a questão ambiental e a consolidação da noção de subdesenvolvimento, categoria que passa a conferir funcionalidade às novas produções discursivas que hierarquizam o contexto global.

Portanto, a análise dos documentos demonstrou, especialmente na temática da água, o estabelecimento de uma narrativa técnica e científica que procura superar as tensões presentes no debate, por meio de sua despolitização, ao mesmo tempo em que reestabelece uma ordenação de mundo específica que pode ser observada pelos elementos que passam a ser prestigiados ou não no debate internacional.

## 3

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NO CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA**

Nesta terceira parte, nos concentraremos na investigação sobre o Conselho Mundial da Água e os Fóruns Mundiais da Água organizados por essa entidade, procurando compreender de que forma a questão da água aparece nos relatórios e documentos publicados.

A dinâmica de produção discursiva do Conselho parece atender a dois papéis protagonizados pela entidade. O primeiro deles é o de organização guarda-chuva do debate internacional sobre a água. Esse papel desempenhado pelo Conselho demanda, da organização, uma argumentação inclusiva e disposta para o debate, demonstrando, constantemente, que seu posicionamento é resultado dessa participação ampla de diversos setores ligados à água.

Seu segundo papel é notadamente disposto como um sujeito oculto no debate, ou seja, o Conselho possui uma agenda específica em relação ao tema da água, mas se utiliza de elementos que universalizam e conferem neutralidade a sua argumentação. Logo, para compreender esse segundo papel, buscamos construir esse referencial teórico que revela a subjetividade das narrativas universalizadas.

A década de 1990 pode ser considerada um marco para o debate da questão ambiental e também da gestão das águas. Consolida-se, neste período, uma perspectiva que passa a instrumentalizar a gestão do ambiente a partir de referenciais econômicos. Esse processo acaba incorporando as externalidades ambientais à grande discussão sobre os rumos do desenvolvimento global.

A conferência de Dublin (1992) é um marco fundamental para o debate que avança ao longo dos anos 1990. A adoção da ideia da valoração econômica da água como um princípio pétreo da gestão sustentável dos recursos hídricos promove uma ação coordenada dedicada à consolidação dessa perspectiva. O Banco Mundial lança no ano seguinte sua “Política de Gestão de Recursos Hídricos”, corroborando integralmente com os princípios proclamados em Dublin.

A consolidação dessa produção discursiva foi acompanhada pelo surgimento de novas organizações internacionais dedicadas à temática das águas, dentre elas está, como vimos no capítulo anterior, a *Global Water Partnership* (GWP), entidade criada como resultado direto dos princípios de Dublin e que tem como objetivo principal propagar a ideia de Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

A GWP é responsável pela organização e publicação de diversos relatórios sobre o tema e cumpre o papel de enfatizar um modelo específico de gestão de água, através da adoção de instrumentos econômicos. Esta postura sustentou as políticas de privatizações dos serviços relacionados à água, protagonizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional ao longo de toda a década de 1990.

O surgimento do Conselho Mundial da Água é mais uma peça que compõe essa narrativa predominante sobre a gestão da água que, como podemos observar, vem sendo intensificada no debate internacional.

### **3.1 O Conselho Mundial da Água**

Em 1994, a Associação Internacional de Recursos Hídricos (IWRA<sup>47</sup>) propôs a criação do Conselho Mundial da Água durante os debates no VII Congresso Mundial da Água, no Cairo, Egito. O tema principal do congresso era “Satisfazer demandas futuras nacionais e globais de água”. Durante este encontro, uma seção especial foi organizada para a criação da resolução intitulada “Declaração de Cairo”. Essa declaração propunha a criação do Conselho Mundial da Água, bem como uma comissão liderada pela IWRA para coordenar essa tarefa. O objetivo era criar uma organização guarda-chuva para unir esforços, até então fragmentados, sobre gestão global da água.

O comitê fundador do Conselho Mundial da Água é formado e realiza sua primeira reunião em Montreal, Canadá, em março de 1995. Outra reunião também foi realizada em Bari, Itália, no mesmo ano. Essas reuniões estabeleceram as diretrizes centrais para o Conselho Mundial da Água. No ano seguinte, o Conselho Mundial da Água estabeleceu-se legalmente com sede em Marselha,

---

<sup>47</sup> International Water Resources Association (IWRA).

França, e ainda em 1996 a primeira diretoria interina reuniu-se em Granada na Espanha.

O Conselho é uma organização internacional que reúne interessados no tema, com o objetivo de promover a conscientização e compromissos políticos que atuem na preservação, proteção, desenvolvimento, planejamento e gestão dos recursos hídricos. Além disso, é composto por representantes de governos, universidades, sociedade civil, empresas e organizações não governamentais. Sua estrutura é constituída por um Comitê Mundial, formado por 36 membros governadores, dos quais quatro são brasileiros. Além da mesa de governadores o Conselho possui centenas de membros filiados, só o Brasil possui quarenta e cinco membros na organização.

Como pudemos constatar, a proposta de criação de um Conselho Mundial da Água está presente desde *Mar Del Plata*, como também na Conferência de Dublin. Contudo, pode-se observar que as décadas que separam as primeiras sugestões para sua criação e seu estabelecimento efetivo em 1996 sofreram uma forte influência em suas características e propostas de atuação.

Só podemos entender a atuação do Conselho Mundial da Água quando compreendemos os caminhos pelos quais o debate sobre a gestão da água percorreu ao longo dessas décadas. Como destaca Ribeiro (2008), essa instituição criada com o propósito de abrigar o debate sobre a água em âmbito global atua, sobretudo, como uma formadora de opinião que defende abertamente a comercialização dos recursos hídricos no mundo.

Seus princípios não correspondem à subjetividade dessa atuação destacada por Ribeiro (2008), já que no próprio material de divulgação dessa entidade estão expostos seus quatro princípios fundamentais:

1. Transparência, já que aceita qualquer organização que seja convergente com seus objetivos;
2. Democracia, cada membro tem direito a um voto;
3. Dignidade, o Conselho prega um debate respeitoso entre seus membros;
4. Independência, nenhum interesse particular deve interferir nos assuntos a serem discutidos pelo Conselho;

5. Participação, o Conselho acredita que as questões que se referem à água devem ser debatidas com o máximo de participação dos interessados<sup>48</sup>.

O Conselho surge, portanto, em um contexto específico de criação. Ao longo da pesquisa documental realizada, identificamos os três fundadores que assinaram a declaração que registrou a criação do Conselho Mundial da Água com sede na França, em junho de 1996:

#### Artigo 6: Membros

O Conselho é composto por:

Os membros fundadores, tendo assinado a declaração de criação do Conselho e registrado com a Prefeitura do Bouches-du-Rhône Department da França em 14 de Junho de 1996, a saber: Dr. Mahmoud Abu-Zeid (Ministério das Obras públicas e Recursos Hídricos, Egípto) René Coulomb (Suez Lyonnaise des Eaux, França) Aly Shady (Agência canadense de Desenvolvimento Internacional, Canadá).

Estas são as organizações constituintes listadas no Estatuto Social. Estas pagam as mesmas taxas anuais como membros ativos (WORLD WATER COUNCIL, 2013, p. 6)<sup>49</sup>.

A trajetória desses três indivíduos, bem como as entidades que representavam à época da criação do Conselho, revelam questões importantes sobre a perspectiva e a orientação do modelo de gestão e construção discursiva sobre a água, a ser adotada pela entidade recém-criada.

Mahmoud Abu-Zeid, engenheiro civil de formação, com pós-graduação na University of California, transitou por instituições como o IWRA, a United Nations Secretart-Generals Advisor Boardon Water and Sanitation (UNSGAB) e o próprio

---

<sup>48</sup> WORLD WATER COUNCIL. **Vision, mission, strategy.** Disponível em: <<http://www.worldwatercouncil.org/about-us/vision-mission-strategy/>>. Acesso em: fev. 2014.

<sup>49</sup> Article 6: Members

The Council consists of:

The Founding Members having signed the declaration creating the Council and registered with the Prefecture of the Bouches-du-Rhône Department of France on June 14, 1996, namely: Dr. Mahmoud Abu-Zeid (Ministry of Public Works and Water Resources, Egypt) René Coulomb (Suez Lyonnaise des Eaux, France) Aly Shady (Canadian International Development Agency, Canada) The Constituent Organizations listed in the By-Laws. They pay the same annual fees as active members (WORLD WATER COUNCIL, 2013, p. 6).

governo egípcio, como ministro de Recursos Hídricos e Irrigação, de 1997 a 2009. Assumiu a presidência do Conselho de 1997 a 2006.

Réne Coulomb foi vice-presidente da Suez Environment/UK de 1991 a 2000. Essa empresa privada pode ser considerada uma das maiores no setor de abastecimento de água e serviços de esgoto do mundo e atua nos cinco continentes. A Figura 4 destaca os países em que a empresa está presente.

**Figura 4 - Suez Environment pelo mundo.**



Fonte: Suez Environment. Disponível em: <<http://www.unitedwater.com/global-opportunities.aspx>>. Acesso em: mar. 2014

O terceiro membro fundador do Conselho Mundial da Água é Aly Shady, membro da *Canadian International Development Agency* (CIDA), uma agência pertencente ao Ministério de Cooperação Internacional do Canadá, dedicada a promover a consolidação do Desenvolvimento Sustentável em países em desenvolvimento, através de programas de financiamento de projetos. Nesta pesquisa foi possível encontrar informações que apresentam em quais países essa agência canadense está presente, como demonstramos na Figura 5.

**Figura 5 - Países onde a CIDA atua.**



Fonte: CIDA. Disponível em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca>>. Acesso em: fev. 2014.

A configuração das instituições que fundaram o Conselho Mundial da Água demonstra que é possível observar as representações que sustentam um modelo específico de gestão. A CIDA é notadamente uma instituição de financiamento de projetos que busca dar apoio a países em desenvolvimento. Fundada em 1968, suas metas convergem para a ideia de que o Norte deveria ajudar os países pobres na superação da pobreza por meio de uma orientação voltada para o desenvolvimento sustentável.

Já as outras duas entidades presentes na constituição do Conselho, IWRA e Suez, representam dois outros elementos centrais do discurso moderno. No caso da IWRA é o seu caráter técnico que a legitima e lhe fornece prestígio no cenário global sobre a água, enquanto a Suez, além de ser uma entidade interessada em participar do debate, também é legitimada pela importância da instrumentalização econômica nos discursos sobre recursos hídricos.

As três entidades encontram-se alinhadas com uma perspectiva de solução de problemas, contudo, se inserem neste contexto como agentes que dominam um saber específico sobre a água. Os membros fundadores do Conselho e

os representantes de tais entidades encontram-se, portanto, em instituições que possuem um alto poder de influência associado à manutenção do prestígio do conhecimento técnico-científico e da instrumentalização econômica da água.

De acordo com o Quadro 1, o quadro de presidentes do Conselho também contribui para analisarmos os sujeitos e instituições prestigiados pela entidade.

**Quadro 1 - Presidentes do Conselho Mundial da Água.**

<i>Presidente</i>	<i>País de Origem</i>	<i>Mandato</i>	<i>Formação</i>	<i>Entidade de Origem</i>
Mahmoud Abu-Azeid	Egito	1997-2006	Engenheiro Civil	Banco Mundial IWRA
William Cosgrove	Canadá	2006-2009	Engenheiro Sanitarista	Ex-Vice Presidente do Banco Mundial
Loïc Fauchon	França	2009-2012	Economista	Société des Eaux de Marseille
Benedito Braga	Brasil	2012-atual	Engenheiro Hidráulico	ANA IWRA

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa documental.

Os quatro indivíduos que já exerceram o cargo de Presidente do Conselho Mundial da Água possuem trajetórias semelhantes e representam, pela formação profissional e trânsito institucional, uma categoria específica de sujeito legítima para tratar da água. Mahmoud Abu-Zeid foi Ministro dos Recursos Hídricos e Irrigação do Egito e é membro fundador do Conselho. É formado em Engenharia Civil pela Universidade do Cairo e realizou seu doutorado em gestão de recursos hídricos na Univerisdade da Califórnia, em Davis. Ao longo de sua carreira

profissional já foi colaborador de diversas organizações sobre o tema da água, tais como OMS, CIDA, FAO, UNEP e UNESCO. Já foi Vice-Presidente da Associação Internacional de Recursos Hídricos e atualmente é presidente do Programa Internacional de Hidrologia da UNESCO.

William J. Cosgrove, também é membro do Conselho desde 1996. Inicia seu trabalho no Banco Mundial como especialista de recursos hídricos na região da África e Oriente Médio, chegando à Vice-Presidência desta entidade na década de 1980, cargo que exerceu até 1989. Cosgrove foi o diretor responsável pela publicação do relatório temático intitulado *World Water Vision: Making Water Everybody's Business*, que iremos analisar na próxima seção deste capítulo. Assim como Zeid, Cosgrove também é membro da Associação Internacional de Recursos Hídricos.

O terceiro presidente, Loïc Fauchon, é formado em Economia pela Universidade de Aix-en-Provence, na França. Fauchon foi Chefe de Gabinete e Secretário-Geral da cidade de Marselha entre os anos de 1991 e 1997. Desde 1992 Fauchon trabalha, também, no grupo *Société des Eaux de Marseille* (SEM), assumindo a presidência da entidade em 1997. Esta organização, por sua vez, é subsidiária do grupo Veolia e Suez, um dos maiores grupos privados ligados à água do mundo.

O quarto e último presidente é Benedito Braga, formado em Engenharia Hidráulica pela Universidade de São Paulo (USP), é doutor em recursos hídricos pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. O atual presidente do Conselho já foi assessor especial da Secretaria de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo e diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) por nove anos. Foi presidente da Associação Internacional de Recursos Hídricos entre 1998 e 2000.

Temos então, a constituição de um grupo de sujeitos que representam instituições que tratam o tema da água a partir de uma perspectiva bastante específica. Além disso, o trânsito desses sujeitos pelas instituições são bastante convergentes, sugerindo um grupo pequeno de indivíduos que gozam de legitimidade para ocupar os altos cargos nestas instituições.

O contexto histórico e as instituições que participaram da fundação do Conselho, bem como das trajetórias de seus presidentes demonstram um paradigma

claro de visão de mundo. O plano para o desenvolvimento sustentável e para a gestão racional da água é fundado em um sistema classificatório do mundo. Os sujeitos que representam a produção das soluções para a crise encontram-se, independentemente de sua nacionalidade, em instituições do Norte que atuam em direção aos problemas dos países pobres. Neste sentido, a lógica de avanço civilizatório permanece a mesma e a origem da degradação e da miséria encontra-se na periferia do mundo.

No caso do Conselho, a incorporação dos marginalizados na lógica de gestão econômica da água responde a uma dinâmica de consolidação desse modelo como universal.

Como descreve Moreno (2005), os grandes centros adotam uma postura de salvadores que não propõe alterar o sistema, mas capacitar à população para que esta possa ser integrada. Segundo o autor, o mercado e a cidadania são sistemas de regras de coexistência. A inclusão dos marginalizados proporciona uma manutenção das mesmas dinâmicas já estabelecidas. Dessa forma, esse modelo torna-se absoluto, como a única forma de vida econômica e política. A impossibilidade de transformação consolida-se, pois as externalidades não se relacionam com o sistema, a menos que sejam transcritas por sua lógica interna.

### 3.1.1 Visão do Conselho sobre a água

Ao longo desses vinte anos de existência, o Conselho Mundial da Água tem publicado relatórios que denominamos aqui de temáticos. Estes são relatórios em que o Conselho se dedica exclusivamente a sua posição a respeito da gestão de água. São publicações sustentadas por uma argumentação técnica e economicamente utilitarista, portanto, não são, a princípio, descritos como posicionamentos políticos ou interessados.

Após três anos de sua criação, o Conselho publica o que seria, segundo a própria entidade, a “Visão Mundial sobre a Água<sup>50</sup>”. Esse documento é central para se compreender a agenda e a orientação adotada pela entidade com

---

<sup>50</sup> *World water vision* (WORLD WATER COUNCIL, 2000).

relação à água. O primeiro grande argumento que envolve a participação privada e a valoração econômica da água refere-se à enorme quantidade de capital para solucionar problemas relacionados à água, como o acesso à água potável e ao saneamento básico. Sobre este ponto, o Conselho declara:

Aumento massivo de investimentos em água. Abordar os problemas de recursos hídricos do mundo exigirá investimentos massivos. Mais investimentos são necessários em infraestrutura de água em relação aos níveis atuais de US \$ 70-80 bilhões por ano para cerca de US \$ 180 bilhões, com US \$ 90 bilhões provenientes principalmente do setor privado local e das comunidades, incluindo as contribuições em espécie. Juntamente com estes investimentos temos os subsídios governamentais, direcionados aos pobres (com eficácia e eficiência) para que possam se beneficiar de uma nova infraestrutura. A precificação da água para produzir o fluxo de caixa para futuros investimentos e para a operação e manutenção deve percorrer um longo caminho para tornar isso possível. Ao contrário da maioria do pensamento atual, este documento recomenda que os governos mantenham seus orçamentos de água nos níveis atuais, principalmente para fornecer fundos indiretos às pessoas de baixa renda e comunidades que de outra forma não teriam acesso a serviços de água e para manter os preços dos alimentos acessíveis para pessoas pobres (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p.3)<sup>51</sup>.

A posição de porta-voz mundial sobre o tema da água confere à narrativa do Conselho uma licença para publicar o relatório que traz como parte de sua intitulação uma suposta “Visão Mundial da Água”. Esse documento foi lançado em 2000 e apresenta as principais diretrizes do Conselho em relação à água. Seu subtítulo é também sugestivo, *World Water Vision: Making Water Everybody’s Business* e, como o próprio Ribeiro (2008) aponta, traz um trocadilho inteligente ao considerar a água um assunto de todos, bem como associar a questão ao negócio da água.

---

<sup>51</sup> Massively increase investments in water. Addressing the world’s water resource problems will require massive investments. More investments are needed in water infrastructure— from current levels of \$70–80 billion a year to about \$180 billion, with \$90 billion coming mainly from the local private sector and communities, including contributions in kind. Coupled with this added investment would be government subsidies targeted to reach the poor (effectively and efficiently) so that they benefit from the new infrastructure. Pricing water to produce the cash flow for future investments and for operation and maintenance should go a long way towards making this possible. Contrary to a lot of thinking today, the Vision recommends that governments maintain their water budgets at current levels, mainly to provide funds indirectly to low-income individuals and communities who otherwise would not have access to water services and to keep food prices affordable for poor people (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p.3).

Nesse documento podemos observar que a valoração econômica da água, oficialmente declarada em Dublin, passa a consolidar-se, na construção discursiva, como a melhor solução possível para lidar com a crise de acesso e gestão dos recursos hídricos. Como descreve o documento do Conselho:

Precificar os serviços de água ao custo total. Fazer com que a água esteja disponível a baixo custo, ou gratuitamente, não fornece o incentivo certo para os usuários. Os serviços de água devem ser valorizados pelo custo total para todos os usuários, cobrindo todos os custos relativos à operação e manutenção para todos seus usos e custos de investimento, ao menos, para usos domésticos e industriais. O requisito básico é que a água precisa ser acessível à todos, no entanto, a tarifação dos serviços de água não significa que os governos devam desistir dos subsídios transparentes e direcionados para os pobres (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXIV)<sup>52</sup>.

A visão do Conselho sobre a gestão de águas envolve um modelo de participação e integração dos interessados, bem como a cobrança de todos os serviços de acesso à água.

Em nossa Visão Mundial da Água as cinco ações-chave para alcançar este objetivo são: Envolver todas as partes interessadas na gestão integrada; Avançar para precificação do custo total de todos os serviços de água; Aumentar o financiamento público à pesquisa e inovação de interesse público; Aumentar a cooperação em bacias hidrográficas internacionais e Aumentar investimentos em massa relacionados à água (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXVI)<sup>53</sup>.

A valoração econômica da água, tal como observamos no Brasil a partir da década de 1990, relaciona-se com a ideia exposta pelo Conselho, ou seja, os consumidores devem receber a sinalização de que a água, em situação de escassez, torna-se um bem econômico e neste contexto o papel dos governos se

---

<sup>52</sup> Pricing of water services at full cost. Making water available at low cost, or for free, does not provide the right incentive to users. Water services need to be priced at full cost for all users, covering all costs related to operation and maintenance for all uses and investment costs for at least domestic and industrial uses. The basic water requirement needs to be affordable to all, however, and pricing water services does not mean that governments give up targeted, transparent subsidies to the poor (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXIV).

<sup>53</sup> In our World Water Vision the five key actions to achieve these objectives are to: Involve all stakeholders in integrated management; Move towards full-cost pricing of all water services; Increase public funding for research and innovation in the public interest; Increase cooperation in international water basins. Massively increase investments in water (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXVI).

restringiria ao estabelecimento de metas e políticas de subsídios para atender aos mais pobres.

Consolidar os preços do custo total dos serviços de água para todos os usos humanos. Devido à sua escassez, a água deve ser tratada como um bem econômico. Para dar sentido a este conceito, o presente relatório recomenda que os consumidores sejam cobrados pelo custo integral da prestação de serviços de água. Ou seja, eles devem pagar o custo total para a obtenção de água que eles consomem e o custo total do tratamento e eliminação de suas águas residuais. Isto não impede que os governos ofereçam subsídios transparentes para os pobres, sempre tendo em conta as outras demandas de fundos públicos. É um paradoxo que os pobres sofram mais com subsídios de água e com as políticas que tratam a água como um bem social. Muitas vezes, os subsídios de água são capturados pelos ricos, deixando recursos insuficientes para a operação do sistema e expansão, resultando em racionamento para os pobres sempre no final da linha. Precificar os serviços de água é um bom passo para a criação de um quadro que acabará por reconhecer plenamente o valor econômico da água, incluindo o custo das externalidades. O preço do custo total deve ser acompanhado de objetivos específicos, subsídios transparentes para as comunidades de baixa renda que lhes permitam pagar para satisfazer as suas necessidades mínimas e para incentivar a participação dos usuários no processo decisório. Esta abordagem de valoração da água irá incentivar investimentos em infraestrutura e o envolvimento do setor privado, proporcionando cobrir os custos de operação e manutenção. Isso fará com que os fornecedores de água sejam responsáveis pelos usuários. Isto irá reduzir as retiradas de água e poluição dos ecossistemas. E isso incentivará o uso de práticas e tecnologias que economizem água, bem como o avanço de pesquisas neste tema (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p 2)<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Move to full-cost pricing of water services for all human uses. Because of its scarcity, water must be treated as an economic good. To give this concept meaning, this Report recommends that consumers be charged the full cost of providing water services. That is, they should pay the full cost of obtaining the water they use and the full cost of collecting, treating, and disposing of their wastewater. This does not preclude governments from providing targeted, transparent subsidies to the poor, always taking into account the other calls on public funds. It is a paradox that the poor suffer the most from water subsidies and from policies that treat water as a social good. Too often, water subsidies are captured by the wealthy, leaving insufficient resources for system operation and expansion and resulting in rationing—with the poor always at the end of the line. Pricing water services is a good step towards establishing a framework that will eventually recognize the full economic value of water, including the cost of externalities. Full-cost pricing must be accompanied by targeted, transparent subsidies to low-income communities and individuals to allow them to pay to meet their minimum requirements and to encourage user participation in decision making. This approach to valuing water will encourage infrastructure investments and private sector involvement and provide there venue to cover the costs of operation and maintenance. It will make water suppliers accountable to users. It will reduce water withdrawals from and pollution of ecosystems. And it will encourage the use of water-saving practices and technologies, as well as further research (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. 2).

A agenda que envolve essa organização está amparada fundamentalmente por um discurso científico e por uma instrumentalização da governança das águas por meio da racionalidade econômica. Como poderemos observar ao longo da análise, a valoração econômica e o uso racional da água são princípios irmãos nas declarações elaboradas pelo Conselho sobre a prerrogativa de que este seria o único modelo capaz de enfrentar a escassez e a falta de serviços básicos ligados à água. As declarações ministeriais, que veremos a seguir, corroboram com a ideia que transferir ao mercado o papel de regulação promove equilíbrio entre a oferta e a procura, garantindo um abrandamento dos problemas atuais em relação à água.

A legitimação do saber científico e a consolidação da racionalidade econômica naturalizam um processo que, como pudemos destacar ao longo do texto, é construído histórica e socialmente. A noção de utilidade do bem é determinada, desta forma, pelo comportamento dos agentes econômicos. Como afirma Martins (2004), essa argumentação se fundamenta no aspecto psicológico da racionalidade econômica. Nesta perspectiva, é exclusivamente a esfera do consumo que determina o valor da natureza. A noção de custo total fundamenta-se exclusivamente nos pressupostos da corrente utilitarista, compreendendo os recursos naturais como uma externalidade a ser incorporada na equação do sistema econômico.

Estabelecer as dinâmicas de acesso à água a partir desse paradigma, que consolida a ideia de externalidade, corrobora para um processo de naturalização da desigualdade. Dessa maneira, a adoção dos aparatos econômicos configura-se como um instrumento de distinção entre os indivíduos, de acordo com o seu posicionamento na estrutura social.

Cada vez mais, a água passa a ser um tema de preocupação comum em escala global. Relatórios de agências internacionais elaboram diagnósticos alarmantes para algumas regiões do mundo. Fica claro, no entanto, que a gestão das águas é um problema complexo, pois não respeita as fronteiras e domínios estabelecidos pelos seres humanos.

A abordagem adotada sobre a gestão da água, tal qual observamos na construção discursiva do Conselho Mundial da Água, preocupa-se com a integração de grupos marginalizados nos espaços de tomada de decisão. Termos como

“empoderamento das mulheres” e “política pró-pobres” são recorrentes nos documentos publicados pela entidade. No entanto, como já observa Castro (2007), essas são questões centrais que ainda participam do cenário sobre o acesso e a gestão das águas.

As abordagens idealizadas e instrumentais da gestão da água tendem a negligenciar em sua análise, a despeito do reconhecimento retórico do contrário, a existência de divisões sociais fundamentais subjacentes à insegurança hídrica, injustiças e desigualdades, que são imprescindíveis para compreender os conflitos relacionados à água (CASTRO, 2007, p 0,14)<sup>55</sup>.

A análise de Castro (2007) pode ser transcrita na construção retórica do Conselho Mundial a respeito da importância em capacitar e empoderar comunidades, em especial as mulheres, para participarem das arenas de debates e de tomadas de decisões sobre a água. Ainda no documento *World Water Vision: Making Water Everybody's Business* essa questão fica evidente.

O empoderamento das comunidades, mulheres e homens: a iniciativa e a capacidade de auto-suficiência das pessoas devem ser colocadas no centro do planejamento e da ação para o abastecimento de água e saneamento. Isso pode levar a sistemas que incentivem a participação e o empoderamento efetivo das mulheres e dos homens, melhorando as condições de vida sustentável para todos, especialmente mulheres e crianças (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXIV)<sup>56</sup>.

A mediação do mercado entre a sociedade e a natureza converge para o processo descrito por Coronil (2005) como globocentrismo. Esse conceito, segundo o autor, pode ser entendido como uma modalidade de ocidentalismo e refere-se a uma submissão de populações por um efeito de mercado. Dessa forma, a concepção de Ocidente dilui-se no mercado e estabelece nódulos de poder financeiro menos visíveis e mais concentrados.

---

<sup>55</sup> The idealized and instrumental approaches to water governance tend to neglect in their analysis, despite rhetorical recognition to the contrary, the existence of fundamental social divisions underpinning water insecurity, injustice, and inequality, which are major drivers of water conflict (CASTRO, 2007, p.14).

<sup>56</sup> Empowering communities, women, and men. People's initiative and capacity for self-reliance need to be put at the center of planning and action for water supply and sanitation. Doing so can lead to systems that encourage genuine participation by empowered women and men, improving sustainable living conditions for all - particularly women and children (WORLD WATER COUNCIL, 2000, p. XXIV)

A alteridade é substituída pela subalternidade na diferenciação cultural e atenuação de conflitos culturais, distantes em um espaço global comum. A diferenciação nesse processo caracteriza-se por uma ordem ocidentalizada (CORONIL, 2005).

A ordem ambiental internacional, tal como descrita por Ribeiro (2010), vem se consolidando como uma das questões mais importantes deste novo século. O contexto geopolítico é complexo e está imerso em conflitos e tensões sobre os rumos que devemos tomar sobre a relação sociedade/natureza. A dinâmica entre os países desenvolvidos/em desenvolvimento será significativa para determinar as relações que iremos estabelecer com a natureza. A América Latina é elemento central para compreendermos a dinâmica da modernidade e das relações capitalistas.

Esse processo tem aflorado focos de resistência à racionalidade econômica e instrumentalizada e pode ser relacionado a um evento bem trabalhado pela literatura - os conflitos sobre a gestão das águas em Cochabamba, na Bolívia.

Os conflitos de Cochabamba, ocorridos entre setembro de 1999 e abril de 2000, firmaram-se como um conjunto claro de eventos contra o processo de privatização do acesso à água. As dificuldades de acesso à água na cidade boliviana remontam boa parte do século XX. O processo de privatização da central de abastecimento SEMAPA, adquirida pelo consórcio transnacional "Águas de Tunari", desencadeou uma série de protestos violentos que levaram a transnacional a deixar a concessão de abastecimento de água na localidade.

O caso de Cochabamba ilustra a importância da análise de Castro (2007) na medida em que o avanço do modelo instrumentalizado e economicista negligencia dinâmicas regionais da relação entre comunidade e água. Esse confronto pode ser compreendido através do referencial de alguns autores que se dedicaram a realizar a crítica à modernidade.

No entanto, a produção do discurso propagada pelo Conselho é de que a ampliação do acesso à água e dos serviços básicos de saneamento só pode ser solucionada através do mercado. Desta feita, procuramos compreender a questão da governança das águas como um espaço de conflito que suprime determinadas formas de se relacionar com a água, consolidando um arcabouço discursivo que

oferece a participação a partir de conhecimentos e saberes pré-determinados, bem como constrói a igualdade amparada pela neutralidade e indiferença do mercado.

O referencial de Santos (1995) ajuda a compreender e contextualizar a questão ambiental, sobretudo a temática da água, como um processo que está inserido na legitimação da racionalidade econômica e do conhecimento científico nas instâncias de gestão da água, promovendo uma marginalização de outras formas de saberes que poderiam se expressar na governança das águas. A ideia de paradigma hegemônico da modernidade, descrita pelo autor, aponta para dois processos em escala global, a saber, a *hipercientifização* e a *hipermercantilização*.

### 3.1.2 O Conselho como porta-voz da água: relatórios de atividades

Embora a agenda do Conselho se concentre em um modelo bastante específico de gestão de água, essa entidade assume um papel importante na construção do debate internacional sobre o tema. Sua associação com entidades multilaterais, como a ONU, permite que sua atuação esteja ramificada em diversos eventos e debates relacionados à água. Essa dinâmica pôde ser observada nos diversos relatórios de atividades publicados pela instituição. Nessa seção, concentraremos a análise nestes documentos.

O Conselho Mundial da Água publica relatórios que descrevem suas atividades e programas, bem como sua visão sobre a gestão da água. Estas publicações podem ser anuais, bienais ou até mesmo trienais. Nesta seção nos dedicaremos à análise dos seguintes relatórios:

- a) *Triennial Report 2000-2003*
- b) *Biennial Report 2004-2005*
- c) *Politics Gets into Water: World Water Council 2006-2009*
- d) *Water, a global priority: actions of the World Water Council 2010*
- e) *Hydro-diplomacy in motion: World Water Council 2010-2012*
- f) *Water, the key for global development: Annual Report 2013*

g) *Bringing water to global sustainability: Annual Report 2014*

h) *Delivering a pact for water security: Triennial Report 2013-2015*

No presente trabalho nos dedicamos a todos esses relatórios de atividades já publicados pelo Conselho e procuramos aqui destacar alguns pontos que ajudam a compreender de que forma essa entidade constrói a sua agenda e programas para se posicionar no debate sobre a água.

Estes relatórios, evidentemente, guardam um grande espaço para descrever os fóruns, principal evento promovido pelo Conselho. Contudo, a forma como o próprio Conselho descreve estes eventos contribui para revelar a sua construção discursiva e seu posicionamento inevitavelmente interessado. As publicações abarcam o período que se inicia em 2000 e chega até 2015, sendo, portanto, quinze anos que demonstram como a produção discursiva está voltada para um contexto de disputa sobre o poder de nomeação da temática que insere argumentos e também reagem aos demais discursos que estão postos no debate.

Os primeiros três anos analisados apontam que o grande tema a respeito da água era a governança. O diagnóstico para a crise era reiteradamente descrito como um problema de má gestão. Porém, o caminho que segue dessa constatação não leva necessariamente ao incentivo do debate democrático sobre a gestão de água. Ao contrário, o que se pode observar é um grande esforço em caracterizar o debate como despolitizado e eminentemente técnico.

Neste sentido, o tema sobre a privatização da água é sustentado a partir dessa premissa técnica. Enquanto os grupos contrários são colocados como autores políticos, a argumentação favorável à inclusão do setor privado é sustentada por essa neutralidade, seja da ciência ou do mercado.

Ao longo da leitura desses relatórios, foi possível observar que o tema da privatização e do direito pela água configuram-se como os temas mais recorrentes em todos os documentos. Já no primeiro relatório de atividades publicado pela organização, correspondente ao triênio 2000/2003, esta constatação é realizada pelo então presidente da entidade, Dr. Mahmoud Abu-Zeid.

As principais questões discutidas pelos participantes no 2º Fórum foram privatização, cobrança do custo total para os serviços de água e direitos de acesso e participação. A Declaração Ministerial identificou a satisfação das necessidades básicas relacionadas à água, a garantia alimentar, a proteção do ecossistema, a partilha dos riscos ligados à gestão dos recursos hídricos, valoração da água e boa governança como os sete desafios-chave para o nosso futuro. Aspectos da globalização e do comércio podem ser considerados também como questões emergentes segundo a declaração de Haia (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.2)<sup>57</sup>.

O cuidado com que os argumentos sobre a participação do setor privado aparecem demonstra que o Conselho é um agente inserido no debate. O modelo de gestão com parceria público-privada (PPP) é amplamente defendido e a forma como o argumento é justificado pode ser observada neste outro trecho da fala do então presidente, destacando a importância da participação do setor privado na gestão da água.

O fortalecimento do setor público é necessário para assegurar uma regulamentação adequada e um controle público sobre os recursos comuns. O envolvimento do setor privado, através de parcerias público-privadas, no fornecimento de serviços de água e na contribuição para o financiamento de investimentos é uma necessidade absoluta para o futuro. Isso requer marcos regulatórios previsíveis e transparentes que protejam os interesses dos investidores e dos consumidores (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.3)<sup>58</sup>.

A necessidade da participação do setor privado é dada como algo indiscutível porque a crise da água, como o próprio Conselho relata, é uma crise de gestão, logo, sem a eficiência e o capital financeiro deste setor não existiria a possibilidade de resolução dos problemas.

---

<sup>57</sup> The key issues discussed by participants at the 2nd Forum were privatization, charging the full cost price for water services, and the rights to access and participation. The ministerial Declaration identified meeting basic water needs, securing food supply, protecting ecosystem, sharing water resources managing risks, valuing water and governing water wisely as the seven key challenges for our direct future. Aspects of globalization and trade could be considered as emerging issues from the Hague (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.2).

<sup>58</sup> Strengthening of the public sector is required to ensure adequate regulation and public control over common resources. The involvement of the private sector through public-private partnerships in providing water services and in contributing to the financing of investments is an absolute necessity for the future. This requires predictable and transparent regulatory frameworks that protect the interests of investors and consumers alike. (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.3).

Esse é um primeiro ponto da argumentação, que converge para uma colonialidade de saber e poder, descrito pela corrente decolonial. Não diz respeito ao conteúdo do argumento, mas à forma como se desenha uma solução vinculada a uma subjetividade universalizada. Não existe outra solução que não seja a participação de um determinado sujeito. Não é por outra razão que essa argumentação também se desloca para classificação polarizada entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Ainda na fala do então presidente da entidade, a ideia de promover o desenvolvimento nos países mais pobres passa, necessariamente, por modelos com suporte financeiro externo que sejam atraentes para esse capital.

Ainda não está claro até que ponto as organizações doadoras bilaterais e multilaterais planejam participar no apoio financeiro necessário para atender às necessidades dos países em desenvolvimento para as próximas duas décadas. O Conselho e seus parceiros irão ser proativos em trazer este debate para os conselhos de administração dessas instituições e estimular o desenvolvimento de modelos de financiamento atraentes e realistas (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.3)<sup>59</sup>.

O modelo de parceria público-privada tem recebido muita atenção na agenda do Conselho Mundial da Água. No período referente ao triênio de 2000/2003, em parceria com o *Institut de la Gestion Déléguee*, o Conselho organizou um evento paralelo sobre este modelo na *Conferência Internacional de Boon*, em dezembro de 2001. A forma como o Conselho apresenta o tema nesse primeiro relatório demonstra como ele se desvincula de uma imagem interessada ao adotar o papel de agente que promove o debate.

Parcerias público-privadas são uma das questões controversas em que o Conselho tem sido ativo nos últimos três anos. O Conselho reconhece a necessidade de um diálogo sobre esta questão e reconhece, em particular, que as parcerias devem de fato ser

---

<sup>59</sup> It is still unclear to what extent the bilateral and multilateral donor organizations are planning to take part in the financial support needed to meet the needs of developing countries for the next two decades. The Council and its partners will be proactive in bringing this debate to the boardrooms of these institutions and stimulate development of attractive and realistic financing models. (WORLD WATER COUNCIL, 2003, p.3).

tripartites, incluindo também as comunidades locais (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.12)<sup>60</sup>.

A atuação do Conselho em grandes conferências, como a de Boon, demonstra que o discurso produzido pela organização não é compreendido como particular, mas sim como protagonista de um projeto de grande inserção no debate internacional. Tal inserção revela a funcionalidade de agendas generalistas, que aparentam ser resultantes de discussões compostas por diversos grupos e, portanto, não abrem espaços para contraposições.

Entretanto, ao analisar o material produzido pela mesa organizada sobre este tema em Kyoto é possível perceber que o Conselho Mundial da Água se encontra em posição contrária aos grupos antiprivatização, como é o caso do *The Council of Canadians*.

A descrição a seguir é extensa, mas ajuda a compreender como o Conselho participa da disputa discursiva. E ainda que possua ferramentas para legitimar sua fala, isso não garante que seu discurso seja necessariamente legitimado e aceito pelos demais. A composição dessa mesa de debate entre o Conselho Mundial da Água e o *The Council of Canadians* não se repete em outros fóruns, o que pode indicar uma ruptura da imagem neutra do Conselho. O que testemunhamos nos eventos seguintes foi uma maior mobilização dos grupos críticos à legitimidade da organização para assumir o papel de organizador de um debate democrático sobre a gestão de água.

As parcerias público-privadas mantiveram-se como uma das principais controvérsias em Kyoto. O Conselho foi o coordenador do tema Parcerias Público-Privadas durante o 3º Fórum, juntamente com o *Council of Canadians*. A discussão em Kyoto entre os prós e contras a participação do setor privado foi um confronto de natureza ideológica com os grupos "antiprivatização", que são muito sensíveis à globalização e liberalização de comércio. Esses grupos também alertam para o possível conflito de interesses na gestão dos serviços públicos de água e da gestão dos recursos hídricos. A discussão centrou-se principalmente sobre a propriedade dos recursos públicos como a água, sua gestão e os princípios orientadores da política de

---

<sup>60</sup> Public-private partnerships are one of the controversial issues on which the Council has been active over the last three years. The Council recognizes the need for dialogue on this issue, and recognizes in particular that partnerships should in fact be tripartite, also including the local communities. (WORLD WATER COUNCIL, 2003, p.12).

preços, além da questão ética da obtenção de lucro em serviços públicos. A privatização real no setor da água significaria que a propriedade dos recursos hídricos e políticas de preços estariam nas mãos do setor privado. Isto não é apoiado pelo Conselho Mundial da Água (WORLD WATER COUNCIL, 2003a, p.12)<sup>61</sup>.

O segundo relatório publicado pelo Conselho foi o *Relatório Bienal* 2004-2005. Neste documento foram descritas algumas atividades desenvolvidas pela entidade que vão além da organização dos fóruns. Uma delas foi o envio de delegados do Conselho Mundial da Água para as reuniões da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD<sup>62</sup>), que tiveram início em Johannesburgo, em 2002. Além da participação nestes encontros, o Conselho foi coorganizador de diversas reuniões paralelas à programação da CSD. Mais uma vez podemos perceber que a organização está inserida em múltiplas esferas de debates globais e esta inserção oferece uma posição de privilégio ao Conselho. Sobre estes eventos o Conselho destaca o debate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento:

A crescente divisão entre países em desenvolvimento e os países desenvolvidos tornou-se mais evidente durante estes encontros CDS, com países em desenvolvimento solicitando principalmente mais ajuda dos países desenvolvidos para a implementação dos ODM [objetivos do milênio]. A qualidade do debate sobre as questões da água era influenciada por esse pano de fundo político (WORLD WATER COUNCIL, 2005, p.5)<sup>63</sup>.

Comissão Econômica e Social (Comentário Geral n ° 15). Em 2004, um relatório sobre o direito à água foi emitido pela Subcomissão das Nações Unidas sobre a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos. Apesar destes avanços, os Governadores do Conselho reconheceram que o alcance exato do direito à água e suas

---

<sup>61</sup> Public-private partnerships remained one of the major controversies in Kyoto. The Council was the coordinator of the theme Public Private Partnerships during the 3rd Forum along with the Council of Canadians. The discussion in Kyoto among the pro and contra of private sector participation was a confrontation of ideological nature with the “anti-privatization” groups, which are very sensitive to globalization and liberation of trade. These groups also warn about the possible conflict of interest in the management of water utilities and the management of water resources. The discussion focused mainly on the ownership of public resources like water, their management and the guiding principles on pricing policy and the ethical question of making profit on public services. Real privatization in the water sector would mean that ownership of water resources and pricing policies are in the hands of the private sector. This is not supported by the World Water Council. (WORLD WATER COUNCIL, 2003, p.12).

<sup>62</sup> *United Nations* Commission on Sustainable Development.

<sup>63</sup> The increasing divide between developing and developed countries became more evident during these CSD meetings, with developing countries primarily requesting more assistance from developed countries for the implementation of the MDGs. The quality of the debate on water issues was biased by this political backdrop (WORLD WATER COUNCIL, 2005, p.5).

implicações para a sua aplicação em termos sociais, culturais, econômicos e ambientais requer uma investigação mais aprofundada à luz das práticas internacionais, nacionais e locais. Em convergência com o programa de fortalecimento de *Stakeholders* locais e em preparação para o 4º Fórum, os Governadores do Conselho concordaram que esta questão deve ser debatida, mas fundamentada por ação real e de experiência. Foi, de fato, percebido que o progresso poderia ser alcançado sobre esta questão apenas quando a comunidade ligada à água conseguisse explicar para os tomadores de decisão o que significa, na prática, colocar o princípio em ação e para ajudá-los na implementação deste direito, de forma prática e acessível (WORLD WATER COUNCIL, 2005, p.16)<sup>64</sup>.

Estas duas passagens demonstram como o posicionamento específico, transvestido por uma universalidade, atua politicamente por meio da utilização do recurso técnico como neutralidade. No primeiro trecho a demanda dos países em desenvolvimento é descrita como uma influência política que promove um obstáculo para o debate. Já no segundo, referente ao direito à água, o relatório descreve o tema como um avanço, mas em seguida pondera que este direito deve ser transcrito para uma ação real de sentido prático e economicamente viável.

Dessa maneira, os avanços ficam condicionados a um modelo já estabelecido, a ordem não se altera e tão pouco é posta em discussão. O controle sobre a narrativa de ordenamento e classificação do debate garante, portanto, o aprisionamento das expectativas e propostas dentro de um universo específico que não interfere no paradigma hegemônico já consolidado.

A crítica posta aqui, a respeito do discurso do Conselho, refere-se justamente ao mecanismo de universalização, pois esse não abre espaço para o debate. É um recurso que esteriliza a crítica, pois sequestra o debate e o coloca em um espaço condicionado de discussão.

---

<sup>64</sup> Economic and Social Commission (general comment n°15). In 2004, a report on the right to water was issued by the UN Sub Commission on the Protection and Promotion of Human Rights. Despite these advances, the Council's Board of Governors recognized that the precise scope of the right to water and its implications for its application in social, cultural, economic and environmental terms requires further investigation in light of international, national and local practices. In line with the programme on strengthening local stakeholders and in preparation for the 4<sup>th</sup> Forum, the Board of Governors agreed that this issue required debate, but one fed by real action and experience. It was, indeed, perceived that progress could be achieved on this issue only when the water community could explain to policy-makers what it means in practice to put the principle into action and could assist them in implementing this right in a practical and affordable manner (WORLD WATER COUNCIL, 2005, p.16).

Pode parecer uma crítica excessiva, mas a pesquisa apontou que essa ferramenta discursiva é extremamente recorrente. A fala do presidente, à época, na introdução do relatório trienal 2006-2009, é um exemplo claro que ilustra esse processo: "Temos, progressivamente, promovido uma evolução na natureza do Conselho. Nós mudamos de um *think-tank* para um 'orelhas, cérebro e voz', e agora nos tornamos 'a voz da água'" (WORLD WATER COUNCIL, 2009a, p.5)<sup>65</sup>.

Ao se caracterizar como uma organização neutra e técnica, o Conselho garante uma posição de privilégio para produzir narrativas sobre o tema da água e seu cenário global. O trecho a seguir ilustra esse posicionamento privilegiado.

A crise financeira, que atingiu a comunidade global em 2008, gerou interesse considerável da mídia sobre as oportunidades de investimento no setor de água para estimular uma nova atividade econômica. Diversas mídias, incluindo o canal de televisão Bloomberg, Dow Jones Newswires, a Associated Press e o Financial Times, solicitaram o parecer do Conselho Mundial da Água sobre como o aumento dos investimentos poderia fornecer estímulo econômico para um crescimento mais consistente e constante. O jornal *Libération* publicou um editorial sobre Loïc Fauchon, Presidente do Conselho, acerca da importância de assegurar que a crise financeira não impeça os investimentos nos serviços da água. A questão do financiamento da água tem sido tratada por muitas instituições e foi identificada como um dos seis temas prioritários do 5º Fórum Mundial da Água (WORLD WATER COUNCIL, 2009a, p.14-15)<sup>66</sup>.

Esse papel de organização guarda-chuva garante também que os posicionamentos externos e contrários à agenda do Conselho sejam incorporados pelo discurso da entidade sem que sua ordem seja alterada. O exemplo mais claro desse processo é o debate sobre o direito à água. A princípio, trata-se de uma

---

<sup>65</sup> We have progressively fashioned an evolution in the nature of the Council. From a think-tank, we moved to 'ears, brain, voice' and have now become the 'Voice of Water' (WORLD WATER COUNCIL, 2009a, p.5).

<sup>66</sup> The financial crisis, which hit the global community in 2008, generated considerable media interest in opportunities for water investment to stimulate new economic activity. Media including Bloomberg television, Dow Jones Newswires, the Associated Press and the Financial Times, sought the opinion of the World Water Council on how increased investments could provide economic stimulus and more consistent and steady growth strategies. In addition, *Libération*, published an opinion editorial by Loïc Fauchon, the Council President, on the importance of ensuring that the financial crisis did not hinder investments in water. The issue of water financing has been pursued by many institutions and was identified as one of the 5th World Water Forum's six priority themes (WORLD WATER COUNCIL, 2009a, p.14-15).

demanda de reconhecimento que não converge com a ideia de mercantilização do acesso a água.

No entanto, é interessante observar que o discurso que veste o Conselho como o sujeito moderno e civilizatório garante a esta organização uma apropriação segura dessa demanda, já que é justamente o modelo propagado pelo Conselho o único capaz de garantir que todos tenham acesso à água. Observemos como essa apropriação é construída. A seguir, apresentamos o Quadro 2, elaborado pelo Conselho, sobre os marcos a respeito do direito à água.

**Quadro 2 - O direito à água: marcos fundamentais em direção ao seu reconhecimento.**

<i>Data</i>	<i>Marcos</i>
Março 2006	IV Fórum Mundial da Água (Cidade do México) O Conselho Mundial da Água lança o relatório <i>The right to water: from concept to implementation</i> and organises press conference and sessions
Setembro 2006	116 ministros dos países em desenvolvimento reuniram-se na Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados (Havana, Cuba) e apoiaram a abordagem do direito à água.
Novembro 2006	Chefes de Estado reunidos na I Cúpula América do Sul-África (Abuja, Nigéria) declararam "Devemos promover o direito de nossos cidadãos ao acesso à água potável e saneamento dentro de nossas jurisdições."
Novembro 2006	O Reino Unido reconhece oficialmente o direito humano à água
Dezembro 2006	O Parlamento Francês aprova uma nova estrutura na declaração da água: "cada indivíduo tem o direito à água potável, para beber e para higiene pessoal, em condições economicamente acessíveis para todos."
Março 2007	A Holanda reconhece o direito humano à água, confirmado no discurso proferido pelo Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento holandês no dia mundial da água

Dezembro 2007	I Cúpula da Água da Ásia-Pacífico (Beppu, Japão): Chefes de Estado e outros representantes de 36 países da região Ásia-Pacífico reconhecem "o direito das pessoas à água potável e saneamento básico como um direito humano básico e um aspecto fundamental de sua dignidade."
Março 2008	O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, apoiado por 47 países, solicita um novo estudo sobre a implementação do direito à água potável e ao saneamento
Outubro 2008	Equador adota uma nova Constituição que inclui o direito à água e saneamento
Novembro 2008	O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas nomeia Catarina de Albuquerque como perita independente em direitos humanos e água
Novembro 2008	Índia, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lankam, durante a VIII Cúpula SACOSAN (Delhi, Índia), reafirmam o direito à água e saneamento
Janeiro 2009	Bolívia adota uma nova Constituição em que o direito à água e saneamento é explicitamente garantido
Março 2009	V Fórum Mundial da Água: Prefeitos e parlamentares apoiam o direito à água enquanto a Declaração Ministerial do evento reconhece a água como uma necessidade humana básica

Fonte: World Water Council (2009a, p.15).

O posicionamento do Conselho não aparece como contraposição ao direito à água, mas como um mecanismo prático que vai garantir que esse direito seja contemplado. Portanto, esta entidade não se posiciona como uma parte interessada e sim como detentora de um modelo neutro e prático capaz de implementar as demandas que emergem do debate internacional.

O que se segue a estes marcos históricos é o reconhecimento desse direito à água pela ONU, em 28 de julho de 2010. O relatório de atividades seguinte do Conselho, intitulado *Water, a global priority: actions of the World Water Council 2010*, acompanha essa cadeia de acontecimentos e continua se utilizando de suas ferramentas de neutralidade para atender a demanda de sua própria agenda.

Nesse relatório o Conselho lança o termo hidrodipomacia e descreve qual é o seu papel com relação ao direito à água:

Além das resoluções teóricas, é essencial a implementação de medidas práticas a favor deste direito. O Conselho, portanto, desempenha um papel essencial para garantir que cada homem, mulher e criança na Terra tenha direito à água e saneamento. Nosso dever é dizer quando, quanto, onde e como. Nosso dever é implementar soluções concretas. E com isso que a França, Marselha e o Conselho Mundial estão comprometidos, a fim de transformar o próximo Fórum em Marselha em 2012 em um "Fórum de soluções" (WORLD WATER COUNCIL, 2010, p.14)<sup>67</sup>.

O relatório seguinte, que corresponde ao triênio de 2010-2012, demonstra a forte associação do Conselho com a ONU. A organização ocupa um espaço importante no debate sobre meio ambiente, consolidando-se como representante da temática nos espaços organizados pela ONU. Esse papel leva o Conselho a se colocar como o próprio representante da água nos debates internacionais sobre meio ambiente, denominando-se como "A voz da água" (*The Voice of Water*) e também por isso se autodeclara como hidrodiplomata internacional. No trecho que se segue o Conselho descreve seu papel em relação a esse contexto.

Os tomadores de decisões políticas devem demonstrar uma vontade genuína de incluir a água como prioridade. O Conselho tem, portanto, colocado muito foco em expressar a Voz da água, fazendo o que veio a ser conhecido como "hidrodiplomacia internacional". A causa da água só vai ter progresso quando for debatida de forma pacífica e objetiva. Esta visão converge com a das Nações Unidas, cujo Secretário-Geral, Ban Ki-moon, deu ao Conselho o seu total apoio durante uma audiência individual em outubro de 2010, quando ele convidou a delegação da organização para a sede da ONU em Nova York. Ele apoiou o Presidente para transformar o Conselho em uma organização internacional reconhecida e respeitada e pediu ao Conselho que esteja intimamente envolvido na preparação da Rio +20, em 2012 (WORLD WATER COUNCIL, 2012a, p.7)<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Beyond theoretical resolutions, it is essential to see to the implementation of practical measures in favor of this right. The Council, thus, plays an essential role in making sure that every man, woman and child on Earth is entitled to water and sanitation. Our duty is to say when, how many, where and how. Our duty is to implement concrete solutions. And this is what France, Marseille and the World Council are committed to in order to turn the next Forum in Marseille in 2012 into a "Forum of solutions" (WORLD WATER COUNCIL, 2010, p.14).

<sup>68</sup> Political decision makers need to demonstrate a genuine will to include water on the highest level. The Council has therefore placed much focus on expressing the Voice of Water and doing what has come to be known as 'International hydro-diplomacy'. The water cause will only make progress as long as it is debated peacefully and objectively. This vision is along the lines of that of the United Nations whose Secretary-General, Ban Ki-moon, lent the Council his full support during an individual

A participação do Conselho como o porta-voz da água no debate sobre o desenvolvimento sustentável tem se consolidado especialmente com seu diálogo com a ONU. A ação conjunta dessas duas organizações pôde ser observada ao longo da análise dos relatórios de atividades do Conselho. O último relatório analisado, exposto nessa seção, é o relatório de atividades 2013-2015. Um evento, organizado em 2013, intitulado *Budapest Water Summit* ilustra o papel de protagonismo do Conselho, como destacamos no trecho a seguir:

Em outubro de 2013, mais de 1.200 delegados participaram da Cúpula da Água Budapeste coorganizado pelo governo da Hungria, ONU-Água e Conselho Mundial da Água. O evento teve como objetivo contribuir para a concepção de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incorporando o papel fundamental que a água desempenha na obtenção de alimentos, na redução da pobreza, na capacitação de meninas e mulheres e na melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos (WORLD WATER COUNCIL, 2015, p.9)<sup>69</sup>.

A associação do Conselho com grandes instituições multilaterais concede à entidade um espaço de organizador do debate, além de ocupá-lo também como sujeito privilegiado para expor os interesses de seus membros. No ano de 2014, por exemplo, o Conselho propôs, em parceria com a OCDE, a criação de um grupo especial para discutir financiamento de infraestrutura para segurança hídrica.

Como resultado desta parceria foi lançado, no 7º Fórum Mundial da Água, o relatório "*Water: Fit to Finance*". Este relatório é claramente coerente com a posição do Conselho sobre o tema, destacando a necessidade crescente da criação de parcerias público-privadas para a construção de projetos de infraestrutura ligados à água.

---

audience in October 2010 when he welcomed the Bureau delegation to the UN headquarters in New York. He complemented the President for transforming the Council into a recognised and respected international organisation and asked the Council to be closely involved in the preparation of the Rio+20 Earth Summit in 2012 (WORLD WATER COUNCIL, 2012a, p.7).

<sup>69</sup> In October 2013, more than 1,200 delegates participated in the Budapest Water Summit coorganized by the government of Hungary, UN-Water and the World Water Council. The event aimed to contribute to the design of Sustainable Development Goals, incorporating the fundamental role that water plays in securing food, reducing poverty, empowering girls and women and in improving the quality of life of humans in both the developing and developed world (WORLD WATER COUNCIL, 2015, p.9).

O destaque desse relatório aponta para um dos principais desafios: "O painel apontou uma racionalidade de 'risco e recompensa' entre os investidores como uma barreira, o que resultou em uma marginalização dos projetos de infraestrutura de água em comparação a outros ramos de investimento em infraestrutura" (WORLD WATER COUNCIL, 2015, p.17)<sup>70</sup>.

O esforço concentra-se, então, em estabelecer a água como um mercado atraente para investidores. Nessa perspectiva, este processo traria a reboque as soluções para os problemas ligados a água. Em suma, a criação do mercado antecede a criação de soluções, logo, as soluções não se encontram fora do mercado.

Como pudemos observar nessa seção, os relatórios de atividades publicados pelo Conselho demonstram que essa organização tem uma atuação intensa no debate internacional sobre a água. Sua designação neutra e não particular é construída a partir do seu discurso, mas também a partir de uma atuação privilegiada no cenário global. Ou seja, ao assumir os papéis de organizador e parceiro de instituições multilaterais, o Conselho transcende a atuação restrita de um simples sujeito interessado no debate.

Isso permite um lugar de privilégio para a inserção de sua agenda, mas também demanda que essa entidade produza ações e um discurso ajustados a esse papel. A associação com o conhecimento científico é absolutamente necessária para esse processo. O que destacamos aqui, no entanto, é que a gramática e os instrumentos econômicos, sobretudo de matriz utilitarista, parecem exercer um mesmo efeito, enquanto ferramenta de neutralidade no debate contemporâneo, e são amplamente aceitos e difundidos pelas demais instâncias de caráter multilateral, como a ONU.

---

<sup>70</sup> The panel pointed towards a "risk and reward" rationality among financiers as a barrier, which has resulted in water infrastructure projects being marginalized compared to other branches of infrastructure investment (WORLD WATER COUNCIL, 2015, p.17).

### 3.2 Os Fóruns Mundiais da Água

Como observado na contextualização histórica dos principais marcos referentes à questão da água em escala global, os fóruns mundiais assumiram gradativamente um papel importante no debate, consolidando-se como o maior evento dedicado ao tema no mundo. Desde sua primeira edição, em 1997, o evento é realizado a cada três anos, reunindo representantes governamentais, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs), instituições financeiras e indústrias. Já foram realizados sete fóruns mundiais da água, cada uma delas teve lugar em diferentes países do globo, o próximo fórum será realizado no Brasil, na cidade de Brasília em 2018. O evento passa a assumir uma grande dimensão a partir do segundo fórum realizado em Haia na Holanda, segue abaixo a relação de eventos já realizados:

**Figura 6 – Fóruns realizados pelo Conselho Mundial da Água**



Fonte: Match Plus. Disponível em: < <http://www.matchplus.nl/projects/world-water-forum-2015-daegu-gyeongju-kp/>>. Acesso em: nov. 2015.

Para estabelecermos uma análise sobre as discussões e debates apresentados durante estes eventos, concentramos a pesquisa, exposta nessa seção, nos relatórios finais de cada um dos fóruns, que passam a ser publicados a partir do 3º Fórum Mundial da Água. Portanto, as informações e os destaques de cada tema, aqui expostos, passam inevitavelmente pela perspectiva do Conselho, responsável pela publicação desses documentos.

Embora não tenham sido organizados da mesma forma em todas as edições, os fóruns têm obedecido a uma estrutura de organização relativamente constante. Quatro divisões principais podem ser descritas: processo temático, processo político (que se dá em escala ministerial, parlamentar e local), processos regionais e processo cidadão (que hospeda a participação da sociedade civil organizada).

A realização do evento conta, portanto, com centenas de mesas de debate e exposições dos mais variados temas. No último fórum, por exemplo, foram 400 sessões de debate divididas nos grupos intitulados por: processo temático, processo político, processo regional, processo de ciência e tecnologia e fórum cidadão.

A diversidade de temas e de setores presentes, além do volume de participantes, confere aos fóruns um papel importante no debate da água e seus resultados não podem ser mensurados ou descritos em sua totalidade.

O documento final de maior destaque nestes eventos certamente são as declarações ministeriais, em razão de seu caráter de produto final das diversas discussões realizadas ao longo dos fóruns. Seu resultado final é muitas vezes genérico e pouco deliberativo, pois depende de um alto grau de consenso entre os representantes de governos nacionais. De maneira breve, pode-se descrevê-los como documentos que convergem para questões já majoritariamente aceitas e cristalizadas no cenário internacional sobre a água.

No entanto, por essa mesma razão, as declarações ministeriais são um importante objeto de investigação para os propósitos desta pesquisa. É possível perceber, por exemplo, que a visão particular sobre a água que o Conselho exprime em seus documentos não é contraposta pelos resultados finais das declarações

ministeriais, ou seja, a subjetividade apresentada pela agenda do Conselho é amplamente aceita e expressa de maneira consensual nos resultados publicados.

O 1º Fórum Mundial da Água foi realizado em março de 1997, em Marrakech, no Marrocos. Nesse primeiro encontro, o governo do país-sede e diversos órgãos das Nações Unidas foram os responsáveis pela organização e realização do evento. O encontro contou com 500 participantes de 63 países que debateram sobre a gestão de água, dando início ao encontro mundial que se tornaria o de maior envergadura sobre o tema.

Nesse fórum foi elaborada a “Declaração de Marrakesh”, que estabelecia a importância do Conselho para a temática da água. O Conselho Mundial da Água recebeu o mandato para desenvolver um relatório sobre a Visão Mundial da Água para a Vida e o Meio Ambiente para o século XXI. Em setembro desse mesmo ano, foi realizada uma assembleia geral com os membros do Conselho durante o IX Congresso Mundial da Água, organizado pela IWRA. A constituição do Conselho foi aprovada e o primeiro quadro de governadores foi eleito. O tema geral do encontro foi intitulado “Água: patrimônio comum da humanidade”.

Além disso, foi destacada a necessidade de se desenvolver e investir em um sistema eficiente de gestão de água em caráter global. A proteção dos ecossistemas, a gestão eficiente e o suporte à equidade de gênero foram os principais temas levantados nesse primeiro encontro. A construção de uma parceria forte entre governos e sociedade civil também foi um ponto importante defendido pelo Conselho.

O fórum foi organizado pelo governo marroquino. Os principais temas estiveram relacionados à urgência para a compreensão das questões ligadas à água, seus aspectos políticos, econômicos e institucionais. Nesse sentido, foi verificada a necessidade da elaboração de um relatório sobre a situação dos recursos hídricos no planeta, intitulado *Vision for Water: Life and Environment*.

Nesse primeiro evento foi possível identificar um esforço em destacar a necessidade de se por em prática os princípios elaborados no encontro de *Mar Del Plata* e os princípios de Dublin, bem como o capítulo 18 da Conferência do Rio, para iniciar o que chamaram de uma revolução azul pelo mundo. Esse apontamento

encontra-se na declaração final do evento. As necessidades humanas básicas, como o acesso à água potável e ao saneamento básico, são particularmente citadas na declaração como elementos fundamentais para o estabelecimento de um mecanismo eficiente de gestão da água.

O 2º Fórum foi realizado em Haia, Suíça, em março de 2000. A Conferência Ministerial foi composta por 120 ministros. Como resultado de maior destaque, foi elaborada a Declaração de Haia sobre a segurança da água para o século XXI. O tema geral do evento foi intitulado “Da visão para a ação”. Nesse fórum o número de participantes subiu para 15.700 pessoas, contando com 144 ministros e representantes oficiais de 130 países.

Como pudemos destacar no tópico anterior sobre o Conselho Mundial da Água, neste fórum foi lançado pelo Conselho o documento intitulado *Visão Mundial da Água: fazendo da água um negócio para todos*. O debate sobre a participação do setor privado também esteve presente no 3º Fórum Mundial da Água, realizado em Kyoto, Shiga e Osaka, no Japão. As publicações do Conselho foram referências para debates ocorridos na Cúpula do Milênio das Nações Unidas (2000) e na Conferência Internacional de Água Potável de Bonn (2001), bem como pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Esse terceiro fórum foi o maior evento sobre a temática da água da época. Mais de 24.000 pessoas participaram do evento, incluindo 6.000 não japoneses, 1.300 delegados como representantes oficiais de 170 países e 47 organizações internacionais estiveram presentes nas Conferências Ministeriais, com a participação de 130 ministros.

Segundo o Conselho Mundial da Água, o fórum teve impacto nas reuniões do G-8 e na reunião da CSD que se seguiram. Destacamos na Figura 6 os países que tiveram representantes na Conferência Ministerial em Kyoto. Pode-se observar uma baixa representação dos países americanos.



saneamento básico e à água potável. No entanto, a “água como um direito humano”, afirmação presente em Johannesburgo, não esteve presente na declaração ministerial de Kyoto. A posição do Conselho a respeito desse tema pode ser destacada a seguir:

A posição do Conselho neste debate reflete a opinião da grande maioria dos participantes, embora também houvesse fortes argumentos opostos de alguns grupos da sociedade civil sobre a questão fundamental da participação do setor privado nos serviços de água. O Conselho declara que (i) uma ampla gama de soluções pode ser possível para administrar com sucesso serviços públicos de água e que (ii) as autoridades locais devem ser capazes de fazer suas próprias escolhas, tendo em conta as suas capacidades e os desejos de sua população. Em todo caso, ajudar o setor privado local para reforçar as suas capacidades também é fundamental para o desenvolvimento dos seus países (WORLD WATER COUNCIL, 2003b, p. 22-23)<sup>71</sup>.

A Declaração Ministerial produzida nesse encontro levantou 29 pontos, dos quais destacamos o ponto 6, que possui uma convergência importante com relação ao posicionamento do Conselho, este já destacado anteriormente.

6 Devemos explorar toda a gama de mecanismos de financiamento, incluindo a participação do setor privado alinhada com as nossas políticas e prioridades nacionais. Vamos identificar e desenvolver novos mecanismos de parcerias público-privadas para os diferentes atores envolvidos, assegurando o controle público necessário e quadros legais para proteger os interesses públicos, com particular ênfase na defesa dos interesses dos pobres (WORLD WATER COUNCIL, 2003c, p.110)<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> The position of the Council in this debate reflects the opinion of the large majority of participants, though there were also strong opposing arguments from some of the civil society groups on the fundamental issue of involvement of the private sector in water services. The Council states that (i) a wide range of solutions may be possible to successfully manage water utilities and that (ii) local authorities should be able to make their own choice taking into account their capacities and the wishes of their constituency. In any case, helping the local private sector to strengthen its capacities is also critical for the development of their countries (WORLD WATER COUNCIL, 2003b, p. 22-23).

<sup>72</sup> 6 We should explore the full range of financing arrangements including private sector participation in line with our national policies and priorities. We will identify and develop new mechanisms of public-private partnerships for the different actors involved, while ensuring the necessary public control and legal frameworks to protect the public interests, with a particular emphasis on protecting the interests of the poor (WORLD WATER COUNCIL, 2003c, p.110).

Isso demonstra que os resultados finais, entendidos como consensuais, também podem ser interpretados como perspectivas hegemônicas, ou seja, a diversidade de posicionamentos e ideias que participam desse evento não é materializada nos principais resultados finais. O Conselho destaca uma oposição forte a essa perspectiva que parte da sociedade civil, mas essa oposição, ainda que participe do debate, não está inserida nos documentos propositivos finais do evento. O mesmo não ocorre com o posicionamento do Conselho. Neste caso, sua posição se insere integralmente ao resultado final da declaração ministerial.

Em 2006 foi realizado o 4º Fórum Mundial da Água, na Cidade do México, intitulado “Ações Locais, Desafios Globais”. Cerca de 20 mil participantes estiveram presentes em mais de 200 sessões temáticas. Trezentas organizações representavam 51 países. Segundo Ribeiro (2008), nesse fórum foi firmado diversos acordos bilaterais, em especial sobre águas subterrâneas. Dois documentos lançados neste fórum pelo Conselho Mundial podem ser destacados, segundo o autor, a saber: *O informe sobre o financiamento de água para todos* e *O direito à água: do conceito à implementação*.

Nesse fórum, a participação dos países se amplia significativamente, como pode ser observado na Figura 7. Entretanto, as construções discursivas presentes nos documentos finais referentes ao fórum parecem não sofrer nenhuma grande mudança quanto às orientações sobre a gestão das águas.



A necessidade de financiamento para a solução dos problemas relacionados à água também é apontada na declaração ministerial, presente neste mesmo relatório. Sobre a questão, o item 7 da declaração aponta:

7. Reafirmar também a decisão da 13ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável sobre:

a) um aumento substancial dos recursos de todas as fontes, incluindo os recursos internos, a assistência oficial para o desenvolvimento e outros recursos, será necessário que os países em desenvolvimento possam alcançar as metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os contidos na Declaração do Milênio e no JPOI e

b) os governantes têm papel principal na promoção da melhoria do acesso à água potável, saneamento básico, posse sustentável e segura e abrigo adequado, por meio de uma melhor governança em todos os níveis e criação de ambientes favoráveis e marcos regulatórios, adotando abordagem pró-pobres e com a participação ativa de todos os *stakeholders* (WORLD WATER COUNCIL, 2006, p. 220)<sup>74</sup>.

O 5º Fórum Mundial da Água foi realizado em 2009, em Istambul na Turquia, reunindo 30.000 participantes de 182 países. Mais de 400 organizações participaram do evento. Essa foi a primeira edição que contou com uma reunião de Chefes de Estado, seguida por uma reunião ministerial.

Foi elaborado nesse fórum o Consenso da Água de Istambul<sup>75</sup>. Alguns pontos da declaração ministerial do fórum podem ser destacados. O primeiro deles refere-se ao posicionamento do Conselho sobre o acesso à água potável e ao saneamento básico como uma necessidade básica da humanidade, não um direito:

---

<sup>74</sup> 7. Reaffirm also the decision of the 13th Session of the Commission of Sustainable Development regarding, inter alia:

a) that a substantial increase of resources from all sources, including domestic resources, official development assistance and other resources, will be required if developing countries are to achieve the internationally agreed development goals and targets, including those contained in the Millennium Declaration and the JPOI, and

b) that Governments have the primary role in promoting improved access to safe drinking water, basic sanitation, sustainable and secure tenure, and adequate shelter, through improved governance at all levels and appropriate enabling environments and regulatory frameworks, adopting a pro-poor approach and with the active involvement of all stakeholders (WORLD WATER COUNCIL, 2006, p. 220).

<sup>75</sup> O Consenso de Istambul influenciou diretamente o Programa Pacto das Águas do Governo do Estado de São Paulo.

15. Nós reconhecemos as discussões no seio do sistema das Nações Unidas em matéria de direitos humanos e acesso à água potável e ao saneamento. Nós reconhecemos que o acesso à água potável e ao saneamento são necessidades humanas básicas (WORLD WATER COUNCIL, 2009b, p.11)<sup>76</sup>.

Outro ponto da declaração aponta para a necessidade de se criar um ambiente propício para investimentos no setor de água e saneamento. O discurso sobre a necessidade de ajuda da comunidade internacional para complementar os investimentos feitos por países em desenvolvimento ou com uma economia em transição é muito similar ao que podemos observar no debate da década de 1970 e os estabelecimentos de uma nova ordem mundial para o desenvolvimento.

20. Reconhecendo que novos e adequados recursos são necessários para atingir os ODM, convocamos as comunidades, parceiros de desenvolvimento internacionais e fontes privadas de financiamento para investir recursos para complementar os esforços feitos pelos países em desenvolvimento e países com economias de transição para desenvolver uma gestão sustentável de recursos hídricos e para construir a base da infraestrutura para um crescimento socioeconômico sustentável, especialmente na África e nos países menos desenvolvidos (WORLD WATER COUNCIL, 2009b, p.11)<sup>77</sup>.

O 6º Fórum foi realizado em Marselha, França, no ano de 2012. O encontro reuniu participantes de 145 países, incluindo 15 chefes de governo e comissários europeus, 112 ministros, vice-ministros e secretários de Estado. Sob o tema “Tempo de Soluções” foi reunida uma série de possíveis soluções para os mais diversos problemas relacionados à água, trazidos por diversos representantes. Um sítio virtual foi criado para hospedar estas ideias ([www.solutionsforwater.org](http://www.solutionsforwater.org)). Ainda nesse mesmo ano, na Rio+20, a temática da água teve um papel proeminente nas discussões.

---

<sup>76</sup> 15. We acknowledge the discussions within the UN system regarding human rights and access to safe drinking water and sanitation. We recognize that access to safe drinking water and sanitation is a basic human need” (WORLD WATER COUNCIL, 2009b, p.11).

<sup>77</sup> 20. Acknowledging that new and adequate resources are needed to achieve the MDGs, we call upon the international community, development partners and private sources of financing to invest resources to complement the efforts made by developing countries and countries with economies in transition, to develop sustainable water resources management and to build the infrastructure base for a sustained socio-economic growth, especially in Africa and least developed countries (WORLD WATER COUNCIL, 2009b, p.11).

Nesse fórum foram elencadas três condições principais para o sucesso em relação à crise da água em escala global, a saber: a boa governança, o financiamento de água para todos e a criação de ambientes propícios. As três chaves para o sucesso em relação à gestão de águas associam-se a um modelo específico de relação com este recurso.

Esses três elementos citados contemplam a visão do Conselho Mundial sobre o modelo ideal de gestão, uma governança participativa e transparente, bem como um plano que proporcione altos investimentos no setor. Seja ele privado, público ou de agências internacionais, como o Banco Mundial, deve ser um ambiente seguro, não com relação à preservação ambiental, mas sim para alocar um alto investimento que proporcione retorno a seus investidores.

Esse último ponto caracteriza um argumento recorrente nos debates internacionais que envolvem ajuda externa para promoção do desenvolvimento. Refere-se, sobretudo, a uma classificação moral. Os governos nacionais são invariavelmente considerados ambientes inseguros para o investimento externo. As instituições internacionais e o próprio mercado são considerados espaços moralmente superiores e mais qualificados para promover o desenvolvimento.

Sob essa égide, segundo a construção discursiva que observamos, tanto a natureza como a população em condições de pobreza poderá ser beneficiada com a dinâmica racionalizada sobre a gestão das águas. A declaração ministerial do sexto fórum corrobora para a construção dessa perspectiva instrumentalista da água que se concentra nos mecanismos econômicos para atrair investimentos. Selecionamos alguns pontos da declaração:

9. A água tem um papel fundamental em todos os sistemas ambientais, sociais e econômicos e deve, portanto, ser reconhecida como tal no desenvolvimento econômico em conjunto com os seus benefícios sociais e ambientais. No âmbito do desenvolvimento sustentável, a contribuição da água para as políticas de economia verde deve ser promovida de uma forma que leve a alcançar a erradicação da pobreza, o crescimento e a criação de emprego, preservando os ecossistemas e combatendo as alterações climáticas (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.3)<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> 9. Water has a critical role in all environmental, social and economic systems and should therefore be recognized as such in economic development in conjunction with its social and environmental benefits. In the framework of sustainable development, the contribution of water to policies towards a green economy should be promoted in a manner which leads to achievement of poverty eradication,

26. A priorização da água e saneamento nas alocações de verbas e na cooperação internacional é fundamental, bem como a utilização eficaz dos instrumentos financeiros. Vamos promover o planejamento financeiro estratégico e sustentável, através de uma combinação adequada de contribuições de usuários de água, orçamentos públicos, financiamento privado, bilateral e canais multilaterais. Reconhecemos a necessidade de recuperação economicamente sustentável e eficiente, a favor dos pobres e com mecanismos de financiamento inovadores, como pagamento apropriado para os serviços prestados pelos ecossistemas e investimento privado, num espírito de solidariedade, justiça e equidade. Contribuições sobre serviços hídricos fornecidos pelas autoridades locais e regionais para implementar os seus programas de cooperação para o desenvolvimento relacionados com a água oferecem um exemplo de mecanismos de financiamento inovadores (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.5)<sup>79</sup>.

29. Tendo em conta as responsabilidades primárias dos governos em relação as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, e os menos desenvolvidos entre eles, requerem atenção especial em termos de recursos financeiros adequados, previsíveis e sustentáveis, além da capacitação e transferência de tecnologia para atingir os objetivos acordados internacionalmente, especialmente em relação à gestão integrada dos recursos hídricos, o acesso à água potável e ao saneamento (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.6)<sup>80</sup>.

A noção de água e saneamento como um direito humano só aparece nas declarações ministeriais após o reconhecimento da ONU, em 2010, a esse respeito. A incorporação dessa noção de direito humano é aceita também pelo Conselho. No entanto, a postura do Conselho é a de se colocar como uma das organizações responsáveis por determinar como esse direito pode ser implementado.

---

growth and job creation while preserving ecosystems and tackling climate change (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.3).

<sup>79</sup> 26. Prioritization of water and sanitation in budget allocations and in international cooperation is key as well as effective use of financial instruments. We will promote strategic and sustainable financial planning, through an appropriate mix of contributions from water users, public budgets, private finance, bilateral and multilateral channels. We recognize the need for sustainable and efficient cost recovery, pro-poor and innovative financing mechanisms, such as appropriate payment for ecosystem services, and private investment, in a spirit of solidarity, justice and equity. Contributions on water services provided by local and regional authorities to implement their water-related development cooperation programmes offer an example of innovative financing mechanisms (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.5).

<sup>80</sup> 29. Bearing in mind the primary responsibilities of the governments concerned, the specific needs of developing countries, and the least developed among them, require special focus in terms of adequate, predictable and sustainable financial resources, capacity building and technology transfer to achieve internationally agreed goals, especially on integrated water resources management and access to safe drinking water and sanitation (WORLD WATER COUNCIL, 2012b, p.6).

O 7º e último Fórum foi realizado em Daegu e Gyeongju, na Coreia do Sul. Segundo as informações do relatório final do evento, essa foi a maior edição do fórum. Com 400 sessões de debates, reuniu mais de 40.000 participantes e 106 representantes do alto escalão de governos nacionais. A novidade desse fórum foi a realização de mais um grupo de debate intitulado 'processo científico e tecnológico'.

A ampliação da visibilidade dos Fóruns Mundiais da Água, ao longo desses quase vinte anos de realização, demonstra a importância que a questão da água vem tomando no cenário mundial. Entretanto, é possível perceber também que a construção discursiva sobre a crise desse recurso e as formas para sua solução caminham para uma perspectiva específica de gestão.

Os fóruns apontam que a crise da água é, sobretudo, uma crise de gerenciamento e governança. O poder público, em especial nos países em desenvolvimento, não possui a capacidade técnica e financeira para atender a demanda pelos recursos hídricos e, por isso, a participação do setor privado apresenta-se como uma solução desejada para enfrentar o problema.

A construção discursiva sobre a crise do acesso à água e ao saneamento básico estabelece que esses são problemas que só podem ser solucionados através da incorporação da lógica de mercado à gestão da água. Esse argumento não se restringe a possíveis interesses de grupos privados que buscam conquistar mercados. É parte fundante do argumento de que o direito à água só pode ser alcançado pelo e no mercado, como descreve Quijano (2005, p. 236):

As determinações capitalistas, contudo, exigiam também, e no mesmo movimento histórico, que esses processos sociais, materiais e intersubjetivos não tivessem lugar exceto dentro de relações sociais de exploração e de dominação. Consequentemente, como um campo de conflitos pela orientação, isto é, os fins, os meios e os limites desses processos. Para os controladores do poder, o controle do capital e do mercado era e é o que decide os fins, os meios e os limites do processo. O mercado é o mínimo, mas também o limite da possível igualdade social entre as pessoas.

A inserção de novos projetos políticos não parece ser possível em um espaço restrito à discussão de gestão. A mobilização e a atuação nos espaços institucionalizados sobre a gestão de águas parecem estar limitadas a uma lógica

específica que demanda a posse de saberes já legitimados no debate. Há, portanto, uma domesticação dos saberes e é sob essa perspectiva que o conceito de subalternidade é utilizado pela corrente pós-colonial e decolonial que lançamos mão para compreender o debate sobre a água em escala global.

A crise da água, problematizada nos documentos pesquisados como uma crise de governança passa a ser observada, a partir do referencial proposto, como uma crise de paradigma do pensamento técnico-científico e dos limites da lógica de mercado como mediadores da relação com a natureza. Trata-se, portanto, de um exercício de inversão da argumentação encontrada nestes documentos, já que a crise é descrita pela falta de modernidade, ou seja, o problema reside fora do paradigma hegemônico.

Contudo, é recorrente na argumentação encontrada nos documentos pesquisados que a defesa de um modelo específico de gestão seja diluída a partir de três elementos. O primeiro é o armamento técnico e neutro sustentado pelo conhecimento científico. Esse elemento não só possibilita que o discurso passe por não subjetivo, como também o qualifica para descrever o cenário contemporâneo da água, ou seja, através desse recurso é possível afirmar objetivamente quais países em desenvolvimento não possuem tecnologia para resolver seus problemas em relação à água, tampouco possuem recursos financeiros para aplicar em investimentos, já que o diagnóstico técnico também apresenta a demanda de um montante astronômico de capital para, por exemplo, contemplar o direito à água para todos.

Isso nos leva para o segundo elemento que sustenta a argumentação, a gramática utilitarista da economia neoclássica. O mercado é, segundo essa concepção, a única esfera capaz de oferecer o capital e a tecnologia necessária para a solução da crise hídrica, logo, é a falta de mercado que leva à crise da água.

O terceiro elemento é bastante singular e consiste na participação e na diversidade, fundamentais para a legitimação desse modelo específico. Entretanto, ambas se dão de forma domesticada e em espaços onde o universo do debate já está aprisionado em fronteiras firmes que determinam, a partir da prerrogativa prática, técnica e econômica, o que é ou não possível em relação ao tema.

Como descreve Coronil (2005, p. 132), “a mágica do imperialismo contemporâneo reside em conjurar seu próprio desaparecimento, fazendo com que o mercado apareça como a personificação da racionalidade humana e da felicidade”. Os fóruns têm um papel absolutamente necessário para dar funcionalidade a essa argumentação, pois é através da participação e da diversidade que os resultados e documentos podem ser traduzidos como consenso, revelando, sobretudo, hegemonia de discurso.

### **3.3 Os Fóruns Mundiais da Água como espaços (i) legítimos**

Além da pesquisa documental, ao longo deste trabalho tivemos a oportunidade de entrevistar um grupo de pessoas que atua com a questão da água em diversos setores. Entre estes indivíduos estão pessoas que trabalham para o Conselho Mundial da Água e pessoas ligadas a ONG's que participaram dos Fóruns Mundiais da Água e/ou dos Fóruns Alternativos da Água<sup>81</sup>.

Também foram entrevistados: uma funcionária da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que esteve presente em alguns Fóruns Mundiais da Água, e o Diretor de Sustentabilidade da Odebrecht Energia, que participou de alguns dos fóruns mundiais e tem uma longa trajetória profissional ligada à água.

Foram adotados procedimentos de pesquisa qualitativa com o intuito de explorar em profundidade a experiência dos entrevistados em relação à temática das águas. A escolha dos informantes baseou-se na técnica de amostragem de propósito (PATTON, 2002), a partir da qual foram identificados os agentes com maior densidade informacional para os propósitos do estudo. No entanto, também foi considerado importante entrevistar indivíduos que se encontram em lugares distintos, em escala global, nesta rede de participação no debate da gestão das águas.

Durante a análise de dados das entrevistas, a interpretação sociológica se mostrou relevante, contribuindo sobremaneira para a compreensão do debate sobre a água. O que pudemos observar foi uma postura que refletia os papéis nos

---

<sup>81</sup> Evento que tem ocorrido paralelamente aos Fóruns Mundiais da Água como forma de debater propostas alternativas à agenda do Conselho Mundial da Água.

quais os sujeitos estão inseridos. A interpretação deste material buscou considerar a origem da narrativa e a premissa contextual, considerando a relação das identidades e trajetórias de cada um dos entrevistados e procurando descrever de maneira coerente as entrevistas que foram analisadas.

Os temas abordados durante as entrevistas estiveram concentrados nas trajetórias profissionais, nas participações nos Fóruns Mundiais da Água e na opinião dos entrevistados sobre o papel do Conselho Mundial no debate sobre a questão da água. Ao analisarmos o conjunto de entrevistas, pudemos observar tanto argumentos que convergem para o discurso encontrado nos documentos publicados pelo Conselho, quanto argumentos que se contrapõem ao discurso desta entidade, adotando um posicionamento crítico também com relação aos fóruns.

As entrevistas serão expostas a partir de uma cisão clara encontrada nos posicionamentos dos entrevistados. O primeiro grupo a ser analisado é composto por entrevistados que legitimamos Fóruns e o Conselho enquanto espaços importantes para o debate e para o avanço das questões ligadas à água. Ainda que existam críticas com relação a alguns pontos e dinâmicas estabelecidas pelo Conselho.

Este primeiro grupo ilustra segmentos importantes para compreendermos o funcionamento e a agenda dos fóruns e de sua entidade organizadora, pois conta com representantes do próprio Conselho e também do setor privado e público. Esses são segmentos-alvo da organização, que visam principalmente consolidar uma plataforma de encontro entre estes dois grupos, não por acaso o debate sobre parcerias público-privadas é uma das principais pautas encontradas nos relatórios e documentos publicados pelo Conselho Mundial.

O segundo grupo de entrevistados apresentou um posicionamento mais crítico com relação aos Fóruns Mundiais, em especial por considerar muito claro o posicionamento específico do Conselho. De maneira breve, é possível considerar que os entrevistados desse grupo não legitimam o Conselho como entidade neutra e desinteressada para assumir o papel de organizadora de espaços democráticos de debate. Esse grupo é composto por pessoas que já participaram de alguns fóruns, mas, como já citado, assumem uma postura bastante crítica a respeito do Conselho. Além disso, todos os indivíduos desse grupo já participaram da organização dos Fóruns Alternativos da Água, que acontecem paralelamente aos

Fóruns Mundiais da Água, justamente para marcar uma postura contrária à agenda proposta pelo evento original.

Optamos então por expor as entrevistas a partir de duas categorias de entrevistados, o Grupo 1 é composto por entrevistados que legitimam a postura do Conselho e a dinâmica dos fóruns e o Grupo 2 é composto por entrevistados que não legitimam a postura e o discurso adotado pelo Conselho e conseqüentemente, desprestigiam o fórum como espaço legítimo para abarcar o debate sobre a água. Temos então a seguinte disposição no primeiro grupo, apresentada no Quadro 3:

**Quadro 3 – Perfil dos entrevistados do Grupo 1.**

	<i>Formação</i>	<i>Vínculo Institucional</i>
Entrevistado 1A	Engenheiro Civil	Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) / Conselho Mundial da Água
Entrevistada 1B	Psicóloga / Bacharel em Literatura Francesa	Conselho Mundial da Água
Entrevistada 1C	Cientista Social	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Entrevistado 1D	Engenheiro Civil	Odebrecht Energia

Fonte: elaborado pelo autor.

É importante destacar que as críticas não são homogêneas, tampouco restritas ao segundo grupo de entrevistados. Dessa forma, para compreendermos esse conjunto de argumentos optamos por organizar a exposição das entrevistas a partir do grau de convergência com a produção discursiva encontrada nos documentos publicados pelo Conselho.

Os argumentos classificados como convergentes ao discurso do Conselho e à dinâmica dos fóruns foram aqueles que legitimaram plenamente a autodescrição do Conselho Mundial da Água, encontrada nos relatórios analisados, e que se posicionaram favoráveis à ideia de papel fundamental da organização para dar relevo à questão da água em escala global. Neste grupo de argumentos a

postura aparentemente neutra, que pode ser encontrada na produção discursiva desta organização, não é confrontada, no entanto, estes argumentos apresentam um conteúdo relevante para a discussão deste trabalho.

Como pudemos observar nas seções anteriores, o Conselho descreve a si mesmo como uma plataforma que abriga especialistas e diversas organizações dedicadas ao tema da água para trazer atenção à questão e consolidar um comprometimento político capaz de direcionar o uso deste recurso para um modelo que contemple a sustentabilidade.

O primeiro entrevistado, que atua como governador do Conselho Mundial da Água<sup>82</sup> expressou uma fala consonante com a própria descrição do Conselho. Perguntado sobre a importância da organização, sua fala converge para a construção discursiva observada nos próprios documentos publicados pela entidade:

*O Conselho Mundial da Água é uma organização internacional que reúne interessados no tema da água e tem como missão promover a conscientização, construir compromissos políticos e incentivar ações em temas críticos de água para facilitar a conservação, proteção, desenvolvimento, planejamento, gestão e uso eficiente da água em todas as suas dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na Terra (Entrevistado 1A).*

Esta descrição, embora possa parecer insone, transfere à entidade uma caracterização absolutamente neutra e universal, o que constitui um capital simbólico de extrema relevância no contexto global sobre a água. O recurso discursivo de associar a organização ao termo *sustentabilidade ambiental* e à expressão *benefício de toda a vida na terra* revela como descrições que podem ser consideradas lugar comum no debate sobre meio ambiente são utilizadas como elementos legitimadores para a organização.

Trata-se, portanto, de uma classificação moral da entidade e não de descrição subjetiva de seu funcionamento. Essa é uma fala que demonstra a importância da investigação de narrativas globais, como temos nos dedicado neste

---

<sup>82</sup> O Conselho Mundial da Água possui 36 Governadores, que estão organizados em cinco Colégios, a saber: Organismos Intergovernamentais; Governos e Autoridades de Governo; Empresas e Prestadoras de Serviços; Organizações da Sociedade Civil e Usuários de Água; e Associações Profissionais e Academia.

trabalho. Em especial, a forma como essas narrativas são utilizadas como elementos de legitimação e de interesse. Trata-se, dessa forma, de um esforço para revelar o sujeito que produz a objetivação, ou seja, observar os mecanismos que permitem que um discurso prestigiado possa ser produzido por determinado sujeito.

A legitimidade dessa narrativa está diretamente ligada à recepção desse discurso pelos interlocutores. No caso do Conselho, portanto, os fóruns são uma plataforma fundamental de legitimação. Esse fenômeno fica evidenciado na fala seguinte do mesmo entrevistado. Ao discorrer sobre a importância dos fóruns, aponta para um fator importante ao processo de legitimação do Conselho Mundial da Água. A dimensão do evento credencia, segundo o entrevistado, o fórum a estabelecer metas e objetivos para o setor da água em escala global.

*Realizado a cada três anos e com público sempre superior a 30 mil pessoas, o Fórum Mundial da Água é o ponto máximo de integração de todos os setores relacionados direta e indiretamente com os recursos hídricos. Esta capacidade de envolvimento de tantas pessoas, organismos e governos credencia o Fórum a estabelecer metas e objetivos no setor, dando a este evento uma importância crucial na gestão das águas no mundo (Entrevistado 1A).*

A relevância do fórum se sustenta, dessa forma, pela integração de diversos interessados na questão da água e também por sua grande dimensão. Esse processo acaba por beneficiar também a entidade que o organiza. Temos, então, dois fatores importantes para destacarmos neste ponto. O primeiro deles é que o discurso de neutralidade e universalidade do Conselho é necessário para que o prestígio da integração e diversidade do fórum transborde também para sua própria imagem. E o segundo é que como organizador do evento, o Conselho assume uma posição de privilégio para inserir sua própria agenda de interesses.

A entrevistada 2A, embora também trabalhe junto ao Conselho, apresentou uma fala mais espontânea, destacando os desafios a serem superados para absorver os debates realizados em cada fórum e transcrevê-los para os documentos finais. Sua fala demonstrou um alto grau de comprometimento com a organização e dinâmica dos fóruns mundiais, bem como sua percepção sobre o Conselho estar intrinsecamente ligado aos fóruns.

Esta entrevistada (1B) esteve presente em quase todas as reuniões preparatórias para os fóruns a partir do evento de 2009. Com sua entrevista foi possível compreender parte do processo que define as pautas de cada fórum. São realizadas diversas reuniões preparatórias, nas quais são definidos os grupos de trabalho, os *stakeholders*, bem como as pautas e metas de cada evento. Sobre o aspecto político, a entrevistada destacou que também existem reuniões preparatórias, geralmente coordenadas pela UNESCO, que têm como objetivo esboçar as declarações ministeriais para o evento. A associação entre o Conselho e entidades da ONU aparece mais uma vez como um laço importante a ser destacado.

Três grandes fatores, segundo a entrevistada (1B), tornam os fóruns um evento importante para a temática da água. Primeiramente, é um espaço de encontro entre pessoas de todas as partes do mundo, onde as diversas experiências e desafios são compartilhados e debatidos.

Em segundo lugar, o fórum serve como um alerta para as questões de saneamento e gestão de água no país que está sediando o evento, promovendo um debate para a melhoria da gestão dos recursos hídricos em escala local. Em último lugar, os fóruns servem, em sua opinião, para promover uma motivação política em torno da questão da água, fazendo com que os tomadores de decisão estejam mais bem informados sobre as questões relacionadas ao tema.

De acordo com a entrevistada, o impacto das discussões dos fóruns nos processos de tomada de decisão se dá, sobretudo, no diálogo entre o processo temático e o processo político que ocorre em cada fórum. Esta articulação tem sido foco de aprimoramento a cada edição, para que as discussões se cristalizem em tomadas de decisão na gestão dos recursos hídricos em escala global e regional. É neste ponto também que, a princípio, a diversidade sobre as formas de relação com a água pode emergir através dos debates temáticos que acontecem nos fóruns. A entrevistada destaca este desafio para incorporar estas discussões na esfera política do debate:

*Eu acho que esta é uma questão onde, talvez, precisemos melhorar na interface entre aqueles que estão trabalhando para encontrar as soluções no processo temático e regional e, em seguida, transmitir essas mensagens de uma forma que sejam úteis para os tomadores de decisão em nível nacional. Isso é uma parte do que nós estamos tentando fazer com o processo ministerial, porque normalmente o*

*primeiro rascunho do documento ministerial é inteiramente baseado nas sugestões recebidas dos processos temáticos e regionais (...) e, em seguida, a delegação ministerial negocia esse texto. Essa é a forma neste momento, mas provavelmente não é o suficiente. Nós provavelmente devemos tentar e criar uma interface em que isso seja mais impactante (Entrevistada 1B)<sup>83</sup>.*

É importante destacar, no entanto, que quando perguntada sobre quais seriam os principais desafios com relação à gestão de água em âmbito global, a entrevistada revela uma preocupação que reforça o discurso produzido pelo Conselho e incessantemente encontrado, ao longo da pesquisa, nos debates globais sobre meio ambiente e recursos hídricos:

*Há duas questões que vêm à mente. Um, você pode ter a melhor política de água no mundo, mas se você não tiver as finanças disponíveis para implementá-la é inútil e se você tem um sistema de governo corrupto é inútil também (Entrevistada 1B).<sup>84</sup>*

Essa posição revela que quando perguntada sobre um tema aberto e geral, como “principais desafios globais”, recorre-se também a narrativas globais já consolidadas. Falta de capital e corrupção são argumentos recorrentes que justificam a ordenação do mundo e que, portanto, caracterizam o cenário particular em que a questão ambiental está inserida.

Na terceira entrevista, realizada com uma representante do governo do estado de São Paulo, os argumentos que se seguiram parecem descaracterizar essa noção de que o Conselho é organização neutra e desinteressada, como observamos nas duas falas anteriores, muito embora a entrevistada (1C) não tenha desconsiderado a importância do Conselho e dos fóruns para o debate sobre governança das águas. A fala é importante porque traz uma percepção do Conselho

---

<sup>83</sup> *I think this is where perhaps we need to improve on the interface between those that are working on finding the solutions on the thematic and regional process and then transmitting those messages in a way that are useful to policy makers at the national levels. That's part of we're trying to do with the ministerial process, because normally the first draft of the ministerial document is entirely based on inputs received from the thematic and regional process (...) and then the ministerial delegation negotiates that text. That's the way that is designed at this point in time but is probably not enough. We probably should try and create an interface that's more impactful (Entrevistada 1B).*

<sup>84</sup> *There are two issues that come to mind. One, you can have the best water policy in the world but if you don't have the finances available to implement it is useless and if you have a corrupt government system that is useless as well (Entrevistada 1B.)*

como um agente interessado dentro do debate e que, dessa forma, constrói um discurso que não pode ser desvinculado de sua agenda política.

*É de pauta, é pauta, é pauta. Na verdade, como qualquer entidade, como qualquer organização, como qualquer conselho, vem tudo meio prato requentado pra você, não tem jeito. Vem uns pratos meio já pensados, é muito difícil você sair (...) É muito difícil você querer condicionar, eu acho que não pode querer tornar o fórum, ou o conselho, espaço pra discutir uma linha ou duas linhas de ação, eu acho que ele tem que justamente respeitar a diversidade. Os temas têm que ser amplos o bastante, pra permitir que a diversidade de problemas, de culturas, de soluções, de estratégias institucionais e políticas que existem no mundo inteiro consigam ali se expressar e que haja troca, que haja coisa. Então, o tacão de fechar que eu acho que não dá (Entrevistada 1C).*

A construção das pautas que orientam a organização de cada fórum carrega também uma perspectiva específica tanto dos conhecimentos prestigiados quanto dos modelos de gestão a serem adotados e, por isso, revelam a impossibilidade do universal e do neutro. Ainda que esta organização tenha o objetivo de constituir uma plataforma ou uma rede de interlocutores, a gramática e as regras desta plataforma determinam quais são os sujeitos aceitos para a interlocução.

O interesse reflete também as áreas de conhecimento e temas prestigiados nas reuniões de pautas. Sobre as agendas principais que compõem as pautas do Conselho Mundial da Água, a entrevistada destacou que o Conselho tem uma orientação forte para a questão de Engenharia de Saneamento e de obras, já as questões ambientais, segundo ela, sofrem resistência para serem inseridas nos debates.

*Então, um exemplo é que o Conselho, ele tem um foco muito grande na questão do saneamento e do serviço de saneamento de engenharia e de obras, e muito pouco voltado pra questão da proteção da obra. Inclusive, tem uma resistência muito grande por parte da própria coordenação, quando você entra com a questão verde ou a questão da proteção da água, é uma coisa muito complicada. Então, eles estão sempre pensando mais no abastecer com água, tratar o esgoto, não sei o que, do que pensar em outros elementos que fazem parte da gestão, que deveriam estar ali, sendo*

*discutidos fortemente. Então, é uma coisa muito complicada, isso eu sofri. Nesse kickoff de Marseille, do preparatório pro sexto, ficou bem evidente isso. Mesmo tentando forçar a entrada de algumas discussões mais fortes ligadas com proteção, o pagamento de serviço ambiental, e você via que a direção já estava ali meio resistente pra discutir (Entrevistada 1C).*

As discussões e a seleção dos temas que serão levados aos espaços de debate do fórum são elementos de disputa nas reuniões preparatórias. Contudo, a composição destes grupos demonstra a existência de uma convergência de perspectiva sobre a água. A divergência apontada pela entrevistada demonstra, no entanto, que este espaço configura-se em um ambiente de negociação onde os sujeitos participantes podem estabelecer seus mecanismos de convencimento para fortalecer seus interesses.

As reuniões preparatórias determinam os temas a serem debatidos nos fóruns futuros e por isso são espaços importantes para os debates que se seguirão nestes eventos. É, entretanto, um espaço controlado por ter em sua constituição um grupo de sujeitos que partilha uma gramática específica de conhecimento, gerando, assim, um ambiente previsível quanto aos seus resultados. Dessa forma, esta dinâmica garante uma convivência quase consensual entre espaços democráticos, onde justamente seria esperado encontrarmos conflitos, consolidando, assim, a manutenção de uma ordem hegemônica que não é ameaçada.

A fala do quarto entrevistado (1D) sobre o papel dos fóruns, bem como do Conselho Mundial da Água, reafirma a autodescrição realizada pela organização no debate internacional sobre a água e, conseqüentemente, a importância da construção de um discurso que situe o Conselho como uma organização não-política, desinteressada e dedicada à promoção de soluções sustentáveis. Segundo o entrevistado, a importância do Conselho está justamente na formação de opinião, mas, não por acaso, destaca que faltam qualidade e densidade técnica para sua atuação prática. Esta crítica deve ser compreendida tendo em vista que o entrevistado atua em uma empresa privada e, portanto, entende que a atuação prática no setor deve ser delegada ao setor privado.

Neste sentido, este posicionamento relaciona-se com a importância da análise discursiva do Conselho para a compreensão do seu papel no cenário global sobre a gestão das águas. O argumento apresentado converge para a relevância da

fala do primeiro entrevistado, reforçando as noções de neutralidade e de atuação em prol da vida de todo o planeta, as quais capitalizam a organização para atuar como um agente político capaz de se colocar e ser visto como um formador de opinião.

*Eu acho que por aí que está o valor do fórum e o valor do conselho. A valoração política dos formadores de opinião, dos legisladores, dos líderes de nações e países, é isso. Eu acho que este é um fator positivo. Quando se aventura... quando os fóruns se aventuram a atuar de forma mais prospectiva sobre aspectos específicos, eles não têm a qualidade, a densidade técnica e a capacidade prática de realmente fazer diferença. Então eu acho importante que o conselho e os fóruns fiquem realmente vinculados a aspectos macros de liderança da política das águas. E eles podem ser uma entidade, um nicho diferenciado, um nicho útil para o setor dos recursos hídricos como um todo (Entrevistado 1D).*

A opinião sobre a importância do setor privado converge para a construção discursiva que encontramos nos relatórios publicados pelo Conselho. A associação da eficiência ao setor privado transcende a questão da água, no entanto, a crise relacionada ao acesso à água e ao saneamento passa a adquirir uma associação direta com esta imagem positiva e pragmática ligada ao setor privado.

*O papel do setor privado é preponderante nestes desafios. Os governos já mostraram de forma geral que em muitos aspectos eles não foram capazes, ao longo de décadas e décadas, de equacionar e resolver estes problemas. A locação da água, a gestão da água através do setor público, no geral, não tem sido a mais eficiente. Estou falando em nível de gestão a locação. Eu vejo que uma maior inserção do setor privado, que seja nos aspectos relacionados à gestão, seja nos aspectos relacionados à visão dos diversos seguimentos é fundamental pra gente estreitar o débito que existe. O governo não tem capacidade de ser eficiente para resolver esta agenda velha. Os governos precisam focar, na sua posição... No seu posicionamento de regulador. Que serviço você quer oferecer para as populações? A que custo este serviço vai ser oferecido? Com que qualidade? E delegar, buscar formas... Existem dezenas de formas, não é só a concessão, a privatização de envolver mais o setor privado na execução dos programas estratégicos definidos e regulados pelos governos. Eu acho isso fundamental. Por outro lado, o setor privado também tem que reconhecer que no seu dia-a-dia, na sua atividade produtiva, seja ela qual for, é imperativo que se atue com grande eficiência tendo em vista que a água é talvez um dos principais insumos, um recurso natural para o processo produtivo. E hoje nós enfrentamos uma crescente situação de estresse hídrico e de ameaça deste insumo, ou seja, se nós não formos capazes de*

*usar este recurso natural de uma forma eficiente, preservando para que ele seja efetivamente renovável para o sistema como um todo e permaneça o nível de água nós vamos criar um problema para nosso próprio negócio no setor privado no futuro (Entrevistado 1D).*

A fala do entrevistado C é mais direta com relação à importância da participação do setor privado na gestão da água. Embora não faça parte do Conselho Mundial da Água, o entrevistado possui uma experiência rica com relação à gestão dos recursos hídricos ao longo de sua carreira profissional. Seu histórico profissional contribui para a análise sobre os papéis de diferentes setores com relação ao avanço da conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente.

Curiosamente, o entrevistado não estabelece diferença de objetivos entre os setores em que atuou. Tanto o Banco Mundial, quanto a Organização não Governamental WWF e a empresa Odebrecht, segundo o entrevistado, possuem o mesmo objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, o entrevistado destaca a importância do setor privado e considera que este setor tem um papel preponderante para sanar problemas que os governos não foram capazes de resolver.

*Eu acho que não existe divergência, na minha carreira também, ela foi sempre muito elencada por aquilo que eu acreditava e pelo o que eu queria fazer. Todas essas organizações, seja uma organização multilateral, seja em ONG ou no setor privado. A perspectiva que eu tenho é a seguinte, no fundo todas tem objetivos comuns, todas buscam o desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico, inclusão social, o desenvolvimento sustentável (...)*

*Eu hoje estou convencido que o papel do setor privado no Desenvolvimento Sustentável, o papel do setor privado em relação, por exemplo, à água, mas em relação ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social é um papel preponderante e mesmo tendo passado quinze anos no Banco Mundial eu tenho uma perspectiva que eu consigo trabalhar mais nesse sentido, estando em uma empresa como a Odebrecht. É difícil mensurar, mas hoje eu sinto que a minha contribuição é mais efetiva estando em uma grande empresa do setor privado do que estando no Banco Mundial. Por exemplo, eu acho que eu consigo ver os resultados mais rapidamente, eu acho que eu consigo encontrar uma solução mais próxima do objetivo final que eu estou querendo atingir. Mas essa é a minha concepção de hoje, obviamente daqui a dez anos essa percepção pode ser um pouco diferente, mas em resumo eu nunca percebi grandes divergências nos princípios, nos princípios de atingir... é por isso mesmo que sempre me senti confortável em*

*poder atuar bem, assumindo esses papéis em instituições tão diferentes, ou seja, sempre percebi uma certa confiança com os princípios, os macro objetivos do que se quer fazer. As diferenças estão no estágio, basicamente nas alternativas e nos caminhos para se chegar àqueles objetivos (Entrevistado 1D).*

Como podemos observar nas falas dos entrevistados desse primeiro grupo, a credibilidade do saber técnico e dos instrumentos econômicos não é questionada de forma incisiva. As duas críticas mais contundentes encontradas nesse primeiro grupo aparecem localizadas em pontos opostos em relação aos fóruns e ao Conselho. A primeira delas é a da entrevistada representante do Governo do Estado de São Paulo. Essa crítica refere-se ao processo de condicionamento dos debates, por parte do Conselho, já na fase preparatória para os fóruns. Além disso, na fala dessa entrevistada foi possível perceber uma orientação específica da agenda do Conselho, voltada, sobretudo, para a questão do saneamento e para grandes obras.

A segunda crítica é expressa na fala do entrevistado representante do setor privado. Sua crítica refere-se ao papel do Conselho e dos fóruns, que segundo ele, deveria ficar restrito ao debate e à formação de opinião. A crítica consistia, na verdade, em uma hierarquização de papéis e, neste caso, o setor privado foi compreendido como o protagonista para solucionar os problemas relacionados à água.

Outro fato curioso em sua fala, e anteriormente mencionado, é a não distinção de objetivos entre o Banco Mundial, a WWF e a Odebrecht. Já do ponto de vista do conceito de desenvolvimento sustentável ele parece estar absolutamente correto. Esse é justamente o ponto que merece atenção em nossa investigação, como uma narrativa global e totalizante esvazia-se de conteúdo e se constitui exclusivamente como um mecanismo de poder. Há uma espécie de comum acordo sobre as características centrais do debate sobre a água, que o engessam e o restringem exclusivamente às formas de implantar um modelo já prestigiado.

Esta perspectiva do Conselho, descrita pelos entrevistados, demonstra uma grande confiança no conhecimento técnico como elemento essencial para o seu bom funcionamento. Embora a fala de uma das entrevistadas aponte como fundamental a maior participação dos debates regionais e temáticos nos

documentos finais, esta expectativa não corresponde a um anseio por maior discussão ou diversidade dentro deste espaço. Caracteriza-se, portanto, uma ambiguidade nos relatos, já que o Conselho assume esta missão de divulgar e colocar em pauta a discussão sobre a água, mas condiciona a discussão a pautas específicas. O elemento que de fato nos ajuda a compreender esta aparente incoerência é a confiança na neutralidade positiva da técnica sobre a gestão das águas.

A fala desse primeiro grupo revela um processo importante e que se caracteriza como um dos pontos centrais em que o referencial decolonial tem se debruçado, qual seja, a recusa em compreender a produção epistemológica como algo deslocado da identidade, da política, de quem fala e de onde se fala. Moya (2011) destaca que posicionamentos hegemônicos não são consensos, mas processos de imposição de uma visão particular que pode ser localizada em uma identidade específica.

O Grupo 2 é composto por pessoas que trabalham ou já trabalharam em ONG's que adotam um posicionamento crítico em relação aos Fóruns Mundiais da Água e, em especial, ao Conselho Mundial da Água. Estes indivíduos participam ou já participaram da organização dos Fóruns Alternativos da Água com o objetivo de oferecer uma plataforma de contraposição àquela criada pelo Conselho. Já esses eventos alternativos conseguiram organizar reuniões próprias com membros de governo e organizações multilaterais como a ONU. Neste segundo grupo temos a seguinte disposição, apresentada no Quadro 4:

#### Quadro 4 – Perfil dos entrevistados do Grupo 2.

	<i>Formação</i>	<i>Vínculo Institucional</i>
Entrevistada 2A	Assistente Social	<i>Food and Water Watch (ONG)</i>
Entrevistada 2B	Comunicador Social	<i>Food and Water Watch</i>
Entrevistada 2C	Cientista Política	<i>The Council of Canadians</i>
Entrevistado 2D	Geólogo	<i>International Rivers Association (ONG)</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre as organizações dos fóruns alternativos a entrevistada 2A, que participou em algumas destas organizações, destacou que os dois principais objetivos desse evento são: enfraquecer e combater a ideia da privatização dos serviços de água como um modelo de gestão técnica legítima a ser considerada e constituir um grupo forte de oposição contra a dinâmica dos Fóruns Mundiais da Água organizados pelo Conselho, já que estes eventos oferecem uma plataforma de oportunidades de relações públicas para que este último promova sua agenda de privatizações e estratégias pró-mercado. Segundo a entrevistada (2A), a crítica concentra-se contra o discurso de aparência que o Conselho incessantemente produz sobre si mesmo como espaço público legítimo de debate sobre a água.

Além do discurso, a associação do Conselho com organismos internacionais também é um elemento importante para se constituir como uma organização legítima para debater a questão da água. Esse processo aparece na fala da entrevistada como um fator de ponderação, mas que não altera a opinião crítica sobre o Conselho.

*Quero dizer, há pessoas de diferentes agências das Nações Unidas que participam no Conselho Mundial da Água, mas uma vez que este Conselho é presidido pelas maiores companhias multinacionais de água, fica muito claro quais são os objetivos da iniciativa. Não é apenas o setor da sociedade civil que vê o fórum da água como um*

*espaço ilegítimo, quero dizer, em algumas conferências tivemos conversas com muitos representantes de governos que dizem que este não é um espaço apropriado para a definição de políticas. É um espaço tendencioso. Se o Conselho Mundial da Água quer construir um evento onde eles falam sobre a água, sobre as questões da água, está tudo bem, mas o verdadeiro problema é que eles tentam criar um espaço global legítimo relativo à água e não é isso. Este não é o lugar para uma conversa aberta (Entrevistada 2A)<sup>85</sup>.*

Há, portanto, uma mudança estratégica do posicionamento crítico desse grupo que parece estar em curso. Em mais de uma fala foi possível observar que os fóruns alternativos estão sendo reavaliados como estratégia de oposição, justamente por conceder ao Conselho uma atenção excessiva e, em algumas dessas conversas, houve surpresa quando o Conselho era revelado como um dos objetos da pesquisa. Como observaremos a seguir, parece haver uma mudança na estratégia e na opinião da crítica sobre o Conselho. A não participação como instrumento crítico emerge nas falas como um dos posicionamentos mais citados com relação aos fóruns mundiais.

O grande ponto de convergência nas falas desse segundo grupo consiste na não legitimação do Conselho e dos fóruns como espaços de discussão democrática sobre a água. Neste aspecto, a proposta de investigação deste trabalho concentra-se justamente na principal crítica destinada ao Conselho, ou seja, o fato do discurso de neutralidade estar sendo utilizado como uma ferramenta de poder, que mascara uma agenda inevitavelmente subjetiva sobre a gestão das águas. A entrevistada 2A se posiciona claramente sobre este aspecto.

*Há muitos anos que temos pensado em parar de dar para o Fórum Mundial da Água e para o Conselho Mundial da Água, a nossa atenção protestando, porque de certa forma dá a eles mais atenção da mídia. O fórum cresceu bastante. Acho que o da Turquia, eu não tenho certeza se ele foi o maior, mas era muito grande. E, em seguida, em Marselha o número caiu tanto que, na verdade, se você olhar para os números oficiais de presença no relatório do Conselho*

---

<sup>85</sup> *I mean, there are folks from different UN agencies that sit on the World Water Council but since this council is chair by the largest multinational water companies its very clear what the goals of the initiative are. It is not just the civil society sector that sees the water forum as a illegitimate space, I mean, in conference we had conversation with many representatives from governments saying no this is not a appropriate space to be settings polices. It is a biases space. If the World Water Council wants to build an event where they talk about water, water issues, that's fine, but the real problem is that they had tried to create a legitimate global power setting space for water and it is not that. This is not the place for open conversation (Entrevistada 2A).*

*Mundial da Água para o Fórum de Marselha, eles realmente contaram cada participação da pessoa, todos os dias, por isso, se uma pessoa assiste segunda e terça foi contado como dois participantes separados (Entrevistada 2A)<sup>86</sup>.*

Mesmo participando de algumas edições dos fóruns organizados pelo Conselho, todos os entrevistados do segundo grupo apresentaram uma descrença evidente na capacidade destes eventos em produzir e inserir novas formas de saberes e propostas para o debate internacional sobre a água. Uma das passagens de uma entrevista se mostrou ilustrativa para a investigação e para a hipótese que sustenta este trabalho.

Ao descrever a organização do fórum em Istambul, a entrevistada 2A aponta como o Conselho disponibilizava às empresas privadas um espaço privilegiado de exposição para seus produtos e serviços, dispostos no saguão principal do evento, fornecendo assim uma caracterização clara de feira de negócios para o fórum. Porém, foi sua fala sobre a sensação de distinção e ordenamento hierárquico que mais despertou nossa atenção. Enquanto essas empresas estavam diretamente conectadas com o salão principal, as organizações da sociedade civil foram alocadas do outro lado do rio. A rivalidade está posta aqui, não apenas na fala, mas também no ordenamento e hierarquização dos grupos de pessoas que diferem a respeito da percepção sobre a água.

*Eles definiram o espaço da sociedade civil do outro lado do rio, para que você, literalmente, tivesse que entrar em um barco e atravessar o rio para chegar no lugar em que as organizações não-governamentais estavam autorizadas para exibir informações. De modo muito claro eles estavam tentando bloquear a comunicação entre os vários grupos (Entrevistada 2A)<sup>87</sup>.*

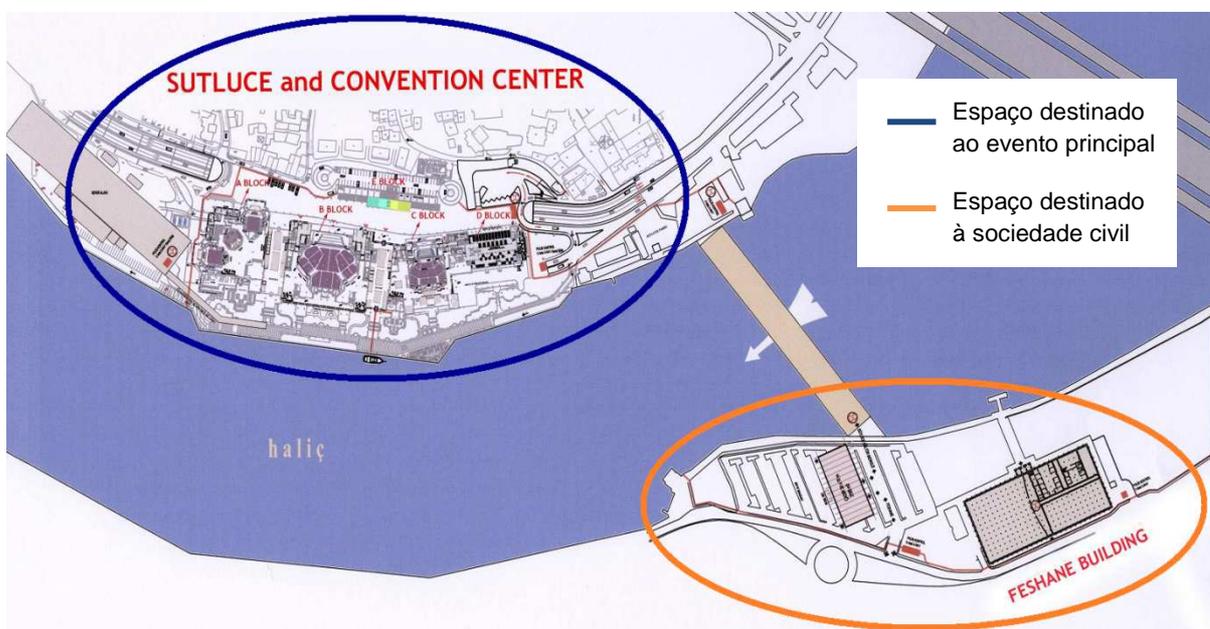
---

<sup>86</sup> *But also, you know, for many years we've been talking about stop giving to World Water Forum and the World Water Council our attention by showing up and protesting because in some ways it gives them more media attention. You know the forum had grown quite large. I think Turkey, I'm not sure if it was the largest, but it was quite large. And then in Marseille the number was down so far that, in fact if you look at the official numbers of attendance that the World Water Council report for the Marseille Forum, they actually counted every single person who attend every single day so if one person attends both Monday and Tuesday those was counted as two separate participants (Entrevistada 2A).*

<sup>87</sup> *They set the civil society space across the river, so you literally we had to get on a boat and cross the river to get on the place on nongovernmental are allowed to display information, so very clear they were trying to block communication among the various groups (Entrevistada 2A).*

A Figura 9 ilustra o mapa do V Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul. Destacamos aqui a distinção entre os espaços destinados às organizações da sociedade civil e os eventos principais do Fórum. O ordenamento hierarquizado que observamos no plano discursivo se materializa também na disposição dos sujeitos na própria realização do evento, conforme o exposto na fala da entrevistada 2A.

**Figura 9 – Separação entre evento principal e sociedade civil no mapa do V Fórum Mundial da Água.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa disponível em: <<http://www.oieau.fr/contenu/actes-des-conferences/2009/5eme-forum-mondial-de-l-eau-5th/a/5th-world-water-forum-istanbul?lang=fr>>. Acesso em: jan.2016.

A entrevistada 2B deste grupo possui uma longa trajetória de militância contra os processos de privatizações dos serviços de água. Participou ativamente do levante social que ficou conhecido como “A guerra da Água” em Cochabamba, na Bolívia, em 2000. Das pessoas entrevistadas neste segundo grupo, foi a que demonstrou maior desesperança com relação aos fóruns mundiais da água e especialmente com o Conselho.

Segundo ela, estes eventos são espaços totalmente áridos, sem possibilidade para trabalhar e avançar de maneira propositiva no debate sobre a

gestão das águas. Em sua opinião são espaços completamente tomados pelas grandes corporações privadas. No entanto, a crítica da segunda entrevistada também se dirige aos fóruns alternativos, relacionada à eficiência e estratégia adotada por tais eventos por acreditar que estes demandam uma mobilização de recursos que poderiam ser utilizados para projetos regionais e concretos.

Essa entrevista trouxe contribuições importantes para se pensar as grandes conferências e os debates. A descrença da entrevistada 2B parecia estar justamente direcionada às grandes narrativas e debates sobre meio ambiente, pois não produzem resultados diretos em escalas regionais. Durante a conversa ficou bastante evidente que a entrevistada também não acredita na ideia de se elaborar uma grande contra-narrativa porque, segundo ela, a oposição ao discurso hegemônico é necessariamente diversa. Sua opinião sobre os fóruns taxativa.

*São espaços totalmente áridos, não se pode trabalhar, não se pode fazer absolutamente nada, são espaços totalmente tomados pelas corporações e certos interesses desse nível e penso o mesmo, um pouco, de certas instâncias de nível mais geral. Para mim é um espaço totalmente inútil. Acredito que as coisas devem ser feitas de fora e de baixo e não de dentro destes espaços (Entrevistada 2B).*

A entrevistada 2C demonstrou uma postura semelhante, deslegitimando o fórum como um possível espaço de debate sobre a gestão das águas, sua opinião é bastante clara em relação a esse tema:

*Nós vemos o Fórum Mundial da Água como uma feira de negócios. As corporações vão lá para vender seu produto ou serviço. Nós não achamos que os governos devem ir para lá, para uma feira de negócios para discutir políticas sobre a água. Política da água deve ser discutida de forma aberta, com transparência democrática, no âmbito dos mecanismos e processos que são democráticos e confortáveis para as pessoas (Entrevistada 2C)<sup>88</sup>.*

O posicionamento crítico encontrado no segundo grupo demanda do Conselho um esforço constante em reforçar a sua imagem de organização neutra e

---

<sup>88</sup> *We see the World Water Forum as a trade fare. Corporations go there to sell their service or product. We don't think that governments should go there, to a trade fare to discuss water police. Water police should be discussing in a democratic transparence open way within mechanisms and process that are democratic a comfortable to people (Entrevistada 2C).*

a realização dos fóruns é importante para esse processo. Neste sentido, a participação de diversos setores no evento assume uma funcionalidade que legitima o próprio Conselho. Não por acaso, a reavaliação estratégica da não participação atinge justamente o mecanismo de legitimação que interessa, sobretudo, ao Conselho.

Esse pode ser um fenômeno de causa e efeito que poderia levar a uma diminuição na escala e dimensão dos fóruns. Segundo a entrevistada 2C é possível observar esse fenômeno com o passar dos fóruns.

*Parece que ao longo dos anos não vemos ministro de alto nível participando mais, você sabe que são um monte de burocratas que frequentam o Fórum Mundial da Água agora. Então, de alguma forma temos sido bem-sucedidos em deslegitimar o Fórum Mundial da Água. Quando começou o primeiro, foi um espaço de participação política de alto nível com muitos ministros e agora nós não vemos esse tipo de representação governamental de alto nível nestes fóruns mais (Entrevistada 2C)<sup>89</sup>.*

Esse processo é, segundo a entrevistada, resultado de uma resistência do público em geral com relação à privatização da água. Essa é uma imagem que o Conselho parece não conseguir se desvencilhar. A autoimagem construída pelo Conselho não garante que essa narrativa será absorvida e legitimada por todos os setores.

Na leitura desse segundo grupo de entrevistados isso se deve, particularmente, à percepção que estes indivíduos têm sobre a água estar fortemente ligada à ideia de bem comum. Essa resistência faz da produção discursiva do Conselho um objeto rico de análise, já que os esforços para romper com essa ideia de bem comum obrigam que essa produção esteja vinculada a elementos de prestígio. Essa associação não se restringe exclusivamente ao conhecimento técnico e científico e à gramática dos instrumentos econômicos, mas também às instituições prestigiadas como a ONU, por exemplo. Vejamos a fala de uma das entrevistadas sobre este aspecto.

---

<sup>89</sup> *It does feel like over the years we don't see high level minister attend any more, you know it is a lot of bureaucrats now who attend the world water forum. So in some way we been successful in delegitimize the World Water Forum, when it first began it was a high level police space attend by many ministers and now we don't see that kind of high level government representation at these forums anymore (Entrevistada 2C).*

*Eu acho que o Fórum Mundial da Água está sendo cada vez menos importante. Inicialmente, ele foi criado para criar um espaço para que a sociedade tivesse acesso aos tomadores de decisão, porque a água é uma grande indústria. E algumas destas grandes corporações da água estão interessadas em acessar ou influenciar a forma como as decisões políticas são tomadas. O público não quer ver a água privatizada, então as corporações precisam de estratégia política, a fim de acessar os recursos hídricos e serviços de água e saneamento, assim elas organizaram este espaço (fórum) como se fosse para falar sobre a crise mundial da água, mas na verdade eles configuram um fórum para lidar com sua única crise no mercado de acesso.*

*É realmente uma feira de negócios, mas que se representa como espaço político, a fim de dar as coporações legitimidade, isso é apenas parte do negócio, como seus produtos são parte das soluções (Entrevistada 2C)<sup>90</sup>.*

A hipótese aqui levantada é a de que os fóruns funcionam estrategicamente como uma plataforma de encontro entre as instituições privadas e as diversas esferas de governo, estabelecendo, assim, um canal direto eficiente de diálogo entre estes dois setores. A participação da sociedade civil nos fóruns, na opinião da entrevistada, é parte de uma estratégia de cooptação deste segmento para o segmento privado. À medida que o fórum perde sua relevância, ela acredita que as grandes corporações desenvolverão outras estratégias para desenvolver seu discurso.

Nosso último entrevistado (2D) esteve envolvido em uma militância crítica a respeito da política de construção de grandes represas. Assim como os demais desse segundo grupo, acredita que o Conselho Mundial da Água é um grupo que faz *lobby* em favor da privatização e dos grandes projetos de engenharia voltados para a água e energia. Mais uma vez a crítica concentra-se no discurso do Conselho:

---

<sup>90</sup> *I think that the world water forum it is becoming last and last important. Initially it was set up to create a space for corporation to have access to police makers because water is a big industry. And some of this big water corporation who been interest accessing or influencing how water police decision are made. The public does not want to see water privatize so corporation need political strategy in order to access water resources and water and sanitation services, so the setup this forum as if is to talk about the world water crisis, but really they setup a forum to deal with their one crisis in access market. It really is a trade fare but it poses, in order to get themselves legitimacy it be pose as police fare, that is just part of their peach, how their products it is part of the solutions (Entrevistada 2C).*

*O importante a se considerar é que o Conselho é pintado como este corpo neutro que está preocupado com o mundo dos pobres sem água, mas que é, na verdade, um grupo de lobby tentando obter contratos de privatização e construção de infraestrutura. Esta é a sua principal motivação. Eles fazem um bom trabalho escondendo isso através de toda a retórica e das preocupações com os pobres (Entrevistado 2D)<sup>91</sup>.*

Durante a pesquisa sobre os posicionamentos críticos ao Conselho, encontramos um artigo escrito pelo entrevistado no qual intitula o Conselho como *The World Water Mafia*. Durante a conversa ele destacou que sua motivação para escrevê-lo se deu por meio do trabalho que realizava contra a construção de grandes represas, o que o fez se deparar com o poder de influência de instituições como o Banco Mundial e diversos grupos de lobistas ligados às grandes usinas hidrelétricas. Esses grupos estão, segundo ele, intimamente ligados com a agenda do Conselho Mundial. Essa associação deslegitimaria a ideia de neutralidade propagada pela organização.

Ao ser perguntado qual seria a relevância do Conselho Mundial da Água sobre o debate da água, o entrevistado faz uma longa pausa e então responde "Talvez a importância do Conselho seja precisamente de criar um discurso sobre a água e quais são as soluções (Entrevistado 2D)<sup>92</sup>". A opinião sobre os fóruns não diverge do que encontramos nos demais entrevistados desse grupo: "É realmente sobre a obtenção de dinheiro de governos e fundos públicos para projetos de privatização e de infraestrutura (Entrevistado 2D)<sup>93</sup>".

E da mesma forma, não acredita que essa estratégia apresente uma eficiência esperada pelo Conselho, justamente porque existe uma grande força contrária expressa por diversos ativistas que deslegitimam a dinâmica proposta pela entidade.

O poder de influência de um discurso, no entanto, não se resume às negociações diretas, e a perspectiva adotada neste trabalho pode contribuir para a

---

<sup>91</sup> *The important thing to consider is that the Council is painted as this neutral body that is concerned with the world's poor without water, but that is actually a lobbying group trying to get contracts for privatization and for building infrastructure. This is their main motivation. They do a good job hiding it through all the rhetoric and concerns with the poor (Entrevistado 2D).*

<sup>92</sup> *Perhaps the importance of the Council is precisely to create a discourse on water and on what are the solutions (Entrevistado 2D).*

<sup>93</sup> *It is really about getting money from governments and public funds for privatization and infrastructure projects (Entrevistado 2D).*

análise desse processo. Mesmo descrente no sucesso da agenda do Conselho o entrevistado pondera a esse respeito.

*Eles devem ter uma influência em termos de consolidar a estrutura para as questões relacionadas com a água. Que o problema da falta de água para as pessoas pobres só pode ser resolvido através da privatização. Eles ajudam o Banco Mundial e empresas como Suez com a idéia hegemônica sobre a água, marginalizando outras perspectivas. Isto é visto como uma verdade objetiva, mas a maioria das pessoas que não têm acesso à água estão em áreas rurais, onde a privatização é irrelevante. O Conselho dificulta para que você possa realmente ver o problema do acesso à água (Entrevistado 2D)<sup>94</sup>.*

Os dois grupos apresentam uma clara divisão de posicionamento sobre os Fóruns Mundiais da Água, mas especialmente sobre o Conselho. Essa cisão refere-se principalmente à questão de dar ou não legitimidade à autoimagem dessa entidade, ou seja, o papel que o Conselho procura ocupar como porta-voz da água no debate global depende, em grande parte, da legitimação dos diversos setores envolvidos no debate sobre as águas. Por isso seu esforço em se associar a elementos de prestígio, como o conhecimento técnico e a racionalidade econômica são tão importantes.

\* \* \*

Neste capítulo procuramos compreender de que forma a criação do Conselho Mundial da Água assenta-se em um projeto de incorporação da água na lógica instrumentalizada de gestão dos recursos hídricos. A construção discursiva da crise da água serve de referência contextual para se propagar um modelo específico de gestão que amplia as forças do mercado como regulador da relação entre sociedade e natureza.

---

<sup>94</sup> *They must have an influence in terms of solidifying the framework for water-related issues. That the problem of lack of water for poor people can only be solved by privatization. They help the World Bank and companies like Suez with hegemonic idea is on the water, marginalizing other perspectives. This is seen as an objective truth, but most people who do not have access to water are in rural areas where privatization is irrelevant. The World Water Council difficult so that you can really see the problem of access to water (Entrevistado 2D).*

Foi possível verificar que o Conselho é constituído a partir de um arranjo específico entre instituições que atuam em escalas transnacionais e são orientadas por uma agenda específica a respeito da água. Se nos atentarmos exclusivamente para as instituições representadas nas figuras dos fundadores do Conselho, temos: Banco Mundial, IWRA, Suez e CIDA. Com exceção da instituição canadense, todas as demais corroboram com um modelo específico de gestão que permeia todo o debate sobre a questão ambiental e, especificamente, a água.

Esse modelo é sustentado por uma narrativa que procura descrever o cenário global a partir de referências fortemente associadas a uma colonialidade que ordena e classifica o mundo. Desta maneira, as soluções apresentadas se referem exclusivamente à ampliação do meio ambiente e da água enquanto mercados a serem explorados.

As proposições se concentram em traduzir esse universo para uma lógica de mercado, proporcionando, assim, os avanços e progressos necessários para o setor. A questão que está posta parece ir além da crítica à capacidade de funcionalidade da valoração econômica da água. Está ligada, sobretudo, à problematização de um constructo que pressupõe uma relação específica que exclui as demais possibilidades que podemos estabelecer com os recursos naturais, além de consolidar uma desigualdade entre os sujeitos autorizados para inserir suas perspectivas sobre a governança das águas.

Um elemento importante que pôde ser constado nesse capítulo é como as demandas externas a esse modelo são capturadas pela argumentação presente nos documentos. Refiro-me aqui à luta pelo reconhecimento da água como um direito universal. A princípio essa não era uma demanda presente nos documentos do Conselho, comumente descrita como uma necessidade e não um direito. No entanto, após o reconhecimento desse direito pela declaração da ONU, em 2010, existe um processo claro de apropriação dessa demanda pela argumentação da entidade. Em certa medida, o reconhecimento da água como um direito confere à narrativa do Conselho mais um elemento para reforçar sua argumentação, ou seja, a água é um direito e o nosso papel é torná-lo possível.

A institucionalização da valoração econômica da água como solução para a crise global demonstra que as políticas construídas em busca de um desenvolvimento sustentável são, na realidade, aprofundamentos de um sistema de

produção que não rompe com uma dinâmica plenamente consolidada e responsável pelo cenário de degradação ambiental. A valoração econômica da água está vinculada a um projeto de incorporação da água a uma dinâmica determinada pela racionalidade econômica aplicada às decisões ligadas à utilização dos recursos hídricos.

Os debates e argumentações presentes nesses espaços globalizados estão envoltos por uma narrativa que se pretende universalizada. Buscaremos, a seguir, aprofundar a análise sobre os recursos que universalizam e dão neutralidade a esse discurso fundamentado nas principais questões trabalhadas pelo referencial decolonial.

## 4

**QUESTÃO AMBIENTAL COLONIZADA**

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, o Conselho Mundial da Água se sustenta por um grande discurso de universalidade, pois sua narrativa está voltada para três elementos centrais. O primeiro deles é de que seu discurso está fundamentado por um conhecimento científico e especializado e, portanto, estaria descolado de qualquer interesse particular que pudesse se apresentar como um obstáculo para a construção de diagnósticos e prescrições sobre a temática da água.

O segundo diz respeito a sua argumentação instrumentalizada a partir de uma gramática econômica e utilitarista. A análise dos documentos demonstra que este elemento tem produzido, discursivamente, o mesmo efeito do primeiro, ou seja, as narrativas sobre a importância do mercado gozam do mesmo prestígio da neutralidade científica porque se sustentam como descrições práticas da realidade, o mundo do possível, também deslocado, ainda que na aparência, de qualquer interesse particularizado.

Já o terceiro elemento que sustenta o discurso do Conselho se mostra em igual importância. Trata-se da sua legitimidade como porta-voz sobre a temática da água por sua representatividade composta por diversos setores e diferentes sujeitos ligados ao tema. É possível perceber que a participação de diversos sujeitos e instituições conferem ao Conselho uma legitimidade de suma importância para o seu discurso. Não por outra razão, a realização dos fóruns é a principal atividade da organização.

Estas três esferas, que sustentam o discurso encontrado no Conselho Mundial da Água, configuram-se como o elo central que justifica a escolha do referencial teórico utilizado durante todo o trabalho. Pensar a investigação proposta, a partir da perspectiva decolonial, se mostrou bastante enriquecedor para a construção de uma perspectiva crítica do cenário observado.

A visão da gestão de água expressa pelo Conselho Mundial da Água despertou na pesquisa uma busca por um referencial teórico que oferecesse ferramentas teóricas para a compreensão da produção discursiva encontrada, que se pretende neutra e universal. Esta pretensão adotada pelo Conselho é constituída por elementos que convergem justamente para as características criticadas pela corrente pós-colonial e decolonial a respeito da Modernidade. As possibilidades de contribuição desta corrente teórica para o debate da problemática ambiental são significativas à medida que a investigação se aprofunda.

Ao longo dos capítulos que se seguiram, assentamos nossa investigação para compreender de que forma as explicações binárias fundam-se como ferramentas discursivas de apropriação da nomeação da natureza e também de classificação hierárquica dos diferentes grupos que participam da sociedade global.

Neste capítulo final iremos resgatar os principais paralelos - entre a perspectiva decolonial e a questão ambiental - realizados durante o percurso deste trabalho. E para tal realização, será necessário demonstrar em maior profundidade as convergências entre a pesquisa sobre o Conselho, os Fóruns Mundiais e as leituras dos referenciais que nos propomos utilizar.

No transcorrer da investigação foi possível observar, que embora as tramas de relações sociais sejam complexas, as construções discursivas parecem orientadas por polaridades que buscam explicar e justificar o cenário diverso da sociedade global. Mostra-se evidente que tais polaridades são insuficientes para a compreensão e para a análise do complexo cenário em que se encontra a questão da água.

Buscaremos demonstrar de que forma este cenário observado sobre a problemática ambiental e, em especial a água, relaciona-se diretamente com a forma que um modelo de sociedade particular se projeta sobre a natureza e sobre o Outro. Partindo de uma proposta de desconstrução da epistemologia dominante da modernidade, os referenciais utilizados ao longo da pesquisa dedicam-se ao descentramento das narrativas universais. Desta feita, este referencial teórico contribui para o entendimento da funcionalidade da produção do conhecimento como mecanismo e exercício de poder.

Antes de apontarmos as possíveis relações entre a perspectiva teórica adotada e as informações encontradas durante a pesquisa, é necessário expor alguns elementos que contextualizam o campo teórico em que essa pesquisa se inseriu. Neste sentido, duas correntes do pensamento devem ser mencionadas, a saber, a pós-colonial e a decolonial.

Tratemos da primeira. O surgimento dos estudos pós-coloniais e subalternos emerge a partir da segunda metade do século XX, com pensadores que traçam uma trajetória das colônias para as metrópoles europeias e desenvolvem um pensamento crítico ao eurocentrismo.

Os trabalhos de autores como: Said, Bhabha, Spivak, Prakash, Chatterjee, Guha e Chakrabarty mostravam que o colonialismo não se restringia exclusivamente ao fenômeno econômico e político, mas que também estava presente na dimensão discursiva e epistêmica, influenciando decisivamente a esfera cultural e as produções de pensamento científico (CASTRO-GÓMEZ, 2005). A dimensão epistêmica do eurocentrismo é um elemento central, como aponta essa corrente, e influencia os diversos campos acadêmicos tanto nos centros como nas periferias.

Como destaca Castro-Gómez (2005), neste contexto foi necessário também se dedicar à decolonialidade pensada a partir da dimensão cognitiva e simbólica. A corrente pós-colonial trouxe uma contribuição fundamental para explicar os impactos do colonialismo no desenvolvimento das ciências sociais e humanas da modernidade, as quais eram sustentadas por um imaginário sobre o mundo social subalterno como elemento legitimador da superioridade europeia.

A perspectiva pós-colonial é essencialmente compreendida como um conjunto de contribuições deixadas, sobretudo, por autores dedicados aos estudos literários e culturais a partir da década de 1980 e que ganharam força e expressão em universidades nos Estados Unidos e na Inglaterra (COSTA, 2006).

O conjunto dos diferentes trabalhos que compõem esta corrente compartilha entre si o esforço intelectual de descentralização das narrativas e dos sujeitos, desconstruindo o que consideram as características centrais da modernidade. Das principais referências desta corrente podem ser destacados autores como: Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, além de Edward Said.

Na década de 1980, os estudos pós-coloniais ganharam força, sobretudo, com a produção de autores como: Homi Bhabha e Stuart Hall (COSTA, 2006).

Said (2003), por exemplo, afirma que seu trabalho estava interessado em revelar o processo que domestica a produção do conhecimento do Ocidente tornando-o capaz de legitimar sua autoridade sobre o resto do mundo. É estabelecida, assim, uma representação do Oriente que reforça uma definição do Ocidente a partir da diferença, elevando-o a uma posição de superioridade. Processo este que consolida a invenção do Outro como instrumento de dominação.

No caso de Said (2003), o argumento central refere-se à dominação eurocentrada, consolidando um imaginário sobre o *Oriente e o Oriental* que passa a ser institucionalizado durante os séculos XIX e XX. Este fenômeno, segundo o autor, consolida um domínio não só através das formas diretas de violência, mas também através de uma representação sobre o Outro que permeia o discurso e introduz um *habitus* que permeia a relação entre dominadores e dominados.

Sem esta dimensão representativa que organiza a relação da Europa com suas colônias, o domínio econômico e político não seria possível. Ao dar um caráter universal à subjetividade europeia, o orientalismo desloca o não europeu para a condição de objeto e valida o exercício de domínio sobre o Outro. O Oriente é definido como uma contraposição à imagem europeia e por isso, de acordo com Said (2003), não se limita somente a um elemento da consciência, mas sim a um processo que determina a vivência material e objetiva.

Segundo Costa (2006), o Orientalismo descrito por Said representa um processo estabelecido e institucionalizado que expressa uma fronteira cultural entre um “nós” e um “eles” que caracteriza o Outro como inferior, reafirmando uma superioridade do Ocidente sobre o Oriente. Este processo leva a uma condição de superioridade ontológica que desclassifica as formas de conhecimento e apreensão do mundo do colonizado. Dessa forma, este trabalho busca verificar se tal processo de desqualificação e de apropriação dos enunciados verdadeiros pode ser encontrado nos espaços internacionais de discussão sobre a questão ambiental.

Trata-se, portanto, de um processo que domestica a produção do conhecimento do Ocidente tornando-o capaz de legitimar sua autoridade sobre o Outro. No caso da obra de Said (2003) é estabelecida uma representação do

Oriente que reforça uma definição do Ocidente a partir da diferença, elevando-o a uma posição de superioridade, processo esse que consolida a invenção do Outro como instrumento de dominação.

A distinção binária é interpretada por Hall (1996) como uma comparação implícita em que o *resto do Mundo* passa a ser compreendido como o inacabado, o não existente. Dessa forma, justifica-se a intervenção social do Ocidente sobre o *resto do Mundo*, que se expressa por diversas formas como dominação colonial, ajuda ao desenvolvimento e intervenção humanitária (COSTA, 2006). Essa caracterização sobre a construção discursiva que classifica e hierarquiza o mundo participa também dos debates que buscaram conciliar e ordenar o desenvolvimento em escala global, frente aos desafios impostos pela finitude e degradação dos recursos naturais do planeta.

O binarismo *Ocidente e resto do mundo (West/and the Rest)*, investigado por Hall (1996), converge para a argumentação proposta nesta pesquisa, já que o autor busca explorar os papéis que as sociedades fora da Europa tiveram para a consolidação da emergência da modernidade. A argumentação do autor sobre o discurso moderno revela que a construção do Outro a partir de categorias classificatórias inferiorizadas mascara o fato de que a formação moderna foi um processo global determinado, também, por elementos externos a Europa.

Compreender a dimensão cultural e ideológica da construção do sujeito moderno assume um papel, segundo Hall (1996), que se faz necessário, pois é através do discurso que as formas de representação e produção de conhecimento condicionam as percepções e as práticas.

Essa perspectiva pós-colonial corresponde com a concepção dessa investigação sobre o debate contemporâneo sobre o meio ambiente e a gestão das águas. Ao longo da pesquisa documental foi possível identificar um discurso que, assim como a polaridade *Ocidente e resto do mundo*, descrita por Hall (1996), revela como as percepções e práticas sobre a questão ambiental estão sustentadas por uma estrutura de poder específica. A argumentação apresentada por Said (2003) sobre o processo de invenção do Oriente pelo Ocidente também contribui para interpretarmos os mecanismos classificatórios e de ordenamento do debate como processos que legitimam determinadas ideias de superioridade e hierarquização sobre o Outro.

Em meados do século passado, foi possível testemunhar o afloramento da questão ambiental em escala global. No final da década de 1960, amparado pelo diagnóstico científico, foi possível identificar um contexto de crise e degradação ambiental em escala global, consequência de um modelo de produção de excedentes e da forma de exploração e descaso com os impactos ambientais.

As instâncias internacionais que se debruçam sobre as questões ambientais estão consolidando uma maior participação de diversas nações. No entanto, a perspectiva apresentada pelos autores pós-coloniais contribui para a interpretação da relação entre a ciência, as ações políticas e os acordos internacionais enquanto um processo caracterizado por assimetrias de poder.

Estes autores que notadamente se consolidaram como protagonistas da corrente pós-colonial expressavam uma argumentação filiada, teórico e metodologicamente aos autores pós-estruturalistas franceses, como: Foucault, Deleuze, Lyotardy e Derrida, o que acabou gerando crítica da corrente marxista por enfatizar os elementos culturais.

A crítica ao eurocentrismo não era considerada suficiente, segundo a corrente marxista, para se elaborar uma teoria crítica ao capitalismo, pois as condições atuais de produção capitalista globalizada já haviam se descolado de sua origem eurocentrada. (CASTRO-GÓMEZ, 2005)

Segundo Castro-Gómez (2005), essa crítica apresenta como eixo central a ideia de que a tentativa pós-colonial de retomada histórica da diferença acaba por construir uma narrativa também universalizante e a-histórica. De toda maneira, a crítica ao eurocentrismo como elemento central da corrente pós-colonial também foi alvo do armamentário teórico da filosofia da libertação de Enrique Dussel (1977).

É sobre este conceito que o filósofo argentino desenvolve a crítica da construção do sujeito moderno, como procuramos demonstrar ao longo de nossa análise e de sua *práxis* conquistadora. Neste sentido, Dussel (1994) constata que as relações entre europeus e não europeus se deram a partir da classificação hierárquica que permite que o sujeito racional europeu estabeleça sua relação com o Outro como objeto. Este processo Dussel (1994) irá chamar de totalização.

Segundo este autor, ao remover as populações não europeias ao lugar de objeto, o pensamento moderno impossibilita o intercâmbio de conhecimento e o diálogo intercultural. Consolida-se, portanto, uma relação de exterioridade e assimetria com o Outro, que determina o que o autor vai chamar de *ontologia da totalidade* da civilização europeia.

O mundo não europeu é percebido pelos olhos do colonizador como o não ser, o vazio, uma natureza bruta e não civilizada que se caracteriza como exterioridade da modernidade. Segundo Dussel (1994), esta percepção confere legitimidade à eliminação da alteridade como um processo moral civilizatório. A este fenômeno Dussel (1994) dá o nome de mito eurocêntrico da modernidade e, como demonstrado, só pode ser entendido a partir do descobrimento da América em 1492. Assim como em Said (2003), o esforço teórico de Dussel (1977, 1994) concentra-se em compreender o colonialismo e a modernidade como uma estrutura de pensamento de caráter ético e epistemológico.

O pensamento decolonial latino-americano também se volta à desconstrução analítica para desenvolver sua crítica ao eurocentrismo. Assim como a corrente pós-colonial, os autores decoloniais partem dessa dimensão ontológica da criação do ser moderno para compreender o sistema de classificação e hierarquização do mundo a partir do descobrimento.

Estas referências teóricas contribuem sobremaneira para a análise das construções discursivas presentes nos diversos documentos analisados ao longo deste trabalho, pois é possível encontrar nas grandes conferências sobre meio ambiente, organizações de caráter mundial, como é o caso do Conselho, um grande esforço para se legitimar e para conferir universalidade a um discurso necessariamente particular e subjetivo.

#### **4.1 A objetividade na questão ambiental como expressão de colonialidade**

O que observamos na investigação dos documentos, exposta nos capítulos anteriores, caracteriza uma narrativa fundamentada por uma concepção de mundo que converge para um sistema classificatório colonial. Acompanhando a exposição dos documentos é possível destacar alguns elementos que recorrem a

uma sistematização hierárquica do mundo, pontuando, recorrentemente, a origem das mazelas e a fonte de suas superações. Começamos essa retomada pela exposição dos dois documentos que ilustraram uma dicotomia entre as concepções do Norte e do Sul: o relatório *Limits Of Growth* e o *¿Catástrofe o Nueva Sociedad?*.

Estes são dois documentos sintomáticos da maneira como a questão ambiental é reflexo de uma disputa de nomeação e de legitimidade para a consolidação de representações do mundo e de práticas que orientem a ação. A descrição da crise ambiental expressa no relatório *Limits of Growth* direciona o prognóstico diretamente ao crescimento populacional, afirmando que o planeta não suportaria, sobretudo, o crescimento do Outro, da população pobre do globo. A sugestão de controle de crescimento se referia a esse grupo sem por em xeque o modelo de sociedade moderna.

É justamente esse processo de objetivar uma subjetividade específica que passa a ser criticado pelo relatório Latinoamericano, realizado pela fundação Bariloche, ao afirmar que a produção de prognósticos são necessariamente subjetivos, pois pressupõem uma orientação condicionada a valores morais e concepções de mundo.

Os resultados da investigação realizada nesta pesquisa demonstraram que a contemporaneidade da última grande onda de processos de independência, especialmente nos continentes africano e asiático, e a emergência da questão ambiental não devem ser compreendidos como uma confluência sem casual. Não por acaso, em 1974, a ONU lança a declaração UNGA 3201, sob o título “Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”.

O ponto primeiro dessa declaração, exposta no segundo capítulo da tese, destaca que a discriminação racial, o *apartheid* e o neocolonialismo continuavam a ser uns dos maiores obstáculos para a emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento. A narrativa que se segue a esse contexto global, como forma de superação, consolida uma ideia de tutela dos países desenvolvidos sobre as áreas menos desenvolvidas. A questão ambiental passa a ser captura como mais um elemento de justificação dessa nova dinâmica de hierarquização do mundo e de sua população.

Identificamos, durante a investigação dos documentos que tratam da questão ambiental, que a fonte das soluções e a fonte dos problemas que caracterizam a temática ambiental correspondem, significativamente, a uma

polarização Norte e Sul global, que passa a ser descrita a partir de uma objetividade científica, mas que fundamenta sua justificação a partir de uma lógica de colonialidade.

O paradigma moderno que passa a abrigar a temática ambiental se sustenta por uma dinâmica de justificação que converge como demonstrado durante os capítulos anteriores, com a tese de Dussel (1999) de que a partir do século XVIII a modernidade consolidou uma visão de si mesma, uma mitologia que colocava a Europa no centro e protagonismo da história da humanidade.

Essa concepção particular inicia-se na Idade Média e coloca a modernidade como um fenômeno exclusivamente europeu, que se desenvolveu a partir de fatos históricos internos à Europa, como o Renascimento Italiano, a Reforma Protestante, o Iluminismo e as revoluções que marcam a entrada da modernidade, a partir daí o que se observa é uma difusão deste fenômeno para o resto do globo.

Nessa narrativa Dussel (1994) identifica o que vai chamar de falácia do desenvolvimento que considera a Europa o ápice da história mundial. Parte do argumento de Dussel está justamente em reconstituir os processos históricos e compreender a Europa não mais como um sistema independente. Essa mudança de perspectiva histórica possibilita uma releitura do conceito de modernidade e, conseqüentemente, abre portas para novas visões sobre o mundo contemporâneo.

Não dar como certa a superioridade e centralidade europeia parece ser um exercício fundamental para a consolidação democrática nas esferas de decisão. A mudança de perspectiva proposta por Dussel (1999) recoloca a América como participante da História e revela a modernidade como o resultado de eventos, não mais como a causa. A narrativa da centralidade europeia promove uma exclusividade no fazer da consciência reflexiva, como trataremos mais à frente, trata-se também de compreender como este paradigma permeia uma colonialidade do saber.

Como descreve Castro-Gómez (2005), Dussel não está aqui simplesmente inscrevendo o colonialismo no sistema-mundo de Wallerstein, mas destacando que a América, como primeira periferia do sistema-mundo proporcionou a acumulação dos países centrais e também as primeiras manifestações culturais de

ordem global. Neste sentido, o filósofo argentino coloca a crítica ao colonialismo como um dos elementos centrais para se compreender o nascimento de uma ordem global.

A América Latina foi palco de uma violenta transformação social na qual as referências da cultura europeia permearam o gabarito do certo e do errado. Relações de trabalho, evangelização, domínio da terra e dos recursos naturais e o projeto de modernidade atuaram em todas as esferas da vida social e concentraram o ápice da civilidade na figura do homem branco europeu.

Dussel (2005) entende o giro decolonial como um processo influenciado, primeiro, pela emergência do movimento literário, segundo pela teoria da dependência e sua leitura sobre o processo de globalização, terceiro no plano religioso e político o que se chamou na América Latina de Teoria da Libertação, que procurou reorganizar o imaginário popular. A obra de Quijano (2000, 2005, 2006), também é importante para a desconstrução da narrativa moderna a partir de uma perspectiva crítica. A obra do filósofo peruano parte de um marxismo mais clássico, mas ao longo de sua trajetória passa a ser influenciada pela teoria da dependência, desenvolvida na América Latina. Em seguida, ele mesmo passa a propor perspectivas analíticas próprias.

É essa trajetória que leva o autor a formular a noção de colonialidade de poder. De maneira breve, esse conceito demonstra que as estruturas de poder contemporâneo se organizam a partir de uma estrutura ainda colonial, inserindo, assim, no debate e como chave explicativa o conflito racial (QUIJANO, 2006).

Em especial na América Latina, a organização da estrutura social não pode ser compreendida sem a temática racial. O tema da pós-modernidade é essencialmente europeu e foi inaugurado por Lyotard Vattimo (CASTRO, 2005). Dussel (1999) se utiliza do termo transmodernidade justamente para se diferenciar do termo europeu pós-modernidade. A superação da desigualdade e estrutura exploratória, intrínseca ao paradigma moderno, se dá segundo Dussel (1977), a partir da construção de um novo método filosófico. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de produção a partir da zona do não-ser.

A América Latina é formada por uma ontologia de dominação cultural e econômica do Outro. Neste sentido, embora possa ser observado materialmente, o

subdesenvolvimento não é uma classificação objetiva da realidade, mas sim uma nomeação classificatória que organiza hierarquicamente o mundo e desnuda as narrativas legadas que não puderam ser superadas e que revelam a colonialidade. Dessa maneira, modernidade, capitalismo, colonialismo e eurocentrismo são fenômenos simultâneos para o autor.

“A Europa moderno-cristã nada tem a aprender com outros mundos, outras culturas. Tem um princípio em si mesma e é sua plena realização” (DUSSEL, 1994, p. 19)<sup>95</sup>. Sob a perspectiva ética, a Europa se apresenta como *o mundo* humano por excelência e o de fora, as culturas não europeias, são caracterizadas como a *barbárie*, a *marginalidade*, o *não-ser*.

O eurocentrismo caracteriza-se justamente por esta “simplificação da complexidade” do humano e, por consequência, a relação com a natureza. Desta feita, a polarização é necessariamente um reducionismo que funciona discursivamente como uma ferramenta de poder e não de compreensão de mundo. Em suma, este processo configura-se como o mito da Modernidade descrito por Dussel (1994) a partir dos seguintes tópicos:

- (1) Oculta o processo de *dominação* ou *violência*, que exerce sobre outras culturas;
- (2) O Outro não possui subjetividade;
- (3) A violência é justificada pelo discurso da salvação.

O mito da modernidade é, portanto, uma inversão onde os dominados são descritos como os culpados pela necessidade da violência e da dominação e é esta inversão que Dussel (1994) vai chamar de irracionalidade de modernidade.

O eurocentrismo carrega consigo o referencial do sujeito moderno, racional, livre e produtivo. As mazelas do Outro se encontram na sua incapacidade de se tornar plenamente moderno. O discurso da racionalidade moderna fundamenta-se como uma referência cognitiva, ética e produtiva do humano e dinamiza um sistema classificatório hierárquico que justifica não só o subdesenvolvimento, como também a dominação como tutela (DUSSEL, 1999). A

---

<sup>95</sup> La Europa cristiana moderna nada tiene que aprender de otros mundos, otras culturas. Tiene un principio en sí misma y es su plena realización (DUSSEL, 1994, p. 19).

ação ética, então, tem como imperativo a produção, a reprodução e o desenvolvimento da vida humana em comunidade.

As dimensões das consequências da colonialidade no debate internacional da questão ambiental, em especial a água, não podem ser compreendidas pelas dimensões dos estados nacionais, pois colonialidade não é o mesmo que colonialismo. Encontram-se no aporte discursivo as modernas formas de exclusão e marginalismo. Pontuar esta dimensão é, portanto, fundamental para substanciar as estruturas democráticas de participação. Esse aporte teórico permite observar que se as populações que carregam as marcas da discriminação e da violência da sociedade contemporânea não estiverem testemunhando um avanço em suas condições de dignidade, então a questão ambiental continua enclausurada por dinâmicas que produzem sua crise.

O caso da água é fundamental para compreendermos não só a produção discursiva que caracteriza e nomeia a temática ambiental, mas também os dispositivos da argumentação que dão funcionalidade a um conjunto de práticas que determinam a relação entre a sociedade e a natureza e, por consequência, as estruturas discriminatórias e hierarquizadas das relações sociais.

Os três tópicos descritos por Dussel (1994) que caracterizam o mito da modernidade, acompanham o desenvolvimento da narrativa sobre a gestão das águas nos documentos analisados. Tomemos como exemplo, as conferências de *Mar Del Plata* e Dublin. O ponto central que orienta as argumentações presentes nos relatórios das duas conferências é a ideia de uso racional da água, que também se expressa pela noção de maior eficiência no uso dos recursos hídricos. A partir dessa premissa, a cadeia de argumentos retoma a noção do Outro como ausência, como falta ou produto inacabado da modernidade. Por essa razão, observamos a recomendação recorrente de transferência de tecnologia e auxílio financeiro a partir de um claro eixo Norte/Sul globais que simplifica a questão ambiental ao ponto de caracterizá-la como uma falta, intrínseca ao Outro. Por essa razão as soluções propostas sugerem a abdicação da subjetividade e a incorporação plena de um modelo de salvação moderno.

Na Conferência de Dublin, a noção de valoração econômica da água emerge como uma mediação universal, que transcenderia qualquer particularismo ou tensão provocada por conflito de interesses. Mais uma vez, não é casual o fato

da noção de desenvolvimento sustentável se aflorar em um mesmo contexto de consolidação do mercado como mediador da relação entre a sociedade e o meio ambiente. Desta feita, retorna-se a uma dimensão universal para dar conta da complexidade da questão ambiental. O princípio 4 da declaração de Dublin chega a afirmar que “O erro do passado em não reconhecer o valor econômico da água tem levado ao desperdício e usos deste recurso de forma destrutiva ao meio ambiente” (ICWE, 1992, p.4). Quando acompanhamos os resultados publicados na Agenda 21 relativos à água, percebe-se que as sugestões propostas estão mais associadas à consolidação da noção de sujeito moderno do que a uma mudança profunda nas causas da degradação ambiental. Tomemos como exemplo duas noções que aparecem na Agenda 21, quais sejam: capacitação e conscientização. No capítulo três, intitulado “Combate à pobreza”, a noção de capacitação é utilizada, de maneira bastante evidente, como um elemento que culpabiliza o pobre por sua pobreza. O primeiro tópico deste capítulo já descreve esse processo: “Capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentável”. Essa ideia ilustra, de maneira sucinta, a descrição do Outro como a falta, o incapacitado.

A noção de conscientização, quando utilizada para tratar a questão da água, aparece como um processo alinhado com a consolidação de um sujeito moderno, como citamos anteriormente: “Promover planos de uso racional da água por meio de conscientização pública, programas educacionais e imposição de tarifas sobre o consumo de água e outros instrumentos econômicos” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995, p.270).

Estas duas noções exemplificam a ideia de responsabilização do Outro por suas mazelas. A pesquisa aponta, portanto, que a narrativa sobre a questão ambiental, apresentada nos documentos analisados, encontra-se orientada por uma concepção classificatória específica do mundo. Dussel (1994) descreve a construção do Outro como um elemento central do funcionamento da expansão da modernidade europeia, em especial o ocultamento do sofrimento do Outro. Neste sentido, as causas do sofrimento dos sujeitos subjugados são colocadas justamente na sua inumanidade, inferioridade e não civilidade, através das relações assimétricas e opressivas de poder.

A proposição do filósofo argentino concentra-se na investigação dos fenômenos de opressão europeia que consolidam um sistema de dominação de determinados sujeitos por outros, ou seja, a construção dos “senhores”. A emergência da modernidade, então, não pode ser compreendida sem o colonialismo e o estabelecimento de Centro/Periferia.

Para Dussel (1994), o descobrimento das Américas foi a pedra fundamental da modernidade, pois esta nova escala geopolítica materializou o “ego” moderno, proporcionando uma escala hierarquizada de classificação do mundo e dos indivíduos. Esta experiência europeia proporcionou o que Dussel vai chamar do encobrimento do Outro.

O período que corresponde ao colonialismo europeu foi também o espaço tempo em que a racionalidade-modernidade se estabeleceu como narrativa global do ápice civilizatório (QUIJANO, 2006). Estes dois processos, quando observados conjuntamente, se fundem como um grande evento histórico e se retroalimentam, caracterizando o curso da ordem moderna global, ao ponto que não é possível compreender plenamente um sem o outro.

O que procuramos demonstrar nessa seção é que a constituição de um método científico universal, a expansão da Europa sobre os demais continentes a dominação e, sobretudo, a violência étnica e classificatória não são processos dissociados do projeto civilizatório que desenhou o mundo contemporâneo. Ao contrário, são pedras fundamentais que dinamizam as disputas e relações de poder que vivenciamos hoje. As narrativas encontradas nos documentos investigados que caracterizam a moderna questão ambiental refletem, significativamente, a ideia de ápice civilizatório e do Outro como o incapaz, o não consciente e não moderno, responsável, direta ou indiretamente, pela crise ambiental.

Neste sentido, significa dizer que não podemos entender a questão ambiental contemporânea exclusivamente como uma limitação técnica do sistema de produção capitalista. Não se pode compreender a gestão da água sem compreender quem são os indivíduos que estão sem acesso a saneamento básico e esperar que o mesmo mercado que caracterizou esta situação de párea destas populações garanta através de sua autorregulação amoral o direito à dignidade e à vivência.

O discurso hegemônico age sobre os discursos marginalizados, assim como a ciência age sobre tudo aquilo que não atende sua lógica racional, retirando a legitimidade e transformando espaços de debates em arenas vazias de contraditórios. A técnica prevalece não como um discurso neutro, mas sim como um recurso moral que prescreve quais são os caminhos da civilização moderna. Neste trajeto, espaços de participação democráticos não representam uma ameaça ao projeto central, já que os conteúdos dissonantes estão esvaziados e os sujeitos portadores participam destes espaços como arranjo ritualístico que legitima a esterilidade moral da questão ambiental.

O período de expansão europeia caracterizado pelo colonialismo deu início a uma ordem mundial política sem precedentes na história. Para a Europa, este processo proporcionou uma concentração de recursos monstruosa e sustentou a escalada do protagonismo europeu nesta ordem mundial que se estabelecia.

A consolidação de um domínio político, social e cultural direto e formal da Europa nos territórios da América, África e Ásia é o que chamamos de colonialismo. Este período histórico foi superado ao longo dos séculos XIX e XX, mas não deixa de ser historicamente muito recente. Diversos países africanos e asiáticos só testemunharam sua independência após a Segunda Guerra Mundial.

Neste trabalho o esforço teórico tem se concentrado em demonstrar que ao desnaturalizarmos o moderno discurso sobre a questão ambiental é possível observar processos, ainda que sofisticados, de colonialidade do saber e de classificação hierarquizada dos indivíduos, como a corrente da justiça ambiental tão claramente pôde constatar.

Podemos observar que a produção discursiva da moderna questão ambiental atende, ainda, a uma estrutura de poder classificatória que relaciona o processo civilizatório ocidental a uma determinada moralidade que aponta não só as soluções, mas quem são os sujeitos que estão em posse das mesmas. Dessa forma, a sustentabilidade socioambiental revela-se como uma ferramenta discursiva de poder. As discriminações raciais, étnicas ou nacionais podem ser observadas nas tramas que compõem o debate ambiental, isto sugere que o debate está mais próximo de uma captura da natureza para a legitimação de uma subjetividade específica de poder do que um avanço em direção à sustentabilidade.

Como aponta Quijano (2006), as construções intersubjetivas que caracterizam ainda uma estrutura colonial de poder na contemporaneidade assumiram uma roupagem de pretensões científicas e objetivas.

O que a corrente da justiça ambiental tem conseguido de forma exitosa demonstrar é que, no contexto global de crise ambiental, é possível observar que os dominados e discriminados, membros das raças, etnias e nacionalidades, ao longo do processo de modernidade ocidentalizada, são também os grupos que sofrem de maneira mais acentuada com a degradação ambiental em escala global.

Desta forma, muito aquém da possibilidade de anacronismos, podemos observar uma relação de dominação que, como tentamos demonstrar, permeia todo o debate ambiental e captura um discurso que se utiliza dessa crise civilizatória para repaginar as velhas estruturas de hierarquização do mundo.

Esta classificação caracteriza toda uma dinâmica global de políticas internacionais e relações de poder, objeto de análise das relações internacionais, mas, neste trabalho, buscaremos compreender como este binarismo relaciona-se com o afloramento da questão ambiental e como, sobretudo, podemos identificá-lo no debate sobre a governança e gestão das águas quase meio século depois de Estocolmo em 1972 ou *Mar del Plata* em 1977.

A contextualização da questão ambiental e sua incorporação nas agendas e debates internacionais, a partir da década de 1970, foram fundamentais para a construção da análise desta pesquisa, já que os debates sobre os rumos do desenvolvimento perpassam pelos binarismos Norte/Sul ou países desenvolvidos/países em desenvolvimento.

O debate desenvolvimentista pós-guerra também se sustenta, segundo Dussel (1999), com a cultura europeia (e com a cultura dos Estados Unidos) como referência do ápice civilizatório. A causa do subdesenvolvimento é inerente aos subdesenvolvidos e, por isso, o avanço do progresso, seja em forma de transacionais ou financiamentos internacionais, é o caminho de emancipação dessas regiões.

Como pudemos observar nas grandes conferências sobre a questão ambiental e também da água, está presente uma ação quase pedagógica que se expressa muitas vezes por um sacrifício inevitável para o progresso. Trata-se de

uma violência necessária que se justifica através do projeto referência de civilização e modernidade.

Dussel (1994) destaca que o europeu é inocente e carrega o mérito do progresso e não a culpa da violência. Já os conquistados são culpados até de sua própria conquista porque este processo demonstrou seu atraso e sua inferioridade. Desta feita, qualquer resistência a este processo de domínio salta à narrativa como uma afronta imoral à ação emancipadora da história universal humana.

Partimos do posicionamento de que a questão ambiental é, sobretudo, uma questão das condições objetivas de vida. Segundo dados do próprio Conselho, quase metade da população mundial sofre com a falta ou com dificuldades de acesso à água limpa. Delegar ao mercado o papel de mediador de um uso racional garante que esse processo se naturalize. O paradigma do desenvolvimento sustentável busca, sobretudo, desconstruir a ideia de dicotomia entre preservação e desenvolvimento econômico. Esse processo parece configurar-se em mais uma etapa da acomodação, conforme nosso esforço de análise esteve concentrado em demonstrar. A adoção dos instrumentos econômicos para a gestão das águas pressupõe uma relação específica entre os agentes e este recurso.

## **4.2 Colonialidade do poder, ser e saber**

No primeiro capítulo estivemos aplicados em demonstrar como as narrativas universais estão ancoradas em processos históricos específicos de distinção e justificação da ordem e dos processos de dominação. Partimos de uma descrição, ainda que breve, dos principais pontos que caracterizam o método científico cartesiano, que notadamente influencia a produção do conhecimento-modelo sobre o mundo. A exposição desse tema no início do trabalho foi fundamental para a estrutura da argumentação que pretendíamos realizar. Explico.

Tomando a emergência da ciência como ponto de partida, foi possível encontrar diversos processos de distinção que alocam a possibilidade de pensamento em um lugar e em um sujeito específico da história.

A primeira das distinções tratadas é a separação entre a inteligência e a natureza, ou seja, antes da constituição do sujeito racional, o pensamento moderno supõe que a inteligência ou a ação que move o mundo inerte está fora da natureza. Deus seria o responsável pela razão que ordena e dá movimento ao mundo, o sujeito, por sua vez, é aquele dotado de razão e capaz de compreender a racionalidade divina que ordena o mundo e, por isso, através do método científico poderia intervir na natureza, pois conhece as leis que a orientam.

A constituição da natureza como algo inerte, quantificável e sujeito à intervenção do sujeito racional serviu de cenário para o desenvolvimento instrumentalizado e técnico da conduta humana, promovendo um avanço técnico sem precedentes na história. Trouxemos para o trabalho essa primeira distinção, pois a noção de emancipação moderna relaciona-se primeiramente com a libertação do ser humano dos desígnios da natureza.

Como destaca Lander (2006), a separação entre a mente e o corpo, que também pode ser lida como a separação entre a razão e o mundo, faz com que a natureza seja percebida como um vazio de significado ao mesmo tempo em que caracteriza a mente de forma radicalmente subjetiva.

Essa perspectiva coloca o sujeito moderno em uma posição externa ao corpo e ao mundo. Essas duas esferas passam a se relacionar exclusivamente através de uma postura instrumentalizada sobre a natureza e o corpo do sujeito. Como destaca o autor, embora completamente naturalizado pela modernidade esse método de produzir conhecimento a partir do não-corpo e do não-contexto é uma forma bastante particular de se relacionar com o mundo.

Esse processo confere outra característica importante que permeia a sociedade capitalista moderna, descrita por Coronil (2005). O autor afirma que a descontextualização do sujeito e do espaço (natureza) na produção do conhecimento moderno faz com que o capitalismo e a sociedade moderna sejam descritos como um processo interno, autogerado pela sociedade europeia, que posteriormente se expande para as regiões “atrasadas” do globo. Esse entendimento particular autogeração faz com que o colonialismo desapareça da narrativa e que, portanto, não tenha nenhuma influência na constituição da sociedade capitalista moderna europeia.

A segunda distinção refere-se, então, às características do sujeito moderno. Trata-se da separação entre o homem e a mulher. Essa é uma distinção amplamente difundida no senso comum da cultura ocidentalizada. Essa distinção caracteriza o homem como um sujeito mais racional do que a mulher.

A partir do referencial de Merchant (1980), trouxemos para o debate como esta distinção é constituinte da emergência do sujeito moderno, mas, em especial, como essa percepção hierarquizada legitima formas específicas de intervenção e domínio do homem sobre a mulher e a natureza.

O direito legítimo do homem sobre a mulher e a natureza foi sustentado, assim, pela prerrogativa emancipatória da sociedade. Nesse sentido, tanto a mulher como a natureza passaram a ser investigadas e controladas a partir das técnicas experimentais da nova ciência (MERCHANT, 1980). A autora passa a analisar o legado de Bacon para compreender de que forma esse processo se desenvolveu. Segundo a autora, a proposta de Bacon foi fortemente influenciada pelos tribunais da inquisição e, por isso, trata a natureza como o feminino que deve ser torturado pelas invenções do sujeito científico para que possam ser revelados todos os seus segredos.

O homem da ciência, segundo os discursos de Bacon, não deve pensar que a inquisição da natureza é algo condenável, ao contrário, a natureza deve ser *colocada a serviço do homem, escravizada* e moldada através da arte mecânica produzida pelo homem (MERCHANT, 1980).

A ideia aqui assume uma dimensão universal, pois essa subjugação da natureza não tem por objetivo a satisfação individual, mas a emancipação de toda a humanidade. A associação entre o conhecimento científico e a tecnologia mecânica apresenta-se de forma clara já no sistema de investigação que se sustenta pela unificação do conhecimento e das condições materiais para o seu desenvolvimento. A análise de Merchant refere-se especialmente à obra de Bacon intitulada *Novum Organum Scientiarum* (1620) ou o novo instrumento da ciência.

A crítica realizada por Merchant (1980) fornece elementos importantes para a argumentação desse trabalho, em especial por revelar como o discurso do conhecimento e da técnica é sustentado pela perspectiva de emancipação da humanidade, o que garante um caráter moral de sua ação sobre o mundo. A

separação do homem racional em relação à natureza e à mulher qualifica historicamente o tipo de sujeito científico. Este processo acaba por especificar, também, quem é o sujeito que carrega a conduta moral e emancipatória da civilização moderna.

No entanto, para os propósitos da pesquisa, procuramos compreender as demais distinções presentes no processo histórico da formação moderna e, por isso, nos referenciamos ainda no primeiro capítulo, na distinção entre a figura do colonizador e do colonizado.

É preciso considerar que a reconstrução histórica proposta pela corrente decolonial é anterior à proposta de Merchant e acrescenta uma distinção fundamental entre o homem europeu e os demais. Dussel (1994), Memmi (2003) e Fanon (1968) são trabalhos que se dedicam à dicotomia entre colonizador e colonizado e concluem que esta é uma relação explicativa da modernidade, sem a qual não se pode compreender como a ordenação do mundo se estabelece, mesmo com o fim do colonialismo.

Talvez o conceito que melhor organize o esforço teórico realizado no primeiro capítulo seja o de *Colonialidade do Poder*, descrito por Quijano (2006). Esse conceito contribui para compreendermos as diversas dimensões implícitas no processo de dominação europeia e a emergência de um sistema-mundo moderno.

Para Quijano (2006) a noção de colonialidade do poder é uma categoria-chave para entender as características centrais do mundo contemporâneo. Essa categoria permite que a investigação sobre as estruturas de poder seja revelada como um processo de controle da subjetividade, tal como trabalhado por Foucault.

No entanto, a perspectiva decolonial destaca que esse mecanismo de poder se consolida em um período anterior ao proposto por Foucault, a partir da classificação racial hierarquizada do período colonial. Esse processo também tem uma dimensão de classificação epistêmica, que consolida a modernização necessariamente na ocidentalização do imaginário e da subjetividade.

A retomada histórica realizada por Quijano (2006) procura compreender como o discurso civilizador que acompanha a expansão europeia, através do regime colonial, justificou uma violência epistêmica sobre as formas de

produção de conhecimento, imagens e símbolos que davam identidade aos colonizados. Esse processo não conflitou uma eliminação de outras formas de saber, mas retirou sua legitimidade enquanto forma de representação do mundo.

Para o autor, o colonialismo foi o cenário que permitiu que a ideia de raça fosse utilizada como o instrumento universal de classificação social que passa a organizar toda a população do planeta, consolidando-se como o principal meio para compreender os mecanismos de poder do sistema-mundo capitalista.

Dessa forma, a superação do colonialismo como sistema formal de governo não garantiu que este sistema classificatório também fosse superado. O autor destaca que o sistema classificatório racial se rearticula no mundo contemporâneo e, por isso, é necessário que se elabore um entendimento da modernidade não descolada da colonialidade.

O resultado desse fenômeno social é o eurocentrismo. Para Quijano (2006), essa noção refere-se a uma perspectiva de conhecimento que se relaciona diretamente com as necessidades do sistema capitalista de desmistificação do universo e afirmação da superioridade branca como forma de legitimar e perpetuar a dominação e exploração sobre os demais. O colonizado, por sua vez, passa a observar o mundo da mesma forma e toma para si um sentido de inferioridade que explica sua situação de explorado.

A cultura europeia se converteu em uma referência de ponto final, como descreve o autor, uma sedução que alimenta o poder. Essa referência passa a ser uma aspiração possível na narrativa moderna. Não se trata apenas, como aponta o autor, de um sistema repressor, mas também de um sistema que produz novas formas para a manutenção das estruturas hierárquicas.

Castro-Gómez (2005) revela que a colonialidade como estrutura de poder leva necessariamente à produção de um conhecimento hegemônico que substitui todas as expressões múltiplas de conhecimento dos povos colonizados. Isso se dá, como tratamos anteriormente, através da produção de um conhecimento objetivo, imparcial e universal.

A perspectiva decolonial procura afirmar que a colonização atua sobre o imaginário dos dominados, sendo, portanto, uma perspectiva interiorizada da nova identidade do colonizado. Esse processo confere a legitimidade necessária para que

a colonialidade transcenda o período formal que corresponde ao colonialismo. Os modos de conhecer e de produzir novas perspectivas e modos de significação passam a estar absolutamente condicionados pela aspiração eurocentrada (QUIJANO, 2006).

O modelo de produção de conhecimento moderno cria sua percepção de objeto a partir de um ponto imparcial de observação que, como vimos, Castro-Gómez (2005) denominou de *hybris* do ponto zero. Uma vez consolidado esse modelo, o conhecimento eurocentrado constrói um discurso sobre a própria natureza humana no qual os povos colonizados são colocados nos níveis mais baixos da escala do desenvolvimento. Já as instituições como o mercado, a ciência e as esferas políticas modernas são referências do ápice da evolução social, cognitiva e moral da humanidade (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

O debate sobre a questão ambiental contemporânea tem se mostrado cada vez mais fechado para reflexões estruturais sobre a sociedade e sua relação com a natureza. As narrativas que observamos nos documentos analisados, tanto das grandes conferências sobre meio ambiente como a respeito da questão da água, se sustentam pela promessa de desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico ilimitado.

As pretensões de objetividade e cientificidade carregam a ideia de que o observador não se relaciona com o observado. Essa pretensão sustenta o debate encontrado nas conferências e impede que o campo voltado para a análise crítica da modernidade esteja presente nos espaços de proposição para tomadas de decisão.

Castro-Gómez (2005) faz referência ao pecado da *hybris* para compreender a forma como o conhecimento é produzido no mundo moderno. Trata-se de uma referência da mitologia grega. De maneira breve, podemos descrever que esse conceito diz respeito a uma ação arrogante por parte dos homens quando buscam se igualar aos deuses. É essa imagem que o autor recorre para compreender o caráter divino do sujeito quando se coloca no ponto zero. Como afirma o autor, colocar-se no ponto zero confere ao sujeito um caráter divino, ou seja, o conhecimento produzido a partir do ponto zero não presta contas a ninguém, nem mesmo ao próprio sujeito que o produz.

A partir dessa perspectiva, o conhecimento científico produzido não pode ser considerado eurocêntrico ou hierarquizado, ele é produto de uma visão única capaz de ser reconhecida como universal, legítima e validada para qualquer contexto em que a sociedade se encontra.

O conhecimento produzido a partir do ponto zero, como destaca o autor, não abre espaço para nenhum tipo de diálogo com outras formas de saberes. Isso não se relaciona com uma questão de classificação hierárquica, mas sim há uma concepção ontológica. Desta feita, não há o que se debater com relação à produção de conhecimento moderno, não há nada a ser acrescentado, pois nenhum dos outros saberes parte desse lugar desprendido das falhas humanas.

A questão ambiental parece estar enclausurada nessa esfera específica de debate. Como estabelecer um diálogo entre diferentes epistemologias se o conhecimento técnico-científico não aceita nenhum tipo de diálogo com outras formas de saberes? O controle econômico e social dessa perspectiva parece estar se aprofundando no debate encontrado nos documentos analisados.

Nesse sentido, Castro-Gómez (2005) descreve que os choques de civilizações do período moderno consolidaram uma erradicação sistemática de qualquer outro sistema de conhecimento que não favorecesse a visão do *homo economicus* do sistema capitalista. A perspectiva crítica desse autor revela uma impossibilidade de diálogo entre diferentes saberes que ainda não foram superados pela sociedade contemporânea.

A coexistência entre as “formas de ver o mundo” só se realiza a partir de uma hierarquização clara entre elas, ou seja, a classificação entre as diferentes formas de saber aloca os diferentes saberes em uma linha do espaço/tempo. Dessa maneira, todos os conhecimentos não modernos e científicos pertencem ao passado. Estes por sua vez, são permeados por percepções e particularidades que inviabilizam seu sentido prático e utilitarista. A impossibilidade de diálogo se coloca quando as demais formas de conhecimento são colocadas, exclusivamente, como obstáculos epistemológicos à emancipação humana.

A partir dessa perspectiva do ponto zero do conhecimento científico, como destaca Castro-Gómez (2005), os conhecimentos humanos foram ordenados em uma escala epistemológica que parte do tradicional para o moderno, da barbárie

para a civilização, da comunidade para o indivíduo, da tirania para a democracia, do particular para o universal. O debate contemporâneo, afirma o autor, ainda não conseguiu superar esta perspectiva estrutural da visão eurocêntrica sobre o Outro. Mas ainda acreditam que as novas instituições do capital global, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, atuam como instituições que mantêm a periferia em uma posição subordinada.

Como apontam Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), a ênfase dos estudos pós-coloniais estava em revelar os discursos coloniais, já o sistema mundo busca compreender a acumulação incessante em escala global, embora não haja oposição direta entre as duas correntes, pois estas ainda se encontram centralizadas em duas oposições binárias, a saber, discurso/economia e sujeito/estrutura.

Enquanto os estudos pós-coloniais se encontram mais concentrados nas áreas da Literatura, História, Filosofia e um pequeno grupo de trabalho das Ciências Sociais, o enfoque do sistema mundo concentra-se mais nos trabalhos das Ciências Sociais.

Os estudos pós-coloniais caracterizam a modernidade como um sistema de significações culturais cujo discurso sobre o Outro é elemento determinante nas relações econômicas e políticas do capitalismo, isso significa que a disputa e a crítica da hegemonia social e política perpassa, necessariamente, pelas disputas dos códigos de significações. Já na concepção do sistema-mundo, a ênfase está nas relações econômicas em escala mundial e estas seriam determinantes para a construção dos discursos, epistemologias e imaginários culturais.

Para Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), a perspectiva decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade aponta que a cultura está diretamente conectada aos processos econômicos e políticos. Dessa forma, cultura e capitalismo estão entrelaçados, portanto, o grupo parte do pressuposto de que não é possível entender cultura sem economia e vice-versa.

Segundo Quijano (2000), o termo globalização é um processo que se inaugura com a colonização do continente americano e a emergência do capitalismo moderno eurocentrado, instituindo um novo poder global. A estrutura central para se

compreender esse novo poder globalizado é a classificação social da população global a partir da ideia de raça. É essa concepção que transmite, mesmo com o fim do colonialismo, o constructo mental da experiência colonial para o mundo contemporâneo (QUIJANO, 2000). É, portanto, um sistema de classificação colonial que transcende sua própria constituição histórica.

Duas condições históricas determinam o espaço/tempo da modernidade, segundo o filósofo peruano. A primeira delas seria a diferenciação entre conquistadores e conquistados. Sustentada pela produção de conhecimento científico, a ideia de raça determina a superioridade do conquistador branco.

A segunda condição se refere às novas formas de divisão do trabalho, que estabelecem uma exploração aberta das metrópoles sobre as colônias. Estas, por sua vez, consolidam o trabalho escravo na base do sistema de acumulação global do capital. A América, segundo o autor, tem um papel decisivo para alçar a Europa a um protagonismo global nunca antes experimentado pelo continente.

Quijano (2006) aponta que, superado o sistema formal de colonialismo, a cultura europeia converteu-se em uma ferramenta de acesso ao poder para os subalternizados. A modernidade constitui-se pela dominação do Outro, já que sua justificação reside justamente nesta cisão. As mazelas do Outro se justificam porque não são compreendidas como modernas o suficiente. Aqui observamos a mesma estrutura sendo reproduzida no debate ambiental. Esta estrutura argumentativa funciona em dois eixos: o primeiro inocenta o projeto moderno civilizatório e o segundo apresenta-o como o detentor das soluções.

Como aponta Quijano (2007), a naturalização de categorias sociais é produto dos processos históricos no espaço/tempo. O processo de naturalização das categorias sociais é fundamental para qualquer sistema de poder porque encobre a dimensão da dominação enquanto um mecanismo estritamente subjetivo de reprodução.

Quijano (2007) aponta que a colonização europeia engendrou o sistema de classificação racial em toda a população mundial, ou seja, uma classificação social universal do mundo capitalista.

O sistema tem como referência, evidentemente, a superioridade europeia seguida pelos povos inferiores e não europeus. As diferenças fenotípicas

serviram como marcadores deste sistema de classificação, que foi sustentado também por uma forte produção de conhecimento científico que legitimava a hierarquia valorativa da população global. Seguido a isso, a justificação do domínio territorial, que consolidou a exploração em larga escala dos povos e territórios não europeus, estabelecendo, assim, uma dinâmica que funde modernidade e colonialidade.

O avanço do domínio europeu também teve profundo impacto nas relações culturais e intersubjetivas no mundo capitalista colonial/moderno. A classificação entre europeus e não-europeus promoveu, em longo prazo, uma destruição das estruturas sociais e de produção de conhecimento não-europeu, que tanto mais se agravou à medida que o processo de exploração colonial foi se intensificando com o passar do tempo.

A colonialidade do poder é acompanhada da colonialidade do saber. São dinâmicas que se complementam porque é necessário que a produção do conhecimento, em primeiro lugar, denuncie a inferioridade do Outro, privando-o do reconhecimento como produtor do saber, esta é justamente a principal causa de sua inferioridade. Em segundo lugar, é preciso que o conhecimento do colonizador produza também um arcabouço que legitime o seu domínio, demonstrando não só a inferioridade do Outro, mas a pedra fundamental da diferença. Só é possível produzir conhecimento em um estado superior de evolução civilizatória. Relaciona-se, assim, o sujeito da razão às suas determinações sociais, históricas e culturais.

O caso do Conselho Mundial da Água é significativo para compreender como a colonialidade se expressa na temática da água. A argumentação encontrada nos documentos publicados pela entidade apresenta fortes elementos que corroboram para esta afirmação. Há dois processos claros que sustentam nossa análise. O primeiro consiste nos argumentos que caracterizam a crise da água e o segundo na constituição dos sujeitos capazes de promover sua superação.

O cenário descrito com relação à água é composto por duas características principais. O primeiro deles, que pôde ser encontrado especialmente no relatório *World Water Vision* publicado pelo Conselho, refere-se à necessidade de uma quantidade massiva de investimentos, montante que os países em desenvolvimento, especificamente, não teriam para contemplar as determinações dos acordos internacionais sobre o acesso à água e ao saneamento básico. A

segunda característica diz respeito à crise da água como uma crise, sobretudo, de gestão. Entretanto, na perspectiva desta narrativa, isto não fere o modelo de consumo e produção da sociedade capitalista. Ao contrário, descreve a má gestão como um modelo não moderno o suficiente, em especial referindo-se à eficiência e ao uso racional da água, que devem ser incorporados a partir de um comportamento utilitarista orientado por meio da adoção de instrumentos econômicos como mediadores na relação entre a sociedade e a natureza.

A construção desse cenário é legitimada pelo Conselho através do seu posicionamento como uma organização que produz o diagnóstico sobre a água a partir do ponto zero descrito por Castro-Gómez (2005). Por esta razão é possível observar um esforço recorrente do Conselho em se autorretratar como uma entidade desinteressada, do ponto de vista particular, com relação à água e, portanto, neutra. É desse lugar de fala que a produção discursiva do Conselho passa a propor mecanismos que condicionem a conduta dos Outros em direção a uma concepção específica de sujeito. Quando a entidade publica, em seu relatório *World Water Vision*, que a água a baixo custo ou gratuita não oferece o incentivo correto aos indivíduos, trata-se justamente do exercício de controle das subjetividades a que se refere Quijano (2006).

Após a construção de um cenário sobre a crise da água, temos então a construção dos sujeitos apresentados como sendo os dotados de capacidade para a resolução dos problemas. Estes, certamente, se materializam na figura do setor privado da água. Coincidentemente, as soluções apresentadas para o setor da água são as melhores soluções para a participação do setor privado. Observemos alguns pontos encontrados nos documentos.

Desde o 2º Fórum Mundial da Água realizado pelo Conselho é possível encontrar nos relatórios publicados pela entidade uma caracterização do setor privado como o agente da salvação para os problemas relacionados à água. A implantação do custo total pelo acesso à água relaciona-se com a pretensa convergência entre preservação do recurso e atuação do setor privado. Os modelos propostos, que de maneira recorrente se apresentam como parcerias público-privadas, são descritos como um cenário que deve ser atraente à investidores e, ao mesmo tempo, seguro para as populações vulneráveis pela garantia da participação pública.

Sob esta construção, a gramática econômica e a conduta eficiente e racional do setor privado apresentam-se como elementos técnicos, neutros e agentes da superação da má gestão dos recursos hídricos. Os sujeitos contrários a essa perspectiva são descritos, como pudemos perceber no relatório trienal 2000-2003, como grupos com natureza ideológica, muito sensíveis à globalização e à liberação do comércio, ou seja, são sujeitos descritos como obstáculos a um projeto emancipatório em curso e, sob este aspecto, o diálogo não se configura como um processo necessário para o contexto da água.

Se tomarmos esta descrição como referência objetiva e neutra do debate sobre a água, uma aposta segura para encontrar o sujeito legítimo e competente para tratar o tema, seria buscar um homem branco que trabalha na Suez. Essa afirmação arbitrária demonstra, a partir do pensamento dedutivo, a especificidade do pretense discurso técnico e neutro construído nos relatórios analisados.

Não é por outra razão que a emergência do debate sobre o direito ao acesso a água nos relatórios é descrito pelo Conselho como uma questão importante, mas que deve ser conduzida por uma perspectiva prática e com expertise, como pudemos identificar na afirmação encontrada no relatório anual de 2010, mesmo ano da declaração da ONU, “além de resoluções teóricas é essencial medidas práticas à favor desse direito” (WORLD WATER COUNCIL, 2010, p.14)<sup>96</sup>.

### **4.3 O Sul e o Norte do Desenvolvimento Sustentável**

A polarização mais evidente encontrada nos debates sobre a questão ambiental e a água certamente é entre o Sul e o Norte global. A esse respeito, pela análise dos documentos apresentados nos capítulos anteriores, foi possível observar dois momentos específicos que orientam a narrativa sobre meio ambiente.

O primeiro deles vai da conferência de Estocolmo, em 1972, até a conferência do Rio de Janeiro, em 1992, e é sustentado, essencialmente, pelo

---

<sup>96</sup> Beyond theoretical resolutions, it is essential to see to the implementation of practical measures in favor of this right (WORLD WATER COUNCIL, 2010, p.14).

discurso do desenvolvimento e progresso econômico. Já o segundo, inicia-se na conferência do Rio de Janeiro e vai até o momento atual do debate. Esse segundo momento pode ser caracterizado pela ampliação da presença dos espaços democráticos nas arenas de decisão, que ocorre simultaneamente ao crescimento da perspectiva instrumentalizada como forma de regulação para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Pudemos observar, durante a pesquisa, que o mercado tem se consolidado cada vez mais como a única entidade capaz de promover avanço tecnológico, crescimento econômico e justiça social.

A primeira fase identificada durante a pesquisa parece se relacionar intimamente com o período pós-guerra e o discurso de desenvolvimento, em uma perspectiva clara de superação do atraso das sociedades classificadas como terceiro mundo. Não por acaso, este período corresponde à Guerra Fria, que estabeleceu uma disputa bipolar entre o capitalismo e o sistema comunista por todo o globo. O impacto dessa disputa é significativo na relação das duas superpotências com os países do Sul.

Certamente foram os Estados Unidos quem assumiu o papel de protagonista nos discursos sobre o mundo livre e emancipado, expressão utilizada até os dias de hoje. Sobre esta égide se estabelecem as grandes instituições multilaterais que participam ativamente na narrativa sobre meio ambiente, como é o caso da ONU, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, todos fundados em 1945.

Como exemplo dessa narrativa, nos referenciamos à análise de Escobar (1995) sobre o discurso do então presidente dos EUA, Harry Truman, citado anteriormente. Ele guarda algumas particularidades importantes para caracterizar o discurso sobre o novo período de emancipação humana que se anunciava no pós-guerra. E nele está contido o imaginário sobre o Outro, na fala do sujeito moderno, representado pelo presidente.

Foi um anúncio dirigido ao mundo e anunciava o conceito de “trato justo”, mas mesmo referenciado pelos melhores conceitos morais, o discurso revelava a caracterização do Outro como uma população deformada e primitiva que seria salva pela ajuda dos países ricos. Retomamos aqui, um trecho do discurso de

Truman (1949) para destacar a forma como é descrita a população das regiões subdesenvolvidas do globo:

Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas à miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas da doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas. Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas os nossos recursos imponderáveis dos conhecimentos técnicos estão em constante crescimento e são inesgotáveis.<sup>97</sup>.

A descrição dada por Truman (1949) é base da estrutura do argumento que temos procurado reconstituir historicamente ao longo deste trabalho. O primeiro ponto é a caracterização do Outro: *“a comida deles é inadequada, são vítimas de doenças, sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto a eles como às áreas mais prósperas”*.

A descrição realizada por Truman se sustenta na polarização do Outro como um sujeito inferior e doente, mesmo que pautada por um discurso humanitário que tenta se mostrar solidário aos problemas do Sul. A pobreza e a miséria dessa outra metade da população mundial se apresentavam como descreve o próprio Truman, como uma ameaça não só a essa população, mas também aos países mais prósperos. Isso leva ao segundo ponto; são as condições inerentes às sociedades ricas (a industrialização e a tecnologia avançada) que poderão salvar essa população de si mesma.

*The four point speech*, como ficou conhecido esse discurso, possui ainda uma dimensão importante para os percursos das discussões globais ao longo da segunda metade do século XX. Como aponta Escobar (1995), foi a primeira vez que a cunhagem do termo *underdevelopments* (subdesenvolvidos) foi utilizada para caracterizar as populações dos países pobres. O discurso de Truman é, em muitos

---

<sup>97</sup> More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. (TRUMAN, 1949).

sentidos, uma atualização das estruturas de classificação hierárquica que observamos no processo histórico de expansão europeia.

Para Escobar (1995), esse conceito de Truman relacionava-se com a dimensão de capital, ciência e tecnologia como componentes principais para a implantação de um modelo moderno em todo o mundo. Esse projeto parte de uma perspectiva de que a superação dos problemas estruturais encontrados pelo globo seria solucionada, sobretudo, através da superação do Outro enquanto sujeito inferiorizado, ou seja, a adoção de um modelo subjetivo de vida deveria ser incorporada pelos sujeitos e pelas nações subdesenvolvidas, para só então poderem experimentar a emancipação e riqueza da modernidade.

As iniciativas de implantação desse projeto caracterizaram as discussões na segunda metade do século XX. Escobar (2007) encontra um registro importante em um relatório das Nações Unidas, que descreve mais uma vez o olhar dos desenvolvidos sobre as populações mais pobres dos países subdesenvolvidos:

Há um sentido em que o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. Filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm de se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem ser quebrados e grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o ritmo do progresso devem ter suas expectativas para uma vida confortável frustradas. Poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico (UNTED NATIONS, 1951 *apud* ESCOBAR, 2007, p. 20)<sup>98</sup>.

As discussões com relação à América Latina, Ásia e África passam a estar centradas na noção de desenvolvimento, entre as décadas de 1960 e 1970. Em especial de como contemplar as necessidades humanas básicas. Além do crescimento econômico, procurava-se estabelecer um discurso sobre como distribuir os benefícios desse desenvolvimento que se distribuía de forma desigual. (ESCOBAR, 2007).

---

<sup>98</sup> Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos, Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico. (UNTED NATIONS, 1951 *apud* ESCOBAR, 2007, p. 20).

Embora o debate permitisse certa flexibilização em relação aos tipos de desenvolvimento, o crescimento econômico era tido como consenso para a superação da pobreza e miséria dos países do Sul. No entanto, como destaca Escobar, algumas análises no campo sociológico passaram a apontar esse processo como uma *colonização da realidade*, por considerar que esse discurso era permeado por um sistema de classificação hierarquizada sobre as formas de vida. Como destaca o autor, esse contexto é cenário para o trabalho de Foucault no qual o discurso se revela uma forma de poder de representação da realidade social, ao mesmo tempo em que deslegitima a possibilidade de criação de outras perspectivas.

No trabalho de Escobar (2007), o autor compreende o discurso colonial e interpreta o colonizado como uma população composta por classes degeneradas. Desta feita, é possível compreender o racismo não como um resquício a ser superado, mas como um elemento moderno de diferenciação entre os sujeitos. A noção de governabilidade se sustenta também por essa marcação.

Said (2003) contribui para compreender esse modelo de representação do mundo ao afirmar que a noção de desenvolvimento também carrega, inevitavelmente, uma imaginação geopolítica que hierarquiza o cenário do mundo moderno. A partir desse referencial podemos interpretar as denominações “Primeiro” e “Terceiro” Mundo como expressões exclusivamente discriminatórias.

A questão ambiental nasce nesse contexto complexo de ordenação global e se apresenta como uma tensão clara entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Como pudemos observar nos documentos analisados, os principais argumentos que deram contorno à emergência do debate estavam voltados para essa polaridade. Além de um contexto de movimentações sociais, nos países ricos, denunciando os casos de degradação ambiental, somou-se a isso a crise do petróleo de 1970, já que foi justamente essa crise que motivou as discussões sobre a finitude dos recursos naturais e a capacidade do planeta em suportar as demandas da sociedade moderna.

A primeira grande conferência de 1972 pode ser considerada o grande marco para a emergência do debate. Testemunhávamos ali, uma discussão enclausurada por um cenário global de debate de reestruturação da ordem

econômica e das relações entre os estados nacionais. Foi neste período que a última onda de independência teve lugar, concentrando-se em países africanos e asiáticos. Embora diversos debates sobre o desenvolvimento estivessem ocorrendo, o que se testemunhou foi um discurso que tentava dar conta das aspirações das nações em se desenvolverem, mas agora em um mundo finito.

*The Limits of Growth*, relatório que tratamos no segundo capítulo, foi realizado em grande parte pelos interesses das grandes corporações automobilísticas em determinarem um prognóstico sobre o futuro de suas empresas. As conclusões a que chegam o relatório expressam uma percepção sobre o mundo bastante específica, em especial se observamos o relatório sobre a perspectiva decolonial.

Mais uma vez, as populações dos países pobres aparecem no discurso como uma ameaça ao bem-estar da humanidade. O arcabouço neomalthusiano não só confere ao relatório seu caráter científico como também eurocentrado. Por essa razão procuramos contrapor o relatório do Clube de Roma à produção realizada no Sul, que aponta as mesmas críticas realizadas há pouco, ou seja, as propostas do Clube de Roma concluem que o problema da degradação ambiental se resume ao rápido crescimento populacional, especialmente do terceiro mundo.

Este crescimento deve ser contido para evitar a catástrofe global. Já as propostas de uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento tecnológico eram considerados como medidas secundárias. O documento do Sul ainda destaca que essa posição demonstrava uma construção discursiva completamente acrítica aos modelos centrais das sociedades mais ricas.

Particularmente para nossa pesquisa, essa contraposição se mostrou importante já que pôde demonstrar que mesmo através de uma mesma metodologia e técnica científica os relatórios chegam a conclusões distintas, o que demonstra que o sujeito que produz o conhecimento é parte determinante de seu resultado.

Os resultados e as propostas do relatório do Sul assumiram uma direção distinta, pois não partiram do pressuposto de que a deterioração física do planeta fosse resultado inevitável do progresso humano, mas sim de um modelo particular de relação entre a sociedade e a natureza.

Outro ponto importante foi destacado no relatório que confronta o pressuposto pretensamente universal do *The Limits of Growth*. Como afirma um dos autores do modelo latino-americano para o desenvolvimento, qualquer prognóstico sobre o progresso e desenvolvimento da humanidade parte, necessariamente, de um conjunto de valores morais e ideológicos. Sem essa consideração nas análises realizadas, *The Limits of Growth* estaria, mais uma vez, recorrendo a uma ideia de que o conhecimento eurocentrado é a única visão capaz de ser produzida com objetividade sobre a realidade.

A conciliação dessa polaridade entre o Norte e o Sul foi o principal objetivo do relatório *Our Common Future*. É essa publicação que consagra a ideia de desenvolvimento sustentável. Modelo que buscava conciliar a preservação ambiental e a superação da pobreza através do avanço tecnológico e do crescimento econômico.

A noção de desenvolvimento sustentável pode ser considerada o resultado final do debate ambiental que percorre o primeiro período que buscamos classificar. Escobar (2007) afirma que esse conceito nasce de condições históricas muito específicas. Assim, é preciso entendê-lo como parte de um processo mais amplo que o autor descreve como problematização da relação entre a natureza e a sociedade. Essa discussão tem uma premissa simples, o modelo de sociedade e desenvolvimento que foi consolidado no mundo contemporâneo, e apresenta um caráter destrutivo de degradação ambiental em larga escala.

Esse contexto nos leva ao segundo período do debate sobre meio ambiente, que se inaugura na década de 1990. Novamente, a questão ambiental surge como reflexo de um contexto de mudança na ordem internacional global.

A queda do regime comunista foi determinante para a elaboração de um discurso de reordenação do mundo, e a questão ambiental aparece como adjetivo a esse novo modelo. Os pilares da argumentação são essencialmente os mesmos, avanço tecnológico e crescimento econômico, no entanto, a gramática econômica passa a ser cada vez mais internalizada como mecanismo de promoção do uso racional dos recursos através da dinâmica mercadológica.

Como pudemos observar na análise dos documentos, é nessa etapa que a conferência de Dublin apresenta a valoração econômica da água e a gestão descentralizada como elementos centrais para a governança desse recurso.

Começamos, no entanto, com mais uma análise discursiva da fala de um sujeito. Não se trata mais de um presidente estadunidense, mas sim do então diretor econômico do Banco Mundial, Larry Summers, em 1991. Outro elemento que distingue esse discurso é que sua fala não é pública, mas sim uma correspondência vazada das comunicações internas do Banco Mundial.

Acselrad, Mello e Bezerra (2009) iniciam sua argumentação sobre justiça ambiental analisando justamente esse episódio, que ficou conhecido como *Memorando Summers*<sup>99</sup>, vamos a ele:

Apenas entre você e eu, o Banco Mundial não deveria encorajar mais a migração das indústrias poluentes para os PMD [países menos desenvolvidos]? Eu posso pensar em três razões:

1) As medições dos custos da poluição prejudicial à saúde dependem dos lucros cessantes de maior morbidade e mortalidade. A partir deste ponto de vista, dada quantidade de poluição prejudicial à saúde deve ser emitida no país com o menor custo, que será o país com os salários mais baixos. Eu acho que a lógica econômica por trás da ideia de despejar carga de resíduos tóxicos no país com menores salários é impecável e devemos encarar isso.

2) Os custos da poluição tendem a ser não-lineares já que os incrementos iniciais de poluição provavelmente tem um custo muito baixo. Eu sempre pensei que os países menos povoados da África são vastamente SUB-poluídos, a sua qualidade do ar é provavelmente vasta e ineficientemente baixa em comparação com Los Angeles ou Cidade do México. O fato lamentável é que boa parte da poluição é gerada por setores de bens não comercializáveis (transporte, geração de energia elétrica) e que os custos unitários de transporte de resíduos sólidos são tão altos que impedem a consolidação benéfica ao mundo do comércio de poluição do ar e de resíduos.

3) A demanda por um ambiente limpo por razões estéticas e de saúde provavelmente apresenta uma elasticidade de renda elevada. A preocupação com um agente que apresenta uma chance em um milhão de causar câncer de próstata será obviamente muito maior em um país onde as pessoas sobrevivem para desenvolver este tipo de doença do que em um país em que a mortalidade infantil abaixo dos 5 anos é de 200 por mil. Além disso, grande parte da preocupação com a descarga atmosférica industrial diz respeito a emissão de partículas que prejudicam a visibilidade. Estas descargas podem ter pouco impacto direto sobre a saúde. É evidente que o comércio de bens que incorporam preocupações estéticas de

---

<sup>99</sup> Este documento foi produzido em dezembro de 1991 e publicado na íntegra pelo periódico *The Economist*, na edição de 8 de fevereiro de 1992, sob o título *Let them eat pollution*.

poluição poderia trazer ganhos para o bem-estar. Enquanto a produção é móvel, o consumo de um ar “belo” é um bem não-negociável. O problema com os argumentos contrários a todas estas propostas de aumentar poluição nos países menos desenvolvidos (direitos intrínsecos a certas mercadorias, razões morais, questões sociais, a falta de mercados adequados etc.) pode ser invertido e usado de maneira mais ou menos eficaz contra qualquer proposta do Banco para a liberalização<sup>100</sup>.

A argumentação de Summers revela, primeiramente, que os sistemas de classificação hierárquicos descritos ao longo do trabalho não perdem sua relevância mesmo na última década do século XX. Esse episódio demonstra também que a divisão proposta por nossa análise entre dois períodos da questão ambiental não indica uma alteração nas estruturas e formas de classificação da sociedade global, diz respeito, essencialmente, à forma como as justificações hierárquicas são reconfiguradas nas narrativas analisadas.

Conforme exposto, Summers elenca três fatores fundamentais que justificariam uma postura de incentivo do Banco Mundial para promover a migração das “indústrias sujas” para os países menos desenvolvidos. Como primeiro ponto Summers argumenta que como os salários são mais baixos nos países menos desenvolvidos, os custos que as indústrias poluidoras têm, relacionados à

---

<sup>100</sup> Just between you and me, shouldn't the World Bank be encouraging MORE migration of the dirty industries to the LDCs [Less Developed Countries]?

I can think of three reasons:

1) The measurements of the costs of health impairing pollution depends on the foregone earnings from increased morbidity and mortality. From this point of view, a given amount of health impairing pollution should be done in the country with the lowest cost, which will be the country with the lowest wages. I think the economic logic behind dumping a load of toxic waste in the lowest wage country is impeccable and we should face up to that.

2) The costs of pollution are likely to be non-linear as the initial increments of pollution probably have very low cost. I've always thought that under-populated countries in Africa are vastly UNDER-polluted, their air quality is probably vastly inefficiently low compared to Los Angeles or Mexico City. Only the lamentable facts that so much pollution is generated by non tradable industries (transport, electrical generation) and that the unit transport costs of solid waste are so high prevent world welfare enhancing trade in air pollution and waste.

3) The demand for a clean environment for aesthetic and health reasons is likely to have very high income elasticity. The concern over an agent that causes a one in a million change in the odds of prostate cancer is obviously going to be much higher in a country where people survive to get prostate cancer than in a country where under 5 mortalities is 200 per thousand. Also, much of the concern over industrial atmosphere discharge is about visibility impairing particulates. These discharges may have very little direct health impact. Clearly trade in goods that embody aesthetic pollution concerns could be welfare enhancing. While production is mobile the consumption of pretty air is a non-tradable. The problem with the arguments against all of these proposals for more pollution in LDCs (intrinsic rights to certain goods, moral reasons, social concerns, lack of adequate markets, etc.) could be turned around and used more or less effectively against every Bank proposal for liberalization. (Disponível em: <[http://my2.ewb.ca/site\\_media/static/attachments/group\\_topics\\_group/topic/21389/LetThemEatPollution.pdf](http://my2.ewb.ca/site_media/static/attachments/group_topics_group/topic/21389/LetThemEatPollution.pdf)>. Acesso em: jan. 2016).

morbidade e mortalidade da população, serão certamente mais baixos nessas regiões.

Como ele mesmo encerra esse argumento: “Eu acho que a lógica econômica por trás do despejo de uma carga de resíduos tóxicos nos países com salários mais baixos é impecável e devemos encarar isso”. No segundo ponto Summers afirma que muitos países do continente africano são subpoluídos. E que sua qualidade do ar, por ainda ser considerada boa, seria ineficiente em comparação com as grandes cidades.

O terceiro ponto é ainda mais claro com relação à visão do sujeito moderno, aqui bem representado por Summers, sobre as populações dos países menos desenvolvidos. Primeiro afirma que a demanda por ambiente limpo se dá por razões estéticas e de saúde de populações mais ricas, afinal, como o próprio destaca, a preocupação com o câncer de próstata só pode vir de uma população que sobrevive tempo suficiente para isso.

Esse exercício de reflexão, como o próprio Summers vai chamar mais tarde, em uma tentativa de se justificar para a opinião pública, demonstra como a colonialidade se expressa de formas distintas ao longo do tempo. A justificação desse raciocínio se dá justamente pela lógica pretensamente neutra do aparato econômico. O impacto desse episódio é bastante significativo, pois seu vazamento ocorreu um ano antes da conferência do Rio de Janeiro de 1992.

Esse segundo período, que buscamos compreender sobre a questão ambiental, começa em um contexto de transição que, de alguma maneira, o memorando Summers acaba por anunciar. Trata-se da ampliação do papel das grandes instituições multilaterais (tais como: o próprio Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e das empresas transnacionais por todo o globo.

Essa mudança de narrativa que observamos pode ser compreendida com o avanço da globalização neoliberal, que seu deu no final do século XX. Para Coronil (2005), esse processo tem aumentado as diferenças sociais entre as nações ricas e pobres, assim como ricos e pobres dentro de um mesmo país. Essa afirmação foi feita pelo autor a partir do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) de 1997. O relatório apontava ainda um índice baixo de crescimento global; o aumento da diferença entre os

países desenvolvidos e em desenvolvimento; o setor financeiro havia superado o setor industrial; além da constatação de que as classes ricas estavam ficando mais ricas em todos os países, tanto ao Norte como ao Sul.

Nesse novo cenário global, a compreensão das estruturas de desigualdade não se refere exclusivamente às dicotomias entre os países ricos e pobres. É por essa razão que fizemos essa distinção entre dois períodos no debate sobre a questão ambiental.

Como destaca Coronil (2005), nesse novo cenário global os “ricos” não podem ser mais identificados exclusivamente como nações metropolitanas e nem os “pobres” como nações coloniais. A nova combinação dos setores dominantes, que inclui cada vez mais as elites dos países em desenvolvimento, e a presença de grandes grupos de marginalizados por todo o globo fazem com que as análises das estruturas de poder não possam mais ser explicadas pelas unidades geopolíticas dos Estados-Nação.

A descrição de Coronil (2005) parece convergir com o cenário identificado na análise dos documentos. Especialmente a partir do início da década de 1990, como podemos observar:

O globocentrismo, como modalidade do ocidentalismo, também se refere a práticas de representação implicadas na submissão das populações não ocidentais, mas neste caso sua submissão (como a submissão de setores subordinados dentro do Ocidente) aparece como um efeito do mercado, em vez de aparecer como consequência de um projeto político (ocidental) deliberado. Em contraste com o eurocentrismo, o globocentrismo expressa a persistente dominação ocidental através de estratégias representacionais que incluem: 1) a dissolução do Ocidente no mercado e sua cristalização em nódulos de poder financeiro e político menos visíveis, mas mais concentrados; 2) a atenuação de conflitos culturais através da integração de culturas distantes num espaço global comum; e 3) uma mudança da alteridade à subalternidade como a modalidade dominante de estabelecer diferenças culturais. Na medida em que o “Ocidente” se dissolve no mercado, funde-se e solidifica-se ao mesmo tempo; a diferença cultural agora se baseia menos em fronteiras territoriais que através de vínculos de identificação e diferenciação com a ordem ocidental, tal como este aparece difundido através do globo (CORONIL, 2005, p. 115).

Esse novo arranjo de ordem global, segundo o autor, poderia ser compreendido como um retorno de reprimarização, caracterizada pelo retorno às formas de controle colonial. Contudo, essa dinâmica está sendo estabelecida em um contexto altamente tecnológico que transforma as dinâmicas de exploração da natureza e do trabalho.

Segundo Coronil (2005), a grande diferença está justamente no papel das unidades geopolíticas, ou seja, enquanto no período colonial, o controle político direto foi necessário para dar dinâmica e controle à produção e circulação de bens primários, o cenário de globalização neoliberal demanda unidades estatais menos reguladoras, servindo como nódulos apoiadores para o funcionamento do mercado (CORONIL, 2005).

Para Svampa (2013), esse cenário refere-se a um momento de transição. Segundo ela, na última década a América Latina deixou de ser orientada pelo Consenso de Washington e passou a operar pelo Consenso de Commodities, baseado na exportação de bens primários em grande escala. Para a autora o consenso de commodities estabelece regras que supõem novas assimetrias e desigualdades ambientais e políticas a partir de uma nova ordem geopolítica global.

Esta nova configuração do cenário global tem trazido como consequência uma explosão de conflitos socioambientais na América Latina. A autora entende por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso e ao controle dos recursos naturais e do território, que supõem partes com interesses e valores divergentes.

A centralidade do mercado é a principal característica desse segundo momento do debate sobre a questão ambiental e também em relação à temática da água. Encerraremos retomando a análise sobre o Conselho Mundial da Água e como a entidade está intrinsecamente ligada a esse segundo cenário. Buscaremos demonstrar quais são as consequências desse contexto na construção discursiva encontrada nos documentos analisados ao longo da pesquisa.

Esse novo período parece aprofundar a ideia de eficácia do pensamento científico moderno. A sustentação dada pelos aparatos técnico-científicos ao discurso alia-se à expansão do discurso econômico neoliberal,

demandando novas formas de análise para se compreender a dinâmica de poder e ordenamento do mundo.

Lander (2006) afirma que este processo pode ser entendido como a naturalização das relações sociais, ou seja, o avanço do paradigma da sociedade moderna é entendido como uma tendência espontânea e natural do desenvolvimento histórico da sociedade.

O avanço dessa ideia influencia significativamente o contexto pós-conferência do Rio de Janeiro em 1992, cada vez mais como o único caminho possível. Segundo o autor, esse ponto de chegada é expresso em uma sociedade sem ideologias, com um modelo civilizatório único, globalizado e universal. Em suma, não há alternativas possíveis que escapem a esse modelo e as insurgências contra essa perspectiva encontram-se sem possibilidade de diálogo em espaços esterilizados pelo debate técnico e prático.

Para Lander (2006) a consolidação desse modelo, em um momento cujos espaços democráticos também avançam, pode ser explicada justamente por sua caracterização de narrativa histórica do conhecimento objetivo, científico e universal, que entende a sociedade moderna como ápice civilizatório e caminho natural.

Dessa maneira, o referencial teórico utilizado durante o trabalho se mostra absolutamente necessário para compreendermos o mundo contemporâneo, pois como afirma o sociólogo venezuelano, esse processo de naturalização da sociedade liberal não é um fenômeno recente. Ao contrário, é um longo processo histórico do pensamento ocidental, como procuramos demonstrar no decorrer dessa pesquisa.

Como afirmado anteriormente, a criação do Conselho Mundial da Água não pode ser plenamente compreendida sem sua contextualização histórica. A organização nasce em um cenário onde os princípios de Dublin já estavam consolidados como modelos mais avançados de gestão de água. Os quatro pontos apresentados na conferência de 1992 sustentam os eixos centrais contemporâneos no debate sobre a governança da água. Em linhas gerais eles apontam que: 1) a água é um recurso finito e seu gerenciamento deve ser efetivo; 2) a gestão deve ser participativa e envolver todos os setores; 3) as mulheres têm papel central como

provedoras e usuárias da água e 4) a água tem valor econômico e deve ser compreendida como um bem econômico.

Nesse sentido, Castro (2007) aponta que essa perspectiva, embora se pretenda mais participativa, tem consolidado um viés significativamente instrumentalizado sobre a gestão de águas, consolidando-se exclusivamente como estratégia de gestão e não como um espaço complexo de diálogo e negociação. A noção idealizada de governança se sustenta a partir de uma interação simétrica entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

A análise do autor converge para a problematização que buscamos apresentar, pois Castro (2007) aponta que a noção idealizada desse modelo que emerge na década de 1990 se apresenta como um recurso retórico para a adoção de um sistema instrumentalizado de gestão, que é descrito como uma ferramenta neutra e objetiva para a implantação de políticas relacionadas à água, despolitizando assim o seu debate. Essa retórica se expressa, portanto, como um mecanismo de poder que imprime de maneira mais profunda a instrumentalização econômica e o conhecimento técnico como fatores exclusivos de legitimidade no debate.

A ampliação das arenas participativas foi acompanhada, também, por um avanço da noção liberal de mercado. Castro (2007) problematiza essa questão ao afirmar que o entendimento de sociedade civil, pressuposto nessa perspectiva, é caracterizado pela livre concorrência dos interesses individuais, ou seja, indivíduos que buscam a realização de seus próprios interesses. Essa concepção estaria influenciando decisivamente o contexto da gestão de água no debate atual, em especial nesse segundo período que buscamos descrever. Nesse contexto, o papel dos Estados se restringe, cada vez mais, ao papel de apoiador do funcionamento livre das forças de mercado.

O autor faz uma análise pertinente do cenário contemporâneo sobre a governança da água e contribui sobremaneira para entendermos a constituição do Conselho e as características centrais do debate que permeia a instituição.

A noção de sociedade civil descrita pelo autor é um exemplo dessa contribuição, pois a percepção liberal desse conceito caminha em paralelo com o processo de expansão das ONGs e movimentos sociais entre as décadas de 1980 e 1990. Essas duas concepções se fazem presentes nos Fóruns Mundiais da Água e

podem ser consideradas como grupos que possuem influência no cenário internacional. A questão encontrada nos relatórios sobre os Fóruns e o Conselho, que melhor caracteriza essas duas concepções é certamente o direito universal à água. É uma questão ainda mais complexa para compreendermos, pois os direitos sociais são, a princípio, rejeitados pela perspectiva do livre mercado, por considerá-los como obstáculos e não meio para se alcançar a liberdade individual e a cidadania (CASTRO, 2007). O debate central encontrado nos documentos sobre o Conselho Mundial da Água e sobre os fóruns converge para a caracterização apresentada pelo autor.

Durante a pesquisa sobre os documentos do Conselho e dos Fóruns, foi possível observar como o debate sobre o direito universal à água e ao saneamento passa a ser apropriado pelo discurso da entidade, que através de seus pilares de sustentação, a saber: o conhecimento científico, a narrativa universal da perspectiva neoliberal e seu caráter democrático e participativo (através da organização dos fóruns e de sua composição de membros) consegue assimilar essa noção da sua construção discursiva. Esse processo só pode ser entendido através da caracterização desse segundo período em que se encontra a temática ambiental.

Vale destacar que o direito à água e ao saneamento não foi explicitado à época da declaração dos direitos humanos em 1948. O início desse debate se deu somente na conferência de 1977, em *Mar del Plata*, quando declarado que "Todos os povos, independentemente da sua fase de desenvolvimento e condição socioeconômica, têm o direito de acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas" (UNITED NATIONS, 1977, p. 66)<sup>101</sup>. O mesmo princípio foi firmado pela Agenda 21, no capítulo 18, quando foi declarado que o direito à água era essencial.

No entanto, ao observarmos o quadro 2, apresentado no capítulo 3, em que o Conselho apresenta os principais marcos que levaram a ONU a declarar a água e o saneamento como um direito, em 2010, é possível notar que a entidade apresenta uma série de eventos que nos levam a entender que a discussão sobre o direito à água nasce a partir de uma publicação do próprio Conselho, de 2006,

---

<sup>101</sup> All peoples, whatever their stage of development and their social and economic conditions, have the right to have access to drinking water in quantities and of a quality equal to their basic needs (UNITED NATIONS, 1977, p. 66).

intitulada *The Right to Water - From Concept to Implementation*. A forma como o Conselho se apropria desse debate, trazendo um senso de protagonismo para sua atuação, é construída a partir da sua legitimidade como entidade que abarca todos os interessados sobre a água. Além disso, o Conselho não faz menção ao fato de que foi o governo boliviano que propôs essa resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Essa postura de entidade global leva essa organização a construir uma narrativa bem específica sobre os eventos relacionados ao direito da água. No mesmo ano da declaração da ONU, a fala do então presidente do Conselho, Loïc Fauchon, é coerente com essa narrativa universal construída pela entidade, quando afirma a respeito do tema que "Nosso dever é dizer quando, quanto, onde e como. Nosso dever é implementar soluções concretas" (WORLD WATER COUNCIL, 2010, p.14).

A tabela ainda faz referência a dois casos de reconhecimento do direito à água em constituições de países da América do Sul, Equador (2008) e Bolívia (2009). Nos dois casos a participação das populações indígenas foi significativa para a consolidação desse direito. No caso do Equador, a implantação do direito à água está relacionada à primeira constituição no mundo a implantar a noção de direitos da natureza. Essa constituição foi parte de um processo de participação popular, junto às diversas etnias indígenas do país. Estes dois casos estão inseridos em um debate sobre *Bien Vivir o Buen Vivir*<sup>102</sup>. Para Gudynas e Acosta (2011), as constituições do Equador e Bolívia talvez sejam os dois documentos que deram maior visibilidade para esse conceito.

Além disso, esses dois países foram palco de manifestações sociais significativas contra processos de privatizações relacionadas à água. O episódio mais emblemático, já citado anteriormente, foi o de Cochabamba, na Bolívia, em 2000. O caso ficou conhecido como *La Guerra del Agua* e provocou uma grande mobilização popular contra o processo de privatização da gestão do abastecimento de água, comandado pela empresa *Agua del Tunari*. Em 2005, a Bolívia

---

<sup>102</sup> No caso do Equador a noção de *Buen vivir* relaciona-se com o contexto de lutas populares, particularmente indígenas, que antecedem o governo de Rafael Correa, então presidente do Equador. É uma luta que propõe alterações profundas na sociedade, na economia e na política com relação ao meio ambiente. Já na Bolívia, a noção de "*vida buena*" ou "*vivir bien*" é um conceito que perpassa por diversas cosmologias indígenas. Também está presente no pensamento de intelectuais bolivianos (GUDYNAS e ACOSTA, 2011).

testemunharia a *Segunda Guerra Del Agua* nas cidades de La Paz e El Alto, dessa vez a empresa era Águas de Illimani, que tinha como sócia majoritária a empresa francesa Suez (ECHAIDE, 2014).

Os casos bolivianos são ainda mais complexos e certamente não podem ser entendidos como uma disputa entre gestão pública ou privada. Como destaca Crespo (2006), os levantes sociais estavam baseados na ideia de autogoverno e autogestão, certamente uma discussão que não aparece nas narrativas do Conselho.

Um último caso se mostra em igual importância para demonstrarmos como a narrativa do Conselho busca classificar e ordenar o debate sobre a água para legitimar interesses e perspectivas particulares. A fala de Loïc Fauchon sobre o papel do Conselho em determinar como, e de que forma implantar o direito a água ganha contornos bem específicos quando analisamos o caso dos cartões pré-pagos para acesso a água potável na região de Soweto, África do Sul. O caso ilustra significativamente como uma narrativa técnica, econômica e universal, pode dar funcionalidade a uma dinâmica racializada de violência e exploração, justificada ainda através de um discurso sustentável que responsabiliza a população através de uma construção discursiva que busca objetivar a violência e a exploração. A relação que estabelecemos entre este caso e a narrativa do conselho se justifica por duas razões simples: ele envolve a empresa Suez, uma das fundadoras do conselho, e um dos representantes da Suez na organização, á época, era o próprio Loïc Fauchon. Vamos ao caso.

No início dos anos 2000, a cidade de Johannesburgo desenvolveu um plano chamado Igoli 2000 para lidar com a crise econômica. Parte do plano foi privatizar os serviços de água e ceder os direitos de gestão à empresa Suez. De acordo com Bond e Dugard (2008), a situação herdada pela Suez era bastante precária em relação ao abastecimento de água e saneamento básico na cidade, mas ao invés de expandir os serviços, a empresa acabou instituindo uma estratégia específica de abastecimento para os bairros pobres. O alto índice de inadimplência nas áreas mais pobres levou a implantação do sistema de cartões pré-pagos para o acesso a água, assim, o serviço passou a ser oferecido exclusivamente após os pagamentos realizados em forma de crédito nos cartões, garantindo um controle dos lucros da empresa. A área escolhida para esse sistema pré-pago de abastecimento

foi Phiri, uma das regiões mais pobres do Soweto. A justificativa do projeto era promover a redução da demanda de água, assim como melhorar a saúde financeira da cidade (DUGARD, 2008).

O enredo deste caso revela a importância da interpretação da questão ambiental através da perspectiva adotada nesta tese. O que se apresenta, em princípio, é uma estratégia violenta, por parte de uma empresa privada, para garantir seus rendimentos, realizando uma estratégia que anula as possibilidades de inadimplência ao pagamento dos serviços de água. No entanto, há mais elementos nessa história que comprovam a importância da argumentação exposta neste trabalho. Começamos pela dimensão de apropriação cultural que procura estabelecer uma identificação artificial da população sujeita e a estratégia de exploração. A operação que implantou o sistema de cartão pré-pago foi intitulada *Operation Gcin'Amanzi* que em Zulu significa "conservar a água", e simples fato revela duas estratégias discursivas claras. Utiliza-se a temática ambiental e a identificação cultural como ferramentas para intensificar o cenário de sujeição da população atingida a interesses externos a ela.

O desenvolvimento destas duas estratégias sustenta ainda um conjunto de argumentos que classificam a própria população como responsável pelo mau uso da água e mal gerencia de seus recursos financeiros essa caracterização é justificada em um documento de divulgação da operação a empresa Suez, que afirmava que a implantação do sistema pré-pago ajudaria a população a gerenciar melhor suas despesas com a água e contribuir para uma mudança de comportamento da população, como podemos observar em um dos trechos do documento:

Para os habitantes com acesso aos serviços, o principal problema foi a falta de capacidade de resposta e falta de um atendimento amigável. Para bairros, como Soweto, a infra-estrutura e os serviços sofreram negligência por falta de motivação dos funcionários e por uma tradição, entre a população, de não pagar contas de serviços públicos como um ato de desobediência civil durante o *apartheid* (SUEZ ENVIRONMENT, 2010, p.3)<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> For the inhabitants with access to the services, the main problem was a lack of customer friendliness and responsiveness. For formal townships like Soweto, the infrastructure and services suffered from neglect as a result of poor staff motivation and the tradition among the population of refusing to pay utility bills as an act of civil disobedience during the apartheid era (SUEZ ENVIRONMENT, 2010, p.3).

Mais uma vez, a responsabilização do Outro é utilizada para justificar a violência da modernização. Dois grupos são classificados como incapazes neste trecho, os funcionários sul-africanos *poor staff motivation* e a população atingida pela estratégia. A questão ambiental se expressa aqui, exclusivamente como discurso de poder. A população é descrita como um grupo que deve ter seu comportamento alterado para se enquadrar em formas racionais de utilização da água. Enquanto, nos bairros ricos, o alto padrão de consumo não esteve em pauta no discurso da empresa. O alvo do laboratório moderno permanece sendo o Outro, o negro, o pobre, o subdesenvolvido, como descritos nas diversas referências utilizadas durante este trabalho. Suas mazelas se dão por culpa de não ser moderno, não ser desenvolvido, não serem brancos ricos e racionais. Essa estruturação do discurso naturaliza a informação dada por Bond e Dugard (2008), que apontam que os cortes em linhas de abastecimento em áreas mais pobres chegaram a mais de 20.000 casas por mês.

Este caso teve um grande impacto e repercussão internacional, levando o Banco Mundial a se posicionar a respeito do sistema pré-pago de água no relatório *The limits and possibilities of prepaid water in urban Africa: lessons from the field* (HEYMANS; EALES; FRACEYS, 2014, p.17):

Torneiras pré-pagas não são uma panaceia para os desafios de servir assentamentos de baixa renda. A tecnologia é cara, ainda em fase de amadurecimento, e propensa a falhas, e ainda há muito a ser feito para oferecer aos clientes um serviço confiável e conveniente. Em particular, melhores garantias são necessárias para mitigar inconveniências quando as pessoas estão sem créditos ou com dificuldades para pagar. Mas não é necessariamente útil descartar o sistema de água pré-paga como uma tecnologia que intrinsecamente viola os direitos humanos, como alguns críticos afirmam<sup>104</sup>.

Os casos citados ilustram como a narrativa universal encontrada nos documentos do conselho expressam novas formas de colonialidade que hierarquizam sujeitos e concepções de mundo. A questão ambiental se mostra permeada por formas complexas de colonialidade e por essa razão consideramos

---

<sup>104</sup> Prepaid standpipes are not a panacea to the challenges of serving low-income settlements. The technology is expensive, still maturing, and prone to faults, and there is still much to be done to offer customers a dependable and convenient service. In particular, better safeguards are needed to mitigate inconvenience when people run out of credit, and hardship when people cannot pay. But it is not necessarily helpful to dismiss prepaid water as a technology that intrinsically violates human rights, as some critics do (HEYMANS; EALES; FRACEYS, 2014, p.17).

que a perspectiva decolonial tem um importante papel de contribuição para o debate sobre a sociedade e natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de análise presente neste trabalho não teve a pretensão de findar qualquer dimensão que trate da questão ambiental. No entanto, a confecção da argumentação aqui exposta, buscou demonstrar, dentro de seus limites, questões que nos pareceram fundamentais apontadas pelo pensamento pós-colonial e decolonial que contribuem sobremaneira para um debate aprofundado da temática ambiental. Procuramos, ao longo do texto, demonstrar que este referencial teórico contribui significativamente para a constituição de uma perspectiva crítica disposta a tratar a questão ambiental para além da argumentação hegemônica encontrada nos documentos analisados ao longo da pesquisa.

Por essa razão, iniciamos a confecção da tese realizando o questionamento de categorias centrais para a descrição do cenário corrente da problemática ambiental. A dimensão do sujeito moderno, a concepção específica de natureza, e as características tomadas como referência de sociedade moderna, revelaram que as produções discursivas que tratam da relação entre sociedade e natureza alçam à uma posição de prestígio um sujeito e um modelo de sociedade que orienta a promessa de emancipação do paradigma da modernidade, bem como a produção da desigualdade e degradação da natureza.

O que pudemos observar durante a pesquisa é que a temática ambiental vem sendo constituída por dispositivos discursivos que objetivam um realidade específica sobre o tema, e ao fazerem, recorrem a uma lógica classificatória que relega ao Outro, o não moderno, o não civilizado, o não racional, o não eficiente, um papel marginal que dá funcionalidade à justificação do poder.

Ao nos concentrarmos nos relatórios e documentos referentes às conferências sobre o meio ambiente foi possível observar que a emergência da questão ambiental está diretamente associada à uma reestruturação da narrativa de ordenação global. Esta narrativa, por sua vez, passa a ser construída sustentada por um conjunto de saberes que, ao objetivarem a realidade, reproduzem uma hierarquização de ordem colonial que classifica a periferia do mundo como ausência, ou seja, um região onde o sujeitos e a sociedade não possuem uma capacidade

intrínseca para superar os desafios do mundo contemporâneo. Embora, o modelo de sociedade moderna seja identificado como uma das principais causas da degradação ambiental, quando observamos as proposições para superação desta última, fica evidente a caracterização de um cenário em que as causas da crise ambiental inocentam as sociedades consideradas desenvolvidas e culpabiliza as nações mais pobres por sua falta de capacidade investimento e e produção de conhecimento.

O debate sobre a questão da água, analisada também no plano discursivo, confere uma dimensão ainda mais materializada desse sistema discriminatório, já que é permeada pela ideia de que o Sul global não teria condições intrínsecas para superar suas mazelas, o mercado e a adoção dos instrumentos econômicos emergem como a única alternativa possível para intermediar a relação dessa população com a natureza

O Conselho Mundial da Água é uma organização significativa para compreendermos como a colonialidade que opera no mundo contemporâneo. O esforço recorrente, presente nos documentos, em se descrever como um entidade neutra e universal, revelam uma postura interessada em produzir um armamentário discursivo que oriente as percepções e práticas sobre a crise e a gestão da água.

A partir do referencial teórico utilizado, podemos afirmar que essa é uma postura que revela como o a colonialidade do poder se expressa no debate sobre a água. A produção discursiva encontrada nos documentos publicados pelo Conselho projetam expectativas, de sujeitos específicos, sobre a percepção social ligadas à água, ou seja, a classificação hierarquizada e discriminatória se expressa pela descrição de quais são os saberes e quais são os sujeitos que devem ser legitimados como os salvadores contra a crise da água.

Dessa forma, por meio do plano do discurso e do contexto sociohistórico foi possível confirmar a hipótese que orientou a pesquisa, qual seja, de que a questão ambiental tem sido enclausurada por fronteiras orientadas por uma lógica de colonialidade do ser, do saber e do poder, promovendo assim, um debate em uma estrutura discriminatória e hierarquizada do mundo.

A comprovação dessa tese não implica, no entanto, que a temática ambiental seja exclusivamente um recurso de poder, ao contrário, a implicação

posta aqui, é a necessidade da construção de perspectivas críticas às estruturas discriminatórias e violentas que são reproduzidas como novas formas de colonialidade no mundo contemporâneo.

A análise do tema proposto neste trabalho, sustentada pelos referenciais pós-colonial e decolonial, revela que enquanto não observarmos uma melhora nas condições de dignidade dos indivíduos que carregam as marcas da violência e da discriminação colonial, não estaremos tratando a crise ambiental a partir dos mecanismos sociais que a produzem.

Esta constatação sugere a urgência na ampliação e aprofundamento de questões como o funcionamento dos espaços democráticos dedicados à gestão dos recursos naturais, frente à consolidação da noção de mercado como mediador da relação entre sociedade e natureza, além de questões ligadas à democracia e representatividade como noções capazes de abrigar diálogos entre diferentes saberes e concepções de natureza em que o Outro não opere mais como uma categoria de inferioridade.

Alguns dos autores chegam em lugares similares em suas leituras sobre o mundo contemporâneo. Dussel (2000), por exemplo, vai propor o que chama de transmodernidade. Essa noção, descrita pelo autor, revela que para a aceitação do argumento do Outro, é necessário aceitar também a pessoa do Outro, não mais como categoria negativa ao sujeito moderno, isso pressupõem, necessariamente, a construção de contradiscursos tanto ao eurocentrismo como ao pensamento moderno. Para o autor, portanto, é necessário consolidar um processo de superação da modernidade ao tratar da irracional violência da modernidade, isso só se realiza com o reconhecimento da razão do Outro.

Leff (2006) também caminha em uma direção similar ao desenvolver a noção de Racionalidade Ambiental, apontando que esta ideia pressupõem um reapropriação social da temática ambiental. A ressignificação do mundo e a reidentificação cultural, segundo o autor, perpassam, necessariamente pela desconstrução de estratégias discursivas fundamentadas por uma lógica colonizadora do mercado global. Este processo não se realizaria, segundo ele, através do consenso, mas, sobretudo, através da construção de acordos de convivência entre as diferenças, os dissensos, contemplando assim, um respeito a diferentes compreensões de mundo.

A contribuição dessa problematização que se debruça sobre os aparatos modernos que caracterizam a temática ambiental, assume maior relevância com os desdobramentos contemporâneos do discurso já que a consolidação do mercado como instituição reguladora entre sociedade e natureza consagra-se como mais um front da universalidade, rearticulando assim, o armamentário discursivo que nega as produções intrínsecas de desigualdade e degradação ambiental do mundo contemporâneo.

O caso do Conselho Mundial da Água é manifesto à esse respeito. Nesta organização estão dispostos diversas instituições e sujeitos que compõem um cenário relativamente diverso, no entanto, esta diversidade é dissipada pelo enclausuramento de fronteiras rígidas construídas por um velho ordenamento do mundo. O avanço simultâneo do protagonismo do mercado global e de espaços democráticos relativos a temática ambiental reafirma a importância da desnaturalização de categorias entendidas como neutras e universais, a esse esforço pretou-se nossa argumentação.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n.74, p. 21-33, 2012.

ACSELRAD, H. Descaminhos do 'ambientalismo consensualista'. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos, Aires, n. 32, pp. 39-49, nov. 2012.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, L. T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n.74, p. 93-103, 2012.

BLACKBURN, R. Capitalismo e novo mundo: escravidão, acumulação primitiva e industrialização. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 317-389.

BOND, P.; DUGARD, J. The case of Johannesburg water: what really happened at the prepaid 'parish pump'. **Law, Democracy and Development**, n.1, v.12, p.1-28, 2008.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CARTA MAIOR. **Rio+20: em busca de um civismo planetário**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Rio-20-Em-busca-de-um-civismo-planetario/3/25191>>. Acesso em: mar. 2014.

CASTRO, J. E. Water governance in the twentieth-first century. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 97-118, jul./dez. 2007.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo: giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: \_\_\_\_\_ (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n.74, p. 35-50, 2012.

COLLINGWOOD, R. G. **Ideas of nature**. Oxford: Oxford University Press, 1945.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132. (Colección Sur Sur).

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n.60, p. 117-134, fev. 2006.

CRESPO, C. Sobrenia y autogestión en la terminación del contrato con AISA y el futuro del servicio. **Bolpress Agencia de Noticias**, La Paz, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2006120123>>. Acesso em: fev. 2016.

DESCARTES, R. **As paixões da alma**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DESCARTES, R. **Discurso do método; e, Princípios de filosofia**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

DUGARD, J. The phiri water case (Mazibuko and others vs. City of Johannesburg and others): can human rights traverse the commercialization of water in South Africa? In: SOCIAL MOVEMENTS AND/IN POSTCOLONIAL CONFERENCE, 24-25 jun. 2008, Nottingham. **Anais...** Nottingham: University of Nottingham, 24-25 jun. 2018. Disponível em: <[http://www.nottingham.ac.uk/shared/shared\\_cssgj/Documents/smp\\_papers/Dugard.pdf](http://www.nottingham.ac.uk/shared/shared_cssgj/Documents/smp_papers/Dugard.pdf)>. Acesso em: fev. 2016.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

DUSSEL, E. **1492: el encubrimiento del otro**: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores/Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación – UMSA, 1994.

DUSSEL, E. Más allá del eurocentrismo: El sistema-mundo y los límites de la modernidad. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O.; BENAVIDES, C. M. (eds.). **Pensar (en) los intersticios**: teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: CEJA, 1999.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70. (Colección Sur Sur).

DUSSEL, E. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, p. 153-197, jul./dez. 2008.

ECHAIDE, J. Condicionantes sistémicos para el pleno goce del derecho al agua: el Centro Internacional de Arreglo de Diferencias relativas a Inversiones (CIADI) vs. los derechos humanos. **Waterlat-Gobacit Network Working Paper**, n.2, v.1, p.7-26, dez. 2014.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. **Outubro**, n.5, p. 117-125, fevereiro de 2001.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FLORESCANO, E. A conquista e a transformação da memória indígena. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 67-101.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: a aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GALLOPÍN, G. C. El modelo mundial Latinoamericano (“Modelo Bariloche”): três décadas atrás. HERRERA, A. O. et al. **¿Catástrofe o nueva sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano**: 30 años después. 2 ed. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones, 2004. p. 12-22.

GORENDER, J. A América portuguesa e o escravismo colonial. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 160-192.

GROSGOUEL, R. The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, n.XI, v.1, p. 73-90, Outono 2013.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, M. (org.). **La medición del progreso y del bienestar**: propuestas desde America Latina. México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2011.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HALL, S. The West and the Rest: discourse and power. In: HALL, S. et al. (eds.). **Modernity**: an introduction to modern societies. Malden: Blackwell Publishing, 1996.

HAYEK, F. A. **The road to serfdom**: with the intellectuals and socialism. The condensed version. London: The Institute of Economic Affairs, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.org.uk/sites/default/files/publications/files/upldbook351pdf.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

HERRERA, A. O. et al. **¿Catástrofe o nueva sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano**: 30 años después. 2 ed. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones, 2004.

HEYMANS, C.; EALES, K.; FRANCEYS, R. **The limits and possibilities of prepaid water in urban Africa**: lessons from the field. Washington: World Bank, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.wsp.org/sites/wsp.org/files/publications/WSP-Prepaid-Water-Africa.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ICWE. **The Dublin statement and report of the conference.** International Conference on Water and the Environment: Development Issues for the 21<sup>st</sup> century. 26–31 January. Dublin, 1992. Disponível em: <<http://www.ircwash.org/sites/default/files/71-ICWE92-9739.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

LAGO A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

LANDER, E. La ciencia neoliberal. In: Ceceña, A. E. (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 45-94.

LEFF, E. **Ecología y capital:** racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

LEFF, E. **Green production:** toward an environmental rationality. New York: The Guilford Press, 1995.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINS, R. C. **A construção social do valor econômico da água:** estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo. 2004. 255f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MARTINS, R. C. **Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos.** Oficina do CES (Universidade de Coimbra), n.312, agosto de 2008.

MEADOWS, D. H. et al. **The limits to growth:** a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

MEMMI, A. **The colonizer and the colonized.** London: Earthscan Publications, 2003.

MERCHANT, C. **The death of nature**: women, ecology, and the scientific revolution. San Francisco: Harper Collins, 1980.

MIGNOLO, W. D. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2010.

MILHOU, A. Missão, repressão, paternalismo e interação: para um balaço de um século de evangelização na Íbero-América (1520-1620). In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 252-284.

MORALES, S. 1492 e a população indígena do Caribe. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 143-159.

MORENO, A. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 187-202. (Colección Sur Sur).

MOYA, P. M. L. Who we are and from where we speak. **Transmodernit: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, n.1, v.2, p.79-94, 2011.

OTEIZA, E. El modelo mundial Latinoamericano: scriptum - post scriptum. In: HERRERA, A. O. et al. **¿Catástrofe o nueva sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano**: 30 años después. 2 ed. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones, 2004. p. 8-12.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3ªed. London: Sage Publications, 2002.

PETRELLA, R. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. **Neplanta**, v.1, n.3, p. 533-580, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. (Colección Sur Sur).

QUIJANO, A. Colonialidade e modernidade-razionalidade. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas.** São Paulo: Hucitec, 2006. p. 416-424.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água.** São Paulo: Annablume, 2008. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

ROGERS, P.; BHATIA, R.; HUBER, A. **Water as a social and economic good: how to put the principle into practice.** Stockolm: Global Water Partnership, 1998.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia – IFCS/UFRJ – 04 a 06 de setembro de 1999.

SKIRRY, J. **Compreender Descartes.** Petrópolis: Vozes, 2010.

SOLANES, M.; GONZALEZ-VILARREAL, F. **The Dublin principles for water as reflected in a comparative assessment of institutional and legal arrangements for integrated water resources management.** Stockolm: Global Water Partnership, 1999.

STERN, S. J. Paradigmas da conquista, história, historiografia e política. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 27-66.

STIGLITZ, J. E. Information and the change in the paradigm in economics. In: Prize Lecture, Columbia Business School, Columbia University. Dezembro de 2001. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economic-sciences/laureates/2001/stiglitz-lecture.pdf](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2001/stiglitz-lecture.pdf)>. Acesso em: jan. 2016

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J-P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Permanence and Social Progress. Paris, 2009. Disponível em: <<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>>. Acesso em: out. 2015.

SUEZ ENVIRONMENT. Johannesburg management contract. (Water Stories). Jun. 2010. Disponível em: <[http://www.suez-environnement.fr/wp-content/uploads/2010/07/water\\_stories\\_johannesburg\\_fr\\_bd\\_21-06-10.pdf](http://www.suez-environnement.fr/wp-content/uploads/2010/07/water_stories_johannesburg_fr_bd_21-06-10.pdf)>. Acesso em: jan. 2016.

SVAMPA, M. Consenso de los *commodities* y lenguajes de valoración en America Latina. **Nueva Sociedad**, n.244, p.30-46, mar./abr. 2013.

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TOULMIN, S. **Cosmopolis**: the hidden agenda of Modqniq. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Address**. Washington, janeiro de 1949. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=13282>>. Acesso em: out. 2015.

UNDP. **New Delhi statement**: global consultation on safe water and sanitation. New Dheli, 1990. Disponível em: <<http://www.ielrc.org/content/e9005.pdf>>. Acesso em: ago. 2013

UNEP. **The Cocoyoc declaration**. Symposium on Patterns of Resource Use, Environment and Development Strategies, Mexico, 8-12 October, 1974. Disponível em: <[http://helsinki.at/projekte/cocoyoc/COCOYOC\\_DECLARATION\\_1974.pdf](http://helsinki.at/projekte/cocoyoc/COCOYOC_DECLARATION_1974.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

UNGA. **Resolution 1803 (XVII)**. Permanent sovereignty over natural resources. 14 December 1962. Disponível em <<http://www2.ohchr.org/english/law/resources.htm>>. Acesso em: dez. 2013.

UNGA. **Resolution 3201 (S-VI)**. Declaration on the Establishment of a New International Economic Order. 1 May 1974a. Disponível em: <<http://www.undocuments.net/s6r3201.htm>>. Acesso em: dez. 2013.

UNGA. **Resolution 3281 (XXIX)**. The Charter of Economic Rights and Duties of States. 12 December 1974b. Disponível em: <<http://www.undocuments.net/a29r3281.htm>>. Acesso: dez. 2013.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the human environment**: Stockholm, 5-16, 1972. Disponível em: <<http://www.undocuments.net/acof48-14r1.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Water Conference**: Mar del Plata, 14-25, 1977. Disponível em: <<http://www.ircwash.org/sites/default/files/71UN77-161.6.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

UNITED NATIONS. **Our common future**. Report of the World Commission on Environment and Development. Brundtland, 1987. Disponível em: <[http://conspect.nl/pdf/Our\\_Common\\_Future-Brundtland\\_Report\\_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on sustainable development**. Rio de Janeiro, Brazil. 20-22 June 2012. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/814UNCSD%20REPORT%20final%20revs.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

URBANO, H. Sincretismo e sentimento religioso nos Andes: apontamentos sobre as origens e desenvolvimento. In: BONILLA, H. (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 215-251.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. R. (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. pp. 23-50.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o

desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIERA P. F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 73-102.

WALLERSTEIN, I. **Unthinking social science**: the limits of nineteenth-century paradigms. Philadelphia: Temple University Press, 2001.

WARD, B.; DUBOS, R. **Only one Earth**: the care and maintenance of a small planet. (United Nations Conference on the Human Environment). Pennsylvania: Scranton, 1972.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WORLD WATER COUNCIL (WWC). **World water vision**: making water everybody business. London: Earthscan, 2000. Disponível em: <<http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/WWVision/TableOfContents.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

WORLD WATER COUNCIL. **Triennial Report**: 2000-2003. Marseille, 2003a. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents\\_old/Library/Publications\\_and\\_reports/Activity\\_reports/triennial\\_2000-2003.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/Publications_and_reports/Activity_reports/triennial_2000-2003.pdf)>. Acesso em: jan. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Analysis of the 3<sup>rd</sup> World Water Forum**: march 16-23, 2003 – Kyoto, Shiga & Osaka, Japan. Marseille, 2003b. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/world\\_water\\_forum\\_3/3d\\_World\\_Water\\_Forum\\_analysis.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/world_water_forum_3/3d_World_Water_Forum_analysis.pdf)>. Acesso em mar. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **The 3<sup>rd</sup> World Water Forum Final Report**: march 16-23, 2003 – Kyoto, Shiga & Osaka, Japan. Japan, 2003c. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/world\\_water\\_forum\\_3/3d\\_World\\_Water\\_Forum\\_FinalReport\\_BD.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/world_water_forum_3/3d_World_Water_Forum_FinalReport_BD.pdf)>. Acesso em: mar. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Biennial Report**: 2004-2005. Marseille, 2005. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents\\_old/About\\_us/official\\_documents/Biennial\\_report\\_2004-2005\\_ENG.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/About_us/official_documents/Biennial_report_2004-2005_ENG.pdf)>. Acesso em jan. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **4<sup>th</sup> World Water Forum Final Report**: Mexico, 2006. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/world\\_water\\_forum\\_4/Final\\_Report\\_4th\\_Forum.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/world_water_forum_4/Final_Report_4th_Forum.pdf)>. Acesso em: mar. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Politics gets into water**: world water council 2006-2009. Marseille, 2009a. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents\\_old/Library/Publications\\_and\\_reports/Activity\\_reports/TriennialReport\\_2006-2009.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/Publications_and_reports/Activity_reports/TriennialReport_2006-2009.pdf)>. Acesso em fev. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Global water framework**: outcomes of the 5<sup>th</sup> World Water Forum. Istanbul, 2009b. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents\\_old/World\\_Water\\_Forum/WWF5/global\\_water\\_framework\\_part\\_1\\_final.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/World_Water_Forum/WWF5/global_water_framework_part_1_final.pdf)>.

WORLD WATER COUNCIL. **Water, a global priority**: actions of the World Water Council 2010. Marseille, 2010. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents\\_old/Library/Publications\\_and\\_reports/Activity\\_reports/Rapport\\_Annuel\\_WWC\\_2010\\_GB\\_WEB.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/Publications_and_reports/Activity_reports/Rapport_Annuel_WWC_2010_GB_WEB.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Hydro-diplomacy in motion**: World Water Council 2010-2012. Marseille, 2012a. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/official\\_documents/WWC\\_triennial\\_report\\_low\\_res.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/official_documents/WWC_triennial_report_low_res.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **6<sup>th</sup> World Water Forum Ministerial Declaration**. Marseille, 2012b. Disponível em: <[http://www.kruha.org/page/en/document\\_detil/8/15/Paper/Ministerial\\_declaration\\_from\\_the\\_6th\\_world\\_water\\_forum\\_.html](http://www.kruha.org/page/en/document_detil/8/15/Paper/Ministerial_declaration_from_the_6th_world_water_forum_.html)>. Acesso em: ago. 2014.

WORLD WATER COUNCIL. **Constitution & by-laws**: World Water Council 2013-2015. Marseille, 2013. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/Constitution\\_ByLaws\\_2013\\_2015.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/Constitution_ByLaws_2013_2015.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

WORLD WATER COUNCIL. **Delivering a pact for water security**: World Water Council Triennial report 2013-2015. Marseille, 2015. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world\\_water\\_council/documents/official\\_documents/20151123\\_Triennium%20Report%202013-2015.pdf](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/official_documents/20151123_Triennium%20Report%202013-2015.pdf)>. Acesso em: fev. 2014.